

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**KARLA SIMONE WILLEMANN SCHÜTZ**

**UM HISTORIADOR ENTRE-LUGARES: A HISTORIOGRAFIA CATARINENSE E A  
TRAJETÓRIA DE CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA (1963-2010)**

**FLORIANÓPOLIS**

**2020**

**KARLA SIMONE WILLEMANN SCHÜTZ**

**UM HISTORIADOR ENTRE-LUGARES: A HISTORIOGRAFIA CATARINENSE E A  
TRAJETÓRIA DE CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA (1963-2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e da Educação-FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha

**FLORIANÓPOLIS**

**2020**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Schütz, Karla Simone Willemann  
Um historiador entre-lugares : a historiografia catarinense e a  
trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1963-2010) /  
Karla Simone Willemann Schütz. -- 2020.  
266 p.

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha  
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

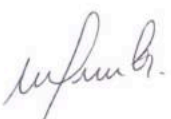
1. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. 2. História Intelectual.  
3. História do Tempo Presente. 4. Historiografia catarinense. 5.  
Trajetória. I. Cunha, Maria Teresa Santos . II. Universidade do  
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da  
Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

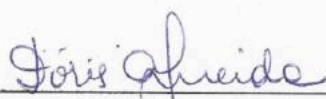
**Karla Simone Willemann Schütz**

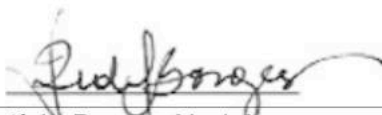
**“UM HISTORIADOR ENTRE-LUGARES: A HISTORIOGRAFIA CATARINENSE E A  
TRAJETÓRIA DE CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA (1963-2010)”.**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutora, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Banca realizada a distância, por meio de recurso audiovisual.

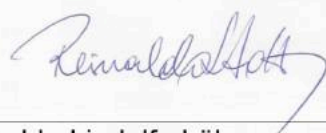
**Banca julgadora:**

Orientadora:   
Doutora Maria Teresa Santos Cunha  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:   
Doutora Dóris Bittencourt Almeida  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Membro:   
Doutora Leticia Borges Nedel  
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:   
Doutor Emerson César de Campos  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:   
Doutor Reinaldo Lindolfo Lohn  
Universidade do Estado de Santa Catarina

**Florianópolis, 08 de outubro de 2020.**

Para Ana Myriam, Artur, Júlia e Eduardo.

## AGRADECIMENTOS

Entendo o ato de agradecer como um símbolo da conclusão de algo e, além disso, como um exercício de rememoração. Ao exercitar nossa gratidão, somos impelidos a retrair na lembrança os encontros com aqueles e aquelas que atravessaram o nosso caminho em determinada jornada. O percurso que aqui – formalmente – se encerra não foi de forma alguma fácil, pois foi permeado de encantamentos e desilusões com o meu objeto, e, no momento da sua conclusão, o mundo teve que lidar com algo que estava muito além do controle de qualquer um: uma pandemia. As reverberações dessa condição impediram as tardes de estudo na biblioteca, as últimas visitas aos arquivos, os encontros de estudo presenciais e os cafezinhos na cantina da FAED e criaram uma nova rotina. Eu acredito que, sem o apoio de família, amigos e colegas, não teria sido possível contornar tantos imprevistos e revezes. No fim do processo, esses encontros se deram por meio de telefonemas e videochamadas, que aliviaram um pouco a angústia do isolamento.

Por isso, agradeço aos meus colegas da turma de doutorado, aos meus colegas de GEHCEL e a outros tantos personagens que compartilharam essa jornada acadêmica.

À UDESC e à CAPES, pelo financiamento que possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa. Ressalto, nesse sentido, o financiamento do doutorado sanduíche, momento divisor de águas na minha trajetória de pesquisadora.

Às entrevistadas e entrevistados, que gentilmente cederam um pouco do seu tempo e compartilharam comigo momentos das suas trajetórias.

Às professoras Dóris Bittencourt Almeida, Maria de Fátima Fontes Piazza e ao professor Norberto Dallabrida, que contribuíram de diferentes maneiras e testemunharam esse processo, seja sugerindo caminhos a partir da leitura da versão parcial da tese, seja concordando em ler a versão final.

À professora Leticia Nedel e aos professores Emerson César Campos e Reinaldo Lohn, por terem aceitado ler a versão final, se predispondo a participar desse diálogo.

Além destes, aqui darei destaque àquelas e àqueles que ao longo do percurso trocaram comigo não só experiências intelectuais, mas também experiências de afeto. Na convivência com essas pessoas, encontrei um lugar de aconselhamento e escuta.

Assim, primeiro agradeço à Susane, pesquisadora curiosa e profissional dedicadíssima ao seu trabalho, cheia de ideias e bom humor.

À Márcia, a minha parceira de eventos, viagens, grupos de estudo, salas de aula e mesas de bar. A sua sabedoria deixou marcas profundas no meu trabalho e em mim, e a sua presença se constituiu uma referência de pesquisadora e amiga. Ao longo do tempo, essa personagem do cotidiano acadêmico invadiu outros espaços da vida e trouxe leveza para o meu percurso.

À minha orientadora, professora Maria Teresa Santos Cunha, não somente por ser uma guia intelectual, mas por demonstrar uma sensibilidade incrível, sobretudo durante o momento de finalização da tese, quando ser escutada foi fundamental. Foi um privilégio poder contar com a experiência e a astúcia de alguém que foi responsável por formar tantas historiadoras e historiadores, educadoras e educadores.

Às minhas amigas de infância, aos amigos próximos, aos amigos distantes, que estiveram disponíveis para conversas sérias ou descontraídas e que contribuíram com amizade, carinho, ideias, leituras e, muitas vezes, paciência.

Aos meus pais, Ana Myriam e Artur, incansáveis na tentativa de tornar possíveis as minhas escolhas, me dando amor e todo o tipo de suporte que estivesse ao alcance deles.

Ao Edu, companheiro que escolhi pra vida e que sempre segura a minha mão nas subidas e descidas dessa montanha-russa. Presente nos assuntos mais sérios e também nas “bobiças” do dia a dia.

À minha irmã, Júlia, pequena grande pesquisadora, uma peça fundamental para que eu conseguisse concluir o trabalho. Muitos adjetivos poderiam qualificá-la, porém, nenhum deles conseguiria dar conta da importância que a sua presença (virtual) teve nesses últimos meses.

A todas e a todos, a minha profunda gratidão.

*Ah, mas falo falso. O senhor sente? Desmente? Eu desminto. Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo e recruzado.*

*Grande Sertão: Veredas, João Guimarães Rosa (2019, p.136)*



## RESUMO

Esta tese aborda a trajetória profissional do historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1941- 2010) e tem como principais balizas temporais os anos de 1963 e 2010. A pesquisa está teoricamente fundamentada nas discussões propostas pela História do Tempo Presente; assim, entende-se que investigar as continuidades, descontinuidades e ressignificações que constituem nossos objetos de pesquisa é uma possibilidade de compreender os passados que neles persistem em diversos tempos e espaços. Também são tomados como bases teóricas trabalhos que se lançaram a pensar trajetórias e biografias, com destaque para aqueles que procuraram pensar os percursos de determinados sujeitos da história recente, não com o objetivo de fazer o relato cronológico de uma vida, mas apreender em diferentes momentos como se configuraram as ações e movimentações de seus objetos. Baseado na análise de um grande e variado arcabouço de fontes documentais, o estudo problematizou as redes de sociabilidade políticas e intelectuais estabelecidas por Corrêa, em consonância com suas produções historiográficas e com as narrativas elaboradas sobre ele. Nesse percurso, analisou-se as redes políticas nas quais a família de Corrêa estava inserida, e que posteriormente teriam sido herdadas por ele; mapeou-se e foram dados contornos, por meio de uma mirada prosopográfica, às redes intelectuais pelas quais Corrêa transitou; realizou-se uma hermenêutica das principais obras publicadas por ele, dando ênfase aos seus "deslizamentos" entre teorias, metodologias, locais e, principalmente, audiências, a partir da noção de lugar social; e abordou-se as possíveis reverberações das redes de sociabilidade no legado deixado por Corrêa que ainda ecoam no presente. Desta forma, buscou-se contribuir com estudos acerca da historiografia catarinense e demonstrar a complexidade de sua trajetória individual, que não se encerrou em si mesma, mas que foi resultado de atos, adaptações e negociações dentro de um campo de possibilidades. Os percursos por ele seguidos, suas obras e seus "deslizamentos", logo, apontaram para a ideia de um historiador "entre-lugares".

**Palavras-chave:** Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. História Intelectual. História do Tempo Presente. Historiografia catarinense. Trajetória.

## ABSTRACT

This thesis refers to the professional trajectory of the historian from Santa Catarina, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1941- 2010), having as its main time frame the period between the years 1963 and 2010. The research is theoretically based on the discussions proposed by the History of the Present Time; thus, it is understood that investigating the continuities, discontinuities and resignifications that constitute our research objects is a possibility to understand the pasts that persist in them in different times and spaces. Works that thought about trajectories and biographies are also taken as theoretical bases, with emphasis on those who tried to think about the trajectories of certain subjects in recent history, not with the objective of making a chronological account of a life, but apprehending at different moments how were configured the actions and movements of their objects. Based on the analysis of a large and varied framework of documentary sources, the study problematized the political and intellectual networks of sociability established by Corrêa in line with his historiographical productions and with the narratives about him. In this way, the political networks in which Corrêa's family was inserted and which were later inherited by him were analyzed; through a prosopographic perspective, the intellectual networks through which Corrêa circulated were mapped and sketched; giving emphasis to his “slidings” between theories, methodologies, places and, mainly, audiences and through the notion of social place, a hermeneutics of the main works published by him was carried out; and the possible reverberations of the networks of sociability in the legacy left by Corrêa that still echo in the present have been investigated. Thus, we sought to contribute to studies on the Santa Catarina State historiography and demonstrate the complexity of his individual trajectory, which was not enclosed in itself, but was the result of acts, adaptations and negotiations within a field of possibilities. The paths he followed, his works and his “slidings” pointed to the idea of a historian “in-between”.

**Keywords:** Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Intellectual History. History of the Present Time. Santa Catarina State Historiography. Trajectory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ylmar Corrêa entregando documento a Getúlio Vargas .....	68
Figura 2 – Esquema simplificado da ascendência paterna e materna de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa .....	72
Figura 3 – Corrêa e Wehling em visita ao IHGP em 2003.....	119
Figura 4 – Caricatura de Corrêa produzida por Domingos Fossari .....	183

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções e cargos exercidos por Corrêa junto ao Poder Executivo .....	76
Quadro 2 – Publicações de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1971-1990) .....	91
Quadro 3 – Publicações nas quais Corrêa é autor de apresentação, capítulo, “orelha” ou ilustrações (1970 – 1983) .....	96
Quadro 4 – Mapeamento de intelectuais implicados nas redes de Corrêa .....	98
Quadro 5 – Publicações de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1990-2006) .....	113
Quadro 6 – Livros nos quais Corrêa aparece como autor de apresentação, capítulo, “orelha” ou ilustrações (1999 – 2005) .....	115
Quadro 7 – Panorama geral das publicações de Corrêa (1971 - 2006) .....	125

## LISTA DE SIGLAS

**ACL** – Academia Catarinense de Letras

**ANPUH** – Associação Nacional dos Professores Universitários de História

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**CFH** – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

**COTESPHAN** – Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município

**FCC** – Fundação Catarinense de Cultura

**MAMF** – Museu de Arte Moderna de Florianópolis

**MASC** – Museu de Arte de Santa Catarina

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**IHGP** – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

**IHGSC** – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

**LabHoral** – UFSC – Laboratório de História Oral da UFSC

**LBA** – Legião Brasileira de Assistência

**MHSC** – Museu Histórico de Santa Catarina

**PCB** – Partido Comunista do Brasil

**PDS** – Partido Democrático Social

**PPGH-UDESC** – Programa de Pós-Graduação em História da UDESC

**PPGH-UFSC** – Programa de Pós-Graduação em História da UFSC

**PSD** – Partido Social Democrático

**PTN** – Partido Trabalhista Nacional

**SCPH** - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica

**UFPR** – Universidade Federal do Paraná

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UDESC** – Universidade do Estado de Santa Catarina

**UDN** – União Democrática Nacional

**USP** – Universidade de São Paulo

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1– Dados das entrevistas .....	230
Anexo 2 – Roteiros enviados ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos .....	231
Anexo 3 – <i>Documentação em História Oral, 1975</i> .....	233
Anexo 4 – Capa e Introdução do <i>Catálogo de História Oral (1977)</i> .....	241
Anexo 5 – <i>Registro da Memória Pública 2: trecho de entrevista com Ivo Silveira</i> .....	250
Anexo 6 – Bibliografia <i>Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina</i> .....	253
Anexo 7 – Bibliografia <i>Militares e Civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil (1893-1894)</i> .....	256
Anexo 8 – <i>Os governantes de Santa Catarina (1739 a 1982): Notas biográficas de José da Silva Paes e Nereu de Oliveira Ramos</i> .....	259
Anexo 9 – <i>Assim os vejo... homens do meu tempo: Caricaturas de Theobaldo Costa Jamundá, Osvaldo Rodrigues Cabral, Jaldyr Behring Faustino da Silva e Celestino Sachet</i> .....	263

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: ENTRE TEMPO(S) E LUGARE(S).....</b>	<b>15</b>
	<b>PARTE I – NA TEIA DAS SOCIABILIDADES: AS REDES POLÍTICAS E INTELLECTUAIS</b>	
<b>2</b>	<b>AS REDES POLÍTICAS: TEIAS QUE “VÊM DE BERÇO” .....</b>	<b>44</b>
2.1	LAÇOS E ENLACES NO DIÁLOGO ENTRE HERANÇA E POLÍTICA .....	45
2.2	TEIAS QUE SE EVIDENCIAM.....	49
<b>3</b>	<b>TRILHANDO CAMINHOS SOB OS AUSPÍCIOS DE CLIO: CORRÊA E O CAMPO INTELLECTUAL CATARINENSE .....</b>	<b>81</b>
3.1	OS “VELHOS NOVOS” OU “NOVOS VELHOS”?.....	82
3.2	A “JUVENTUDE”.....	90
3.3	A “MATURIDADE”.....	112
	<b>PARTE II – AS TEIAS E OS CAMINHOS: DESLIZAMENTOS ENTRE HISTÓRIA E LEGADO</b>	
<b>4</b>	<b>CORRÊA HISTORIADOR: ENCONTROS E DESENCONTROS DESLIZANTES .....</b>	<b>124</b>
4.1	O HISTORIADOR E O SEU LUGAR (OU OS SEUS LUGARES?) .....	124
4.2	A HISTÓRIA ORAL .....	133
4.3	A HISTÓRIA DE SANTA CATARINA .....	145
<b>5</b>	<b>AS SOCIABILIDADES NA EDIFICAÇÃO DE UM LEGADO .....</b>	<b>167</b>
5.1	O HISTORIADOR E A “PAISAGEM” COMO UM CAMPO DE POSSIBILIDADES .....	170
5.2	A EDIFICAÇÃO DE UM LEGADO .....	190
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM HOMEM EM RELAÇÃO .....</b>	<b>204</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>212</b>
	<b>FONTES .....</b>	<b>222</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>230</b>

## 1 INTRODUÇÃO: ENTRE TEMPO(S) E LUGARE(S)

O verbo “esboçar”, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, significa “1. *t.d.* fazer o esboço ou desenhar os contornos de; delinear; tracejar” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 793), ações que sugerem o passo inicial de algo ou a feitura de alguma coisa que se entende como inacabada. Este trabalho inicia-se com esta noção, pois já de antemão se compreende que um trabalho historiográfico nunca está “acabado”, seja ele relacionado ao calor da contemporaneidade e do tempo presente, ou à distância de períodos anteriores. Tal ideia de “inacabamento”, por sua vez, parece ser ainda mais pertinente quando o propósito é pensar os trajetos percorridos, os encontros e desencontros de um personagem específico, um caminho pretensamente repleto de acontecimentos encadeados, os quais, um sucedendo ao outro, de maneira ilusória, traria-nos uma ideia de unidade, de conclusão, de remate. O fim de uma etapa da vida supostamente nos levaria à outra.

O sociólogo Pierre Bourdieu, em seu já clássico texto *A ilusão biográfica*, alerta para a “ilusão retórica” que pode ser operada quando uma vida é tratada como um “relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (BOURDIEU, 2006, p.185). Tomando em parte os escritos de Bourdieu como guias, aqui se pretende traçar o esboço de uma trajetória intelectual — em diversos tempos e espaços — referente a um mesmo personagem: o historiador Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1941-2010). Por meio desses traçados, busca-se encontrar desenhos históricos passíveis de dar conta das redes de sociabilidade e possibilidades que se abriam e se fechavam aos caminhos profissionais seguidos pelo historiador, além de entender de que maneira esses percursos se encontravam também com aqueles seguidos pela historiografia catarinense. Esses diferentes percursos e personagens que cruzam a trajetória de Corrêa também entram em cena pois entende-se que “os acontecimentos biográficos se definem como **colocações** e **deslocamentos** no espaço social” (BOURDIEU, 2006, p.190, grifo do autor), e não como reverberações unicamente das decisões de um indivíduo. A trajetória de Corrêa se deu a partir de escolhas e interações.

O itinerário da presente tese, por conseguinte, percorre o início do século XX, investigando um pouco dos próprios percursos familiares de Corrêa, e o início do século XXI, momento do falecimento do historiador. Nesses esboços, intenta-se dar conta também, é preciso confessar, da curiosidade da pesquisadora que emergiu, sobretudo, durante a tessitura da dissertação de mestrado defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da



Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH – UDESC). Sendo assim, o trabalho aqui realizado se propõe um desdobramento da dissertação *Lembranças revisitadas: o laboratório de história oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann - memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013)* (SCHUTZ, 2015), a qual buscou analisar o desenvolvimento da história oral em Santa Catarina a partir de meados da década de 1970, iniciativa pioneira em território nacional que tinha em Carlos Humberto Pederneiras Corrêa uma de suas referências. Tal discussão, por sua vez, acabou por suscitar o debate acerca da produção historiográfica catarinense que perpassa a carreira de Corrêa e as redes de sociabilidade nas quais ele se inseriu.

É preciso ressaltar que o interesse acerca da figura de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa foi catalisado pelos testemunhos cedidos por pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com ele. Essas representações estimularam assim o desejo de investigar sua trajetória, mas não somente. Os percursos seguidos por Corrêa também tangenciam pessoas e lugares do estado de Santa Catarina, em especial da capital catarinense, minha cidade natal e local do qual nunca me desvinculei. Nomes e locais familiares a mim, portando significados e historicidade passíveis de problematização, tornaram-se pontos muito caros. Logo, analiso parte do que foi elaborado no campo da história em Santa Catarina, por meio do que o próprio Corrêa produziu e das relações político-intelectuais que ele manteve ao longo de sua carreira. Esta é uma análise que me faz refletir sobre o local onde nasci e sobre o meu lugar como historiadora.

Para justificar a escolha de parte do título da tese, traz-se à cena a discussão proposta pelo pesquisador indiano Homi K. Bhabha que permite repensar a maneira, muitas vezes dicotômica, pela qual muitos trabalhos na área das ciências sociais vinham (e ainda vêm) sendo desenvolvidos. Logo ao início da obra *O Local da cultura (1998)*, Bhabha lança uma pergunta instigante: “De que modo se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’, nos excedentes da soma das partes da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.)?” (BHABHA, 1998, p. 20). A partir dessa questão, entende-se que o “entre-lugar” a que ele se refere é um território intersticial onde fronteiras se confundem. Assim, a noção de Carlos Humberto Corrêa como um historiador entre-lugares perpassa a compreensão de que sua trajetória intelectual demonstra momentos em que ele se coloca como um pesquisador à frente de movimentos “inovadores”, como o desenvolvimento da história oral em Santa Catarina, mas também de situações e trabalhos que poderiam categorizá-lo como um historiador mais “tradicional/conservador”, pois era, sobretudo no fim de sua vida, presidente atuante do

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Mais que antagonias, lógicas binárias ou categorizações estanques, Bhabha (1998), ao pensar a cultura no mundo pós-colonial, traz uma reflexão que pode ser também interessante para pensar os espaços ocupados por Corrêa ao longo de sua vida profissional, deslizando por diferentes lugares e audiências, “às vezes aqui, às vezes lá”. Essa dinâmica tornou possível uma junção de elementos — por vezes contraditórios — que se articularam na construção de uma representação de intelectual, professor e historiador.

Portanto, ao longo da tese, busca-se relativizar uma possível homogeneidade entre historiadores entendidos como “conservadores”, grupo ao qual Corrêa é usualmente vinculado. Esse trabalho de relativização já foi, de certa forma, iniciado por Janice Gonçalves em sua tese *Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX* — na qual a historiadora questiona a fragilidade desses rótulos. A partir dessa nova mirada, aqui priorizada, é possível depreender ainda outros pontos de encontros e desencontros. Nesse caminho poder-se-ia, inclusive, pensar quais os sentidos atribuídos às expressões “tradicional” e “conservador” em diferentes espaços e temporalidades, inserindo questões como “Quem designa?” ou “Quem é caracterizado?”. A partir de todas essas reflexões acima pontuadas é que emerge a noção de entre-lugar, pensada numa perspectiva diacrônica, refletindo menos acerca das subjetividades elaboradas pelo próprio indivíduo em relação a si mesmo do que acerca daquelas que são inferidas a ele ao longo de sua trajetória. Como exemplo dessas atribuições, há aquela operada a partir do que Gonçalves (2006) denomina como uma “nova geração” de historiadores que, tomando como norte uma forma específica de pensar a história, denominou Corrêa como um “tradicional”, um “conservador”.

A intenção é fugir de determinadas polarizações e classificações (tradicional/actual, novo/velho, conservador/inovador), exercício muito comum e que carrega consigo o risco de perda das nuances que estão no cruzamento destas categorias. Tais gradações podem evidenciar uma articulação dos elementos discordantes e, como coloca Bhabha (1998), são fruto de um processo de *negociação*, movimento pelo qual as lógicas binárias encontram outro “ambiente” de significação. No caso de Corrêa, essa negociação dá-se *em e por meio* das redes de sociabilidade por ele estabelecidas e por aquelas por ele “herdadas”. As categorias que foram utilizadas ao longo do trabalho, portanto, não são pensadas a partir de uma visão monolítica e fixa, mas de possíveis “deslizamentos”.

Nem “velho”, nem “novo”: a trajetória de Corrêa parece ser uma junção de elementos contraditórios, que não o colocam especificamente “nem aqui”, “nem lá”. Estaria o historiador Carlos Humberto Corrêa num entre-lugar? Partindo dessa pergunta, a presente tese defende que é possível identificar nos planos político-social (lugares ocupados e laços estabelecidos ao longo da vida) e semântico (na dimensão textual) articulações entre as redes de sociabilidade e as produções escritas (não só historiográficas) *relacionadas a e produzidas por* Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Ela visa, por conseguinte, contribuir com os trabalhos acerca da historiografia catarinense e dos intelectuais dela integrantes.

Nesse sentido, é importante levantar alguns apontamentos a respeito do “estado da arte” das pesquisas acerca da “historiografia catarinense”, bem como de personagens ligados a ela — pontuando-se, mais uma vez, que se trata de uma tarefa difícil de ser esgotada. Nesse mapeamento é possível perceber que alguns historiadores e historiadoras que tiveram como objeto de reflexão a produção historiográfica catarinense foram também, posteriormente, foco dessas mesmas reflexões. Dentre esses personagens figura Walter Fernando Piazza<sup>1</sup>, que em capítulo divulgado na obra *Fundamentos da Cultura Catarinense*,<sup>2</sup> em 1970, tentou desenhar um panorama geral de obras consideradas por ele referências essenciais da historiografia do estado, seus “elementos básicos”, trabalhos historiográficos que se estendem entre os relatos de viajantes e cronistas do século XVII e os trabalhos publicados até meados da década de 1930. No entanto, mais que propriamente uma reflexão sobre o “fazer” historiográfico dos autores que seleciona, Piazza realiza um trabalho de seleção daquilo que ele considerava como “essencial” no trabalho desses escritores, isto é, suas principais contribuições.

Cerca de uma década mais tarde foi a vez dos historiadores Maria Teresa Santos Cunha e Valter Manoel Gomes, este orientado por Piazza, lançarem-se a pensar aspectos da escrita da história catarinense e de seus “historiadores”. Cunha, em sua dissertação defendida em 1982, aborda artigos de autoria do almirante e historiador catarinense Lucas Alexandre

---

<sup>1</sup> Walter Piazza, nascido em Brusque em 1925 e falecido em Florianópolis no ano de 2016, foi historiador formado pela Faculdade Catarinense de Filosofia, membro do IHGSC, professor do Departamento de História da UFSC, além de ter sido o primeiro a exercer a função de coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (PPGH-UFSC) no momento de sua fundação, no ano de 1975. Aspectos de sua trajetória serão melhor abordados ao longo do terceiro capítulo, pois Piazza figurava entre os meios políticos e intelectuais nos quais circulava também Corrêa.

<sup>2</sup> Obra editada a partir de uma parceria entre a Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC) - posteriormente denominada Universidade do Estado de Santa Catarina - e o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, que naquele momento era dirigido por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Não por acaso, Corrêa foi também responsável pelo capítulo de apresentação da publicação.

Boiteux<sup>3</sup> publicados no *Jornal do Commercio* entre os anos de 1911 e 1957; já Gomes, a partir de um recorte temporal baseado no lançamento de obras de historiadores “diletantes”, em seu trabalho de mestrado defendida em 1985, propôs-se a esboçar algumas características correspondentes à historiografia catarinense produzida numa “época amadorista” da produção histórica, isto é, da produção não acadêmica, dos primeiros memorialistas até Oswaldo Rodrigues Cabral<sup>4</sup>. (GOMES, 1985, p.2).

Tais trabalhos são causas e sintomas de um período que pode ser entendido como “chave” para a historiografia catarinense que viria a se desenvolver a partir de meados da década de 1970, principalmente após a instituição do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH - UFSC) — movimento do qual o próprio Carlos Humberto Pederneiras Corrêa é participante. Anteriormente a este período, os egressos do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) precisavam recorrer a outras instituições de ensino superior caso desejassem prosseguir com estudos de pós-graduação. Entende-se, portanto, que o ano de 1975 inaugura um novo momento na produção historiográfica catarinense, no qual a formação universitária em história adquire um papel fundamental em relação ao “rigor da pesquisa científica” que pretensamente passaria a se desenvolver em Santa Catarina. De acordo com Celestino Sachet (1985), este é um movimento que emerge a partir da década de 1960. Já para Gomes (1985), essa dinâmica somente teria se desenvolvido a partir da década de 1980, apoiada em um crescimento da preocupação com os elementos teórico-conceituais, metodológicos e narrativos do fazer historiográfico.

Carlos Humberto Pederneiras Corrêa foi, portanto, membro deste processo, tanto como aluno — pois foi o primeiro discente a defender a dissertação de mestrado no Programa de

---

<sup>3</sup> Pertencente a uma família de intelectuais e políticos influentes em Santa Catarina. Em especial, ressaltam-se as relações que estabelecia com seu irmão, o advogado e jornalista José Arthur Boiteux, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896) e ocupante de uma série de cargos públicos importantes no Poder Executivo Estadual. Nesse sentido, importa destacar que o próprio Lucas Boiteux integraria debates relacionados a questões historiográficas e políticas catarinenses, como por exemplo a Comissão de Demarcação de Limites entre Santa Catarina e Paraná, que se desenrolou entre os anos de 1918 a 1922 (CUNHA, 1982).

<sup>4</sup> Oswaldo Cabral, nascido em Laguna (SC) em 1903 e falecido em Florianópolis em 1978, é um dos personagens emblemáticos que circularam pelos meios políticos e intelectuais catarinenses em meados do século XX. Médico por formação, foi também político vinculado à UDN (sendo inclusive presidente da Assembleia Legislativa do Estado em 1954), historiador, jornalista e professor universitário. Ao longo da sua carreira, Cabral exerceu diversas funções que apontam para a grande inserção que tinha entre as elites catarinenses. Membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Cabral foi responsável por diversas obras acerca da história catarinense que tiveram grande circulação pelo estado.

Pós-Graduação em História da UFSC — quanto como professor, fazendo parte dos primeiros quadros docentes do PPGH-UFSC. Na pós-graduação, igualmente, Corrêa foi parte importante de uma iniciativa arrojada, que até poderia ser entendida como “uma incursão estranha e inadequada no labor histórico” (PIAZZA, 1978, p. 7): a formação, em 1975, de um Laboratório de História Oral na Universidade Federal de Santa Catarina — iniciativa pioneira no Brasil —, no qual exerceu a função de coordenador até sua aposentadoria no início da década de 1990.

A década de 1990, por sua vez, pareceu inaugurar um outro momento para a produção historiográfica estadual — pelo menos quando são observadas algumas reflexões críticas relacionadas à historiografia catarinense publicadas em meados desta década. Advindas de questionamentos gestados no ambiente universitário da UDESC e UFSC, tais análises foram publicadas em diversos suportes, como periódicos, livros e trabalhos acadêmicos. Sendo aqui entendidas como reverberações dos debates em curso naquele momento, as análises resultaram em mudanças teórico-metodológicas, além de servirem como registro das temáticas que se desenrolavam no interior dos Departamentos, sobretudo o de História, destas instituições. As análises que adquiriram maior destaque, sendo utilizadas inclusive como referências para estudos posteriores sobre este mesmo tema, foram artigos publicados em periódicos entre os anos de 1994 e 1996.

O primeiro deles, de autoria da professora do Departamento de História da UFSC Cristina Scheibe Wolff, foi publicado na *Revista Catarinense de História*, em 1994, e propõe uma classificação da produção historiográfica catarinense, a qual, segundo ela, poderia ser dividida em três grandes grupos de acordo com as suas abordagens teórico-metodológicas: “abordagens estadual tradicional”, “local tradicional” e “temática”. Em grande medida, baseada no que propôs o historiador Peter Burke, Wolff tenta encontrar em alguns dos trabalhos historiográficos publicados no estado, desde a década de 1940 até a década de publicação do artigo, elementos que poderiam diferenciar uma “nova história” — “questionadora”, que inclui aqueles que por muito tempo estiveram à margem da história — de uma “história tradicional” — linear, factual e focada em “grandes personagens” e eventos. Grosso modo, podemos inferir que Wolff insere aqueles modos de fazer história que ela designa como “abordagens estadual tradicional”, “local tradicional” num arcabouço entendido como a “história tradicional”, enquanto a “abordagem temática” (abordagem na qual ela própria como historiadora poderia ser incluída), que passava a se desenvolver com maior ênfase no momento pós 1990, seria o que ela denomina como “nova história”.

Norberto Dallabrida, por sua vez, em seu artigo *A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto*, publicado em 1996 também na *Revista Catarinense de História*, opera uma classificação que identifica alguns trabalhos e “modos de se fazer” história como “tradicionais”. No entanto, para refletir acerca destes modos de pensar tais narrativas, o historiador toma como objetos de análise a obra de um antropólogo e de um historiador que, a partir de sua visão, seriam expoentes de uma maneira “inovadora” de fazer história em Santa Catarina: Silvio Coelho dos Santos e Américo da Costa Souto. Segundo Dallabrida, enquanto o primeiro entenderia Santa Catarina a partir da metáfora de um “mosaico étnico cultural”, o segundo proporia uma interpretação da história econômica de Santa Catarina a partir de uma lente “braudeliana”.

Outro artigo publicado em 1996 na *Revista de Ciências Humanas*, de autoria de Élio Serpa, tentou ponderar não exatamente sobre classificações, mas sobre os projetos políticos nos quais estavam conectadas algumas das narrativas produzidas por historiadores vinculados ao IHGSC e que em determinado momento também se associavam a instituições universitárias como a UFSC e UDESC. Analisando as revistas do IHGSC em três diferentes fases (1902-1920, 1943-1944 e 1979-1996), Serpa vislumbrou as diversas conexões entre o esforço em compor uma narrativa acerca da “identidade” catarinense e as estratégias do governo estadual, sobretudo a partir do final da década de 1970 — momento em que o estado almejava criar um discurso que promovesse uma maior integração entre o interior de Santa Catarina e sua capital.

Entre os trabalhos acadêmicos defendidos acerca da temática durante a década de 1990, foram localizadas três dissertações concebidas no âmbito do PPGH da UFSC. Essas pesquisas parecem sugerir pistas sobre os caminhos que, após essa década, percorreriam os estudos historiográficos catarinenses (ao menos no panorama universitário). Tais trabalhos estão baseados no que Wolff (1994) classificaria como uma escrita “centrada em temas e questões-problemas”, abarcando diferentes recortes no interior do campo histórico. Focadas em analisar os discursos históricos referentes a diversas regiões e comunidades catarinenses, as seguintes dissertações se esmeraram em questionar as representações construídas pelas narrativas, bem como seus procedimentos teórico metodológicos e alguns dos “historiadores” que estavam a elas ligados: *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina*, defendida em 1997, por Patrícia de Freitas; *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do*

*Itajaí*, defendida em 1998, por Cristina Ferreira; e *Sobre Itajaí: uma discussão historiográfica*, defendida em 1998, por Beatriz Koneski Santangelo.

Em relação aos anos 2000, menciona-se novamente a tese de doutorado de Janice Gonçalves, defendida em 2006 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Em seu trabalho, Gonçalves buscou “compreender os processos de definição e constituição, no século XX, em Santa Catarina, de dois campos profissionais e de conhecimento — o campo historiográfico e o campo arquivístico, bem como suas interações” (GONÇALVES, 2006, p.5). A historiadora analisa o momento de transição no PPGH - UFSC, quando aqueles que primeiro integraram o conjunto de docentes do Programa começaram a se aposentar, e os novos docentes, com uma nova perspectiva historiográfica — História Cultural —, passaram a construir uma outra formatação teórica para o Programa, que acabou culminando na criação do programa de doutorado em História da instituição. *Grosso modo*, para a autora, pareceu essencial abordar na primeira parte de sua tese algumas das condições e locais de produção dos trabalhos historiográficos acerca da história de Santa Catarina, bem como as suas diversas formas de disseminação, para que posteriormente fosse possível entender de que forma foi também se definindo e se constituindo o campo arquivístico no estado.

Em 2009, pelo PPGH - UDESC, Arnaldo Haas Junior defende a dissertação *Horizontes da escrita: historiografia, uma idéia de região e a monumentalização do passado - Alto vale do Itajaí - SC (1985-2007)*. Haas Junior toma como fontes um conjunto de obras lançadas nos municípios da Região do Alto Vale do Itajaí entre 1985 e 2007, classificando-as como “história local”. Nelas, o autor tenta identificar a constituição de uma “identidade” regional e a estruturação de determinado “regime de produção do passado”. Também a partir dessa pesquisa, Haas Junior publica um artigo na *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Nele, o autor lança mão, inclusive, da análise de obras de autores aqui já citados, na tentativa de compreender onde estariam inseridos no campo historiográfico catarinense os próprios autores de “história local”.

Já no que tange os anos 2010, cabe destacar o livro *Historiografia 35 anos*, lançado em 2011 e organizado pelas historiadoras e professoras da UFSC, Ana Lize Brancher e Maria Bernadete Ramos Flores. Fruto do esforço de uma espécie de comemoração dos 35 anos de história do PPGH - UFSC, a obra se desenvolveu a partir de uma incumbência dada aos alunos da disciplina *Teoria e Metodologia da História* do curso de doutorado desse programa.

Aos discentes fora delegada a tarefa de fazer um mapeamento dos trabalhos defendidos no programa durante estas décadas, identificando aqueles que dialogassem com suas próprias pesquisas de doutoramento. Nesse sentido, os alunos deveriam atentar para as questões teórico-metodológicas, de tipologia e tratamento das fontes e de recorte espacial e temporal das narrativas. Esse trabalho conjunto, segundo uma das organizadoras da obra, Maria Bernadete Ramos Flores, foi tão exitoso que mereceu transformar-se em publicação a ser divulgada para o público. Ao longo dos capítulos, portanto, são cotejadas algumas das temáticas e formas de produzir e escrever história desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

Nesse sentido, ainda podem ser mencionados dois trabalhos produzidos recentemente em diversos Programas de Pós-Graduação em História. O primeiro deles, defendido em 2017 no PPGH - UFSC, é a tese intitulada *A Constituição de um Legado: O Continente das Lagens, de Licurgo Costa*<sup>5</sup>, orientada por Letícia Borges Nedel e de autoria de Sara Nunes. No trabalho, Nunes busca perscrutar a produção escrita de Licurgo Costa em relação à cidade de Lages, almejando identificar nesta escrita elementos que se ligam ao lugar social do autor e que culminam, em seu entendimento, na principal obra de Licurgo: *O Continente das Lagens*. Já o segundo trabalho foi defendido em 2018, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, por Marcelo Sabino Martins. A tese de Martins, *Entre a pena e o bisturi: Oswaldo Rodrigues Cabral e as artes de curar - Santa Catarina (1942-1972)*, visou confirmar que Cabral empenhou-se em afirmar, por meio de suas obras históricas, uma identidade luso-açoriana, principalmente para a porção litorânea de Santa Catarina. Esse empenho se deu de modo a aproximar o estado e sua população de uma “civilização” europeia idealizada, cujos usos, costumes e maneiras de cuidados com corpo, além de concepções de doença, são tomados por empréstimo da medicina. Por fim, vale lembrar que ambos os trabalhos não tratam de historiadores com formação acadêmica em história, questão que torna ainda mais relevante o estudo da trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Seguindo “à risca” o processo de formação superior, ele obteve ao fim desse caminho os títulos de mestre (1977) e de doutor em História (1981).

A título de conclusão deste mapeamento, vale evidenciar que alguns dos trabalhos aqui tangenciados, bem como suas respectivas classificações, não foram abordados a partir de seus

---

<sup>5</sup> Licurgo Ramos da Costa, nascido em Lages em 1904 e falecido em Florianópolis no ano de 2002, era médico e advogado por formação, mas ao longo de sua trajetória praticou o jornalismo e ocupou cargos em embaixadas brasileiras ao redor do mundo, aposentando-se em 1973. Foi também membro da ACL e do IHGSC.



“usos” como possíveis ferramentas para uma análise teórico-metodológica de narrativas historiográficas, função para a qual teriam, supostamente, sido elaborados. Ao longo deste percurso, algumas destas produções foram destacadas no sentido de salientar o que elas podem significar num contexto relativo à formação de grupos e de determinadas identificações — em diversos níveis — entre os historiadores e historiadoras que circulavam por espaços como o universitário, o político e o de instituições como o IHGSC, no momento em que Corrêa era também uma figura atuante. A reflexão sobre o significado dessas produções vai ao encontro daquela que se direciona a pensar os lugares pelos quais orbitou Carlos Humberto Pederneiras Corrêa e que “rótulos” a ele teriam sido conferidos.

Nessa continuidade, é necessário salientar alguns dos debates que ajudaram a definir a estrutura geral do trabalho e auxiliam a presente discussão, em especial aqueles que relacionam as noções de trajetória social e biografia. Como já indicado ao início desta introdução, o apontamento levantado por Pierre Bourdieu (2006) acerca da *ilusão biográfica* — o curso de uma vida não é uma junção coerente de fatos encadeados —, foi uma sugestão adotada na análise aqui proposta. No entanto, algumas dúvidas permaneceram: como tratar, a partir de um olhar teórico-metodológico, os caminhos percorridos por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa sem dar uma importância excessiva às suas escolhas pessoais e características particulares, isto é, à sua subjetividade? Ou ainda, em contrapartida, como evitar que essa mesma subjetividade fosse esmagada pelo peso das estruturas sociais e históricas nas quais sua vida estava submersa? Esses são questionamentos sempre presentes no horizonte daqueles que se incumbem de investigar os percursos profissionais ou pessoais de determinadas personalidades (BORGES, 2011, p.222-223).

Primeiramente, é importante pontuar a existência de uma diferença entre o entendimento das histórias de vida como fontes de pesquisa (como, por exemplo, aquelas advindas de entrevistas de história oral), e a biografia como um gênero literário ou historiográfico — em outras palavras, uma maneira de pensar histórico-socialmente que toma como referências as trajetórias de personagens específicas. Em certa medida, entrando no debate semeado por Pierre Bourdieu, pode-se conjecturar que a crítica por ele efetuada no texto *A ilusão biográfica* se direcionou a Daniel Bertaux, sociólogo que na década de 1970 toma as histórias de vida, principalmente os relatos individuais, como a principal base empírica do seu trabalho, dispensando assim o cruzamento com outras fontes (GUÉRIOS, 2011). Para Bertaux, a experiência vivida também é produtora de conhecimento. Pierre Bourdieu, por sua vez, estabeleceu críticas ao pensamento e aos métodos de trabalho de

Bertaux, sugerindo não haver nas produções deste “um esforço sociológico para situar a trajetória da vida estudada frente às condições concretas de existência a ela subjacentes” (GUÉRIOS, 2011, p.12). Nesse sentido, Bourdieu — de certa maneira, juntando numa mesma categoria as histórias de vida como fontes e a biografia como uma ferramenta heurística (HEINRICH, 2010, p.422-423) — sugeriu a utilização da noção de “trajetórias”, a qual era tributária das categorias *habitus* e *campo*, também por ele elaboradas. Por conseguinte, uma trajetória seria o principal produto do sistema que comporta os traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (prosopografia) (BOURDIEU, 1998b). Assim, ela se constitui a partir dos resultados provenientes das relações estabelecidas entre os agentes e as diversas forças atuantes no(s) campo(s).

A partir da noção de trajetória, Bourdieu (2006) busca fugir da ideia de coerência e encadeamento temporal presente em algumas narrativas (auto) biográficas. No entanto, alguns de seus críticos apontam que a importância que o sociólogo lega aos *campos* e estruturas sociais acaba por empalidecer as características próprias de uma vida, repleta também de “resíduos de indecifrabilidade” (GINZBURG, 1987, p.26). Sendo assim, é importante ressaltar que aqui se utiliza a noção de “trajetória” sugerida por Bourdieu, pois se entende que os caminhos trilhados por Corrêa são resultado de embates e negociações dentro dos campos pelos quais ele circulou. No entanto, para dar a este personagem também o mérito da escolha/agência e demonstrar igualmente a existência de elementos contingenciais, aqui se cotejou à teoria de Bourdieu a noção de “jogo de escalas”, proposta por Jacques Revel em *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*, livro publicado em meados da década de 1990 em conjunção com o movimento da micro-história italiana desenvolvido durante a década de 1980. Dessa maneira, busca-se romper, mais uma vez, com dicotomias que opõem o individual ao coletivo, ou ainda, o contexto à biografia. Tais historiadores, a partir da “redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p.136), buscaram perceber como os contextos macroscópicos e suas contradições fornecem aos indivíduos brechas para a interpretação própria e liberdade de ação. A trajetória aqui narrada é construída a partir de sucessivas aproximações e afastamentos que vão do plano micro ao plano macro.

Ainda, estes olhares, apesar de focarem principalmente na trajetória profissional de Corrêa, não se afastam de elementos indissociáveis de sua vida, como sua vivência como filho, marido, pai e amigo — posição que é compartilhada por François Dosse (2009). De acordo com o que sugere o historiador francês, ao tentar problematizar a trajetória de uma

figura como Corrêa, responsável por inúmeras publicações no campo da história, é necessário não suprimir por completo traços de sua vida pessoal, mesmo que o maior interesse do presente trabalho sejam os seus percursos como intelectual e historiador. Segundo Dosse (2009, p. 369), “O existir e o pensar devem ser retomados juntos [...], numa abordagem que não dependa nem do internalismo nem do externalismo, mas enfatize, a fim de funcionar como ponte entre esses dois polos”. Sendo assim, não importa quais sejam as relações entre a obra e a vida do personagem, continuidade ou descontinuidade, o historiador “deve pensá-las juntas sem reducionismo, pondo-as em tensão.” (DOSSE, 2009, p.388).

No cenário historiográfico brasileiro, tal forma de pensar a biografia é compartilhada pelo historiador Benito Bisso Schmidt, que aponta esta mesma direção na introdução de *Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário, de 1943 a 1984*. Na obra, ele afirma que a principal problemática em seu trabalho gira em torno “da contribuição que uma biografia histórica pode oferecer ao entendimento do fenômeno da militância revolucionária na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.” (SCHMIDT, 2017, p.22)<sup>6</sup>. Trata-se, portanto, de trabalhar em várias escalas, perscrutando nesse jogo os caminhos percorridos por um personagem. Embora seja uma trajetória individual, ela ainda possui relevância no sentido de pensar sobre um período e um espaço mais abrangente.

Em relação a uma perspectiva anglófona sobre as narrativas biográficas — um gênero que se desenvolve também de maneira interdisciplinar —, nota-se que o debate envolve principalmente os campos da história e da literatura. No que concerne aos pesquisadores franceses, os biógrafos em língua inglesa aparentam ser menos reservados em relação ao uso do termo *biografia*, ou sobre a própria noção de “retorno” da biografia, como aponta Borges (2011, p.208), “a ideia de falar em retorno [...] parece algo bastante francês. O renomado biógrafo francês Jean Lacouture achava que o sucesso da biografia na França seguiu o sucesso no mundo da língua inglesa, pois lá a biografia gozava de maior aceitação pela História”. Essa afirmação parece ir de encontro aos debates que se seguem e nos quais são percebidas muitas aproximações entre historiadores e biógrafos anglófonos, francófonos e também brasileiros.

Sobre a relevância das narrativas acerca de uma vida e os diálogos que estabelece com os panoramas histórico-sociais de determinadas sociedades em uma determinada

---

<sup>6</sup> Schmidt parte deste mesmo pressuposto em outras produções suas como os capítulos *História e Biografia* (SCHMIDT, 2012) e *Contar vidas em uma época presentista: A polêmica sobre a autorização prévia* (SCHMIDT, 2018).

temporalidade, os pesquisadores anglófonos entendem a biografia tanto como um gênero literário, no qual história e literatura se encontram, quanto como um “braço da história” (*History branch*), no qual é construído um enredo sobre uma vida baseado nos mais variados suportes documentais. Segundo Yow (2008), tal indefinição é tributária da natureza interdisciplinar da biografia, na qual estão congregados conceitos e metodologias da pesquisa histórica, ideias vindas da psicologia, maneiras sociológicas de olhar o indivíduo inserido em um grupo e, ainda, maneiras antropológicas de perceber o indivíduo em sua cultura. A respeito da narrativa, a autora aponta que é pela forma como as histórias são narradas que emergem as apropriações a partir do gênero literário.

No entanto, a biografia, numa visão a partir da história — e não de pesquisadores da literatura —, funcionaria como um *prisma da história* no qual o que é universal pode ser encontrado no particular (TUCHMAN, 1981, p.81). Essa noção emerge com força entre os historiadores estadunidenses desde meados da década de 1960, como é possível observar a partir de dois relevantes ensaios publicados no segundo volume da série *The Craft of American History*<sup>7</sup> (1966): *The Nature of Biography*, de John Garraty e *The Biographer’s Task*, de Frederick Tolles. Em ambos os ensaios os autores buscam arrolar argumentos que comprovem a “cientificidade” envolvida numa narrativa biográfica, ou seja, por que a biografia poderia ser, sim, considerada também uma forma de escrita histórica baseada em metodologias e pesquisas gestadas no interior do campo historiográfico. Para eles, uma biografia “fala algo sobre o momento em que os seus ‘objetos’ vivem” (GARRATY, 1966, p.56, tradução nossa)<sup>8</sup> e é operada a partir de uma “imaginação histórica disciplinada” (TOLLES, 1966, p. 72, tradução nossa)<sup>9</sup>. Tal movimento é, no entanto, eclipsado nas décadas de 1970 e 1980 e retorna na década de 1990, alavancado por um renovado interesse pela história cultural e intelectual (YOW, 2008, p.193).

Apesar desse “renascimento”, ainda hoje a biografia é vista no cenário estadunidense no meio do caminho entre a fascinação e a desconfiança (*mistrust*); é, portanto, vista por muitos historiadores acadêmicos a partir de um olhar preenchido por preconceito e suspeita (HAMILTON, 2007, p.279). Mas, para aqueles historiadores que à escrita biográfica se

---

<sup>7</sup> Os ensaios teóricos divulgados nesta série de publicações envolvem discussões acerca dos mais diversos temas e gêneros historiográficos em voga na década de 1960 nos EUA. No volume aqui mencionado, editado por Abraham S. Eisenstadt — naquele momento, historiador vinculado ao departamento de História do Brooklyn College (New York) —, destacam-se as reflexões sobre metodologias de pesquisa em História, diálogos interdisciplinares, biografia e história intelectual.

<sup>8</sup> No original: “say something about the times in which their subject lives” (GARRATY, 1966, p.56).

<sup>9</sup> No original: “disciplined historical imagination” (TOLLES, 1966, p.72).

lançam, ela é vista como um caminho para compreender de que maneira os planos da cultura e da história entram em intersecção com uma vida em particular (YOW, 2008, p. 194).

Nesse sentido, cruzando estas inúmeras perspectivas que vêm de espaços e disciplinas diferentes, poderia se afirmar que aqui se realiza uma *biografia intelectual* de Corrêa. No entanto, por lealdade à proposta de Bourdieu, e a partir dos diálogos travados ao longo do trabalho com as categorias por ele sugeridas, optou-se por utilizar a noção de “trajetória” em detrimento do termo “biografia” — às vezes visto com extrema desconfiança por historiadoras e historiadores brasileiros<sup>10</sup>. Amalgamando estes diferentes (mas coincidentes) olhares, buscou-se beber também da perspectiva apresentada pelos trabalhos desenvolvidos nos EUA, os quais podem ser relacionados à forma de pensar a história a partir do “jogo de escalas”, como de certa forma expressa Barbara Tuchman (1978, xix), na obra *A Distant Mirror*: “Eu sabia que estavam em minha frente uma sociedade medieval em microcosmo e os muitos elementos do homem ocidental” (TUCHMAN, 1978, xix, tradução nossa)<sup>11</sup>. Nesse trecho, Tuchman expressa, para além do diálogo entre as escalas micro e macro, as camadas de temporalidade que se sobrepõem em uma mesma existência.

Desta maneira, aqui se levou em conta também o que sugere o sociólogo Bernard Lahire quando comenta as apropriações intelectuais da obra de Bourdieu: “É preciso saber acordar alguns usos adormecidos desses conceitos, autorizar-se a contradizer, refutar, complementar, matizar o pensamento de um autor” (LAHIRE, 2002, p.52). O crescimento intelectual e a originalidade de um trabalho também residem na atitude de “desdenhar algumas fronteiras disciplinares” (LAHIRE, 2002, p.52). Sabe-se, é claro, dos riscos adjacentes a estes desafios. A amálgama de conceitos aqui desenrolados, portanto, é um desafio que parece necessário quando se tem em mente a investigação de uma trajetória, evitando situá-la em posições estanques.

---

<sup>10</sup> Parece notável no cenário brasileiro a necessidade dos historiadores biógrafos em demarcar o seu território de pesquisa como tais, reforçando o caráter científico de seus trabalhos tentando se diferenciar de jornalistas e diletantes e se afirmar frente às críticas que partem do próprio campo historiográfico. Não caberia no espaço do presente trabalho uma discussão aprofundada sobre o tema, mas é sintomático perceber que a questão cuidadosa com que a biografia é tratada por historiadores aparece até mesmo em alguns dos títulos de obras lançadas ou traduzidas no Brasil que versam sobre o tema. Como exemplo podem ser citadas: *O Desafio Biográfico*, de François Dosse e *O que pode a Biografia*, coletânea de ensaios organizada por Alexandre De Sá Avelar e Benito Bisso Schmidt. Ambas as obras parecem sugerir que o tema deve ser tratado com cautela. Tal demarcação aparece também na biografia de Flávio Kutzii produzida por Schmidt, o qual afirma logo no início de seu texto o seu “entendimento sobre biografia históricas ([...]compreendidas como aquelas realizadas por historiadores profissionais)” (SCHMIDT, 2017, p.19).

<sup>11</sup> No original: “I knew that in front of me was a medieval society in microcosm and the many elements of Western man” (TUCHMAN, 1978, xix).

Por meio desses apontamentos, elucida-se de que maneira a estrutura do trabalho vai ao encontro da tese aqui apresentada, ou seja, defende-se aqui a existência de uma interação entre a trajetória de Corrêa e as narrativas por ele produzidas. Nesse arranjo, são levados em conta, portanto, elementos intrínsecos ao percurso individual de Corrêa como suas origens familiares, seu percurso escolar e a sua trajetória socioprofissional (BORDIEU, 1998a). Nesses locais de circulação, as redes de sociabilidade de Corrêa operam como mediadoras entre o individual e o coletivo e, assim, ajudam na operação do “jogo de escalas”. Desta maneira, a trajetória de Corrêa dá a ver e demonstra as condições de possibilidade da própria historiografia e de outros projetos por ele executados. A partir dessa perspectiva, o sujeito que aqui é objeto de análise tem agência, mas os papéis por ele representados e negociados dentro dos campos também engendraram para ele oportunidades. Sendo assim, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa é observado a partir de diversos níveis de análise que vão desde a sua individualidade e suas relações mais próximas até os panoramas históricos catarinense e brasileiro, quando trazido à cena o lugar que ele ocupou na disseminação da história oral no Brasil — em conjunção com um movimento que se desenvolvia também internacionalmente.

Além da ideia de trajetória, guia da tessitura do trabalho, há ainda uma outra noção cara à presente reflexão que atravessa a tese do início ao fim: a “sociabilidade”, a qual se desdobra na perspectiva de redes de sociabilidade. Quanto à “sociabilidade”, pontua-se que a sua emergência nos trabalhos historiográficos se dá sobretudo a partir de Maurice Agulhon, historiador francês. Em fins da década de 1960, ele utilizou a ideia de “sociabilidade” como fio condutor da sua tese de doutorado que versou acerca das práticas políticas desenvolvidas na região francesa conhecida como *Provence*. O termo é usado por Agulhon como uma tentativa de explicar a relativa facilidade e precocidade com a qual os camponeses da região se tornaram republicanos, ou seja, como eles se tornaram agentes contestadores e inovadores politicamente. O próprio Agulhon em ensaio autobiográfico afirma que o conceito, de certa maneira, aparece “um pouco ao acaso” em seu trabalho e que ele próprio não imaginava que tal perspectiva se tornaria a sua “vantagem principal” (AGULHON, 1987) e algo que seria o guia primordial das suas produções posteriores.

Ao tentar explicar esse encontro fortuito com a categoria, Agulhon afirma que, no processo de busca por alguma explicação para as ações políticas das comunidades sobre as quais seu estudo se debruçava, ele se deparou com o trabalho do etnólogo e historiador Fernando Benoit, que na década de 1950 sugeriu a existência de um “caráter especificamente provençal”: a “sociabilidade”. Percebendo a existência de nuances nessa característica

provençal, e que essa sociabilidade variava de região para região e, portanto, não explicava totalmente a adesão ou não adesão a determinado projeto, Agulhon acrescentou à noção construída por Benoît um caráter transitório, variável no tempo e no espaço. Logo, tentou demonstrar que ela pode ser também uma ferramenta de compreensão histórica, pois possui sua própria temporalidade (varia conforme o tempo, o lugar e a escala de observação). A sociabilidade para ele pode ser então entendida não como um adjetivo (qualificando um ser que é ou não é sociável), mas uma maneira própria de viver em sociedade (AGULHON, 1992).

Sendo assim, a sociabilidade é uma categoria descritiva, que serve para designar uma atitude dos indivíduos ao vivenciarem relações públicas; mas que não implica, necessariamente, que haja entre as pessoas envolvidas nessas “redes de sociabilidade” uma ligação em forma de associações organizadas, como as corporações e instituições. Como uma definição mais generalizante, que não se refere a um contexto específico, o termo sociabilidade é passível de ser aplicado a fenômenos observados em diferentes tempos e espaços — claro, sempre explicitando com rigor as construções que a noção envolve. Como afirma o próprio Agulhon, “[...] as coisas não se reduzem a compadrios, companheirismos e máfia de antigos [...] embora não se possa dizer que [estas] não existem.” (AGULHON, 1987, p.57). Buscando tal rigor na utilização do termo, Agulhon mergulha também na perspectiva sociológica buscando um aparato metodológico e teórico para a decifração dos fatos e das fontes arrolados durante a pesquisa (AGULHON, 1977, p.14). Devido a essa sua “versatilidade”, tal categoria adentrou o vocabulário historiográfico com pouca resistência (CANAL, 2005). No processo que reforça a presença da vida cotidiana como um objeto da história, Agulhon ressalta o papel importante da história das mentalidades. Nesse movimento, tem relevância a figura de Phillipe Àries e seus trabalhos que envolviam questões como a família e a infância na sociedade medieval (AGULHON, 1977).

Em relação aos pressupostos teóricos aqui abraçados, ainda é importante trazer à tona aqueles próximos das discussões que permeiam o campo da História do Tempo Presente. Partindo desta afirmação, primeiro valem ser destacados os debates acerca de uma “nova” história política, ou “retorno do político”, conectados também aos conceitos de cultura política (BERNSTEIN, 2009), redes de sociabilidade (AGULHON, 1981, 1987) e intelectuais e geração (SIRINELLI, 2003, 2006). Além disso, a trajetória de Corrêa é uma história do presente, pois trata de uma historiografia que ainda reverbera em discussões atuais. Essa reverberação é percebida tanto nos discursos em âmbito universitário que buscam se

diferenciar de uma história “tradicional” a qual Corrêa estaria pretensamente associado quanto nas narrativas que propõe uma permanência nessa forma de escrever e pensar a história — que por sua vez apareceriam nos trabalhos vinculados ao IHGSC ou em narrativas históricas produzidas pelo (ou para) o poder público e político catarinense (Governo do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por exemplo). É por esse olhar que Corrêa é tratado como um sujeito da História do Tempo Presente, ou seja, como um “ainda-aí”, uma vez que viveu muitos e diferentes presentes. Essa questão, por fim, insere-o “em um contexto em que o passado não está nem acabado nem encerrado” (ROUSSO, 2016, p.18).

Tal maneira de pensar a trajetória de Corrêa amplia-se também em direção aos “estratos do tempo” sugeridos pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (2014). Utilizando metáforas para teorizar sobre o tempo, Koselleck toma de empréstimo da geologia a noção de “estratos”, que seriam as diferentes camadas que, sobrepostas, compõem as rochas. A partir desta comparação, ele sugere que o tempo histórico também está alicerçado em inúmeras camadas temporais, que não são incompatíveis e fixas, mas que coexistem, que estão justapostas e em permanente “ajustamento”. Relacionando metaforicamente as noções de tempo e espaço, Koselleck apresenta aos historiadores uma ferramenta que “permite separar [e interrogar] analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados” (KOSELLECK, 2014, p. 19). Com isso, o autor busca demonstrar como estes estratos vão constituindo cada “presente”.

Ao passo que se entende os historiadores como profissionais aptos a perceber os diversos “estratos de tempo” imbricados num mesmo presente, atentos aos movimentos históricos (com suas rupturas e continuidades) e, portanto, capazes de descortinar a transitoriedade daquilo que parece imóvel, parece coerente que eles também se lancem a observar com esse olhar “histórico” a maneira como se desenvolve o seu próprio *métier*. É a partir desta percepção que a História do Tempo Presente emerge como um instrumento válido na tentativa de compreensão da constituição de um campo de saber em Santa Catarina — o qual é composto por inúmeras imbricações sociais e narrativas, que também portam lembranças e esquecimentos, e no qual Corrêa estava imerso.

Perceber Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, suas sociabilidades e obras como objeto da História do Tempo Presente é ainda compartilhar a ideia de que cada indivíduo vive em



“vários tempos”, ou seja, posiciona-se no mundo a partir um “tempo laminado”, como coloca François Dosse (2013, p.332):

O indivíduo está situado em um tempo genealógico, o de sua filiação ao eixo longo e vertical de suas origens e ao eixo mais curto, o do conjugal e das amizades que são também ocasiões de intensificação temporal resultante do imprevisível. Ao tempo dos familiares acrescenta-se o tempo das instituições que precede o indivíduo e lhe atribui um lugar no interior da cidade. É o mundo do político no sentido amplo que articula todas as formas de instituições, associativas, culturais, propriamente políticas ou religiosas. E em seguida, há o tempo dos valores seguindo os modos diversos de avaliação do que é lícito ou proibido, positivo ou negativo, impedido ou consentido.

Os tempos dos quais fala Dosse seriam, hipoteticamente, um pouco mais fáceis de serem observados e, de certa forma, quantificados. Como contraponto a este “tempo exterior”, ele sugere que existem ainda outras formas de temporalidade que fogem a uma possível quantificação. Essas são temporalidades sensíveis, como aquelas que estão vinculadas a um tempo rítmico, isto é, o retorno periódico do mesmo, a repetição sazonal, cósmica e cíclica reiterada sempre de maneira singular e presente em elementos como os “ritmos biológicos, mas também o dos *habitus*, do ambiente cotidiano, da língua” (DOSSE, 2013, p.332). Há, ainda, segundo o autor, a temporalidade dos “humores” e dos “temperamentos”, ligada às formas de sentir e vivenciar o tempo.

Enfim, lidar com a presença de inúmeras “testemunhas” da trajetória de Corrêa coloca, mais uma vez, o presente trabalho dentro dos dilemas e discussões da História do Tempo Presente. Essa condição sugere vantagens e desvantagens, como bem assinalam historiadores como Henry Rousso (2016): a possibilidade de ouvir estes sujeitos é recurso relevante; mas também existe a possibilidade desses mesmos sujeitos interrogarem as representações produzidas pela historiografia, que muitas vezes entram em conflito com as representações construídas pela memória coletiva. Essa questão, em diferentes níveis de “coação”, está bastante presente no trabalho daqueles que se abrigam sob o teto da História do Tempo Presente. Rousso aborda este ponto nevrálgico logo ao início de seu livro *A Última Catástrofe*, ao narrar um episódio transcorrido quando ele era ainda um jovem pesquisador — igualmente estavam envolvidos outros dois personagens, sendo um deles o também jovem pesquisador Denis Peschanski e o outro François Bedárída, primeiro diretor do Instituto de História do Tempo Presente. Segundo Rousso, ao longo de uma discussão entre os três acerca

de um colóquio a ser organizado e que teria como temática o Regime de Vichy e o período de ocupação alemã, num momento de ânimos exaltados, ambos os jovens pesquisadores escutaram de Bédarida a seguinte sentença: “Vocês não viveram este período, vocês não podem compreender!” (ROUSSO, 2016, p.13).

Partindo dessa frase emblemática, Rouso discute a respeito de uma das principais características do tempo próximo e dos dilemas que ele remete aos historiadores do presente: “a presença de atores que viveram os acontecimentos estudados pelo historiador e capazes eventualmente de testemunhá-los, de participar de um diálogo com os mais jovens.” (ROUSSO, 2016, p.14). Tais discussões, debates e, por vezes, embates permeiam espaços coabitados por diferentes gerações. Desta forma, mesmo que historiadoras e historiadores do tempo presente não tenham vivenciado os fenômenos os quais decidem observar, está disponível a eles o diálogo com aqueles que os experienciaram. A partir desta perspectiva, o historiador do tempo presente “é uma testemunha da testemunha, por vezes mesmo a primeira, se foi ele que tomou a iniciativa de interrogá-la”, ao passo que pode “também ser o último a ter podido lhe falar enquanto estava viva.” (ROUSSO, 2016, p.14).

Seguindo este raciocínio entende-se que a lida com estas fontes, frente às peculiaridades referentes a este campo, pode trazer importantes consequências epistemológicas, difíceis de ser mensuradas. Na História do Tempo Presente, tanto o sujeito quanto o objeto de sua pesquisa se encontram compartilhando uma mesma contemporaneidade, como testemunhas de um passado que ainda não está “terminado”. À vista disso, como afirma o historiador Carlos Fico, pode ser visível ao longo do trabalho de pesquisa “a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que [o historiador] busca narrar e/ou explicar” (FICO, 2012, p.44). Tal pressão, aqui quer se destacar, não é vivida somente por aqueles que tratam de temas como o período ditatorial brasileiro — caso de Carlos Fico —, mas está presente no trabalho daqueles e daquelas que lidam com acontecimentos que ainda tem reverberação na vida de homens e mulheres de hoje. Esse entendimento faz emergir dilemas como: de que forma se posicionar eticamente perante aqueles que serão eventualmente “atingidos” pelo discurso produzido? E quais seriam os procedimentos teóricos e metodológicos que envolvem a produção desse discurso? Nessa perspectiva, a possível existência de questões sensíveis às pessoas próximas de Corrêa incorre também no trabalho que aqui se desenrola. Ao longo da tese, foi preciso, além de observar o objeto e as fontes a ele atreladas, levar em consideração a memória acerca deste historiador

que seus próximos desejam preservar, perpetrar e repassar “através das gerações”. Não se trata, por exemplo, de contrapor uma memória familiar ou pessoal àquela que é produzida pelo discurso histórico, mas sim de tentar observar onde possivelmente elas estão imbricadas. Isso gera indagações como a seguinte, sugerida por Fico (2012, p.49): “Essa atitude compreensiva poderia comprometer a objetividade do conhecimento histórico?”. Baseado em Dominick LaCapra, Fico responde a questão afirmando que há pouca reflexão sobre o tema, mas que o pesquisador deve exercer uma atitude de empatia, sempre levando em conta que não deve almejar ser o “porta-voz” daqueles aos quais seu tema está ligado, colocando-se como hábil a falar (ou não) em seu(s) nome(s).

Na trajetória de Corrêa, uma trajetória entre-lugares, essas características que se ligam à História do Tempo Presente se manifestam de maneira nítida, pois é uma trajetória com testemunhas ainda vivas, de gerações e de tempos laminados. Corrêa representa um passado historiográfico que em alguns espaços, como o universitário, parece encontrar um desejo de esquecimento, mas que em instituições como IHGSC, Academia Catarinense de Letras (ACL) e ambientes políticos, como a própria Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ainda se coloca como um “passado presente” quando são levadas em conta as narrativas históricas produzidas. Os representantes do IHGSC ainda são inquiridos e requisitados, dividindo espaço, com os também requisitados e inquiridos representantes de uma “nova geração”.

Portanto, é nesse cenário de tensão entre determinadas memórias que os historiadores e historiadoras do tempo presente são convocados a repensar suas responsabilidades perante as demandas, por exemplo, de “fidelidade memorial”. Para tanto, vale atentar para uma possível “sacralização da memória”, operação oposta àquela da postura crítica que se exige de um pesquisador ou pesquisadora frente ao seu arcabouço de fontes, objetos e temas. Nessa lógica, contar com “o bom senso do artesão” (RIOUX, 1999, p.46) parece ser uma posição profícua, pois ela supostamente criaria para o historiador do presente o recuo necessário, conciliando a empatia em relação àqueles — sujeitos/instituições/grupos/testemunhas — que circundam a pesquisa e o papel do historiador como um produtor de discursos históricos. Como afirma Rioux (1999, p.46), “[...] é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria, sempre, em todos os lugares e por todo tempo, o famoso ‘recuo’”. Assim, o sujeito que elabora a pesquisa se distancia, com intuito de observar seus objetos; no entanto, sempre entendendo o seu lugar e papel perante seu ofício, evitando “soçobrar na ilusão de uma compreensão do mesmo pelo

mesmo sob o pretexto de respirar o mesmo ar do tempo que os atores estudados” (ROUSSO, 2016, p. 240) e tomando “permanentemente a medida da distância constantemente variável em relação ao objeto e ao sujeito estudado” (ROUSSO, 2016, p. 240).

Perante este cenário, colocaram-se ao longo da presente pesquisa algumas questões que se ligam tanto à liberdade do ofício historiador quanto ao posicionamento ético da pesquisadora. Tais questões, em grande medida, surgiram a partir de um contato mais próximo com pessoas vinculadas aos círculos profissional e pessoal de Corrêa ao longo de sua vida. Na fala desses sujeitos em conversas informais, antes mesmo do início efetivo da pesquisa e também em algumas das entrevistas de história oral realizadas ao longo do processo, surgiram, não raro, discursos que se direcionaram para o desejo de promover e perpetuar determinada memória acerca de Corrêa. Nessas falas, percebeu-se a composição de uma memória muito próxima à disseminada pelo IHGSC — vale lembrar, instituição da qual Corrêa foi presidente e que parece, *grosso modo*, buscar erigir um passado de “grandes homens” a partir da fabricação de narrativas individuais bem sucedidas, das glórias e dos feitos de seus integrantes.

Tendo em mente a necessidade de manter certa autonomia durante o processo de pesquisa, devido ao possível confronto entre as imagens ou representações relacionadas à intimidade de Corrêa e as expectativas em relação à pesquisa nutridas por personagens próximos a ele, alguns posicionamentos metodológicos foram tomados. Assim, pensando o tratamento das fontes, a pesquisa direcionou-se a aspectos mais “publicizados” da trajetória do historiador, ou seja, optou-se por desistir da investigação em seu acervo pessoal, hoje abrigado em sua antiga residência, uma vez que a viúva de Corrêa se mostrou reticente em relação ao acesso, sob justificativa de que a documentação estava desorganizada (em suas palavras, “bagunçada”).

Após ter aceitado essa condição “restritiva”, mais especificamente já ao final das considerações da tese, deparei-me com uma surpresa. Paralelamente ao período de tessitura da tese, tive a oportunidade de ler *Paul Ricoeur: um Filósofo em seu Século* (2017), de François Dosse (de antemão, destaco que meu interesse pela obra foi mais por uma curiosidade particular do que propriamente acadêmica). Nessa biografia intelectual, chamou-me a atenção a maneira como Dosse efetuou uma análise sensível das obras de Ricoeur, não priorizando somente a figura e os aspectos da vida e obra do filósofo, mas trazendo para este debate também personagens e autores que atravessaram sua vida. Após a leitura da obra, tomei a

iniciativa de revisitar *O desafio biográfico*, do qual Dosse também é autor. Nessa nova leitura, encontrei seu relato sobre o processo de pesquisa que culminou em *Paul Ricoeur: um Filósofo em seu Século*, e ali, quase como frente a um espelho, encontrei-me e pude compreender os caminhos escolhidos por ele tendo em perspectiva minha própria experiência. Assim como a pesquisa aqui empreendida, o trabalho de Dosse não pôde dispor do arquivo pessoal de Ricoeur, e essa situação, como o próprio historiador confessou, em um primeiro momento levantou para ele dúvidas quanto a possibilidade de sua concretização. Porém, contra todos os sinais que o “instinto historiador” poderia mandar, Dosse insistiu na pesquisa e buscou “coletar um material tão extenso quanto possível, a fim de recortar as fontes de informações, para em seguida confrontá-las com os textos [de Ricoeur]” (DOSSE, 2009, p.375).

Igualmente como uma “insistência”, o processo de pesquisa sobre a trajetória de Corrêa foi permeado por andanças entre bibliotecas e arquivos, por idas e vindas, em uma busca contínua por rastros dos percursos por ele seguidos. Essa dinâmica acabou por focar na sua atuação no espaço público, e o arcabouço documental consultado e interrogado constituiu-se de produções por ele elaboradas, produções de outros autores pertencentes às suas redes<sup>12</sup>, alguns periódicos publicados no período (destaque para o jornal *O Estado*) e documentação disponível em locais como o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, o IHGSC, a ACL, o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), o Arquivo Central da UFSC e o arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da UDESC.

A maior parte das entrevistas analisadas é resultado de depoimentos recolhidos a partir da metodologia da história oral em função da pesquisa aqui empreendida. Os demais depoimentos examinados foram coletados por outros pesquisadores e pesquisadoras com o intuito de responder diferentes questões. Embora com foco distinto ao desta tese, e gravados em momentos e cenários diversos, eles mantêm seu valor documental pois colocam em foco a trajetória de Corrêa. Em relação aos outros personagens entrevistados, para além de suas trajetórias, foram também levadas em conta as ligações estabelecidas com Corrêa — aliás, foram essas mesmas ligações que guiaram a escolha daqueles que seriam entrevistados. No que tange aos nove depoimentos recolhidos ao longo do processo de pesquisa (ver Anexo 1), ressalta-se que antes mesmo dos personagens entrevistados serem procurados o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da

---

<sup>12</sup> Ao longo do trabalho, os livros e as publicações relacionados a essas redes são entendidos como fontes, ou seja, como indícios para o mapeamento dessas ligações e narrativas a elas subjacentes. Procurando diferenciar estas obras daquelas que também são produzidas por alguns desses autores, mas que, no entanto, constituem-se aqui como referências bibliográficas, foram produzidos quadros nos quais elas são especificadas.

UDESC, tendo sido aprovado.<sup>13</sup> Junto a documentação enviada ao comitê, foi encaminhado um roteiro de entrevista preliminar, o qual serviu para elaborar os roteiros individuais que focaram nas relações específicas que cada depoente teve com Corrêa (ver Anexo 2).

É válido assinalar que os depoimentos orais são constituídos por memórias e diferentes narrativas sobre o passado; logo, portam seleções, esquecimentos e representações particulares acerca deste mesmo passado. Mesmo que não possamos tomá-los como “[...] relatos ‘verdadeiros’ e ‘objetivos’ sobre os fatos narrados, [eles] representam um rico material e trazem informações pouco encontradas em outras fontes” (FERREIRA, 2013, p.154). Além disso, as entrevistas podem ser um ponto de partida para a busca e localização de outros indícios.

Dito isto, é pertinente lembrar as afirmações dos historiadores Eduardo Silva e João José Reis, ao tratarem do trabalho com fontes para a escrita da história da escravidão no Brasil: “O historiador [...] está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, a sua sina, ciência e arte” (REIS; SILVA, 1989, p.14). Com base nessa condição, “o que se chama evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizadas pelo historiador, transformam-se, em larga medida, sua criação” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.63). Sentenciado a lidar com a documentação que encontra, o historiador lança luz a esses vestígios e transforma-os em evidências, tramando e confeccionando fio a fio sua escrita historiográfica, transformando os rastros em acontecimentos.

Com objetivo de não deixar este momento introdutório muito desgastante, destaca-se de antemão que outras incursões teórico-metodológicas aqui abordadas serão melhor desenvolvidas ao longo dos próprios capítulos, no momento em que conceitos e ideias são cotejados com a empiria e, assim, “lançam luz” aos objetos de análise aqui selecionados. A tese, portanto, está organizada em duas partes, cada qual com dois capítulos que conversam entre si e objetivam “resolver” a pergunta inicial promotora de toda a tessitura do trabalho. As incursões teórico-metodológicas foram um grande desafio, instigado pelo esforço em manejar uma grande variedade de tipologias documentais e, assim, tentar dar conta da complexidade que cabe a essa trajetória.

Como aponta o próprio título, a primeira parte da tese — *Na teia das sociabilidades: as redes políticas e intelectuais* — realiza um esboço das redes de sociabilidade nas quais

---

<sup>13</sup> Certificado de apresentação para Apreciação Ética nº 78776417.9.0000.0118; Parecer nº 2.420.924.

Corrêa estava inserido e que tangenciavam espaços políticos, culturais e de produção do conhecimento em Santa Catarina. A partir deste mapeamento, almejou-se problematizar os diversos “nós” e ligações dessas redes e a maneira pela qual elas auxiliam a pensar acerca da natureza das articulações entre personagens de diferentes espaços e grupos. Entendeu-se que Corrêa circulava em espaços de sociabilidade distintos que, no entanto, não podem ser objetivamente separados, pois se articulam e se encontram a todo momento ao longo de sua trajetória.

Por conseguinte, o segundo capítulo, intitulado *As redes políticas: teias que “vêm de berço”*, tentou, a partir da noção de redes de sociabilidade (AGULHON, 1981, 1987), problematizar a inserção de Carlos Humberto Corrêa num panorama político referente ao estado de Santa Catarina. Observou-se nesse panorama a presença de uma cultura política catarinense e florianopolitana — ou seja, a existência de um “conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (MOTTA, 1996, p.5). Essa cultura política promovia o estabelecimento de redes nas quais a família de Corrêa estava inserida desde o início do século XX e que são deixadas a ele como uma herança.

A partir desse mapeamento buscou-se refletir, diminuindo a escala, acerca dos próprios percursos de Corrêa, da existência de um capital simbólico (BOURDIEU, 2007) por ele administrado e do seu pertencimento a uma elite<sup>14</sup>. Tais elementos pareceram ter aberto a ele um campo de possibilidades e permitiram que ele exercesse, apesar de nunca ter participado efetivamente do que se pode entender como uma cena político-partidária<sup>15</sup>, funções ligadas aos Poderes Executivos estadual e municipal. Para tanto, foram tomadas como fontes o jornal *O Estado*, no período entre 1915 e a década de 1960, e a documentação encontrada nos acervos do IHGSC e da ACL.

O terceiro capítulo — *Entre a Universidade e o Instituto Histórico: trilhando caminhos sob os auspícios de Clio* —, por sua vez, ainda pensando pela ótica do estabelecimento de redes de sociabilidade (AGULHON, 1981, 1987), pretendeu mapear os laços estabelecidos por Carlos Humberto Corrêa em variados espaços de produção intelectual. Nesse percurso, foram identificados alguns dos seus principais interlocutores, por exemplo ex-colegas de trabalho, outros membros associados ao IHGSC e à ACL, contemporâneos de

---

<sup>14</sup> Entendida aqui, num sentido amplo, como um termo que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos (HEINZ, 2006, p.7).

<sup>15</sup> Nunca tendo se candidatado a eleições, ou seja, não exerceu cargo político mediante eleição por voto popular.

Corrêa. Por essa ótica, entendeu-se que investigar as sociabilidades significa seguir as trajetórias de indivíduos e de grupos buscando mapear seus comportamentos, suas ideias e formas de organização, de maneira que seja possível caracterizar e compreender os esforços de reuniões e de afirmação de identidades na condição de grupos. Conceitualmente, a formação do grupo (ou grupos) ao qual (aos quais) pertencia Corrêa será pensada por meio das noções de campo (BOURDIEU, 1990, 2007) e de intelectuais e geração (SIRINELLI, 2003, 2006). Tais conceitos foram entrelaçados tomando como inspiração a prosopografia (STONE, 2011), ou seja, buscou-se identificar as características comuns, permanentes ou transitórias de alguns intelectuais ao quais Corrêa esteve articulado, dando destaque aos mecanismos e projetos que caracterizaram as trajetórias e estratégias de carreira desses personagens. Essas questões poderiam ajudar a entender, inclusive, por que Corrêa posteriormente teria se tornado parte de um grupo “tradicional” do qual um “novo” grupo de historiadores pertencentes à UFSC gostaria de se diferenciar. Visando mapear essas redes e elaborar brevemente essas trajetórias, foram consultados livros lançados por Corrêa ao longo de sua carreira, revistas e outros periódicos editados pelo IHGSC, documentação presente nos arquivos do IHGSC e da UFSC, e também entrevistas orais com pessoas que mantiveram contato com ele em algumas das instituições acima mencionadas.

A segunda parte da tese — *As teias e os caminhos: deslizamentos entre história e legado* — mergulha no universo da narrativa, ou melhor, de narrativas, tanto aquelas que foram produzidas acerca de Corrêa quanto aquelas produzidas por ele próprio. Buscou-se entrever nesses discursos as próprias redes e o “legado” que foi construído e deixado pelo historiador.

No quarto capítulo — *Carlos Humberto historiador: encontros e desencontros “deslizantes”* — observou-se especificamente como essas redes ecoam também naquilo que foi produzido intelectualmente por ele, como seus trabalhos acerca da história catarinense (no espaço universitário e no IHGSC), da história oral e também das artes plásticas, na qual se pode entrever vestígios de suas “ideias” e “concepções”. Nesta parte, buscou-se investigar, por exemplo, a existência de rupturas ou permanências metodológicas e conceituais nos trabalhos por ele lançados ao longo de sua trajetória.

Nesse sentido, trouxe-se à tona a noção de *lugar social do historiador* (CERTEAU, 2008, p.66), entendendo que as representações presentes nas diversas produções historiográficas são fruto de processos históricos e de práticas sociais específicas. Com base



nessa concepção, compreende-se que as experiências particulares, junto aos diversos meios de veiculação das ideias, podem apontar, ao longo do tempo, para a elaboração de variadas representações sobre o passado. Toda escrita histórica, segundo Certeau (2008), parte de um lugar social de produção, lança mão de determinados procedimentos de análise e se materializa em uma narrativa. Aqui se entendeu que o(s) lugar(es) nos quais Corrêa circulou reverberaram em seus interesses e também conferiram a ele certa legitimidade, característica que também varia entre tempos e espaços.

Nesta perspectiva, articulando as redes político-intelectuais às quais Corrêa estava ligado, buscou-se pensar se seria possível também “enquadrá-lo” em um “modo de fazer” história ligado ao *campo* no qual estava inserido ou questionar se ele não estaria nem “aqui”, nem “lá”, mas num território intersticial. Cruzando os vestígios relativos ao grupo ao qual ele supostamente pertencia com os trabalhos por ele publicados, almejou-se entendê-lo no espaço historiográfico catarinense, tanto em relação às suas próprias redes intelectuais quanto em relação aos “outros” — que estariam, hipoteticamente, à parte destas conexões. A noção de Corrêa como um historiador entre-lugares, portanto, perpassou o entendimento de que sua trajetória demonstrou identificações “deslizantes”. Evitando categorizações estanques, tal noção ajudou a pensar as redes e identificações de Carlos Humberto ao longo de sua vida profissional. As fontes analisadas neste capítulo foram principalmente as produções escritas de Corrêa, cotejadas a documentação encontrada nos arquivos do IHGSC, da ACL e da UFSC. Nessas fontes, buscou-se observar os tempos sobrepostos, as rupturas e permanências que parecem diluídas e desvelar, de algum modo, as tensões existentes no seio de um grupo aparentemente coeso.

No último capítulo, *As sociabilidades na edificação de um legado*, entendendo “legado” como aquilo que é passado às gerações seguintes, observou-se a trajetória de Corrêa buscando problematizar em que medida sua inserção nessas redes pode ter reverberado no “legado público” por ele construído como intelectual e historiador. Em linhas gerais o capítulo tomou como norte — e tentou refletir acerca de — indagações como: quais conjunturas político-intelectuais e relações estabelecidas (redes de sociabilidade) por Corrêa permitiram que durante o seu percurso profissional ele ocupasse determinados espaços? E, ainda, existe uma relação entre suas redes e as narrativas que permeiam a sua trajetória? Dentro dessas inúmeras narrativas se colocam aquelas empreendidas por ele mesmo, em entrevistas, e aquelas produzidas por outros após o seu falecimento, por exemplo.

Nesse sentido, foi importante “brincar” com as escalas (REVEL, 1998), tentando situar o percurso profissional e de relações de Corrêa dentro de um panorama catarinense, mais especificamente da cidade de Florianópolis. “Brincar” com escalas sugeriu responder certas interrogações como: que cidade era essa? Que universidade era essa? Onde poderia Corrêa se inserir nesta “paisagem”? Estas dimensões, assim como aquelas relativas às sociabilidades, têm alguma reverberação na construção de seu “legado” público?

As fontes consultadas nos acervos do IHGSC e da ACL constituem-se em diversas reportagens jornalísticas, discursos e correspondências endereçadas ou relacionadas a Corrêa, bem como entrevistas por ele cedidas a pesquisadores e jornalistas. Estão acessíveis na internet, também, algumas reportagens em formato audiovisual nas quais o historiador aparece como interlocutor. Foram problematizadas, mais uma vez, também entrevistas orais com aqueles que mantiveram contato com Corrêa durante o recorte temporal aqui observado.

Nesse ensejo, ressalta-se que o recorte temporal aqui designado, o ano de 1963 até 2010, foi delineado a partir do período em que Corrêa esteve ativamente envolvido na construção de sua trajetória profissional, desde a sua admissão em 1963 como diretor do então denominado Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF)<sup>16</sup> até o seu falecimento em 2010, quando estava à frente do IHGSC. Porém, a partir dos caminhos trilhados ao longo da análise documental se tornou necessário certas vezes escandir tal recorte para períodos anteriores e posteriores aos estipulados. A escolha desse intervalo, por conseguinte, serviu como uma baliza metodológica e não como uma barreira limitadora à reflexão desenvolvida.

De acordo com Henry Rousso (2016, p.21), sumariamente, o termo “historicidade” designaria “o caráter propriamente temporal e, portanto, evolutivo, variável, limitado e mortal do homem ou das sociedades”, característica que acarreta a impossibilidade de homens e mulheres inseridos no tempo produzirem um conhecimento “completo” e “absoluto” sobre si mesmos, pois esse conhecimento possui também um limite e uma finitude. A partir disso, parece razoável sugerir que esta condição própria a tudo que é humano se aplica também à trajetória do historiador sobre a qual esta tese se debruçou — um homem entre-lugares, situado sobre “estratos do tempo” e “tempos laminados”, elementos ligados a uma

---

<sup>16</sup> Fundado em 1949 o Museu de Arte Moderna de Florianópolis (Decreto nº 433, de 18 de março de 1949) deixa de ser municipal passando para a administração estadual em 1970 (Decreto nº 9.150, de 4 de junho de 1970), nesse momento tem seu nome alterado para Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), denominação que carrega até hoje.

historicidade expressa na herança, nas afinidades, na diferenciação e nos “deslizamentos” que se operam ao longo de um percurso intelectual.

Por conseguinte, na convivência de diferentes gerações, tempos, lugares e códigos de significação da realidade, buscou-se encontrar elementos adequados à problematização da trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa e também, conforme as fontes foram permitindo, as trajetórias de sua própria família e personagens a ele vinculados. Ao longo do presente trabalho, objetivou-se demonstrar como a análise de trajetórias — aqui, em especial, a de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa —, nas suas dimensões subjetivas e objetivas, pode contribuir para entender as motivações e disposições que se engendram por trás da construção de narrativas históricas. Sugere-se que o exame de trajetórias individuais, associado ao mapeamento das redes que as rodeiam e sustentam, permite discutir a multiplicidade de percepções e valores associados ao fazer historiográfico e aos campos que a ele podem estar vinculados.

Finalmente, entende-se que a presente tese é uma “justaposição” de conceitos e fontes que tenta dar conta de uma trajetória, ela própria uma conjunção de elementos diversos, que certas vezes até parecem ser contraditórios. Longe de “merecer ou honrar rótulos”, como afirmou Maurice Agulhon, aqui o intuito foi produzir um *esboço* de reflexão sobre os caminhos percorridos (herdados e legados) por um historiador catarinense, posicionado entre tempo(s) e lugar(s). Tenta-se, por fim e de alguma forma, trazer algum valor de explicação e entendimento acerca de nós, historiadoras e historiadores do *nosso* presente.

**PARTE I:**

*Na teia das sociabilidades: as redes políticas e intelectuais.*

## 2 AS REDES POLÍTICAS: TEIAS QUE “VÊM DE BERÇO”

[...] Quem conhece ao menos razoavelmente a obra de Carlos Humberto Corrêa, sabe que o diálogo com sua musa possui duas vertentes principais, a história política e a história intelectual (WEHLING, 2003, p.13).

Na apresentação da obra *Diálogos com Clio* (2003), livro de autoria de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Arno Wehling caracteriza seu colega como um historiador do político e da história intelectual. As duas temáticas, de fato, parecem se constituir áreas privilegiadas pelo pesquisador ao longo de seu percurso historiográfico. Mas será que a política, ou o mundo político e suas instituições, estavam circunscritos e se ligavam somente ao Carlos Humberto<sup>17</sup> historiador e às suas obras como um objeto de maior interesse? Tomando essa pergunta como um vetor, o presente capítulo pretende mostrar que o envolvimento deste historiador com o “mundo político”, sobretudo na sua dimensão subjetiva, não fez parte somente das suas curiosidades como pesquisador, mas era parte efetiva da vida cotidiana, das redes por ele estabelecidas e estava até mesmo presente em uma certa herança familiar.

Filho de Ylmar de Almeida Corrêa<sup>18</sup> e Avelina Pederneiras Corrêa, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa nasceu em Florianópolis no dia 11 de abril de 1941<sup>19</sup>. Durante a infância e adolescência estudou no Colégio Estadual Dias Velho, localizado na capital catarinense,<sup>20</sup> e após a conclusão dos cursos “Ginasial” (1956) e “Científico” (1960) ingressou, no ano de 1961, na UFSC, no curso de História<sup>21</sup>, tornando-se em 1965 bacharel e licenciado. Posteriormente, em 1967, Carlos Humberto tornou-se professor deste mesmo curso<sup>22</sup>. Num primeiro olhar, sua trajetória estudantil parece corresponder às tantas outras que foram traçadas por diversos jovens estudantes de sua geração na cidade de Florianópolis. Os nomes

<sup>17</sup> Ao longo deste capítulo, as referências a Carlos Humberto Pederneiras Corrêa serão indicadas pela utilização de seus dois prenomes, Carlos Humberto, com o intuito de não o confundir com o seu avô, que será denominado Dr. Carlos Corrêa.

<sup>18</sup> O prenome do pai de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa aparece nas fontes grafado também na variação “Ylmar”. Ao longo do trabalho utilizar-se-á “Ylmar”, pois é assim que está registrado em sua certidão de nascimento.

<sup>19</sup> Certidão de nascimento. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>20</sup> Certidões de Conclusão de Curso. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>21</sup> Segundo documentação encontrada no Arquivo Central da UFSC, Corrêa prestou exame vestibular para o curso de História no ano de 1961, tendo sido aprovado e ingressado na UFSC neste mesmo ano.

<sup>22</sup> Antes de se tornar professor do Departamento de História, Corrêa lecionou entre os anos de 1962 e 1965 a disciplina de “Desenho” no Colégio de Aplicação da UFSC, período concomitante ao exercício do cargo de Diretor do Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF).

e sobrenomes de seus pais, da mesma forma, não despertam de antemão alguma surpresa ou algo que pudesse sugerir uma aproximação “mais íntima” com o mundo político catarinense e/ou florianopolitano<sup>23</sup>. No entanto, ao aprofundarmos o olhar em relação aos seus laços familiares e aos lugares pelos quais circulou, saltam aos olhos as redes políticas e de sociabilidade nas quais Carlos Humberto estava inserido. Tais redes, por sua vez, em grande medida, colocam-se como uma herança de família, um legado que parece ter permitido de alguma forma que ele ocupasse durante a sua vida profissional funções que iam além daquela de professor da UFSC e que estavam ligadas a instituições culturais e políticas do estado de Santa Catarina e da cidade de Florianópolis.

## **2.1 Laços e enlaces no diálogo entre herança e política**

Recuando brevemente a um período anterior ao início da trajetória profissional de Carlos Humberto, ao longo destas primeiras páginas objetiva-se, a partir dos conceitos de cultura política e capital simbólico, tentar compreender a inserção desse historiador num panorama político referente a uma região que compreende *grosso modo* as fronteiras políticas do estado de Santa Catarina. Nesse cenário se buscará observar como a existência de uma cultura política difundida no seio de uma tradição política e própria a uma elite regional possibilitou o estabelecimento de redes de sociabilidade, nas quais a família de Carlos Humberto estava inserida desde o início do século XX.

Apesar de não ter integrado de maneira efetiva uma cena político partidária, Carlos Humberto exerceu ou teria exercido<sup>24</sup> diversas funções ligadas ao Poder Executivo de Santa Catarina e Florianópolis juntamente a espaços como MAMF, Direção do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina (1969-1975) e Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (1975 ou 1976). Desta forma, infere-se que ao mapear as redes nas quais ele estaria inserido seria possível investigar os laços políticos que Carlos Humberto mantinha e construiu, bem como aqueles que seriam uma espécie de “herança política”, elementos que possivelmente permitiram o acesso deste historiador aos cargos acima mencionados.

---

<sup>23</sup> Um espaço político que é, *grosso modo*, comumente associado ao domínio das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, sobretudo ao longo do século XX.

<sup>24</sup> Os exercícios de algumas destas funções foram difíceis de ser mapeados — como se verá mais à frente, nesse mesmo capítulo —, pois algumas das fontes identificadas no dossiê encontrado junto ao IHGSC, bem como as publicações de autoria de Corrêa, nas quais constam algumas informações nesse sentido, oferecem indícios de difícil interpretação, devido a suas informações “desencontradas”.

Primeiramente, antes de lançar mão do conceito de cultura política a partir da forma pensada pela historiografia, é importante refletir brevemente sobre como a noção é dimensionada pela antropologia. Tal incursão é importante para compreender a dimensão política inscrita nas relações sociais e como essa inscrição vai reverberar na própria construção do entendimento acerca do que seria uma cultura política. Karina Kuschnir (2005), no texto *Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*, refaz a trajetória do conceito e mostra que inicialmente, antes de ser tomado — e depois abandonado — pela antropologia, a noção de cultura política surgiu de uma perspectiva que dialogava com vertentes teóricas desenvolvidas anteriormente à Segunda Guerra Mundial que se consolidou na década de 1960 a partir dos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba (1963).

Nessas vertentes teóricas do início do século XX, os significados atribuídos à “cultura” e à “política” apontavam para uma ampliação das fronteiras da atividade política, que estava muito restrita ao espaço de atuação do Estado. Ao observar que o exercício do poder envolvia relações de ordem econômica, familiar, religiosa, geracional, de gênero, entre tantas outras, estas próprias relações foram repensadas e acabaram por se mostrar como dimensões fundantes na manutenção e atualização da vida política (e, da mesma forma, relacionam-se com a questão da “sociabilidade”). Nesse contexto, manifestam-se também figuras individuais que dentro de uma sociedade complexa se colocam como mediadores entre diversos espaços culturais.

Como apresenta Kuschnir (2005), cultura política é um conceito fruto da conjunção de várias tradições disciplinares. A partir de uma associação entre perspectivas teóricas advindas da sociologia, psicologia e, principalmente, antropologia, os cientistas políticos Almond e Verba (1963) buscaram inserir uma abordagem que levasse em conta, nas análises da política da sociedade de massa ocidental, os comportamentos dos indivíduos em relação a esse campo. Esses cientistas colocaram em pauta a observação dos aspectos subjetivos da política em diversos níveis culturais da sociedade, das elites ao “cidadão comum”. De acordo com Kuschnir (2005, p.10), a noção “refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”. Essa atribuição de sentido remete a um entendimento da cultura política que se tornaria bastante familiar para os historiadores décadas depois, atraindo “por combinar o campo da política justamente com a variável cultural, especialidade antropológica” (KUSCHNIR, 2005, p.10).

Em relação à historiografia, a noção de cultura política é um conceito que circula como uma oportuna ferramenta de interpretação sobretudo durante a década de 1990, momento que se observa, no campo da história política, um quadro de renovação de objetos e metodologias. Nesse contexto de novas perguntas, fontes e teorias vindas de outros campos, como a ciência política, o pesquisador Serge Bernstein sugere que as perspectivas imbricadas a esta ideia são instrumentos relevantes na tentativa de responder:

O que faz com que um grupo de pessoas se sinta mais próximo de uma força política do que de outra, vote a favor ou contra determinado partido, aprove uma medida ou proteste contra ele, adote quase espontaneamente a mesma atitude diante de fatos passados ou presentes, considerando-os de modo positivo ou negativo? (BERNSTEIN, 2009, p.30).

Buscando responder essa pergunta, Bernstein foge de explicações que, por exemplo, adotam a via de uma “adesão racional” de grupos e indivíduos, bem como de interpretações baseadas em um “determinismo sociológico”, propostas que, segundo ele, não dão conta de entender o fenômeno sugerido na indagação acima colocada.

Na perspectiva adotada pela historiografia ligada à história política estabelecida nos anos 1990, uma cultura política é como um “sistema coerente de visão de mundo” (BERNSTEIN, 2009, p. 32), que direciona determinados comportamentos políticos a partir das representações que compõem essa mesma cultura política. Tais sistemas de visão de mundo produzem, assim, grades de leitura que conduzem a aspirações concretas e não estão ligadas especificamente à formação de partidos políticos, mas podem ser partilhados e observados por meio de associações, grupos de intelectuais, agremiações. É nessa chave que se pretende aqui pensar o pertencimento de Carlos Humberto a uma parcela da sociedade catarinense que partilhava um mesmo sistema de representações responsável por determinar a visão “da sociedade, de sua organização, do lugar que aí ocupa[v]am, dos problemas de transmissão do poder [...]” (BERNSTEIN, 2009, p. 32) tida pelos os indivíduos dela integrantes. Seria a partir desse “compartilhamento” que foram construídas redes associadas a gerações anteriores da família de Corrêa (avô e pai) e das quais ele se tornou um possível “herdeiro”.

Nessa lógica, é importante elucidar que as culturas políticas às quais se refere Bernstein não estão desprendidas de um “todo”, mas mantêm relações com a cultura global da



sociedade na qual se presentificam e, “longe de constituírem conjuntos fixos e imutáveis, conhecem evoluções ligadas às constantes modificações da conjuntura histórica e às mutações” (BERNSTEIN, 2009, p. 38) desta mesma sociedade. Possivelmente, essa é uma questão que poderá ser observada na própria trajetória política da família de Carlos Humberto ao longo do século XX, ou seja, nas transformações, nos reajustes e deslizamentos desse percurso, que podem coincidir também com aqueles vividos pela cultura política na qual esta “herança política” estava inserida.

No presente capítulo, a cultura política está intimamente atrelada à noção de sociabilidade, tal qual apresentada pelo historiador Maurice Agulhon e explicitada ao longo da introdução da tese. Portanto, vale lembrar que a perspectiva trazida com a noção de sociabilidade incorpora aos estudos que se voltavam ao associativismo — sobretudo aqueles voltados à história política — a questão das sociabilidades informais do cotidiano. Embora existam diferenças fundamentais entre estas duas formas de socialização, elas não podem ser apartadas.

A sociabilidade, portanto, refere-se a sistemas de relações que colocam os indivíduos frente a frente e que formam grupos a partir de “forças” mais ou menos naturais, relativamente instáveis em espaços como a família, os cafés, as praças, as associações operárias ou de caridade, os agrupamentos políticos, as lojas maçônicas etc (AGULHON; BODIGUEL, 1981, p.11). Segundo o pensamento de Agulhon, podemos entender que essas associações informais complementam uma vida associativa mais “formal”, entendimento que resulta num campo de estudos ampliado; logo, não é de se espantar o grande número de trabalhos desde a década de 1970 que lançam mão dessa categoria.

Para pensar a ideia de uma cultura política vinculada à trajetória do historiador Carlos Humberto, no presente capítulo serão respeitadas as divisões político-administrativas existentes: o estado de Santa Catarina ou a cidade de Florianópolis sem, no entanto, perder de vista que os critérios de definição destas fronteiras “são principalmente políticos, e secundariamente econômicos, geográficos e culturais” (VISCARDI, 1997, p. 96). Esses critérios sugeridos por Cláudia Viscardi se justificariam a partir da compreensão de que “a ampliação ou retração dos limites regionais dependem de acordos e/ou disputas que ocorrem na esfera do poder político” (VISCARDI, 1997, p. 96). Tal fronteira seria, ainda, um produto ao qual pode ser atribuído maior ou menor fundamento na realidade, como alerta Bourdieu (2007). Portanto, entende-se que estas divisões estabelecidas podem ser, em diferentes

temporalidades, mais ou menos “permeáveis” a aspectos econômicos, geográficos e culturais, podendo alterar a sua configuração ou meramente produzir um “descompasso” entre o que está “oficialmente” estabelecido e aquilo que é vivenciado dentro e fora dessas bordas, no “jogo de escalas” entre o local, o regional e o nacional. Nesse caso, é interessante perceber que o oeste catarinense, sobretudo no primeiro momento aqui abordado (o início do século XX), parece estar, de certo modo, alheio às discussões desenvolvidas no seio de uma elite política e intelectual que vivencia o cotidiano da capital Florianópolis — por isso, aqui, o cuidado em denominar a cultura política compartilhada por esta elite como sendo “genericamente catarinense”. Sendo assim, a própria ideia de “região” pode ser ferramenta importante para entender as modificações no interior das ideias gestadas e daqueles que compartilham essa cultura política “regional”.

Pensando por essa lógica das redes inserida numa cultura política regional e tomando como objeto a trajetória de Carlos Humberto e suas sociabilidades, nota-se — retomando uma afirmação já levantada anteriormente — que, apesar de nunca ter se candidatado a cargos políticos mediante eleições, ele ocupou cargos ligados ao Poder Executivo catarinense<sup>25</sup>. É a partir dessa constatação que se origina outra pergunta norteadora das reflexões do presente capítulo: quais conjunturas e relações estabelecidas por Carlos Humberto permitiram que durante o seu percurso profissional ele ocupasse tais cargos públicos? Numa primeira observação podem ser levantados dois aspectos principais: a “herança política” de sua família e a sua colocação como uma “voz autorizada”, uma figura intelectual capaz de suprir as demandas de um museu de arte ou de uma direção de departamento de cultura, por exemplo.

## **2.2 Teias que se evidenciam.**

Como coloca Patrícia May, a formação das “elites” políticas catarinenses, em especial no início do século XX, deu-se por meio de indivíduos “ligados entre si no dia a dia em função da parceria nos negócios, da liderança em associações de classe, ou [...] através das atividades desempenhadas na esfera política” (MAY, 1998, p.45). Na cidade de Florianópolis, durante esse mesmo período, eram visíveis as redes de relacionamento estabelecidas entre determinado conjunto de famílias que, por sua vez, constituíam uma cultura política que se baseava “na busca de prestígio e de favores por intermédio de núcleos de poder localizados

---

<sup>25</sup> *Curriculum Vitae*. Dossiê Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Arquivo do IHGSC.

em especial nos grandes partidos políticos e em algumas instituições controladas por esta mesma lógica de parentesco.” (CAMPOS, FALCÃO, LOHN, 2010, p. 266).<sup>26</sup>

A partir das afirmações presentes no trabalho de Patrícia May, foram elencadas algumas questões acerca da trajetória política da família de Carlos Humberto, a qual reverbera nos caminhos trilhados pelo historiador. Esses percursos serão aqui considerados por meio da noção de “herança política”, ferramenta de interpretação para pensar um itinerário que perpassa a trajetória de seu avô — um médico republicano do início do século XX —, a de seu pai — médico e deputado estadual ligado ao Partido Social Democrático (PSD) (PIAZZA, 1994, p. 211) —, até chegar a Carlos Humberto, que mesmo não filiado oficialmente a um partido político parece ter “desfrutado” das alianças e redes políticas anteriormente construídas por seus ascendentes.

Com base no trabalho de Igor Grill (2004), aqui a expressão “herança política” será pensada partindo da proposta do cientista político Claude Patriat (1992), ou seja, entendida como um espólio construído, resultado de laços de parentesco pautados numa descendência ou casamento, e também por conexões de “parentesco” político, por sua vez inserido num sistema de relações pertencentes a determinada tradição, força ou, como aqui se propõe, cultura política. Nesse panorama, o “vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal quanto como um processo de investidura da instituição familiar.” (GRILL, 2004, p. 160).

Nesse sentido, o pertencimento de Carlos Humberto a determinada genealogia, da mesma forma que o seu “trabalho de manutenção [do que seria] necessário para produzir e reproduzir as relações duráveis” (BOURDIEU, 1998a, p.68), permitiu a transmissão e a apropriação de um capital simbólico (BORDIEU, 1989), bem como dos laços, compromissos e “gratidões” ao longo dos anos acumulados por seus ascendentes. Logo, neste esquema, o “herdeiro” ao longo de sua trajetória precisa realizar um trabalho de “comprovação” da sua lealdade e proximidade com os compromissos estabelecidos nesse patrimônio político e social. Sendo assim, a “linhagem” por si só não é suficiente para o estabelecimento de um

---

<sup>26</sup> Tal configuração teria vigorado sobretudo até a década de 1960 e 1970, quando este quadro passa gradativamente a adquirir nova feição tanto por conta do regime civil-militar no qual o país estava mergulhado quanto pela mudança nas estruturas sociais catarinenses, que foram sentidas na capital do Estado, Florianópolis, a partir de uma mudança na configuração de seus habitantes — com a chegada de moradores vindos de outros lugares do estado e do Brasil —, na formação de uma classe média e num processo de “modernização” que atingiu sobretudo o planejamento urbano da cidade (LOHN, 2016).

“herdeiro legítimo”, é necessário que ele (o herdeiro) opere de maneira a perpetuar e legitimar o seu próprio pertencimento a essa genealogia no espaço social.

No que tange à tentativa de delinear o que seria uma cultura política catarinense, é preciso antes explicitar que apesar das ideias liberais circularem por Santa Catarina desde meados do século XIX (MEIRINHO, 1997), tal liberalismo difere daquele que circulará pelo pensamento dos grupos que dominaram a política catarinense durante o período aqui abordado, entre o início do século XX e a década de 1970. Enquanto os liberais do século XIX pregavam fortemente a defesa das liberdades individuais e não detinham grande poder econômico, o grupo liberal formado a partir do século XX e em que orbitava as famílias Ramos e Konder Bornhausen ficou caracterizado pela posse de grande capital econômico e pelas conexões com grandes empresários do estado. Nesse contexto, vale evidenciar que a trajetória dessas famílias é permeada por diversos encontros e desencontros políticos, sendo um dos sintomas de discordância a formação, após o fim da ditadura Vargas, em 1945, do PSD e da União Democrática Nacional (UDN) — o primeiro chefiado pela família Ramos e o segundo pelos Konder Bornhausen. Após o golpe militar de 1964, e como sintoma de uma aparente concordância, elas se unem na liderança da recém-criada Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>27</sup>.

Apesar de observar ao longo das trajetórias dessas famílias certa “desarmonia”, tal constatação não impede que se afirme que ambas partilhavam uma mesma cultura política, que se mostra predominante na tradição política regional no século XX. Ao observar as práticas, visões de mundo e representações compartilhadas por elas são percebidos diversos pontos em comum: a transmissão do “poder político” de pai para filho, a defesa de um Estado democrático liberal, a preocupação em representar os interesses de elites industriais e latifundiárias e um estilo político pautado no clientelismo e personalismo que os posicionava como os “representantes” da política catarinense em âmbito regional e nacional (CARREIRÃO, 1990). Nessa perspectiva, a própria aliança dessas famílias durante a década de 1960 em torno da ARENA se coloca como evidência de um compartilhamento de

---

<sup>27</sup> Cabe aqui matizar algumas questões relacionadas ao domínio político comumente associado a estas duas famílias. Mesmo entendendo a relativa coesão de ambos os grupos, portadores de suas próprias dissidências e disputas internas, ao longo do trabalho, os dois partidos e as famílias a eles associadas foram tratados como grandes grupos que partilhavam visões de mundo e também ações políticas. Somente a título de exemplo, dentre as dissidências, pode ser mencionada a cisão no clã Ramos, operada a partir da iniciativa de Aristiliano Ramos (primo de Nereu Ramos) que, juntamente com Adolfo Konder e Henrique Rupp Júnior, funda em 1945 a própria UDN. Vale ainda ressaltar que, anos mais tarde, em 1958, Aristiliano se afasta da UDN filiando-se ao PSD, firmando portanto sua volta ao seio da família, que era grupo dominante dentro deste partido.

interesses. Esse compartilhamento de ideias políticas, por sua vez, juntamente com a defesa dos interesses de uma elite da região, consolidou redes de sociabilidade formadas ao longo do século — e nas quais se infere a inserção da família de Carlos Humberto. As redes estabelecidas por esses grupos, por seu turno, ao divulgarem pensamentos e compartilharem uma visão de mundo, como coloca Patrícia May, “estão na genealogia do poder político catarinense”, pois elas “estabeleceram seu domínio, divulgando valores ideológicos que perpassaram sucessivas gerações. Assim, criaram o que poderia ser denominado como uma espécie de cultura política local” (MAY, 1998, p.155). Apesar de May não utilizar cultura política como um conceito a partir da perspectiva de Serge Bernstein (2009), sua análise fornece subsídios relevantes que permitem visualizar nessas redes e práticas políticas a elas relacionadas a formação de um “sistema coerente de visão de mundo”<sup>28</sup>.

Vale nesse momento ressaltar que, na tentativa de construir uma breve “genealogia” de Carlos Humberto, o próprio historiador se coloca como fonte importante, pois em algumas de suas obras — aqui se destaca o livro *Manuel Paranhos da Silva Veloso: Artífice da nacionalidade no Brasil monárquico* (2003) — realiza um trabalho detalhado de “busca às suas origens” sem deixar explícita a ligação de parentesco que possuía com o personagem principal de seu livro.<sup>29</sup> Nesse sentido, é interessante perceber que o historiador não se coloca diretamente ligado por laços de parentesco com Manuel Paranhos da Silva Velloso; no entanto, ele oferece fortes indícios de que desejava “dar o devido valor” a um personagem “incógnito” produzindo tal obra. O livro é repleto de referências que parecem buscar consagrar uma tradição, símbolos, heróis nacionais, mas especialmente uma “linhagem”. Tal obra sugere que Carlos Humberto, ao exaltar determinada memória acerca de Manuel Paranhos da Silva Velloso ou acerca de um grupo familiar e social, estava valendo-se, mesmo

---

<sup>28</sup> Aqui vale também ressaltar que a própria utilização da expressão “visão de mundo” aponta para as bases teóricas antropológicas nas quais bebe o conceito cultura política. Apresentada pelo antropólogo Clifford Geertz, o conceito de “visão de mundo” funciona num esquema teórico acompanhado da ideia de *ethos*. Enquanto o segundo se constitui um conceito onde estariam apresentados os aspectos morais, estéticos e estariam definidos os valores sociais de uma cultura específica, o primeiro carregaria os aspectos cognitivos existenciais de cada indivíduo. Desta maneira, conjuntamente, estes elementos influiriam na estrutura social, conservando ou estabelecendo significados gerais, pelos quais mulheres e homens interpretam sua experiência e se conduzem na sociedade. Esses significados, por sua vez, expressam-se por símbolos que fornecem um sentido ao “real”. (GEERTZ, 1989)

<sup>29</sup> De acordo com discurso proferido na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e publicado no Diário da Assembléia (Ano LV, n. 5652, 16 de nov. 2006), Manoel Velloso, primeiro presidente desta instituição, era ascendente de Corrêa. Tais laços puderam ser entrevistados, pois foram exaltados nesta Sessão da Assembleia Legislativa realizada em 17 de novembro de 2003, momento de lançamento do livro. **Diário da Assembléia.** Florianópolis, 18 nov. 2003. p.7-11. Disponível em <http://www.ale.sc.gov.br/diarios/pdf/5652dia.pdf> Acesso em: 16 fev. 2018.

que inconscientemente, de um mecanismo de produção de capital simbólico (BOURDIEU, 2005) que poderia ser reconvertido em uma espécie de “poder político.”

Além disso, nesse contexto, vale lembrar brevemente sobre as próprias questões que envolvem a “operação historiográfica” e o “lugar social” ocupado pelo historiador, discussão que será abordada com mais cuidado posteriormente. Como alerta Michel de Certeau (2008, p.66-67), a escrita historiográfica está

(...) submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Com esse pressuposto, Certeau ajuda a pensar sobre o discurso histórico que é produzido por Carlos Humberto a partir da sua posição perante os jogos de forças sociais presentes na rede ou redes nas quais ele estava inserido. E ainda, como categoricamente afirma Durval Muniz Albuquerque Júnior (2012, p.52), “sem inscrição nada verdadeiramente acontece e sem acontecimento não há verdadeiramente história, nem mesmo historiografia”. Evocando o poder de memória daquilo que está inscrito, este historiador direciona a atenção para a arbitrariedade subjacente a toda escrita histórica, na qual o passado é constantemente “inventado”, documentado, selecionado e articulado “em torno de uma memória, de um conjunto de eventos e rastros” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 60).

Outra publicação de Carlos Humberto que auxiliou no mapeamento destas redes políticas e a perscrutar o capital simbólico a elas subjacente foi *Lições de Política e Cultura: A Academia Catarinense de Letras, sua Criação e Relações com o Poder (1996)*. No livro, Corrêa produz — como afirma seu colega Jali Meirinho na Introdução desta mesma obra — uma “análise sobre a política e a sociedade nos anos vinte e trinta” que “explana fatos para a compreensão do desempenho das facções antagônicas” (MEIRINHO, 1996, p.10) ligadas à ACL e emergentes após a morte de Hercílio Luz, ex-governador do estado de Santa Catarina, em 1924.

*Lições de Política e Cultura (1996)* se coloca, portanto, como fonte importante para pensar os laços políticos e lugares ocupados pela família de Carlos Humberto. Tal livro remete ao primeiro “personagem” ligado a ele que se mostra relevante, tanto para o

mapeamento das redes políticas onde estava inserido quanto para tentar compreender a cultura política que ele compartilhava.<sup>30</sup>

Ainda que não pertencesse a uma família de origens “abastadas”, Carlos Humberto, como se verá a seguir, descendia de famílias — tanto por parte de sua mãe quanto de seu pai — que tiveram certa projeção no cenário regional e que circulavam por espaços onde essa “elite política” estava presente. É, aliás, sintomática dessa circulação a presença constante de seus familiares nas páginas do jornal *O Estado* — uma das fontes aqui utilizadas para tentar vislumbrar a circulação dos ascendentes de Carlos Humberto pelo estado de Santa Catarina e sua capital.

Dentre estes homens e mulheres inseridos na elite política catarinense está o avô paterno do historiador: Carlos José da Motta de Azevedo Corrêa, médico que dá nome à Maternidade Carlos Corrêa, uma das mais antigas instituições de saúde do estado. O conhecido Dr. Carlos Corrêa aparece ligado a diversas obras e instituições fundadas em Florianópolis no início do século XX, como o Instituto Médico Legal. Vindo do Rio de Janeiro, sua cidade natal, ele chegou a Florianópolis em 1913 (SACHET, 1985, p.45-46), onde ao longo de sua trajetória trabalhou, por exemplo, como médico na Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, como Inspetor de Saúde do Estado, Diretor do Serviço Médico Legal e Diretor de Higiene do Estado. Em 1927, foi nomeado Diretor da Maternidade de Florianópolis, instituição mantida pela Associação Irmão Joaquim e que mais tarde, logo após o seu falecimento, receberia o seu nome. Dr. Carlos Corrêa foi o segundo presidente da Associação Catarinense de Medicina, naquele momento Sindicato Médico de Santa Catarina (1935-1937), e, como o seu neto, foi também membro integrante da ACL<sup>31</sup>.

Dr. Carlos Corrêa, portanto, como acima destacado, ligava-se a círculos políticos e intelectuais, como a ACL, tendo sido figura bastante presente em diversos espaços de sociabilidade, em especial da capital catarinense, como apontam algumas declarações após o seu falecimento. Dentre elas, a nota publicada no jornal *O Estado* que registra a sua ausência nos “seios sociais” com pesar:

---

<sup>30</sup> Vale destacar que a discussão acerca das obras de Corrêa será tema de capítulo precedente. Aqui, elas funcionam como indícios para o mapeamento das redes nas quais o historiador e a sua família estavam inseridos.

<sup>31</sup> Revista CREMESC. Florianópolis, n. 92, dez. 2003. Disponível em: [http://www.portalmédico.org.br/regional/crmesc/sede\\_unica/revista11.htm](http://www.portalmédico.org.br/regional/crmesc/sede_unica/revista11.htm) Acesso em: 14 fev. 2018.

Repercutiu dolorosamente nesta capital, a notícia do falecimento em Serra Alta, ontem as 9 e 30 horas, do sr. Carlos Corrêa, uma das grandes expressões da ciência médica em nossa terra.

Cidadão de caráter íntegro e nobre, soube sempre, impor-se nos seios sociais e culturais pela sua inteligência e pelas suas destacadas virtudes de coração, principalmente no exercício da medicina, pois foi sempre o médico solícito e bondoso para quantos o procurassem.

Pela sua atuação pública mereceu elevar-se a postos de responsabilidades na administração do Estado, nos quais se houve com grande superioridade.

Era o extinto progenitor do deputado dr. Ilmar Correa, e sogro do sr. Capitão Silvio Pinto da Luz e dr. Teotonio Nunes.

“O Estado” associando-se às homenagens de saudades que serão prestadas ao ilustre morto, apresenta condolências a família enlutada.<sup>32</sup>

Tal “homenagem” ainda fornece indícios acerca de outras conexões estabelecidas pela família: o Dr. Carlos Corrêa, além de pai do deputado e doutor Ilmar Corrêa, era também sogro do sr. Capitão Silvio Pinto da Luz<sup>33</sup> e do doutor Teotonio Nunes<sup>34</sup>. Os lugares acima descritos e por ele percorridos demonstram ainda, para além dos cargos públicos, a participação em grupos organizados, como o Sindicato Médico de Santa Catarina, instituição da qual foi presidente durante a década de 1930. Seu cargo na presidência levanta evidências também em relação à sua inserção e participação junto ao grupo de profissionais médicos do qual fazia parte<sup>35</sup>.

Como coloca Pierre Bourdieu acerca das relações entre capital político, capital pessoal e capital de “notoriedade” que se desdobram da noção capital simbólico:

O capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ — firmado no facto de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma ‘reputação’ e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma ‘boa reputação’ — é frequentemente produto da reconverção de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural [...]. (BOURDIEU, 2007, p.190-191).

<sup>32</sup> Importante destacar que a grafia de época apresentada pelo jornal foi respeitada. Além disso, a nota não apresenta um autor; portanto, supõe-se que ela pode ser creditada ao conselho editorial da publicação.

Dr. Carlos Corrêa. **O Estado**. Florianópolis, 29 nov. 1947. p.8

<sup>33</sup> Posteriormente promovido a general, foi presidente durante a década de 1960 do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF (a partir de 1989, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama).

<sup>34</sup> Não foram encontradas informações sobre a trajetória de Nunes.

<sup>35</sup> Relevante pontuar que Florianópolis, na época aqui abordada, era uma cidade de dimensões pequenas — em 1920 sua população era de 41 mil habitantes, 20.000 deles habitantes da zona urbana — que vivia um intenso processo de modernização e “higienização”, cenário no qual personagens como o médico Carlos Corrêa tinham um importante peso político e eram elementos recorrentes junto a cargos administrativos. No momento em que Corrêa, vindo do Rio de Janeiro, chega a Florianópolis, a pequena cidade “situada entre as montanhas e o mar, com suas ruas estreitas e casario modesto misturado a algumas poucas edificações de maior porte” era “palco de uma série de intervenções em sua área central que, em nome da necessidade de reformas urbanas e sanitárias, prescreveram e introduziram novas regras de convívio urbano” (ARAÚJO, 1999, p.107-108).



As reflexões de Bourdieu sugerem uma lente para pensar a trajetória do próprio Dr. Carlos Corrêa e como a administração desses diversos capitais acima mencionados reconverteu-se em presença e participação na política estadual e na formação de instituições — funções que ele exercia concomitantemente ao ofício da medicina. As páginas do jornal *O Estado* deixam vislumbrar detalhes que corroboram esta análise e possibilitam a percepção das redes nas quais Dr. Carlos Corrêa estava envolvido, dentre elas o grupo responsável pela formação do Instituto Politécnico de Florianópolis, em 1917, quando ele era diretor do Gabinete de Identificação do Estado de Santa Catarina<sup>36</sup>.

Primeira instituição de ensino superior do estado de Santa Catarina, o Instituto Politécnico foi criado em 14 de fevereiro de 1917. Na reunião que é entendida como a “pedra fundamental” de seu estabelecimento, aparecem como participantes profissionais de diversas áreas: dentistas, farmacêuticos, médicos, engenheiros, bacharéis em direito, oficiais da Marinha. Dentre esses homens fundadores estão, para além do Dr. Carlos Corrêa, os médicos Joaquim David Ferreira Lima, Jonas Miranda, Ervino Presser, Felipe Machado Pereira, Agripino de Mello, Francisco de Mattos; os farmacêuticos Paulino Horn, Antônio Mâncio da Costa, Henrique Brüggmann, Francisco Pereira de Oliveira Filho, Diógenes de Oliveira, Christiano Vasconcellos; os cirurgiões-dentistas Achylles Wedekin dos Santos, José Baptista da Rosa, Álvaro Ramos; os engenheiros, Augusto Fausto de Souza, Nicolau Pederneiras, Eurípedes Ferro, Samuel Gomes Pereira, Pedro Taulois, Waldemiro Salles, Luiz Costa, José Vieira da Rosa, José Olympio Barbosa, Celso Fausto de Souza; além dos bacharéis em direito Nereu Ramos, Marinho Lobo, Henrique Rupp Júnior, Ivo D’ Aquino Fonseca, Cid Campos, Antônio Vicente Bulcão Vianna, José Arthur Boiteux e do Capitão-tenente Lucas Boiteux.<sup>37</sup> Além de participar da reunião que supostamente teria “dado à luz” ao Instituto, Dr. Carlos Corrêa também lecionaria as disciplinas de “Zoologia” e “Parasitologia” (VIEIRA, 1986, p.64) para o primeiro ano do curso de farmácia, tornando-se ainda professor catedrático da instituição (VIEIRA, 1986, p.57).

Igualmente entre as pistas que fornece o jornal *O Estado* está uma pequena nota que trata da instalação de uma placa destinada a homenagear o pintor catarinense Victor Meirelles. Na nota, Dr. Carlos Corrêa é identificado como um dos participantes do primeiro

---

<sup>36</sup> Dr. Carlos Corrêa, Diretor do Gabinete de Identificação. **O Estado**. Florianópolis, 13 jan. 1917. p.1

<sup>37</sup> Instituto Polytechnico. Os cursos de especialização. A reunião de hontem. **O Estado**. Florianópolis, 14 fev. 1917. p.1

grupo de financiadores e signatários<sup>38</sup>, um grupo no qual figuram outras personalidades como Fúlvio Aducci e José Artur Boiteux<sup>39</sup>. Além disso, também nas páginas d'*O Estado* Dr. Carlos Corrêa desponta como um dos representantes do Círculo Católico<sup>40</sup> juntamente com Felipe Pedreira, Manoel da Silva Guimarães, Henrique Fontes<sup>41</sup>, Major Alcebiades Seara e Dr. Luiz Costa presentes no sepultamento do Padre Henrique Cladder, um dos professores do Gymnasio de Santa Catarina<sup>42</sup>.

Junto à ACL, os meandros políticos nos quais Dr. Carlos Corrêa está envolvido pareciam ficar ainda mais aparentes, como observa o seu próprio neto, Carlos Humberto, em *Lições de Política e Cultura*. Nesse caso, como exemplo, pode ser sugerida a ligação do médico com o advogado Fúlvio Aducci<sup>43</sup>, um dos fundadores da ACL e figura política bastante presente no cenário catarinense durante o início do século XX. De acordo com Corrêa (1996, p.48), no meio de uma discussão — iniciada em novembro de 1920, no seio do Partido Republicano Catarinense e também da ACL, que visava definir os quatro candidatos catarinenses do partido ao cargo de Deputado Estadual — operou-se uma pequena cisão.

---

<sup>38</sup> Victor Meirelles. **O Estado**. Florianópolis, 20 jan. 1917. p.1

<sup>39</sup> Catarinense nascido em São Sebastião de Tijucas, atual Tijucas, em dezembro de 1865. Esteve relacionado durante sua trajetória a movimentos como as campanhas abolicionista e republicana, ao lado de Antônio Justiniano Esteves Júnior. Logo após a proclamação da República, quando regressa a Santa Catarina, foi nomeado oficial de gabinete do então governador Lauro Müller (1889-1890 e 1891). Foi deputado estadual durante os anos de 1894 e 1900. Paralelamente, foi secretário geral do Governo do Estado de setembro de 1894 a junho de 1896, na administração de Hercílio Luz (1894-1898). Entre o período de 1900 e 1902, exerceu o mandato de deputado federal por Santa Catarina no Rio de Janeiro, momento em que se torna bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. No retorno a Santa Catarina, foi mais uma vez eleito deputado estadual, para a legislatura 1916-1918. Entre os anos de 1918 e 1922, no segundo governo Hercílio Luz (1918-1924), foi designado secretário do Interior e Justiça do Estado. Em 1922, foi nomeado juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça. Foi também fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896), do Instituto Politécnico de Santa Catarina (1917), da Academia Catarinense de Letras (1920) e da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1932).

<sup>40</sup> Necrologia. Pr. Henrique Cladder. **O Estado**. Florianópolis, 27 de fev. 1917. p.1

<sup>41</sup> Nascido em Itajaí (SC) em março de 1885, Henrique da Silva Fontes era bacharel em direito e presença marcante no cenário político catarinense. Antes de se formar em direito no Paraná em 1927, lecionou no então Gymnasio de Santa Catarina (atual Colégio Catarinense). Exerceu as funções de juiz federal, desembargador, diretor da Instrução Pública, entre os anos de 1919 e 1926 e de secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no governo Adolfo Konder. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, atualmente Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, como também um dos idealizadores da Cidade Universitária da UFSC na Trindade, em Florianópolis. Era também membro do IHGSC e da ACL.

<sup>42</sup> Criado pela Lei Estadual nº 669, em 30 de agosto de 1905, e por meio de contrato firmado em 04 de novembro de 1905 entre o governador do Estado e a Companhia de Jesus. Por meio do Decreto nº 4.245, de 9 de abril de 1942, o Ginásio passa a se chamar Colégio Catarinense, denominação que recebe até os dias atuais.

<sup>43</sup> Fúlvio Coriolano Aducci nasceu em Desterro (SC), atual Florianópolis, em fevereiro de 1884. Advogado, iniciou a carreira política em 1910 como deputado estadual em Santa Catarina. Várias vezes reeleito, exerceu o mandato na Assembleia estadual de 1910 a 1915 e de 1919 a 1927. Eleito deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1927-1929, foi reeleito em 1930. Nesse mesmo ano foi também eleito governador de Santa Catarina, tendo por isso renunciado ao mandato de deputado federal. Assumiu o governo em 29 de setembro de 1930, mas um mês depois foi deposto pela Revolução. Faleceu em Florianópolis em 9 de outubro de 1955. Seu conchudo, Felipe Schmidt, foi governador de Santa Catarina por duas vezes e senador da República.

Dentre os grupos que ali se formaram, estava o apoiador da candidatura de Fúlvio Aducci como concorrente daquele pleito. Integravam este grupo, Dr. Carlos Corrêa<sup>44</sup>, Mâncio da Costa, Altino Flores, Cid Campos, Ivo D'Aquino, José Diniz, Anfilóquio Gonçalves e Antônio Barreiros Filho, homens de circulação nos meios político e administrativo catarinense.

A ligação do médico com o advogado desponta também em outro artigo publicado no jornal *O Estado*. De acordo com o periódico, Dr. Carlos Corrêa esteve presente na festa de aniversário oferecida por Fúlvio Aducci em sua residência quando este ocupava o cargo de Secretário Geral dos Negócios do Estado. Na referida recepção, “no palacete” de Aducci, Dr. Carlos Corrêa foi responsável por proferir um elogioso discurso homenageando Aducci em sua data natalícia.

É necessário ressaltar que, possivelmente, todos esses nomes grafados nas páginas do jornal *O Estado* não eram os únicos presentes em todas essas ocasiões descritas. Em relação ao periódico pesquisado, esses pareciam se constituir nomes “elegidos” que deveriam ser mencionados, pois “o discurso jornalístico apresenta-se [...] não apenas como emissor de informações, mas também como uma das mais destacadas instâncias organizadoras do social, o que inclui a definição sobre o que deve ser lembrado ou esquecido” (LOHN, 2014, p.259). Ainda, pode-se levantar a questão que perpassa também a formação e aqueles que eram partes constituintes destas redes: os próprios proprietários e diretores responsáveis pela concepção e elaboração do periódico. A constância de certos personagens nas páginas do jornal — pensando aqui em especial Dr Carlos Corrêa, que durante 30 anos seguidos, de 1917 a 1947, recebeu homenagens de aniversário na publicação — também parece fazer emergir alguns dos “nós” presentes nas teias de sociabilidades por ele constituídas.

Fundado em 1915, *O Estado* teve como proprietários, idealizadores e administradores homens ligados tanto às redes nas quais o Dr. Carlos Corrêa estava inserido quanto àquelas que posteriormente seu filho e seu neto vincular-se-iam. Dentre esses homens, ressalta-se Henrique Rupp Júnior<sup>45</sup> e Ulisses Costa, proprietários do jornal no início do século XX (1915-1918), e os repórteres e redatores Osvaldo de Melo, Oscar de Oliveira Ramos e Joe

---

<sup>44</sup> Eleito em 29 de fevereiro de 1924, Carlos Corrêa só iria tomar posse de sua cadeira na ACL no dia 5 de outubro de 1927 (SACHET, 1974, p.88).

<sup>45</sup> Advogado, político, jornalista, Rupp Júnior figurava tanto no grupo responsável pela formação do Instituto Politécnico quanto naquele que depois estruturaria e lecionaria na recém-inaugurada Faculdade de Direito.

Collaço<sup>46</sup>. De 1918 a 1925, o jornal teve como proprietário Augusto Lopes da Silva. Após sua saída, o jornal passa às mãos de Victor Konder, que delega a direção a Altino Flores, personagem mencionado acima. Junto com Dr. Carlos Corrêa, Flores integrava o grupo apoiador da candidatura de Fúlvio Aducci a deputado estadual pelo Partido Republicano Catarinense.

Já na década de 1940, destaca-se o nome de Aderbal Ramos da Silva, que em 1946 compra o jornal de Moacyr Iguatemi da Silveira e delega como seu “testa de ferro” Sidnei Nocetti. Nesse mesmo período assume a função de diretor do periódico Rubens de Arruda Ramos, assim como Aderbal, um descendente da família Ramos (PEREIRA, 1992). A partir de meados da década de 1940, o jornal assume veementemente a defesa do PSD, partido vinculado a família Ramos e ao qual também era filiado o pai de Carlos Humberto, Ylmar Corrêa<sup>47</sup>. Nesse sentido, não é surpresa perceber a projeção adquirida por algumas figuras nas páginas do jornal, que elege como destaques aqueles também partícipes de suas redes sociais e políticas.

Além de compartilhar com Heitor Blum<sup>48</sup> o espaço do jornal destinado a aniversariantes do dia 13 de fevereiro, o “homem de letras”<sup>49</sup> Dr. Carlos Corrêa recebia também “congratulações” na época de Natal. A menção à sua figura nas páginas dos jornais é indiciária do valor a ele atribuído. Esses registros fazem pensar também sobre o lugar de prestígio ocupado pela ACL e pelo IHGSC<sup>50</sup> no início do século. Pode ser levada em conta também a força política de alguns membros dessas instituições que compartilhavam com Dr. Carlos Corrêa espaços de convivência. Reunidos em torno de uma elite política e intelectual,

<sup>46</sup> Advogado e político, genro do ex-governador catarinense Hercílio Luz.

<sup>47</sup> A escolha deste periódico como uma das fontes do presente trabalho, inclusive, deu-se por conta da ligação dos personagens aqui investigados com os seus diferentes coordenadores e proprietários. Depois de acompanhar por quase um século o cotidiano catarinense, principalmente de sua capital, *O Estado* encerrou suas atividades em janeiro de 2009. Grande parte da trajetória do jornal foi analisada por Budde (2013), que em seu trabalho realizou um mapeamento dos diversos donos e editores do periódico e situou esses personagens no panorama da cidade de Florianópolis e do jornalismo brasileiro a partir de um recorte do período em que o jornal esteve em atividade.

<sup>48</sup> Nasceu em Florianópolis em 13 de janeiro de 1888. Filho de Emílio Blum, superintendente municipal de Nossa Senhora do Desterro entre 1889 e 1891. Heitor Blum, bacharel em direito, foi durante muitos anos agente da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Em 1926, passa a ocupar o cargo de prefeito (superintendente nomeado pelo governo estadual) de Florianópolis, voltando ao mesmo cargo entre 1927 a 1930 como prefeito eleito. Durante sua gestão ocorre a inauguração da Ponte Hercílio Luz (13 de maio de 1926). Era membro do IHGSC.

<sup>49</sup> Vida Social. Aniversários. **O Estado**. Florianópolis, 13 jan. 1938. p.6.

<sup>50</sup> Com exceção de duas pequenas notas encontradas no jornal *O Estado* nos anos 1939 e 1940, não foram encontrados outros indícios que ligassem este personagem ao IHGSC, situação que não permite destrinchar com maiores detalhes sua atuação junto à instituição. Vida Social. **O Estado**. Florianópolis, 13 jan. 1939. p.6; Vida Social. **O Estado**. Florianópolis, 13 jan. 1940. p.6

esses homens partilhavam uma cultura política “em que a ideia de nação-Estado-povo ainda estava sendo equacionada no processo de construção da identidade republicana imaginada como a ideal” (SILVA; ZAMBONI, 2013, p. 142). Esses políticos e intelectuais ligados a uma elite, portanto, colocavam-se como aptos a constituir, no seio dessa “identidade republicana”, o que seria a própria “identidade catarinense”. No mais, referindo-se às práticas e aos discursos gerais sobre o meio urbano, notou-se, sobretudo em Florianópolis, a introdução de políticas de “manejo” da população nas quais mecanismos político-médicos se colocavam como importantes ferramentas de intervenção social (NECKEL, 2003, p.58). Essa questão parece sintomática e também pode estar relacionada ao papel de destaque atribuído ao Dr. Carlos Corrêa nas páginas do jornal, em especial no cenário da capital catarinense, levando-se em conta que durante a década de 1920 ele exerceu a função de diretor de Higiene do Estado de Santa Catarina.<sup>51</sup>

Dr. Carlos Corrêa viveu um período no qual era muito comum entre aqueles homens com acesso ao ensino superior o exercício de diversas funções profissionais em simultaneidade. Como coloca Cunha (2008, p.116), “a singularidade dos homens públicos da Primeira República estava ligada a sua condição letrada — eram homens de letras, condição esta que representava um importante bem simbólico cujo capital social muitas vezes ultrapassava seu capital financeiro”. Tais homens, inseridos em redes intelectuais, mantinham relações estreitas com o mundo político estadual permeado por uma cultura política republicana e liberal. Eles, ao mesmo tempo que exerciam suas profissões de formação — medicina, direito, engenharia —, ocupavam também cargos importantes no Poder Executivo ou desempenhavam mandatos eletivos, o que caracterizava “uma situação de muita indistinção entre campo intelectual e político” (GOMES, 2009, p.66) bastante comum naquele momento. O Dr. Carlos Corrêa parece ser um exemplo emblemático deste homem republicano do início do século, especialmente da capital catarinense. Sendo pertencente a esta “elite letrada”, ele acumulava diversas funções, pois, mesmo sendo diretor do Departamento de Identificação do Estado<sup>52</sup>, não abandonou o exercício da medicina, atendendo pacientes e, inclusive, sendo condecorado por sua atuação<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Cid Campos secretário do Interior e Justiça pelo Dr. Carlos Corrêa diretor de Higiene do Estado, 1928. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>52</sup> Gabinete de Identificação. A estatística policial. **O Estado**. Florianópolis, 18 jan. 1917. p.1

<sup>53</sup> Uma senhora queimada. **O Estado**. Florianópolis, 20 fev. 1917. p.1

Em relação ao Dr. Carlos Corrêa, vale, por fim, colocar em relevo também a sua participação junto aos anos inaugurais da Faculdade de Direito<sup>54</sup>, instituição na qual exerceu a função de professor na disciplina denominada “Hygiene”. No grupo de professores presentes nesse momento, havia aqueles que participavam também de outros espaços nos quais ele circulava. Nesse cenário, destacam-se Henrique Rupp Júnior, Fulvio Aducci, Henrique Fontes e José Artur Boiteux. Vale também lembrar que Boiteux foi um dos fundadores da Faculdade de Direito, além de ser um dos responsáveis pela formação, em 1917, do Instituto Politécnico.<sup>55</sup>

Os indícios acerca da família da mãe de Carlos Humberto, Avelina Pederneiras Corrêa, são mais esparsos, mas indicam também uma “linhagem” de profissionais liberais — médicos e, em sua maioria, engenheiros que transitaram por espaços e cargos públicos e políticos desde o período imperial, como ele próprio demonstra<sup>56</sup>. Os percursos desses homens mostraram uma circulação entre a cidade do Rio de Janeiro, sede do governo, e Santa Catarina, estado no qual estes profissionais eram designados para exercer suas funções. Nessa situação, emergem alguns personagens: o bisavô materno de Carlos Humberto, Nicolau Velloso Paranhos Pederneiras, e o avô materno do historiador, Humberto Paranhos Pederneiras.

Nascido no Rio de Janeiro em 1858, Nicolau Pederneiras teve sua educação ligada a duas instituições de referência da Primeira República: o Colégio D. Pedro II e a Escola Politécnica, instituição onde adquiriu o título de engenheiro. Exerceu o cargo de Diretor Presidente da Companhia de Carris Urbanos e Suburbanos em Santa Catarina<sup>57</sup>, o de Inspetor Geral da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, bem como o de diretor da Companhia Metropolitana de Colonização em Santa Catarina, incumbida de auxiliar na implantação da colônia italiana de Nova Veneza<sup>58</sup>. Foi também membro do IHGSC<sup>59</sup> e participou do grupo responsável pela fundação do Instituto Politécnico<sup>60</sup>, sendo posteriormente lente desta instituição.

---

<sup>54</sup> Faculdade de Direito. **O Estado**. Florianópolis, 13 jan. 1939. p.2

<sup>55</sup> Faculdade de Direito. **O Estado**. Florianópolis, 12 fev. 1932. p.6.

<sup>56</sup> O tataravô de Corrêa, o gaúcho Manuel Paranhos da Silva Velloso (1803-1859), foi juiz, ouvidor, desembargador, chefe de polícia, Deputado Provincial, candidato a senador e presidente de Província e circulou por diversos estados brasileiros durante o período imperial: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro.

<sup>57</sup> Carris Urbanos. Uma Carta do Diretor Nicolau Pederneiras, director presidente. **O Estado**. Florianópolis, 6 fev. 1917. p.2

<sup>58</sup> Relatório da Inspeção feita na Colônia Nova Veneza. **Diário Oficial da União**, 13 jul. 1893.

Assim como o médico Dr. Carlos Corrêa, Nicolau Pederneiras era “merecedor” de ocupar certos espaços nas páginas do jornal *O Estado*, e é inclusive na nota de seu falecimento, divulgada no dia 28 de dezembro de 1935, que mais uma vez saltam aos olhos indícios das tramas sociais e políticas das quais Carlos Humberto posteriormente tornar-se-ia herdeiro:

Dr. Nicolau Pederneiras

Falleceu, ontem nesta capital, após annos de sofrimentos, o illustre engenheiro patricio dr. Nicolau Pederneiras.

A notícia do seu trespasse causou profundo pezar em **nossa alta sociedade**, onde o extinto gozava das maiores sympathias e de que era figura de notável relevo.

Deixe o distincto patricio viuva a exma. sra. Avelina Pederneiras, e, do seu consórcio, os seguintes filhos: exma. sra. Maria de Lourdes Trompowsky Taulois, casada com o cel. Eugenio Trompowsky Taulois, atualmente commandante da guarnição federal de Pouso Alegre, em Minas Gerais; exma. sra. Beatriz Pederneiras Ramos, espôsa do sr. dr. Nereu Ramos Governador do Estado; exma. sra. Dora Linnemann casada com o engenheiro dr. Clemens Linnemann; exma. sta. Daura Pederneiras; engenheiro dr. Humberto Pederneiras, chefe da fiscalização Federal das Estradas de Ferro, com séde na cidade de Blumenau e engenheiro dr. Haroldo Pederneiras, director das Estradas de Rodagem do Estado e que também já foi director do serviço de Inspetoria de Águas e Esgotos, no govêrno Adolfo Konder.<sup>61</sup>

Na presente nota, podem ser observadas tanto a formação de redes políticas, sobretudo pela via do parentesco, bem como a expressão do capital simbólico do senhor Nicolau Pederneiras que, ao falecer, pretensamente deixou em pesar toda uma “alta sociedade”. No que tange às redes políticas, destaca-se o grau de parentesco entre o senhor falecido e o então governador do estado “sr. dr. Nereu Ramos”, figura política que em anos posteriores se tornaria ainda presidente da República. Pensando por este viés, ressalta-se que a mãe de Corrêa pertencia ao mesmo grupo familiar de Beatriz Paranhos Pederneiras Ramos, esposa de Nereu Ramos. Este, por sua vez, era irmão de Celso Ramos, governador do estado de Santa Catarina no momento em que Carlos Humberto assumiu em 1963, aos 22 anos de idade, a coordenação do MAMF.

Nessa perspectiva, as mulheres da família Pederneiras não podem ser colocadas à parte. Beatriz Paranhos Pederneiras Ramos, tia-avó de Carlos Humberto, por exemplo, estava inserida em organizações tal qual o braço da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>62</sup> em

---

<sup>59</sup> Historiadores de Santa Catarina. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, dez. 1999. p. 8.

<sup>60</sup> Polytechnico. Os cursos de especialização. A reunião de hontem. **O Estado**. Florianópolis, 14 fev. 1917. p.1

<sup>61</sup> Fallecimentos. Dr. Nicolau Pederneiras. **O Estado**. Florianópolis, 28 dez. 1935. p.8, grifo nosso.

<sup>62</sup> A Legião Brasileira de Assistência surgiu no estado do Rio de Janeiro em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro do mesmo ano, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas. Teve como primeira presidente a primeira-dama Darcy Vargas e tinha como principais objetivos a “ajuda” aos familiares dos militares

Santa Catarina. Como encarregada do órgão no estado a partir de 1942<sup>63</sup>, a então primeira dama era responsável pela constituição de redes, formadas sobretudo por “primeiras-damas” dos diversos prefeitos dos municípios catarinenses. É curioso notar que, no ano de 1948, quem aparece como presidente da Comissão Estadual da LBA é o pai de Carlos Humberto, Ylmar de Almeida Corrêa<sup>64</sup>, fato que levanta a questão: seria essa condição mais um eco destas redes políticas e sociais partilhadas pela família?

Já a avó materna de Carlos Humberto, Sara Klüppel Pederneiras, aparece em junho de 1948 envolvida em empreitada semelhante, ligada à Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra em Santa Catarina como presidente. Sarita Pederneiras, apelido pelo qual é nomeada pela equipe do jornal *O Estado*, parecia nesse sentido estar inserida em tramas sociais vinculadas ao poder político mesmo após a morte de seu “saudoso e honrado” marido<sup>65</sup>. Mais tarde, também no ano de 1948, ela aparece ligada a “distintas damas da sociedade florianopolitana”<sup>66</sup>, como Ruth Hoepcke da Silva, esposa de Aderbal Ramos da Silva. Juntas elas encaminham à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina um ofício pedindo o patrocínio desse órgão para a “Feira Mexicana”, evento pela qual as duas eram responsáveis e que possuía “fins filantrópicos”.<sup>67</sup>

Voltando aos lugares ocupados pelos homens da família materna do historiador, ressalta-se a figura de seu avô: Humberto Paranhos Pederneiras. A passagem deste personagem pelas páginas do jornal *O Estado* é de fato mais discreta quando comparada com a do avô paterno de Carlos Humberto, o Dr. Carlos Corrêa. Os indícios acerca de sua trajetória são bastante esparsos; sendo assim, a partir das evidências localizadas é possível inferir que Humberto Paranhos Pederneiras foi funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas<sup>68</sup>, exercendo durante a década de 1930 a função de engenheiro fiscal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e chegando à chefe da fiscalização Federal das Estradas de Ferro

---

convocados para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Todavia, no mesmo momento, esse fenômeno ‘assistencial-imediatista’ promovido pelas primeiras-damas se expandiu também às famílias pobres brasileiras como um todo.” (SILVA, 2013, p.1-2).

<sup>63</sup> Relatório Anual da Legião Brasileira de Assistência. Florianópolis: 1943. p. 01-68. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>64</sup> Convite. **O Estado**. Florianópolis, 21 mar. 1948.p.1

<sup>65</sup> Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. **O Estado**. Florianópolis, 3 jun. 1948.p.8

<sup>66</sup> Na Assembléia Legislativa. Projetos Aprovados – Outras Notas. **O Estado**. Florianópolis, 30 set. 1948.p.1

<sup>67</sup> Na Assembléia Legislativa. Projetos Aprovados – Outras Notas. **O Estado**. Florianópolis, 30 set. 1948.p.1

<sup>68</sup> Portaria do dia 19 jan. 1939, O diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Viação e Obras Públicas resolve aprovar, para serem aplicados no referido Serviço, a matrícula dos funcionários do Quadro I. Diário Oficial, 21 jan. 1939. p. 28.



sediadas em Blumenau<sup>69</sup>, informação curiosa que estende para além do “círculo florianopolitano” as teias nas quais a família materna do historiador atuava. O indício que mais corrobora a perspectiva do estabelecimento de redes foi encontrado também no jornal *O Estado*. Na edição do dia 19 de fevereiro de 1948, o engenheiro Humberto Pederneiras está listado como um dos ex-alunos do Colégio Catarinense a comparecer ao “churrasco da saudade” — vale destacar que entre os ex-alunos havia figuras de projeção no cenário regional que constituam uma elite intelectual e política deste espaço, como Anibal Nunes Pires, Rubens de Arruda Ramos e Othon Gama D’êça.<sup>70</sup> Para o pesquisador Norberto Dallabrida (2008, p.159), “o ‘churrasco da saudade’ permitia um constante conhecimento e reconhecimento dos iguais, o que viabilizava o estreitamento de relações familiares e sociais”. Como “iguais” estes homens, portanto, respondiam a uma estratégia do próprio colégio que divulgava tais reuniões e deixava claro o que entendia como uma trajetória bem-sucedida ao projetar publicamente figuras de destaque no meio político e intelectual regional. Esses homens, como ressalta Dallabrida, tinham em comum o “sentimento de pertencimento de um grupo à parte” (2008, p.160).

Por meio do delineamento, mesmo que breve, destas redes, é possível pensar estes homens do início do século XX como homens repletos de privilégios e pertencentes a uma ínfima parcela da sociedade — deste panorama advém, por exemplo, a “sobreposição de funções”, característica corrente entre esta elite política e intelectual. No meio de uma sociedade na qual pouquíssimos tinham até mesmo acesso à educação fundamental, ter acesso ao ensino superior conferia a eles um lugar junto a uma classe dominante – e ainda, uma classe com maior poder aquisitivo. A partir destas “condições objetivas”, por exemplo, pode-se pensar que a falta de competitividade aliada à perpetuação dessa condição evidencia trajetórias como a da família de Carlos Humberto, que lega a ele também uma herança — permeada por vantagens e privilégios — por meio da transferência de um capital simbólico (e econômico) anteriormente construído, como foi possível visualizar nos exemplos de seus avós, sobretudo de seu avô paterno.

O pai de Carlos Humberto, Ylmar de Almeida Corrêa, também médico, prosseguiu com a tradição política da família. Numa breve biografia presente no *Dicionário Político Catarinense* do historiador Walter Piazza, é possível vislumbrar de antemão alguns destes postos e lugares pelos quais ele circulou:

---

<sup>69</sup> Fallecimentos. Dr. Nicolau Pederneiras. **O Estado**. Florianópolis, 28 dez. 1935. p.8.

<sup>70</sup> Churrasco da Saudade. **O Estado**. Florianópolis, 19 fev. 1948. p.8.

Natural de Florianópolis, a 12.11.1916. Fez curso primário no Colégio Coração de Jesus e o secundário no Colégio Catarinense, onde concluiu o curso ginásial (1933). Cursou a faculdade de Medicina na Universidade do Paraná, onde concluiu o curso (1939). Foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade e fundador da Revista Médica Paniátrica. Clinicou em Florianópolis, trabalhando na diretoria de Assistência Municipal e no Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea. Membro do Conselho Penitenciário do Estado (1943). Médico do Departamento de Saúde do Estado (1944). Presidente da Legião Brasileira de Assistência no Estado de Santa Catarina (1946). Membro do Conselho Administrativo do Estado (1946). Deputado à Assembleia Constituinte e Legislativa do Estado, como suplente convocado (1947-1950), eleito pelo PSD. Deputado Estadual a segunda legislatura (1951-1955). Líder do Partido na Assembleia. Procurador Geral da Fazenda junto ao Tribunal de Contas do Estado (1961). Ministro do Tribunal de Contas do Estado (1962-1967), onde se aposentou. Concomitantemente lecionou Higiene no Curso de Samaritanas e Voluntárias Socorristas da Cruz Vermelha Brasileira, Anatomia no Curso de Parteiros da Maternidade “Carlos Corrêa” e Biologia na Academia de Comércio de Santa Catarina. Faleceu em 19.12.1977 (PIAZZA, 1994, p.211).

Dentre essas inúmeras posições, aquelas que chamam maior atenção e que também podem ser visualizadas nas páginas do jornal *O Estado* estão as funções de deputado estadual constituinte ligado ao PSD (entre 1947 e 1955), Presidente do Conselho Administrativo do Estado, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e Presidente da LBA no Estado de Santa Catarina (como já mencionado).

Porém, antes de tentar visualizar um pouco dos caminhos trilhados em sua trajetória profissional, é necessário levar em consideração uma característica que parece ser fundamental para sua formação e inclusão em redes correspondentes àquelas de uma elite política e intelectual no panorama catarinense: a formação secundária que teve junto ao Colégio Catarinense, naquele momento ainda nomeado Gymnasio de Santa Catarina. Como aborda o já citado artigo de Norberto Dallabrida, *A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede*, o colégio supracitado se constituía a principal instituição educacional responsável por educar grande parte da “elite” que aqui se tenta investigar. Além de educar essa elite, o próprio colégio parecia também elaborar estratégias que visavam aumentar a coesão desse grupo (como a promoção de encontros anuais), bem como “comemorava” a passagem de figuras específicas pela instituição — dando destaque, é claro, para aquelas que tinham maior projeção no cenário regional e nacional. O artigo de Dallabrida, ao investigar essas estratégias de promoção e a formação de algumas redes, utilizou publicações editadas pelo próprio colégio. Nessas publicações, o nome de Ylmar de Almeida Corrêa aparece juntamente ao nome de outras figuras políticas, como se vê no trecho a seguir:

O cardeal do Rio de Janeiro chegou a Florianópolis em 22 de julho de 1946 e, após a recepção oficial na catedral metropolitana e no palácio do governo e a acolhida popular nas ruas da cidade, foi homenageado no Colégio Catarinense, sendo ladeado pelo interventor do Estado de Santa Catarina, dr. Udo Deeke, e pelo presidente do Conselho Administrativo do Estado de Santa Catarina, dr. Ilmar Corrêa, ambos também egressos do colégio dos jesuítas de Florianópolis.<sup>71</sup>

O evento acima sinalizado tinha como propósito comemorar a chegada de Dom Jaime Cardeal Câmara, “ilustre” ex-aluno do colégio; no entanto, tendo em vista a valorização de seus cargos e funções junto à política regional, outras figuras que por lá passaram também mereceram um lugar sob os holofotes. Entre esses nomes, evidencia-se o do “dr. Ilmar Corrêa”. Em publicação editada pelo Colégio Catarinense, que pode ser visualizada a seguir, mais uma vez o nome de Ylmar aparece ladeado por outros personagens políticos, militares e religiosos constituintes de uma “elite regional”:

E essa afirmação tem sua realidade sobejamente atestada pelos numerosos jovens que passando pelos seus bancos escolares, ocupam hoje posições e cargos de acentuado destaque na vida pública nacional como: Cardeal Dom Jaime Câmara, General de Brigada Olympio Falconieri da Cunha, Senador Ivo d’Aquino Fonseca, Deputados Altamiro Guimarães, Daniel Faraco, Aderbal Ramos da Silva, Hans Jordan, Rogério Vieira, Cônego Thomaz da Silva Fontes e Max Tavares do Amaral; interventor no Estado, dr. Udo Deeke, ex-interventor dr. Luiz Galotti; Presidente da Comissão da Marinha Mercante Sr. Mauro O. Ramos, Presidente do Instituto Nacional do Pinho: dr. Joaquim Fiúza Ramos; Presidente do Conselho Administrativo do Estado, dr. Ilmar Corrêa, Secretários do Governo do Estado: drs. Carlos Gomes de Oliveira e Leoberto Leal, e tantos outros que seria ocioso citá-los.<sup>72</sup>

Já inserido nas redes do colégio responsável por educar a “elite letrada” da região, Ylmar Corrêa parece herdar também o capital simbólico acumulado por seu pai Dr. Carlos Corrêa, homem que é originalmente da cidade do Rio de Janeiro, mas que consegue se inserir nas redes de sociabilidade já estabelecidas na região desde o final do século XIX.

Nas páginas do jornal *O Estado*, sobretudo entre os anos de 1947 e 1954<sup>73</sup>, é possível visualizar a circulação do pai de Carlos Humberto por diversos grupos e associações. Vale destacar que é durante esses anos que ele exerce seu mandato como deputado estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A partir de 1955, Ylmar Corrêa aparece

<sup>71</sup> O Colégio Catarinense foi honrado com a visita do seu mais ilustre ‘ex-aluno’: Dom Jaime Cardeal Câmara. **O Colegial**: órgão dos alunos do Colégio Catarinense. Florianópolis, ago.1946. p.1.

<sup>72</sup> Colégio Catarinense. **O Colegial**: órgão dos alunos do Colégio Catarinense. Florianópolis, abr.1946, p.1.

<sup>73</sup> No início do ano de 1955, seu segundo mandato como deputado estadual se finaliza.

com menos destaque nas páginas do periódico — sua presença restringe-se ao “Catálogo Profissional” e à presença em evento de confraternização da polícia militar catarinense<sup>74</sup> —; no entanto, as redes de sociabilidade nas quais sua família estava inserida ainda puderam, de alguma forma, ser vislumbradas. O próprio historiador Carlos Humberto, ainda menino, é listado como um dos convidados presentes na festa da filha do então Secretário de Educação de Santa Catarina, Waldir Busch.<sup>75</sup> Já a “galante e inteligente” Beatriz Corrêa é felicitada por seu sétimo aniversário.<sup>76</sup> Também a esposa de Ylmar Corrêa, Avelina Corrêa, ou Lilá Corrêa como nomeia o jornal, é presença nas páginas do periódico vinculada ao diretório feminino do PSD<sup>77</sup> — assim como era sua tia Beatriz Pederneiras Ramos, presidente de honra —, partido ao qual seu esposo era filiado, como parte do Departamento de Propaganda. Esse indício faz pensar sobre como a inserção nas redes e a manutenção da presença junto a elas não dependia somente da iniciativa do “patriarca”, mas era sim um trabalho realizado em família. A possibilidade de integrar essas redes se dava tanto de maneira mais direta, por meio da vinculação ao partido político, quanto mediante o estabelecimento de laços de amizade, a partir da presença em eventos sociais particulares de uma elite regional e nos quais se envolviam esposas e filhos, por exemplo.

No ano de 1947, o médico Ylmar Corrêa foi presença constante nas páginas d’*O Estado*, seja na lista de candidatos a deputado estadual divulgada pelo PSD, na qual ele aparece junto a outros candidatos como Antonieta de Barros, Othon D’Eça e Rubens de Arruda Ramos<sup>78</sup> — nomes que posteriormente comporiam a “bancada” de seu partido na Assembleia Legislativa do Estado —, seja no espaço do jornal dedicado a informes do governo do estado relativos à prestação de contas. Nesses locais reservados ao poder estadual, Ylmar Corrêa emerge como presidente do Conselho Administrativo do Estado de Santa Catarina, no qual também desponta outro personagem, Jairo Callado<sup>79</sup>. Callado acompanhou o médico tanto nas funções junto à administração do estado, pois era integrante do Conselho Administrativo, bem como em atribuições e eventos relacionados ao partido que integravam, o PSD.<sup>80</sup> Vale destacar que nesse mesmo momento o PSD contava com correligionários como Aderbal Ramos da Silva, Ivo D’Aquino Fonseca e Atilio Fontana, homens de projeção

<sup>74</sup> Jantar de Confraternização de Oficiais da Polícia Militar. **O Estado**. Florianópolis, 16 set. 1955. p.5.

<sup>75</sup> Aniversário de Teresa Maria Busch. **O Estado**. Florianópolis, 26 abr. 1955. p.3.

<sup>76</sup> Menina Beatriz P. Corrêa. **O Estado**. Florianópolis, 16 dez. 1955. p.3.

<sup>77</sup> Do departamento feminino “Antonieta de Barros” do PSD. **O Estado**. Florianópolis, 31 jul. 1955. p.8.

<sup>78</sup> Partido Social Democrático. **O Estado**. Florianópolis, 1 jan. 1947. p.8.

<sup>79</sup> Jornalista, proprietário e diretor do jornal *A Gazeta*, Florianópolis.

<sup>80</sup> Manifestação ao Dr. Aderbal Ramos da Silva. **O Estado**. Florianópolis, 12 jan. 1946. p.1; Conselho Administrativo do Estado de Santa Catarina. **O Estado**. Florianópolis, 8 jan. 1947. p.4.

regional que eram da mesma geração e estavam conectados à mesma rede política de Ylmar Corrêa.

Dado o fato de que não obteve os votos necessários para assumir a cadeira de deputado logo após a eleição, a atuação de Ylmar junto à Assembleia manifesta-se somente a partir de junho de 1947, quando ele e o também médico Oswaldo Rodrigues Cabral são convocados a ocupar cadeiras junto ao legislativo, o primeiro como representante do PSD e o segundo como filiado da UDN, partido da oposição.<sup>81</sup> Nesse sentido, algumas outras atividades ligadas à carreira política de Ylmar Corrêa chamam a atenção e apontam para a formação de suas redes políticas e sua proximidade, sobretudo com a oligarquia Ramos. Dentre esses papéis está o de representante de Nereu Ramos (então ex-vice presidente do Brasil e presidente da Câmara dos Deputados do Brasil), que ele exerceu junto à abertura e ao encerramento do I Congresso Medicina realizado pela Associação Catarinense de Medicina, em julho de 1953.<sup>82</sup> Outro indício que também pressupõe a sua relevância política na região é a sua participação, como líder do PSD, junto a uma Comissão da Assembleia formada por um pequeno grupo de seis deputados catarinenses incumbidos de encontrar o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, visando exigir providências urgentes em relação à expansão da Estrada de Ferro de Paraná-Santa Catarina.<sup>83</sup> O encontro do presidente aparece, inclusive, divulgado no jornal também por meio de um registro fotográfico no qual Ylmar Corrêa é “flagrado” entregando a Vargas o documento elaborado pelo legislativo catarinense.

Figura 1 – Ylmar Corrêa entregando documento a Getúlio Vargas



Fonte: O presidente Vargas e os parlamentares catarinenses. **O Estado**. Florianópolis, 18 dez. 1951. p.6

<sup>81</sup> À margem das sessões da assembléia. **O Estado**. Florianópolis, 1. jun. 1947. p.3.

<sup>82</sup> I Congresso Médico da Associação Catarinense de Medicina. **O Estado**. Florianópolis, 25 jul. 1953. p.8.

<sup>83</sup> Seguiu, ontem, a comissão especial da Assembléia para avistar-se com o pres. Vargas. **O Estado**. Florianópolis, 22 nov. 1951. p.1.

Afora sua atividade política na Assembleia, nas páginas do periódico examinado é possível entrever também a atuação de Ylmar Corrêa como presidente da LBA, órgão já aqui mencionado. O que parece curioso em relação a este indício é a presença de um homem como presidente de um instrumento de intervenção social no qual a presença feminina era muito mais marcante, dado o fato de que, com exceção dele, todas as outras pessoas a exercer essa função eram as esposas de presidentes e governadores estaduais, ou seja, as “primeiras-damas”. Pensando sobre essa questão, poderiam ser levantados dois elementos que respaldariam suas atividades como presidente: em primeiro lugar, o exercício da medicina; e, em segundo, seu parentesco com Beatriz Pederneiras Ramos, tia de sua esposa e a primeira presidente do órgão em Santa Catarina.

Ylmar Corrêa parecia — aos olhos do jornal *O Estado* — de fato ser não só “um brilhante intelectual”<sup>84</sup>, mas também um integrante ativo de atividades e eventos relacionados à Igreja Católica em Florianópolis. Em 1947, por exemplo, como “Juiz”<sup>85</sup>, ele ajuda a organizar a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes da Igreja São Sebastião, localizada na rua Bocaiuva, em Florianópolis<sup>86</sup>. Dentre os listados no grupo de organizadores desponta a figura de Edith Gama Ramos, esposa de Celso Ramos (irmão de Nereu Ramos), fato que assinala, mais uma vez, a inserção da família Corrêa nas redes de sociabilidade e políticas nas quais a família Ramos também estava integrada.

Nessa mesma perspectiva, parece relevante também sua atuação em outros eventos com teor assistencialista, nos quais a formação e manutenção de redes de sociabilidade é bastante perceptível. Em 26 de junho de 1951, por exemplo, Ylmar Corrêa é apresentado como um dos integrantes do grupo responsável por organizar um festejo em “benefício dos cegos e aleijados” que tinha como objetivo angariar fundos para “aqueles que precisa[va]m do auxílio de homens bem formados.”<sup>87</sup> Para além de Ylmar Corrêa e sua esposa, aparecem entre os festeiros convidados os “senhores” Dep. Oswaldo Bulcão Viana, os jornalistas Jairo Callado e Rubens de Arruda Ramos e o futuro governador do estado Celso Ramos.

De maneira muito semelhante, a participação de Ylmar no Rotary Club de Florianópolis, grupo ao qual se associa em novembro de 1947, aparenta consolidar mais uma

---

<sup>84</sup> **O Estado**. Florianópolis, 8 jun. 1947. p.8.

<sup>85</sup> Figura associada às festas religiosas católicas brasileiras, o “Juiz de Festa” era um cargo de alta distinção dentro dessa tradição religiosa. A ele cabia coordenar e, muitas vezes, arcar com parte das despesas advindas da organização dos festejos.

<sup>86</sup> Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. **O Estado**. Florianópolis, 22 jan. 1947. p.6.

<sup>87</sup> Em benefício dos cegos e alejados. **O Estado**. Florianópolis, 26 jun. 1951. p.8.

vez os laços mantidos com a “oligarquia” Ramos — dado que o próprio Aderbal Ramos da Silva já havia sido presidente da agremiação — e, também, sua tendência em participar de grupos que visavam apoiar ou auxiliar outros que contavam com menos recursos financeiros e sociais. Esse apoio aparece de maneira bastante clara na missão à qual o Rotary Club se propõe, qual seja: “Nós servimos ao próximo, difundimos a integridade e promovemos boa vontade, paz e compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações entre líderes profissionais, empresariais e comunitários”<sup>88</sup>.

Por parte de Ylmar Corrêa, a participação nesses diversos grupos de assistência possivelmente constituía uma estratégia no sentido de criar uma imagem positiva perante seu eleitorado, bem como de consolidar antigos laços — sobretudo com a família Ramos — e formar novos contatos e alianças. Ainda, o “serviço ao próximo” não pode ser entendido como mera assistência. Direcionado aos “menos favorecidos”, tais ações engendram também métodos de controle social — desenvolvidos sobretudo a partir do discurso médico higienista do início do século XX já aqui mencionado — que não podem ser ignorados quando se traz à cena o lugar de Ylmar Corrêa como médico e integrante de uma elite política.

São encontradas muitas evidências também da sua inserção junto à maçonaria, estando ele especificamente afiliado à loja Regeneração Catarinense<sup>89</sup>, à qual integrantes da família Ramos, como Nereu Ramos, estiveram vinculados e da qual o próprio médico foi Venerável (mestre da loja, um cargo eletivo dentro do grupo) entre os anos de 1947 e 1950<sup>90</sup>. Em âmbito um pouco mais alargado, Ylmar Corrêa foi também “Grão-mestre” do Grande Oriente de Santa Catarina ao qual estão associadas diversas lojas maçônicas do estado<sup>91</sup>. Nessa linha de análise, vale destacar que as principais características do pensamento maçônico vão ao encontro das perspectivas aqui analisadas no que se refere ao pertencimento a determinados grupos ou redes. De acordo com Barata (1995), que analisou a atuação de grupos maçônicos no processo de instauração da República no Brasil, a intenção de utilizar os “auxílios mútuos” praticados pela ordem maçônica, da mesma forma que o entendimento de que a maçonaria é um espaço de convivência e de mobilidade social, eram importantes “incentivos” ao ingresso

<sup>88</sup> Missão. Rotary Club de Florianópolis. [S.I.] Disponível em: <http://www.rotaryclubdeflorianopolis.org.br/clube-missao> Acesso em: 2 abr. 2018.

<sup>89</sup> Inauguração, ontem, de retratos na R. Catarinense. **O Estado**. Florianópolis, 13. jul. 1951. p.3.

<sup>90</sup> Pequena História da Regeneração Catarinense. Loja Maçônica Regeneração Catharinense. [S.I.] Disponível em: [http://www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int\\_seq\\_secao=17&int\\_seq\\_subsecao=7&int\\_seq\\_conteudo=7](http://www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=17&int_seq_subsecao=7&int_seq_conteudo=7) Acesso em: 17 mar. 2018.

<sup>91</sup> Galeria de Grão-mestres. Grande Oriente de Santa Catarina. [S.I.] Disponível em: <https://www.gosc.org.br/sobre-o-gosc/galeria-de-grao-mestres/> Acesso em: 17 mar.2018.

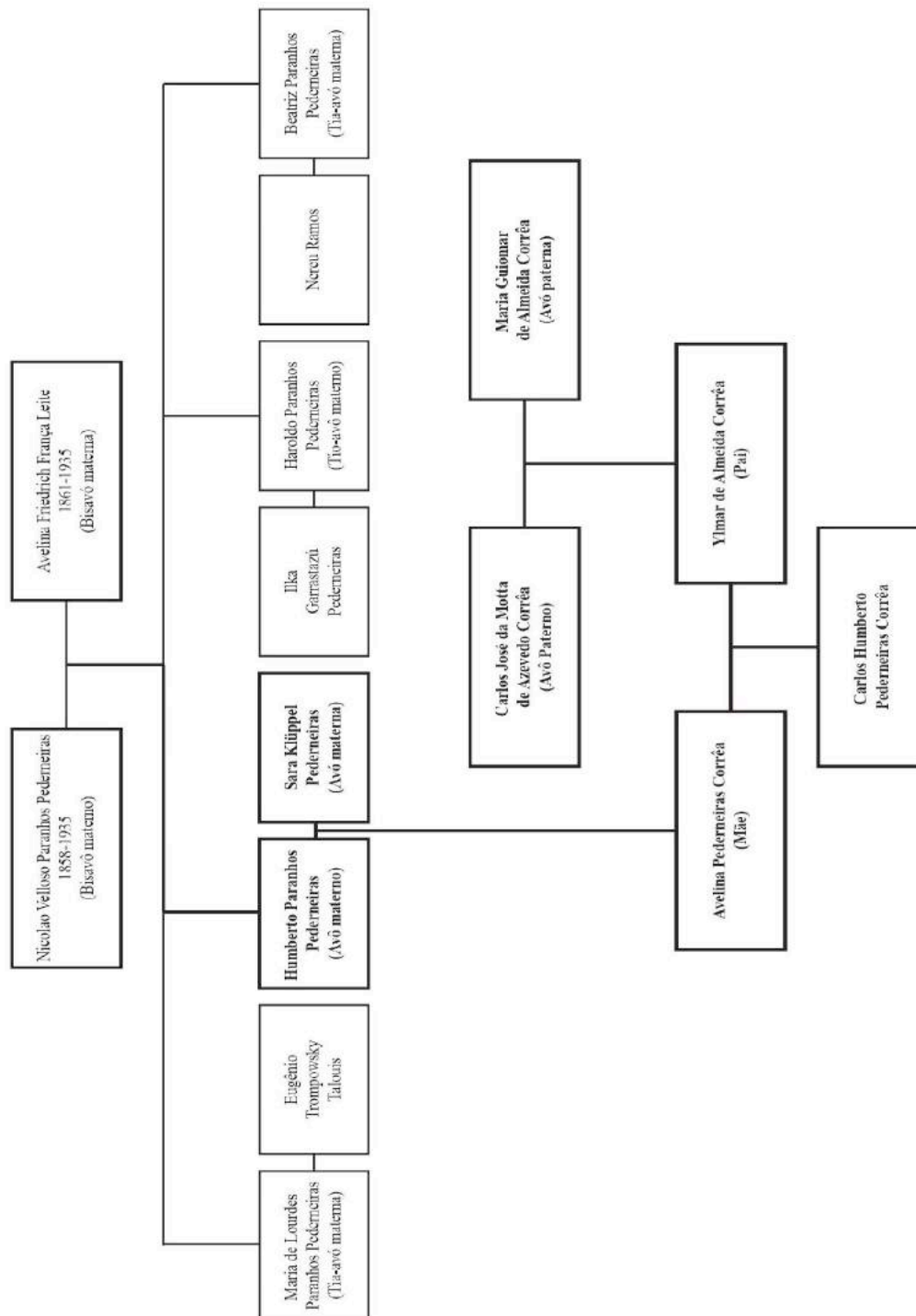
nesse grupo: “Desta forma, ser maçom, para certos setores da sociedade, significava uma forma de influir, de participar na estruturação do Estado brasileiro” (BARATA, 1995, p.141).

Observando alguns dos lugares por onde Ylmar Corrêa circulou — vale salientar que nas páginas do jornal muitas outras funções e locais de atuação desse político e médico puderam ser entrevistadas —, nota-se que nessa trajetória a atuação política e a participação em diversos grupos como os da comunidade religiosa, o Rotary Club e a maçonaria mostram uma circulação no sentido de se inserir em determinadas redes e manter outras, pois de certa maneira, mesmo que muitas vezes não diretamente vinculado à família Ramos, o espectro desse laço familiar mantido se estende também às suas redes de sociabilidade e suas redes políticas. Sendo assim, percebe-se que Ylmar Corrêa constituiu essas redes a partir de relações de grandezas diferentes, em espaços também distintos, nas quais elementos como alianças políticas, parentesco, vizinhança e pertencimento a associações se encontram a todo momento e são componentes importantes no estabelecimento desses diversos “nós”.

Na figura a seguir, pode-se ter uma mirada geral dos laços de parentesco de Carlos Humberto, em especial da família materna, e também, de certa maneira, uma visão do modo como uma pequena parcela dessa “elite” regional se engendrava.



Figura 2 – Esquema simplificado da ascendência paterna e materna de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa<sup>92</sup>



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no banco de dados da autora.

<sup>92</sup> Em relação à família materna, os indícios em grande medida são fornecidos pelo próprio Corrêa em livro já citado anteriormente (*Manuel Paranhos da Silva Veloso: Artífice da nacionalidade no Brasil monárquico*). No entanto, no que tange à família paterna de Corrêa, quase nenhum dado foi localizado para além do avô e pai do historiador. Foram suprimidos alguns familiares com intuito de deixar mais explícito aqueles que pareciam atuar com maior força no estabelecimento e manutenção das redes aqui mapeadas.

A partir do que aqui foi apresentado — investigando um pouco sobre as gerações, os cenários sociais e os momentos políticos vividos pelos ascendentes familiares de Carlos Humberto — foi possível visualizar que todos os membros masculinos da família, desde o bisavô por parte de mãe, eram profissionais liberais ligados a instituições públicas. Enquanto a família paterna fazia parte de um grupo ligado à prática da medicina, a família materna tinha formação predominantemente na área da engenharia, exercendo cargos públicos ligados a essa atividade. Para pensar mais detalhadamente sobre as redes, foram eleitos quatro personagens mais próximos de Carlos Humberto: seu avô paterno, seu bisavô materno, seu avô materno e seu pai, os quais parecem ser figuras importantes na transmissão de uma “herança política” a Carlos Humberto e na posterior inserção do historiador em funções ligadas a espaços de atividade política. Possivelmente, se a presente pesquisa se debruçasse com mais profundidade nestes “nós” e “entrenós”, agregando à análise novos personagens, ver-se-ia uma grande rede familiar com ainda mais ligações com a política regional<sup>93</sup>.

Nesse contexto, é importante frisar: não se sugere que a trajetória da família de Carlos Humberto seja da ordem do “espetacular”, com carreiras de “brilhantismo”. Suas trajetórias, pelo contrário, parecem ser frutos principalmente dos privilégios próprios a uma elite política e intelectual. Para desmitificar essa questão, pode-se pensar, por exemplo, na quantidade de habitantes que havia em Florianópolis no período majoritariamente abordado neste capítulo e, dentre esses habitantes, quantos tinham acesso ao ensino superior. Os dados do censo de 1940 divulgados pelo IBGE no ano de 1947 afirmam que cerca de 56,2% da população de Santa Catarina não era alfabetizada<sup>94</sup> naquele período. Esse aspecto, de alguma forma, atribui a uma família com grau superior de ensino e, portanto, detentora de grande capital cultural e social, também um grau relevante de capital político. Nesse sentido, Bourdieu (1998a) reconhece que alguns indivíduos ou grupos podem lançar mão de relações sociais “úteis”, ou seja, de seu capital social, buscando com essa mobilização potencializar a própria força de seu capital cultural e capital econômico:

---

<sup>93</sup> Nesse momento, é importante pontuar alguns elementos que, embora não aprofundados ao longo do trabalho, não foram completamente ignorados na análise. Dentre eles, está a questão que envolve as dimensões tanto da Legião Brasileira de Assistência Social quanto da própria Maçonaria, movimentos e círculos que não estão restritos a uma “regionalidade”, mas se inserem num panorama ampliado, no caso da LBA, no cenário nacional, e da Maçonaria, mundial. No entanto, devido às proporções que uma análise desse tipo poderia atingir, tais elementos tiveram de ser obliterados em favor de uma aproximação maior com o objeto de pesquisa.

<sup>94</sup> IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21431.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2018.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998a, p.67).

Vale ressaltar, mais uma vez, que pela lente de Bourdieu tal “rede durável de relações” exige daqueles que nela estão inseridos um esforço no sentido de instaurar-se e manter-se vinculados à rede, trabalho que demanda de indivíduos e grupos certo “tempo, esforços e recursos financeiros, mas proporciona lucros materiais e simbólicos” (DALLABRIDA, 2008, p.146). Sendo assim, ao serem observadas algumas das trajetórias de familiares de Carlos Humberto, podem ser visualizadas, de um lado, questões associadas mais diretamente ao capital escolar (a formação superior), seus costumes e regras próprias e, de outro, “princípios de legitimação e hierarquização decorrentes não tanto do capital escolar, mas sobretudo da origem e posição social e respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural etc.)” (GRILL, 2004, p.428). É nas relações estabelecidas, na inserção e manutenção das redes de sociabilidade, que o título adquiriria valor.

Por conseguinte, é possível conjecturar que Carlos Humberto parece romper com algumas “tradições” familiares — como o exercício da medicina — ao se tornar historiador, sem, no entanto, cortar os laços que ligavam sua família à política catarinense. Os caminhos trilhados por alguns representantes de sua família parecem, portanto, fornecer algumas pistas relativas às possibilidades que se abriram a ele durante seu percurso profissional e de vida, num processo de “instauração e manutenção” de redes herdadas por ele.

### **2.3 A tecer suas próprias tramas.**

Como já afirmado anteriormente, o processo de repasse de uma herança política não é um movimento estanque, somente de manutenção de laços, mas também exige do herdeiro ações no sentido de adaptar essa herança ao contexto político e social referente à sua contemporaneidade, sendo essa adaptação ou “recriação” a condição de uma filiação possível. A própria “possibilidade de receber e escolher a herança, de estabelecer continuidades e diferenças, de relaná-la de outros modos implica o movimento de separação das gerações, de produção de uma diferença geracional” (CARDOSO, 2005, p.105) torna essa herança ainda

disponível. Nessa perspectiva de raciocínio, tentar-se-á delinear de que maneira Carlos Humberto lançou mão da herança política recebida por seus ascendentes na busca por se inserir em redes que, por exemplo, facilitaram sua atuação junto a órgãos e instituições públicas em Santa Catarina.

Assim como no caso de seu pai, a tentativa de mapear as tramas, sobretudo políticas, nas quais Carlos Humberto esteve inserido durante sua trajetória pode ser pensada a partir de seu percurso estudantil. Diferentemente — e curiosamente — de seu pai, que cursou o ensino secundário junto ao Colégio Catarinense, os cursos “Ginasial” e “Científico” por ele finalizados em 1960, transcorreram no Colégio Estadual Dias Velho, uma das mais antigas instituições de ensino público de Santa Catarina. Sendo sua família pertencente a uma “elite” política e intelectual regional, é curioso notar que Carlos Humberto não tenha seguido os mesmos passos do pai, pois ingressou numa escola de caráter público e com uma clientela menos “restrita” do que aquela que atendia o Colégio Catarinense. No entanto, algumas questões que envolvem os caminhos de constituição do Colégio Estadual Dias Velho podem ajudar a pensar sobre essa possível decisão familiar e inclusive como as redes de sociabilidade e políticas nas quais seus familiares estavam inseridos podem ter reverberado nessa escolha.

Norberto Dallabrida, em artigo publicado em 2012, traça uma comparação entre as três principais instituições de ensino da capital catarinense entre o início do século e meados do século XX: o Colégio Catarinense, o Colégio Coração de Jesus e o Colégio Dias Velho. Nessa investigação, o historiador apresenta questões importantes para entender a presença de Carlos Humberto junto aos alunos desta última instituição. O primeiro desses pontos se refere à presença de personagens vinculadas ao partido o qual integrava o pai de Carlos Humberto, como por exemplo Antonieta de Barros, também colega de Ylmar na Assembleia Legislativa do Estado. Antonieta foi diretora do Colégio Estadual Dias Velho nos períodos entre 1945 e 1948, bem como 1950 e 1951, momento que coincide com a presença de Carlos Humberto entre os alunos da instituição.

Quanto à definição de um perfil do corpo discente, Dallabrida (2012, p.173) sugere que o colégio “era frequentado especialmente por frações da classe média, sobretudo a fração intelectualizada, bem como por alguns alunos de classes abastadas, que eram rebeldes e/ou desejavam ter uma educação pública e laica, e de classes populares”. Poderíamos incluir de certa maneira Carlos Humberto entre esta “fração intelectualizada”, pertencente a uma classe média, mas que mantinha contato frequente com classes abastadas por meio de redes

sociopolíticas. Já em relação aos professores, Dallabrida (2012, p.188-189) indica que essa instituição pública “tinha um corpo docente diversificado do ponto de vista pedagógico, político e religioso, o que permitia um contato com as ideias socialistas e com a arte moderna”. Essa característica poderia apontar inclusive para as tendências e habilidades que depois Carlos Humberto desenvolveria como, por exemplo, a sua “inclinação” e relação com o mundo das artes plásticas.<sup>95</sup> Nota-se, portanto, que o historiador mantinha contato com um grupo diversificado de colegas e docentes e suas diferentes formas de pensar e agir, o que pode ter reverberado também na sua escolha pela formação em humanidades e no trânsito que teve por diversos espaços políticos e educacionais, especialmente em Santa Catarina. Da mesma forma, esse contato com diferentes referenciais pode ter auxiliado na tarefa de manutenção da “herança” por ele recebida.

Poucos indícios foram localizados em relação ao mapeamento de suas redes como estudante universitário. No entanto, o cruzamento dos vestígios encontrados relativos a esse período com aqueles que se referem à sua atuação como professor de “Desenho” do Colégio de Aplicação e diretor do MAMF parece indicar a sua inserção em determinadas tramas intelectuais e políticas. Portanto, quanto à sua carreira profissional, foram observados os primeiros anos nos quais ele parecia estar mais envolvido nos meandros políticos, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Funções e cargos exercidos por Corrêa junto ao Poder Executivo.

Função/cargo exercido	Instituição a que estava vinculado	Período
Diretor do MAMF	Governo do Estado de Santa Catarina	1963-1969
Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Santa Catarina	Governo do Estado de Santa Catarina	1969-1975

<sup>95</sup> É necessário, nesse caso, destacar que não se deseja com esta afirmação declarar que há uma relação de causa e efeito na trajetória de Corrêa, mas sim que, como apontam as evidências encontradas, *possivelmente* teria sido durante a sua vivência estudantil no Colégio Dias Velho que ele tenha travado contatos mais frequentes com tais temáticas.

Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social	Prefeitura Municipal de Florianópolis	1975 ou 1976 <sup>96</sup>
--	---------------------------------------	----------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Corrêa (1996).

Desta forma, ao se tentar dar mais atenção a esses primeiros anos, a relação de Carlos Humberto com a universidade, a ACL e o IHGSC, bem como os eventuais encontros com instituições políticas a partir de 1976, serão mais cuidadosamente observados nos capítulos seguintes, pois eram círculos que se encontravam a todo momento. Antes de se debruçar sobre essas tramas, vale ainda ressaltar que,

De maneira geral, é possível perceber que os sócios do Instituto eram principalmente pessoas ligadas à política do Estado, ou pelo menos pessoas que ocupavam lugar social com alto prestígio simbólico. Em razão da posição que ocupavam, das redes de relações das quais participavam, e da importância que se investiam, legitimavam-se como aqueles que possuíam o dever de preservar a memória e escrever a história de Santa Catarina (CUNHA; SILVA, 2014, p.554).

Esse panorama se manteve relativamente estável até o fim da década de 1980 e início da década de 1990, quando começou a emergir no contexto intelectual e historiográfico catarinense uma ruptura entre as narrativas produzidas pelo Instituto e aquelas produzidas junto ao meio acadêmico universitário. Da mesma forma, manifestou-se uma tentativa de diferenciação entre aqueles que integravam ambos os espaços, nos quais durante décadas foi possível perceber um cenário de correspondências, pois muitos dos discentes que lecionavam na Universidade eram também personagens atuantes no IHGSC (GONÇALVES, 2006).

Carlos Humberto parece — como se observará posteriormente — ser herdeiro, além de redes construídas pela sua família, de um cenário em que os sócios do Instituto não só mediavam e produziam bens culturais no âmbito local como também estavam engajados nos projetos políticos coletivos da época, em escalas regional e nacional (CUNHA; SILVA, 2014), e no qual as fronteiras entre o “homem de letras” e o “homem político” não eram fáceis de serem definidas.

Ainda nessa mesma lógica, marcada por algumas rupturas e modificações, ao observar de que forma se constituíam as sociabilidades e se estabeleciam as redes políticas, é

<sup>96</sup> Os indícios encontrados em relação a esta passagem de Corrêa pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social de Florianópolis não possibilitam afirmar com precisão o ano em que ele vinculou-se a este órgão, como será indicado mais à frente.

importante levar em conta as próprias “transformações visíveis na paisagem e nas sociabilidades” (LOHN, 2014, p.259) das quais a população catarinense, em especial a florianopolitana, era expectadora e também agente. É nesse “novo tempo” que Carlos Humberto teve de administrar os laços sociais e políticos herdados de seus avós e pais. Durante a década de 1960 e, sobretudo, de 1970, Florianópolis vivenciou uma alteração nos seus ritmos e nas suas referências socioculturais. Para se ter ideia da dimensão dessas alterações, ao início dos anos 1970 a população da cidade contabilizava em torno de 120 mil habitantes, número que representa um grande crescimento em relação à época dos pais de Carlos Humberto (décadas de 1940 e 1950), quando a população somava entre 46 mil e 52 mil habitantes<sup>97</sup>. Ainda comparando gerações, na época de seus avós, durante a década de 1920, Florianópolis contava com cerca de 40 mil habitantes, número três vezes menor do que o registrado nos anos 70.

De antemão, é preciso pontuar que a ideia do presente capítulo não era fazer um inventário detalhado dos cargos ou funções ocupadas por cada um dos homens e mulheres acima mencionados, mas tentar por meio desse mapeamento pensar a reverberação das redes de sociabilidade e tramas políticas nas trajetórias individuais e familiares acima descritas.

A partir dessa hipótese, pode ser destacada a relação entre o estabelecimento de redes pela família de Carlos Humberto e a permanência de certas práticas e personalidades associadas aos grupos dominantes — inseridos numa cultura política com proeminência em determinados círculos sociais catarinenses — e o quanto essa relação vai de alguma forma tangenciar os caminhos trilhados pelo historiador. Sendo assim, vale destacar como exemplo a figura de Esperidião Amin, que aparece no cenário político estadual vinculado às oligarquias Konder-Bornhausen. Eleito em 1982 governador do estado de Santa Catarina pelo Partido Democrático Social (PDS) (sucessor da ARENA, partido que, como afirmado anteriormente, congregava os “clãs” Ramos e Konder-Bornhausen), Amin despontava na década de 1970 como uma jovem promessa política em âmbito estadual. Desta forma, fica evidenciada que a cultura política dessas elites catarinenses conseguiria sobreviver e ainda exercer sua influência — apesar de determinados conflitos<sup>98</sup> — tanto durante o regime militar quanto após o seu fim.

---

<sup>97</sup> IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988 Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21431.pdf> Acesso em: 7 mar. 2018.

<sup>98</sup> A já bem constituída cultura política dessas elites não seria abalada com o golpe de 1964, mas permaneceria, de certa forma, “intocada” até o governo Médici, quando seriam observados os primeiros atritos entre militares e esses grupos políticos catarinenses. A predileção por técnicos que caracterizava o governo Médici traduziu-se em

Além disso, percebe-se que a permanência dessa mesma elite política no poder permitiu a “perenização” dos vínculos estabelecidos pelo avô de Carlos Humberto ainda no início do século XX.

No cruzamento entre uma “herança política”, sua formação profissional e o estabelecimento das redes, vale trazer à tona, mais uma vez, o trabalho de Pierre Bourdieu (2007), que buscou demonstrar os diversos princípios de legitimação de alguns campos como o científico, o escolar e o acadêmico, entendendo que essa legitimação é operada a partir de dois polos. De um lado, aparecem elementos associados ao capital escolar ou científico, com suas regras, hábitos e crenças, bem como as estratégias que orientam as trajetórias sociais; e, de outro, os elementos que hierarquizam e legitimam socialmente determinado indivíduo e que não estão diretamente ligados ao capital escolar, mas que advêm da posição social, origem e relações que o indivíduo mantém com a cultura dominante e o poder, seja ele político, econômico, científico, cultural etc.

Por esse viés, ao se observar a trajetória de Carlos Humberto, destaca-se que, para além das possíveis transformações no quadro político catarinense e das mudanças nas esferas sociais que determinaram as especificidades das trajetórias individuais dos antecessores familiares do historiador, o princípio básico que parece reger os seus “encontros” políticos, bem como o seu pertencimento a uma elite, esteve pautado em relações sociais com base na reciprocidade combinada à utilização da influência política de parentes e amigos para a obtenção de postos, favores e até mesmo certa projeção no cenário historiográfico catarinense. De alguma forma, essa linhagem e a inserção numa rede de sociabilidades parece ser entrevista também nas publicações de Carlos Humberto, tanto na escolha da temática (por exemplo, nas publicações relativas a personagens políticos como Nereu Ramos e Manuel Paranhos da Silva Velloso) quanto na possibilidade de publicação de algumas dessas obras.

Afirma-se, portanto, que os caminhos traçados por Carlos Humberto, inseridos numa cultura política regional, parecem ter sido viabilizados devido à manutenção por parte do historiador de uma “herança política” cultivada por seus antecessores no âmbito do estado de Santa Catarina, em especial da cidade de Florianópolis. Por meio de teias que “vieram de

---

Santa Catarina na indicação de Colombo Machado Salles para governador do estado, um engenheiro de portos e canais sem experiência política. (SILVA, 2011).



berço”, o percurso familiar de Carlos Humberto abre um olhar para pensar a historiografia que depois ele produzirá — nunca perdendo de vista que, na perspectiva aqui adotada, a “herança”, assim como a lembrança, é sempre um passado que se atualiza no presente.

Pensando pelo viés das diferentes temporalidades as quais vivenciamos em cada presente, aqui se justifica a escolha da História do Tempo Presente como uma guia teórica. Como afirma François Dosse (2013), situamo-nos em tempos laminados, em temporalidades sobrepostas que, supostamente, poderiam ser vivenciadas externamente e internamente. No presente capítulo, buscou-se evidenciar as “temporalidades externas” correlacionadas a trajetória de Carlos Humberto que estão expressas nas suas redes, amizades, encontros políticos e no tempo genealógico ligado a um “berço” bem como a manifestação do tempo das instituições, sejam elas oficiais ou associativas, articuladas no mundo político. Por fim, a interação dessas temporalidades levanta a questão da inserção do historiador em certas redes intelectuais.

### 3 TRILHANDO CAMINHOS SOB OS AUSPÍCIOS DE CLIO: CORRÊA E O CAMPO INTELECTUAL CATARINENSE

Deparei-me entre dois séculos, como a confluência de dois rios; mergulhei nas suas águas turvas, afastando-me lamentavelmente da velha borda onde nasci, nadando esperançosamente para uma margem desconhecida. (CHATEUBRIAND apud DOSSE, 2013, p.325).

Entre-lugares, tempos laminados... “o tempo é antes de tudo ‘laminado’, por que deve ser colocado em relação com a subjetividade do sujeito histórico, independente que seja individual ou coletivo” (DOSSE, 2013, p. 324). Nesse sentido, pensar a trajetória de Corrêa é pensá-lo como um homem na sua condição de sujeito histórico, inserido em tempos, espaços, linhagens e grupos “instavelmente estáveis” ao longo de seu percurso profissional.

No presente capítulo, intenta-se pensar o grupo de intelectuais no qual Corrêa estava inserido como um conjunto não uniforme, mas de coesão relativa. Desta forma, busca-se mapear as similitudes de seus componentes e suas possíveis tensões, por vezes resultantes da “confluência de dois rios”, como aquele em que “mergulhava” Chateaubriand. Como coloca ainda Dosse (2013, p.326), “os períodos de crise são especialmente propícios ao entrelaçamento das temporalidades para garantir o avanço de um mundo novo, que se reassegura e se legitima através dos tempos passados”.

A historiografia catarinense quando pensada na diacronia permite observar que, de certa forma, alguns dos personagens aos quais Corrêa está supostamente vinculado vivenciaram um processo de “crise” em seu campo intelectual, sobretudo nas dinâmicas que se desenrolaram ao fim da década de 1980 e início dos anos 1990. Nesse período, um “novo”<sup>99</sup> grupo de historiadores passou a ocupar maiores espaços junto ao panorama do ensino superior catarinense, buscando nisso se desvincular daqueles (os “antigos”) que um dia também foram seus professores e que, de acordo com eles, representavam uma prática historiográfica a ser superada. Nesse ensejo, quase todos aqueles e aquelas vinculados ao IHGSC — espaço por excelência de uma “ultrapassada” maneira de pensar a história — foram aos poucos sendo desassociados de instituições como UFSC e UDESC e se abrigando sob as asas do IHGSC, caminho para o qual Corrêa se direcionou e no qual grande parte

---

<sup>99</sup> Mais uma vez, lançando mão da nomenclatura sugerida por Gonçalves (2014) em sua tese.

daqueles que constituíam as suas redes intelectuais também seguiram. Mas, que homens<sup>100</sup> eram esses? Será possível perceber ao longo do capítulo o maior destaque dado a alguns no cenário que é em grande medida a repercussão do maior ou menor grau de afinidade que tinham com o personagem principal da tese. Por isso, é importante destacar que todos ocupavam espaços coincidentes, mas seus posicionamentos nas redes de sociabilidade de Corrêa eram heterogêneos.

### **3.1 Os “velhos novos” ou os “novos velhos”?**

Antes de tentar delinear algumas das principais características constituintes no que diz respeito aos homens com os quais Carlos Humberto Pederneiras Corrêa mantinha contatos intelectuais — os quais, portanto, faziam parte de suas redes —, é preciso situar as bases teóricas aqui utilizadas com o objetivo de pensar historicamente os encontros (e possíveis desencontros) presentes na trajetória do historiador.

Partindo da ótica do estabelecimento de redes de sociabilidade e tomando novamente como base as formulações de Maurice Agulhon (1981;1987), o presente capítulo almeja delinear os laços estabelecidos por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, sobretudo nos espaços da UFSC, da ACL, do IHGSC e do Departamento de Cultura da Secretária de Educação e Cultura de Santa Catarina, elaborando nesse percurso um “retrato comum” desses personagens, principalmente nas suas concordâncias. Nesse sentido, entende-se que a problematização das sociabilidades sugere perscrutar os caminhos seguidos por determinados indivíduos — ou conjuntos e associações —, rastreando seus comportamentos, suas ideias, as maneiras como se organizam, de forma que seja possível delinear e indagar as maneiras pelas quais eles demarcam em conjunturas específicas — consciente ou inconscientemente — suas próprias definições como grupos.

Teórica e conceitualmente, portanto, a constituição das redes às quais Corrêa estava em determinados momentos agregado foi pensada por meio dos conceitos de “intelectual”, “geração” e “campo” (intelectual). Ainda, no entrelaçamento de tais elementos, a investigação

---

<sup>100</sup> Vale destacar que não passou despercebida a constituição eminentemente androcêntrica dos espaços por onde Corrêa circulou, lugares onde a presença feminina, quando existente, parece ser invisibilizada. Tal cenário é tributário de diversas implicações histórico-sociológicas que merecem um espaço maior e mais cuidadoso de problematização, o qual o presente trabalho, em função dos caminhos temáticos e teóricos-analíticos aqui escolhidos, não conseguirá abarcar. Nesse sentido, evita-se produzir uma discussão com pouca profundidade em relação a esta conjuntura.

tomou como inspiração a metodologia prosopográfica, a qual parece ir ao encontro das propostas subjacentes. Com a utilização de alguns dos recursos sugeridos pela prosopografia, o capítulo pretendeu esboçar uma biografia coletiva do grupo ao qual Corrêa estaria teoricamente ligado, identificando *biografemas* (BARTHES, 1971), ou seja, quaisquer dados e pequenos detalhes encontrados nas fontes que pudessem remeter às características comuns desse círculo de intelectuais e que auxiliariam a pensar acerca dos mecanismos de recrutamento e seleção concernentes a essas trajetórias.

Em relação à noção de “intelectual”, tomando como referência os trabalhos do historiador francês Jean-François Sirinelli, vale, destarte, evidenciar que ela não se apresenta a partir de uma definição rígida e restrita — uma constatação não difícil de se obter, bastando lançar um breve olhar sobre as produções de diversos teóricos que buscaram ao longo do tempo, a partir da perspectiva de suas áreas do conhecimento, definir conceitualmente o que seria um “intelectual”.<sup>101</sup> Estando o próprio conceito inserido na temporalidade, portanto, pode-se afirmar que ele próprio possui sua historicidade. Tal questão torna ainda mais necessária a exposição do ponto de vista aqui adotado.

A perspectiva acima descrita foi tomada de empréstimo do que expõe Sirinelli (2003) em seu já clássico texto *Os Intelectuais*, presente na obra *Por uma história política*, organizada pelo historiador francês René Remond. Primeiramente, convidando os historiadores do tempo presente a se lançarem à tarefa de investigar o mundo intelectual e seus personagens — função que, segundo ele num tom crítico, estaria naquele momento entregue aos jornalistas da “história imediata” —, Sirinelli segue seu texto apresentando historicamente algumas das objeções ao trabalho com esta temática levantadas no campo da história. A partir da noção de um “pequeno mundo estreito” apresentada por Sartre, ele aponta que, por muitas vezes, a noção foi definida como um subconjunto vago e restrito, não condizente com uma perspectiva “estruturalista” da história. Por esse ângulo, os intelectuais se apresentariam como “um grupo social reduzido, indistinto e elitista” (SIRINELLI, 2003, p. 235).

Tal panorama de objeções só viria a se desfazer a partir de meados da década de 1970, quando, de acordo com ele, a história dos intelectuais começa a recuperar a sua dignidade: um restabelecimento ligado à re-emergência da história política e da história recente no cenário

---

<sup>101</sup> Como exemplos destas diversas perspectivas desenvolvidas ao longo do século XX: ARON (1980); BENDA (2007); BOBBIO (1997); GRAMSCI (2000); JUDT (2007); LÖWY (1979).

historiográfico, quando “interrogar-se sobre o peso dos intelectuais não era mais obsoleto.” (SIRINELLI, 2003, p. 237-238). Arelado a esta “reabilitação”, Sirinelli expõe, a partir do cenário francês, um crescimento no grupo social dos intelectuais ao longo do início e meados do século XX — conjuntura que de certa forma também contribui para “borrar” um pouco os contornos de uma definição precisa do conceito<sup>102</sup>. Ao tomar como exemplo o panorama brasileiro, poder-se-ia mencionar o aumento da oferta de universidades e o conseqüente maior acesso ao ensino superior que, principalmente na década de 1970, foi acompanhado pelo grande desenvolvimento dos programas de pós-graduação ao longo do território brasileiro (MOTTA, 2014). Esse movimento supõe também um crescimento de “campos intelectuais” — a partir de uma perspectiva bourdieusiana — e a emergência de novos jogos de forças nesse terreno de disputas.

Apresentadas algumas das características e discussões conectadas ao conceito, que acabam por demonstrar sua natureza “polimorfa” e “polifônica”, Sirinelli sugere que a tentativa de sua definição caminhe no sentido de constituir uma demarcação de “geometria variável, mas baseada em invariantes.” (SIRINELLI, 2003, p. 242). Essa dinâmica pode se direcionar para duas perspectivas, a primeira mais alargada e sociocultural, em que estariam incluídos intelectuais entendidos como criadores e também os mediadores (como por exemplo professores, jornalistas, editores etc), e a segunda, mais restrita, na qual estariam incluídos aqueles intelectuais que promoveriam uma intervenção mais direta no meio político, os ditos intelectuais “engajados”. O autor, percorrendo essas definições, ainda sugere que uma escolha exclusiva entre elas se constitui, na verdade, um “falso problema”, uma dúvida passível de ser teoricamente solucionada a partir da adoção da noção ampla de intelectual, que poderia, eventualmente, ser focalizada na segunda concepção, mais estreita. Ele sugere, ainda, que esse deslocamento metodológico há de ser operado de acordo com os problemas e objetos adotados na pesquisa.

Aqui, portanto, tentou-se operar esse movimento, observando esses intelectuais ao longo do capítulo a partir de um espectro mais ampliado, embora eventualmente “fechando a lente”, pois entende-se que se versou acerca de um conjunto atuante em Santa Catarina e que era “composto por especialistas no processo de criação e transmissão cultural, que desperta[ra]m a atenção dos envolvidos com o ‘círculo do poder político’ por suas

---

<sup>102</sup> Movimento que pode caminhar em dois sentidos: cresce o número de intelectuais ou seria a definição do conceito que se alarga? Pois o “crescimento” da população de intelectuais não se deve somente a questões sociológicas, mas também a um “alargamento” da noção ao longo do tempo (SIRINELLI, 2003, p.243).

capacidades de interpretar a realidade social e produzir ‘visões de mundo’.” (GOMES, 2013, p. 39). Em relação à adoção da categoria “intelectual”, vale destacar sua emergência em meio à documentação cotejada: os homens investigados ao longo do trabalho se identificavam como intelectuais e, ao se autotitularém dessa forma, pareciam apontar para as representações que construíam sobre si próprios e como identificavam aqueles que seriam os seus pares.

No que tange à perspectiva de “geração”, as concepções de Sirinelli (2003) também foram de grande valia, principalmente a partir da operacionalização realizada por Ângela de Castro Gomes em sua obra *História e Historiadores*. Na referida obra, em linhas gerais, a autora analisa duas publicações divulgadas durante a Era Vargas a partir do ponto de vista da produção de narrativas históricas. Mapeando autores e estilos historiográficos, Gomes (2013) apresenta a modalidade de história que se almejava edificar no Brasil daquele período. Nesse percurso, ela utiliza a categoria “geração” na tentativa de agrupar esses autores e identificar que tipos de relação (horizontais e verticais) se constituíam entre eles. Assim como no presente trabalho, o conceito “foi considerado operacional para uma abordagem que pretende destacar as características das trajetórias de vida dos autores, relacionando-as entre si através de vínculos pessoais privados e profissionais/públicos ao longo do tempo.” (GOMES, 2013, p. 39).

Nessa toada, assim como no caso da noção de “intelectual”, foi importante dar contornos mais precisos à definição aqui instrumentalizada, a fim de evitar as críticas que, como bem alerta Ângela de Castro Gomes (2013), advêm das principais áreas nas quais o conceito é operacionalizado, tais como: história, literatura e ciências sociais. Em relação a essas objeções, Gomes destaca aquela que descende de uma perspectiva “positivista” conectada à emergência no século XIX de uma definição “moderna” do conceito. A partir dessa interpretação, o compartilhamento de determinada visão de mundo derivaria da existência de um grupo com uma mesma faixa etária — uma “classe de idade” — o qual coabitaria um mesmo “tempo social”. Consequentemente, tal entendimento suporia a “renovação” linearmente temporal das gerações a partir de mudanças que ocorreriam de acordo com as próprias transformações sociais. Numa perspectiva evolucionista, insinua-se que o “envelhecimento” das ideias de determinada geração levaria sucessivamente ao “nascimento” de novas ideias e à resultante emergência de uma nova geração que passaria a prevalecer no espaço social.

Tal noção, como se percebe, vai totalmente de encontro com o que aqui se almeja investigar. Ao supor a existência de um conjunto uniforme, essa perspectiva ignora a presença — no seio de qualquer grupo, em maior ou menor grau — de indivíduos de faixas etárias diferentes, portadores de vivências diferentes e, portanto, de visões de mundo que não são coesas, pois advêm da confluência de um tempo “exterior” e de um tempo “interior”, como aqueles sugeridos por François Dosse (2013). Assim se configuram os homens com os quais Corrêa — bem como ele próprio — manteve vínculos de ordem pessoal e profissional: mergulhados na conjunção de correntes temporais diferentes, que ora os direcionaria para a margem esquerda ou direita, ora os colocaria no meio da correnteza. Os homens aqui observados pareciam se reunir — sobretudo no primeiro período analisado — ao redor de projetos editoriais comuns e de visões particulares acerca da cultura, política e história catarinense.

Ainda a partir do que sugere Gomes (2013), é preciso ter em conta que o pertencimento a determinado grupo e o consequente compartilhamento de experiências, perspectivas e visões de mundo não está isolado na sociedade, ou seja, não tem uma “existência autônoma”. A existência de uma “geração”, e a constituição de uma “identidade própria”, se dá a partir de uma perspectiva relacional, no contato com outras gerações, portadoras de outros valores, outros projetos, que podem ser a elas anteriores, contemporâneas ou posteriores. São, portanto, processos de “diferenciação” que se dão ao longo do tempo, diacronicamente e sincronicamente. Como coloca Gomes (2013, p.40):

Falar de gerações é falar não só de relações entre pares, como de relações de filiação e negação entre experiências geracionais. Ambas as coordenadas — sincrônica e diacrônica — constituem a noção e permitem a tomada de consciência de uma temporalidade própria.

Fazendo a ponte entre as categorias anteriores — intelectual e geração —, coloca-se a perspectiva da sociabilidade, a partir da qual são tecidas as redes que Corrêa integrou. A sociabilidade, por sua vez, se movimentaria em duas direções: uma subjetiva, ligada a um “tempo interior” e afetivo, e outra mais “objetiva”, vinculada a um “tempo exterior”, das instituições ou dos movimentos cíclicos, sobre os quais o ser humano não tem completo controle. Essa categoria, por conseguinte, a partir do que formula Agulhon (1981;1987), ajuda a problematizar a formação de grupos partindo de um olhar “organizacional”, voltando-se

para os lugares, instituições e projetos em comum que os permeiam e que apontam para uma perspectiva “simbólica” subjacente a essas redes. Tal visão reflete sobre o lado sensível destas tramas, permeadas por vínculos de afeição, ou até mesmo inimizade, que podem ser compartilhados.

Às três noções anteriormente destacadas agrega-se o conceito de “campo”, por sua vez alicerçado no pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Bastante difundida em pesquisas na área das ciências humanas, tal conceituação permite observar os homens aqui agrupados dentro de um panorama de “capitais simbólicos”, forças e poderes desiguais e, possivelmente, transitórios. No presente trabalho, em especial, o conceito de campo será observado de forma mais restrita a partir da noção de “campo intelectual”.

Indo um pouco mais a fundo nessa categoria, é importante destacar que ela está intimamente associada a dois outros conceitos formulados por Bourdieu: o de “capital”, já aqui abordado, e a noção de *habitus*, que, em linhas gerais, poderia ser definida como o conjunto de “estruturas estruturadas e estruturantes” disponíveis em determinada sociedade, as quais, “tende[m] a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas” (BOURDIEU, 2005, p. 202). O olhar voltado especificamente para o campo intelectual é tributário dos caminhos que as concepções deste sociólogo francês abrem na tentativa de compreender a posição de onde falam os intelectuais aqui abordados — particularmente Carlos Humberto Pederneiras Corrêa — e como esse lugar se presentifica nas escolhas teóricas, temáticas e até mesmo políticas que eles efetuam.

Situado em um espaço social mais amplo (um macrocosmo) com o qual se relaciona, Bourdieu sugere que o “campo” é um microcosmo social de certa forma autônomo, pois possui suas regras e leis específicas: espaço de disputas entre seus integrantes, sempre em busca da manutenção ou aquisição de posições hierarquicamente superiores dentro deste mesmo universo. Os “bens” a serem disputados e adquiridos, que interferem na posição superior, ou não, dentro de um campo, referem-se aos capitais específicos, que variam de valor entre os diversos campos existentes em uma sociedade. Nesse sentido, é necessário destacar que os campos se constituem a partir da sua própria relação com outros campos e que seus integrantes podem ser tanto indivíduos quanto instituições. Ainda, as próprias lutas, tensões, confrontos e tomadas de posição dentro de um campo específico também devem ser observadas de maneira relacional. Sendo assim, é preciso entender que o objeto observado está em incessante movimentação e transformação, apesar da existência em seu interior de



regras específicas e de estruturas estruturadas e estruturantes, de um *habitus* que, de certa forma, indica de que maneira cada um de seus integrantes pode agir, o que, por seu turno, pode apontar, mais uma vez, para as tomadas de posição e estratégias por eles empreendidas.

Em relação ao campo intelectual, entende-se, desse modo, que ele está relacionado intimamente com outros campos do macrocosmo — por exemplo o campo científico, o campo artístico ou o campo literário — em função sobretudo da movimentação de personagens entre eles e da natureza do principal capital que mobilizam: “o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração.” (BOURDIEU, 1990, p. 170).

Nessa perspectiva, é relevante ressaltar que o próprio Sirinelli (2003, p. 248) discute com Bourdieu (e a sua abordagem sociológica dos intelectuais), inquirindo se “será sempre preciso descobrir ‘estratégias’” subjacentes aos campos dos quais fala o sociólogo francês. Onde fica a contingência e o inesperado nesse processo? Esse questionamento leva a pensar a noção de campo sem se dirigir para uma abordagem muito estrita da teoria de Bourdieu, entendendo que aqui foram tratados de campos nos quais ocorrem disputas e desenvolvem-se estratégias no sentido de manter ou tomar à frente neste “campo de batalhas”. Todavia, há que se compreender que neste sistema de relações e redes estabelecidas também pode haver espaço para o acaso, o incidente, a imprevisibilidade. Nesta mesma direção, vale sublinhar:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003, p.250).

Não pode ser desprezado também o “papel importante dos anos escolares e universitários na emergência dos contatos intelectuais e política, influências que atuam sobre um ‘terreno móvel’.” (SIRINELLI, 2003, p. 250). Essa discussão, que toma a trajetória de Corrêa como objeto, foi possível de ser entrevista já no capítulo anterior.

Algumas das ferramentas sugeridas pelo método prosopográfico<sup>103</sup>, por fim, ajudam a trazer à cena elementos ou indícios a partir dos quais se podem inferir quais eram os

---

<sup>103</sup> Como termo, a prosopografia emerge em meados do século XVI, momento a partir do qual a sua utilização disseminou-se entre pesquisadores dispostos a historiar principalmente períodos da História Antiga e Medieval. Tal cenário apresenta um processo de modificação sobretudo a partir da década de 1970, quando a metodologia passa a interessar também para a abordagem da História Moderna, Contemporânea, e também, aqui em especial,

principais temas, referências simbólicas e projetos que orbitavam as trajetórias desses personagens que ora iam *ao* encontro de, ora iam *de* encontro àqueles evidenciados ao longo da trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Os personagens aqui investigados não partilhavam um campo disciplinar comum, a história, mas coabitavam diversos espaços institucionais (IHGSC, UFSC, UDESC, ACL etc) e, mais importante, compartilhavam projetos intelectuais que reverberavam naqueles que eram desenvolvidos junto às instituições políticas catarinenses. Amarrando esses conceitos, volta-se às propostas de Sirinelli que, ao pensar os contornos da noção de intelectual junto à historiografia, também atentou ao fato de que uma abordagem prosopográfica pode ser muito profícua na investigação de grupos intelectuais, sem, no entanto, perder de vista “que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes.” (SIRINELLI, 2003, p. 247). Portanto, aqui se retoma a perspectiva de “esboço” por entender que, eventualmente, assim como Corrêa, alguns dos personagens que o circundavam também podiam se movimentar em direções diferentes dentro dos diversos campos, de acordo com seus próprios pertencimentos e trajetórias familiares, políticas e intelectuais.

A partir dos movimentos diacrônico e sincrônico, o método prosopográfico foi aqui tomado como uma inspiração, pois possibilitou evidenciar algumas características comuns do agrupamento de homens aqui investigados, permitindo, inclusive, que fosse observada a dinâmica interna deste conjunto em interação com o resto do espaço social. Assim, a prosopografia se mostrou uma ferramenta válida para a observação do desenvolvimento de redes (sociais, políticas, intelectuais), em especial, neste caso, as redes de sociabilidade na qual Corrêa estava inserido.<sup>104</sup>

---

da História do Tempo Presente. Partindo de uma premissa simples, o método prosopográfico busca interpretar e elaborar o perfil de uma determinada população a partir de certos critérios (origens sociais, faixa etária, trajetórias educacionais e profissionais, local de nascimento e vida, contexto familiar, etc), operação que permitiria esboçar um retrato social das dinâmicas subjacentes a este grupo que invadem tanto o espaço público quanto o privado, de espaços sociais, culturais ou políticos. A partir das palavras de Lawrence Stone, historiador inglês e um dos principais responsáveis pela disseminação do método a partir da década de 1970, a prosopografia se constitui basicamente como “a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas.” (STONE, 2011, p. 115).

<sup>104</sup> No que tange a esta metodologia, assim como ocorre com diversos outros recursos metodológicos, é preciso atentar para algumas questões que podem induzir os trabalhos que dela se utilizam à interpretações muito parciais ou rasas acerca dos grupos estudados, por isso, aqui a prosopografia foi tomada como uma inspiração para o esboço de um perfil comum destes intelectuais. Essa posição se deve, em grande medida, primeiramente, pela pequena amostra de personagens aqui tomada como objeto e pela quantidade de fontes que foram analisadas: um trabalho prosopográfico seguido à risca lida com um numeroso arcabouço documental que ao início é olhado de maneira quantitativa, para posteriormente ser analisado qualitativamente (HEINZ, 2006). Como também alerta Stone (2011), é necessário que quem lance mão da prosopografia não confunda o método com os “seus fins” e que, ao adotar a metodologia, compreenda que está examinando apenas uma fração da

Ainda pensando metodologicamente, aponta-se que para o mapeamento dessas redes foram consultados os livros editados por Corrêa ao longo de sua carreira, bem como algumas publicações nos quais é percebida sua presença, seja com um capítulo, seja nas “orelhas” das capas ou na apresentação da obra. Também foram examinadas revistas e outros periódicos editados pelo IHGSC e pela ACL, assim como documentação identificada nos arquivos do IHGSC, da ACL, da UFSC e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Além disso, agregaram-se ao arcabouço de fontes também entrevistas orais com personagens que mantiveram contato com o historiador nos diversos locais pelos quais circulou. Outros traços das trajetórias individuais dos personagens aqui cotejados também foram consultados a partir de trabalhos acadêmicos que, de formas diferenciadas, já haviam proposto a investigação dos caminhos percorridos por esses sujeitos.

Sendo assim, o presente capítulo busca responder e, de alguma forma, também “demarcar” que homens eram esses que faziam parte das redes de sociabilidade de Corrêa. Seriam eles, na conjunção de gerações e tempos, “novos velhos” ou “velhos novos” intelectuais? Estariam esses homens e mulheres vivenciando o movimento de um “pequeno mundo estreito” que se expande? A chave desta pergunta talvez esteja na perspectiva relacional intrínseca à noção de geração. Como sugere a historiadora Janice Gonçalves (2006, p. 95), “[...] os ‘velhos’ de hoje são, em geral, os ‘novos’ de ontem.”. Tal afirmação ajuda a pensar sobre a sobreposição de temporalidades que permeiam as trajetórias aqui abordadas bem como os posicionamentos e deslizamentos desses personagens no espaço intelectual catarinense, os quais devem ser observados a partir de uma perspectiva relacional, isto é, nas suas interações com outros intelectuais que também transitavam por esses universos.

### **3.2 A “juventude”**

Compreender os estabelecimentos das redes de sociabilidade intelectuais nas quais Corrêa estava inserido envolve situá-lo em relação a alguns dos principais lugares de produção e divulgação de conhecimento no espaço de Santa Catarina. Logo, refletir sobre estas redes leva a indagar sobre concepções, estudos e pesquisas voltados para a história, geografia, literatura ou artes, sobre seus agentes e produtores, sobre os meios pelos quais tais personagens disseminaram suas ideias e seus trabalhos bem como os legados por eles

---

sociedade que tem sua representatividade e relevância vinculada às relações que estabelece com o todo social e não somente nas suas trajetórias em si.

deixados. Refletir sobre essas redes impõe ainda que sejam problematizadas as diferentes temporalidades que podem estar associadas a certa “forma de pensar” as áreas de conhecimento acima destacadas e que estariam também vinculadas a momentos históricos referentes ao panorama brasileiro e, principalmente, catarinense.

Logo, o primeiro momento do presente capítulo busca identificar alguns dos indivíduos ligados a Carlos Humberto Pederneiras Corrêa até a década de 1990<sup>105</sup>, momento anterior à sua aposentadoria da UFSC no ano de 1991. Esse mapeamento de sujeitos foi operado, como já afirmado anteriormente, a partir das obras editadas por Corrêa e de publicações de autoria e/ou organização de outros intelectuais, nas quais ele aparece como um interlocutor, seja na elaboração de um capítulo, de uma apresentação, de um prefácio ou de uma “orelha” de livro. Tal opção metodológica se deu por conta do entendimento de que os processos de edição e publicação de obras se constituem movimentos nos quais é possível entrever a formulação de redes de sociabilidade (FARIA FILHO, 2016). Portanto, aqui se considera que as edições e as editoras que lançaram estas obras são também espaços de sociabilidade intelectual nas quais redes são construídas, alimentadas e conservadas.<sup>106</sup>

Em relação às publicações nas quais Corrêa é o principal autor ou organizador entre os anos de 1971 e 1990, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 2 – Publicações de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1971-1990)

Ano	Obra	Edição	Autor da apresentação/prólogo/ “orelha”
1971	<i>Cultura, Integração e Desenvolvimento</i>	Edições Cultura Catarinense – Departamento de Cultura – SEC	Jaldyr Behring Faustino da Silva (então Secretário de Educação) Celestino Sachet (então Presidente da ACL)
1977			

<sup>105</sup> Desde já, vale ressaltar que alguns destes personagens parecem permanecer vinculados às redes de Corrêa nos dois momentos aqui arbitrariamente delineados. Tal divisão temporal foi estipulada pois entende-se que o desvinculamento de Corrêa da UFSC parece ter ecoado também nas suas escolhas como intelectual e historiador.

<sup>106</sup> Infelizmente, na consulta, alguns dados não puderam ser localizados, pois determinados volumes — mais antigos — já não tinham suas capas originais, portadoras também de indícios válidos no mapeamento aqui efetuado, como por exemplo as “orelhas” dos livros, onde foram encontradas algumas das “presenças” desses personagens.

	<i>Catálogo de História Oral</i>	Cursos de Pós-Graduação em História UFSC	–
1978	<i>Arte e artesanato: Quatro artistas da cerâmica.</i>	Imprensa Universitária – UFSC	–
1978	<i>História Oral: Teoria e Técnica</i>	Imprensa Universitária – UFSC	Walter Piazza
1983	<i>Os governantes de Santa Catarina (1739 a 1982)</i>	Editora da UFSC	Victor Peluso Junior
1984	<i>Um Estado entre Duas Repúblicas: a Revolução de Trinta e a política em SC</i>	Editora da UFSC/ Assembleia Legislativa de Santa Catarina	–
1988	<i>Nereu Ramos</i>	Fundação Catarinense de Cultura Patrocínio: Portobello	Pedro Ivo Campos (então governador do Estado de Santa Catarina)
1990	<i>Militares e Civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil (1893-1894)</i>	Editora Lunardelli e UFSC	–

Fontes: Elaborado pela autora (2018) com base no acervo pessoal da autora.

Nesse quadro chamam a atenção dois elementos que apontam para as redes de sociabilidade bem como para as vinculações de Corrêa com o mundo político. Primeiramente, pode-se dar destaque aos autores das apresentações, “orelhas” e prólogos de seus livros, em especial Jaldyr Behring Faustino da Silva, quando esse era Secretário de Educação do

governo Colombo Salles, e o próprio governador do estado, Pedro Ivo Campos, que assina a apresentação do livro em homenagem a Nereu Ramos lançado em 1988. Em segundo lugar, ressaltam-se as editoras pelas quais Corrêa consegue publicar alguns de seus livros. Para além da Imprensa Universitária da UFSC — instituição à qual ele estava vinculado como professor —, saltam aos olhos as edições elaboradas pela Imprensa Oficial do Estado, pelo Departamento de Cultura (no momento em que o próprio Corrêa era diretor do departamento), pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina<sup>107</sup> e pela Fundação Catarinense de Cultura.

A Editora Lunardelli também merece um local de destaque em tal discussão, pois aparece em alguns dos livros aqui selecionados atuando em conjunto com a própria UFSC. Além disso, a produção de uma obra dedicada a seu antigo proprietário e editor apontou também para a importância da editora como um local em que esses intelectuais se congregavam — não somente os aqui tangenciados, mas diversos outros escritores e escritoras do espaço catarinense. Nomeado *O nosso homem do livro: Odilon Lunardelli*, a publicação é composta por diversos depoimentos reunidos em uma espécie de tributo à memória de Lunardelli, apontado como um pioneiro, que na década de 1970 “contribuiu de maneira fundamental para que se criasse o conceito de literatura catarinense.” (BUSS, 1999, p.7). Ao longo dos capítulos, portanto, diversos personagens da intelectualidade catarinense foram convidados a prestar suas homenagens a Lunardelli. Aqui são destacadas as presenças de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Celestino Sachet, Jali Meirinho e Walter Piazza, nomes já anteriormente colocados em relevo pois apontam para as redes intelectuais de Corrêa. As suas presenças na referida publicação inclusive enfatizam a ligação entre eles, seus projetos e os locais em comum por onde transitavam.

Reforçando a perspectiva da relação entre a editoração dos livros e a constituição de redes, vale trazer à cena algumas considerações presentes em atas de reuniões do Conselho Estadual de Cultura realizadas nos anos de 1982 e 1983 e localizadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ao observar a documentação, destaca-se que o conselho no ano de 1982 era composto por nomes como: Osvaldo Ferreira de Melo (presidente do conselho), Iaponan de Araújo Soares (vice-presidente), Sylvia Amélia Carneiro da Cunha (secretária), Flávio José Cardoso, Hélio Teixeira da Rosa, João Nicolau Carvalho, Norberto Ulysséa Ungaretti, Paulo Fernando Lago, Paulo Henrique Blasi, Raulino Reitz, Salomão Antônio

---

<sup>107</sup> Não foram localizadas maiores informações sobre esta edição de 1984, principalmente em relação à composição da comissão responsável pela aprovação das obras que seriam publicadas pela editora da Assembleia Legislativa. Esses são dados que, porventura, poderiam mais uma vez fornecer indícios acerca dos vínculos intelectuais e políticos de Corrêa.

Ribas Júnior e Norberto Cândido Silveira Júnior; enquanto no ano de 1983 tem-se Osvaldo Melo e Iaponan Soares, ainda como presidente e vice presidente, Sylvia Amélia, ainda como secretária, e os conselheiros Altamiro de Moraes, Flávio Cardozo, Hélio Rosa, Silveira Júnior, Norberto Ungaretti, Paulo Lago, Raulino Reitz, Theobaldo Jamundá e Wolfgang Rau<sup>108</sup> — sendo alguns desses personagens ligados tanto ao IHGSC quanto à ACL e que, depois se verá, estarão presentes nas redes de Corrêa.

Em reunião composta por esse primeiro grupo de conselheiros e realizada no dia 31 de março de 1982, o nome de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa consta vinculado a parecer<sup>109</sup> relatado pelo conselheiro Paulo Fernando Lago (da Câmara de Ciências Humanas). Na apreciação, Lago vota favoravelmente à publicação do livro *Os Governantes de Santa Catarina — 1739-1982 — Notas Biográficas* de autoria de Corrêa<sup>110</sup>. Para além da avaliação de Lago, consta na ata pronunciamento do também conselheiro Norberto Ulysséa Ungaretti, que na ocasião se manifestou em relação ao livro de Corrêa, dizendo “tratar-se de um trabalho muito bem feito tendo um detalhe interessante, pois reproduz as assinaturas dos governantes biografados e retratos feitos, a bico de pena, pelo autor”<sup>111</sup>. Essa manifestação evidencia tanto as interlocuções que estabelecia Corrêa bem como as suas habilidades como desenhista, algo que no comentário de Ungaretti aparece como um elemento de distinção para a própria obra, um detalhe julgado como “interessante”.

Já na segunda ata localizada — referente à reunião do dia 23 de fevereiro de 1983<sup>112</sup>, quase um ano após o primeiro encontro supracitado —, consta que, no momento final do encontro, reservado às comunicações pessoais (que estavam, portanto, fora da pauta original), Paulo Fernando Lago revela “sua estranheza ao tomar conhecimento da edição pela UFSC, do livro ‘Os governantes de Santa Catarina de 1739/1982’, de Carlos Humberto P. Corrêa, uma vez que o livro foi examinado por este Conselho tendo Parecer aprovado em Plenário”, de forma que, logo a seguir,

o Conselheiro Norberto Ungaretti esclareceu [...] que isto ocorreu devido a pressa por parte do autor, no lançamento da obra, não querendo aguardar a vez da

<sup>108</sup> Foi respeitada a grafia dos nomes — abreviados — como constavam no documento original.

<sup>109</sup> Parecer 08/82, Ata da reunião do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 31 de março de 1982. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>110</sup> Ata da reunião do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 31 de março de 1982. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>111</sup> Ata da reunião do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 31 de março de 1982, p.2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>112</sup> Ata da reunião do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 23 de fevereiro de 1983. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

publicação, conforme cronograma de trabalho da Fundação Catarinense de Cultura, o que foi corroborado pela informação do Conselheiro Jamundá de que o livro não entrou em pauta na Fundação, tendo sido encaminhado à UFSC por sair com mais rapidez<sup>113</sup>.

Tais manifestações, tanto as proferidas por Lago quanto aquelas de autoria de Ungaretti e Jamundá, sugerem que estes homens partilhavam com Corrêa, se não os mesmos espaços intelectuais, ao menos amizades e parcerias em comum, sobretudo quando se leva em consideração que as informações acerca do livro já permeavam suas pautas de conversa, antes mesmo das reuniões supracitadas. Essa questão é visível na fala de Ungaretti, que antes mesmo da apreciação do livro feita em reunião já tinha ciência do conteúdo da obra, “um trabalho muito bem feito”<sup>114</sup>, como também no fato de Lago, na reunião posterior, expressar curiosidade acerca da mudança de planos de Corrêa, que optou por publicar a obra pela Editora da UFSC. Essa decisão, segundo pronunciamento de Ungaretti e Jamundá na mesma reunião, teria se dado por conta da agilidade no processo de publicação que a editora vinculada à universidade permitia. Mais uma vez, trata-se de um dos pequenos indícios que, problematizados, sugerem a aproximação entre esses personagens e Corrêa.

O episódio narrado na ata, além disso, parece apontar para uma outra dimensão da trajetória profissional de Corrêa: a constante publicação de livros e o envolvimento em projetos editoriais, o que leva a pensar sobre a própria condição de existência de uma obra que, como afirma Chartier (2002, p.61), “não existe fora dos suportes materiais”. De certa forma, pode-se conjecturar que todas estas dimensões — as redes de sociabilidade, uma herança recebida e a possibilidade de ter suas ideias circulando — não estão de forma alguma separadas, mas se retroalimentam e são partes fundantes na construção da trajetória deste historiador.

Ao perceber que a catalogação das publicações somente de autoria de Corrêa seria insuficiente para produzir o esboço destas redes intelectuais, os olhares da pesquisa se voltaram também para outras obras nas quais seu nome aparecia como parte integrante (Quadro 3). Esse movimento ajuda, de alguma forma, a confirmar a existência de alguns dos

---

<sup>113</sup> Ata da reunião do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 23 de fevereiro de 1983, p.3. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>114</sup> Ata da reunião do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 31 de março de 1982, p.3. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



elos entre esses diversos personagens, sobretudo quando são observadas as produções nos quais vários deles estão envolvidos:

Quadro 3 – Publicações nas quais Corrêa é autor da apresentação, capítulo, “orelha” ou ilustrações (1970 – 1983)

Ano	Obra	Edição	Autor, apresentação, prólogo, “orelha” ou ilustrações	Autores da obra ou de um dos capítulos
1970	<i>Fundamentos da Cultura Catarinense</i>	Editora Laudes	Carlos Humberto Pederneiras Corrêa redige apresentação (Diretor do Departamento de Cultura)	Jaldyr Behring Faustino da Silva Walter Fernando Piazza Paulo Fernando Lago Celestino Sachet Victor Antônio Peluso Júnior.
1970	<i>As Instituições da Cultura Catarinense</i>	Secretaria de Educação e Cultura	Carlos Humberto Pederneiras Corrêa redige apresentação (Diretor do Departamento de Cultura)	Jali Meirinho
1971	<i>Povo e Tradição em Santa Catarina</i>	EDEME, parceria com o Departamento de Cultura (Projeto Catarinense de Desenvolvimento)	Lourival Pedro da Costa	Oswaldo Cabral Silvio Coelho dos Santos Luiz Carlos Halfpap Theobaldo Costa Jamundá Carlos Humberto Pederneiras Correa
1972	<i>Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina</i>	EDEME, parceria com o Departamento de Cultura (Ação Catarinense de Desenvolvimento)	Carlos Humberto Pederneiras Corrêa redige apresentação (Diretor do Departamento de Cultura)	Jali Meirinho Theobaldo Costa Jamundá (Orgs.)

1982	<i>A República em Santa Catarina: (1889-1900)</i>	UFSC/Lunardelli	Carlos Humberto Pederneiras Correa redige a orelha do livro (Era do conselho editorial da editora da UFSC)	Jali Meirinho (Autor)
1983	<i>Santa Catarina: sua história</i>	UFSC/Lunardelli	Carlos Humberto Pederneiras Correa produz algumas ilustrações	Walter Piazza (Autor)

Fontes: Elaborado pela autora (2018), com base no acervo pessoal da autora, acervo da Biblioteca Universitária da UFSC, acervo da Biblioteca Universitária da UDESC e Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – UDESC.

A partir de novo mapeamento, enquanto outros nomes foram se fazendo presentes no horizonte de ligações intelectuais referentes a Corrêa, demais laços foram se manifestando de maneira mais contundente. Os nomes destes personagens foram então organizados e suas trajetórias foram observadas a partir de inspirações prosopográficas. Para tanto, definiram-se alguns critérios principais a serem observados, sendo eles a data e o local de nascimento e a trajetória acadêmica e profissional.

Após esta operação, na qual foi consultada uma gama diversa de documentação — publicações editadas pelo IHGSC e pela ACL; dossiês pessoais que estão sob a guarda também do IHGSC e da ACL; entrevistas cedidas por estes homens; e trabalhos acadêmicos (teses e dissertações que, mesmo brevemente, já haviam abordado suas trajetórias) —, produziu-se o seguinte quadro:

Quadro 4 – Mapeamento de intelectuais implicados nas redes de Corrêa

Nome	Nascimento		Formação			Instituições e locais de produção intelectual nas quais esteve envolvido
	Ano	Cidade/Estado	Área	Ano	Instituição	
Celestino Sachet	1930	Nova Veneza (SC)	Direito	1956	Faculdade Catarinense de Direito	UFSC (Professor do Departamento de Letras); UDESC (Reitor entre 1968-1974); IHGSC; ACL (Presidente entre 1968-1974 e 1981-1984); Conselho Estadual de Educação (membro entre 1968-1971); Conselho Estadual de Cultura (Presidente entre 1968-1969); Secretaria dos Negócios da Casa Civil do Estado de Santa Catarina (Secretário entre 1970-1971)
			Letras	1958	Faculdade Catarinense de Filosofia	
			Ensino Primário	---	Colégio Catarinense (à época Ginásio Catarinense)	
Iaponan Soares de Araújo	1936 - †2012	São Vicente (RN)	Técnico em Contabilidade	---	---	Chefe do Laboratório de Mecânica de solos do DNER; Jornal <i>O Estado</i> ; ACL; IHGSC; Arquivo Público do Estado (Diretor entre 1983/1988); Departamento de Educação e Cultura do Centro Comunitário para o Desenvolvimento de Santa Catarina <sup>115</sup> (Coordenador); Fundação Catarinense de Cultura (Superintendente entre 1990-1994 e 1999-2004).
			Pedagogia	1976	UDESC	
			Letras	---	---	

<sup>115</sup> A ligação de Araújo com tal órgão está registrada no Currículo referente a ele salvaguardado junto a ACL, porém não foram encontradas outras informações acerca deste Centro Comunitário.

Jaldyr Bhering Faustino da Silva	1914 - †1994	Rio de Janeiro (RJ)	Militar Direito Ensino Primário	1957 --- ---	Escola de Comando do Estado Maior UFPR  Colégio Catarinense (à época Ginásio Catarinense)	Colégio Coração de Jesus (Professor); Grupo Escolar Dias Velho (Professor e Diretor); UFSC (Professor Catedrático de História do Brasil entre 196? - 1984); ACL; IHGSC; Secretaria Estadual de Cultura (Secretário entre 1966-1971); Comissão Catarinense de Folclore (membro).
Jali Meirinho	1933	Rio do Sul (SC)	História	1969	UFSC	Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação (Servidor entre 1959-1961); UFSC (Professor na Graduação de História 1974-1995 e Pós-Graduação entre 1987-1995; atuou também no curso de Jornalismo); IHGSC; ACL; Divisão de Ciências Humanas do Departamento de Cultura de Santa Catarina (Coordenador); Fundação Catarinense de Cultura (Membro entre 1961-1985).
Oswaldo Rodrigues Cabral	1903 - †1978	Laguna (SC)	Medicina	1929	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	IHGSC; ACL; Faculdade Catarinense de Direito (Professor de Medicina Legal); Faculdade Catarinense de Filosofia (Professor de Antropologia Cultural e História de Santa Catarina, Diretor); UFSC (Professor); Comissão Catarinense de Folclore (Secretário); Deputado Estadual (1947-1955); Presidente da Assembleia Legislativa (1954).

Paulo Fernando de Araújo Lago	1931 - †2002	Valença (RJ)	História e Geografia	1956	Faculdade Nacional de Filosofia	Grupo Escolar Dias Velho (Professor); Faculdade Catarinense de Filosofia; UFSC (Professor de Geografia do Brasil e Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas); UDESC (Professor de História da Educação); Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Diretor 1995); IHGSC e ACL.
Silvio Coelho dos Santos	1938 - †2008	Florianópolis (SC)	História	1960	Faculdade Catarinense de Filosofia	UFSC (Professor, Chefe do Departamento de Ciências Sociais, Coordenador da Pós-graduação em Ciências Sociais, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-Reitor de Ensino); IHGSC; ACL; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Secretário Regional); Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (entre 1992-1994).
Theobaldo Costa Jamundá	1914 - †2004	Recife (PE)	Jornalismo <sup>116</sup>  Agronomia (inconcluso)	---  ---	---  Escola Superior de Agronomia (MG)	IHGSC; Diretor da divisão de Letras do Departamento de Cultura (1971-1972).

<sup>116</sup> Segundo currículo descrito em Antologia publicada pela ACL em 1991, Jamundá não apresenta formação no ensino superior, sendo a sua profissão descrita apenas como “jornalista especializado em meios audiovisuais” (JUNKES, 1991, p. 61).

Victor Antonio Peluso Júnior	1909 – †1994	Florianópolis (SC)	Engenheiro-Geógrafo  Geografia	1928  1960	Instituto Politécnico de Santa Catarina  Faculdade Catarinense de Filosofia	Instituto Politécnico de Santa Catarina (professor); UFSC (professor); IHGSC (presidente entre 1971-1980, 1981-1991 e 1991-1993); ACL; Conselho Nacional de Geografia; Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (Diretor entre 1946-1953); Conselho Estadual de Cultura (Membro entre 1973- 1977).
Walter Fernando Piazza	1925 – †2016	Nova Trento (SC)	História e Geografia	1955	Faculdade Catarinense de Filosofia	UFSC (Professor entre 1961-1988); Comissão do Conselho Federal de Educação; Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (Membro ente 1989-1995 e 1995-2001); IHGSC (Presidente entre 1969-1971 e 1991-1996); ACL (Presidente entre 1982-1983 e 1984-1986).

Fontes: Elaborado pela autora (2018), com base nas informações foram retiradas das notas biográficas presentes nos livros de autoria destes intelectuais. Dados complementares foram colhidos em publicações e dossiês do acervo do IHGSC e da ACL e em trabalhos acadêmicos que tangenciaram as trajetórias de alguns destes homens. (GONÇALVES, 2006; GUIDI, 2010; SANTOS, 2015).

Os nomes acima foram mapeados a partir do cruzamento dos dois quadros primeiramente apresentados. Ao longo da seleção, tomou-se como indícios o conteúdo de algumas destas publicações bem como documentos presentes nos dossiês abrigados nos arquivos do IHGSC e da ACL, onde está salvaguada uma gama de documentação com variadas tipologias e suportes: declarações, certidões, certificados, fotografias, manuscritos de obras, cópias de discursos, cópias de *e-mails*, cartões de visita, recortes de jornal etc.

Nesse processo, o critério relacionado ao ano de nascimento foi mantido apesar da grande diferença de idade entre alguns desses homens, pois se acreditou que essa sobreposição de gerações — a partir de uma perspectiva exclusivamente “etária” — pode corroborar o argumento levantado ao início do capítulo, que toma a noção de geração como uma ferramenta na busca por entender esses laços e as relações horizontais e verticais estabelecidas entre os integrantes dessa rede. Logo, foram colocados em destaque aqueles elementos relacionados às trajetórias profissionais destes autores, trajetórias que sobrepostas sugerem a justaposição também de “tempos profissionais”. Como exemplo, pode-se trazer a ideia de que alguns destes personagens se relacionaram e construíram seus elos a partir de uma relação verticalizada, como aquela constituída entre professor-aluno, mas que ao longo do tempo foi se encaminhando na direção de um relacionamento horizontal, quando alguns destes passam a ocupar um mesmo espaço profissional, situação que geraria uma nova temporalidade para esta trama. Mesmo com trajetórias variadas a partir de suas formações, como se vê acima, parece ser no trânsito entre um campo intelectual e um campo político catarinense que estes personagens “apertam” os “nós” que os unem.

Porém, antes de lançar um olhar mais atento a estes “nós” que ligavam Corrêa aos personagens acima mapeados, cabe destacar que ao observar a quantidade de obras verificadas frente ao número delas nos quais Corrêa aparece e em comparação com outros autores — que tinham um número maior de aparições e publicações —, indagou-se sobre qual o lugar ocupado pelo próprio Corrêa dentro deste campo intelectual: um lugar que não parece ser o de um protagonista; mas que, no entanto, também não pode ser considerado uma posição de pouco prestígio, dadas as suas parcerias e os lugares ocupados junto à administração pública, especialmente nos primeiros anos de sua trajetória profissional. Em relação às parcerias, podem ser destacadas algumas publicações que fazem parte de projetos maiores, estando vinculadas a discussões que pretendiam delinear as bases da “cultura catarinense” e os rumos a serem tomados para que se promovesse uma maior integração e harmonização entre as diversas regiões do estado. Esses debates ocorreram num momento particular,

ambientado sobretudo na capital catarinense<sup>117</sup>, local onde circulavam e de onde falavam a grande maioria destes intelectuais.

Sobretudo ao longo das décadas de 1960 e 1970, percebe-se uma movimentação por parte do governo do estado no sentido de dar apoio à mobilização de alguns intelectuais que almejavam levar a cabo um projeto político-educacional e editorial que se espalhou por várias regiões de Santa Catarina. Tais intelectuais — alguns também políticos, caso de Oswaldo Rodrigues Cabral —, recrutados a partir de campos disciplinares diferentes, mas aparentemente participando de redes de sociabilidade política, afetiva e intelectuais comuns, atuaram em conjunto na busca pela conciliação das diferentes características culturais por eles detectadas ao longo da extensão territorial catarinense. Nesse seguimento, notou-se a partir dos mapeamentos aqui executados que os primeiros livros nos quais Corrêa aparece como interlocutor são obras coletivas que se propuseram a acompanhar um projeto do próprio governo estadual.

É nesse momento que emergem obras como *Fundamentos da Cultura Catarinense*, publicação derivada de curso homônimo desenvolvido no estado ao longo da segunda metade do ano de 1969 e durante todo ano de 1970. Promovido pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, quando este era coordenado por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, o curso percorreu 21 cidades do estado e, inclusive, atravessou fronteiras ao ser oferecido também na capital paranaense, Curitiba. A obra foi organizada com o objetivo de ser distribuída para os cerca de 15 mil participantes no momento de conclusão do curso. A apresentação é do diretor do Departamento de Cultura (Corrêa), e os capítulos constituem-se de resumos das palestras proferidas por alguns dos intelectuais apresentados logo acima: Jaldyr Behring Faustino da Silva, *Santa Catarina no contexto nacional*; Walter Fernando Piazza, *Elementos básicos da história catarinense*; Victor Peluso Junior, *Aspectos da imigração no Estado de Santa Catarina*; Celestino Sachet, *Fundamentos da literatura*

---

<sup>117</sup> Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, o complexo administrativo do governo do estado sofreu uma grande expansão. Foram instituídas e instalaram-se em Florianópolis diversos órgãos. Como exemplo, na década de 1950 estabeleceram-se as Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC. Durante a década de 1960 foi a vez do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL e do Fundo Estadual para o Desenvolvimento do Desporto de Santa Catarina – FUNDESC. Já na década de 1970 foram criados o Centro da Dinâmica de Ensino/ CEDE e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina/ PRODASC (BRUHNS, 2010, p.52-53). Tais gestos, por sua vez, acabaram por contribuir para o aumento significativo no número de funcionários públicos vindos de diversas partes do estado e do Brasil, que em sua grande maioria instalaram-se na capital do estado. Dessa situação parece aflorar o imperativo de construir a ideia de uma identidade catarinense não “homogeneizada”, mas sim “harmonizada”.



*catarinense*; Paulo Fernando Lago, *O homem e a economia, considerações sobre recursos naturais renováveis*<sup>118</sup>.

Como aborda Edgar Garcia Júnior, em sua dissertação *Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense*<sup>119</sup>, durante as décadas de 1960 e 1970 as práticas do governo estadual com o objetivo de “gerir” as diferenças regionais envolveram algumas estratégias de inclusão concebidas por meio da ideia do “mosaico cultural catarinense”. Garcia Júnior ainda afirma que estas estratégias não estavam isoladas dentro do projeto governamental, mas sim alinhavadas a um contexto que envolvia o desenvolvimento de uma política muito similar em outros setores da administração estadual.

Essa política articulava uma lógica na qual questões como a modernização e o desenvolvimento do estado podiam ser quantificados e tratados de forma objetiva, sendo o seu resultado verificável nos índices econômicos. De acordo com esse raciocínio, o alcance de um estado “democrático” estava vinculado ao seu crescimento econômico e a democracia seria assim um “produto natural” do desenvolvimento. Gerida, portanto, como um produto a ser manufaturado por meio do desenvolvimento, a ideia de democracia trazia embutida a perspectiva do estado “como uma instância técnica, neutra, executora dos imperativos do desenvolvimento” (GARCIA JÚNIOR, 2002, p. 91).

Nesse contexto, no qual expansão econômica e o aumento da produtividade eram almejados e tratados por meio de estratégias “neutras”, “técnicas” e “objetivas”, a necessidade da coleta de dados — da produção industrial, dados demográficos, de elaborações estatísticas etc — era eminente e tinha como objetivo ““rastrear os problemas catarinenses’ e, ao mesmo tempo, propor mecanismos regulamentadores que promovessem e fixassem uma estabilidade interna” (GARCIA JÚNIOR, 2002, p. 93). Essas são questões que parecem muito presentes em *Fundamentos da Cultura Catarinense*, até mesmo nos títulos de alguns dos capítulos nos quais despontam palavras que remetem a um tratamento quantitativo, estatístico e bastante objetivo dos “fundamentos da cultura catarinense”: **Elementos básicos** da história catarinense, **Aspectos** da imigração no Estado de Santa Catarina; **Fundamentos** da literatura catarinense; **O homem e a economia**, considerações sobre recursos naturais renováveis. Enfim, como coloca Garcia Júnior (2002, p. 93, grifo nosso),

---

<sup>118</sup> Informações retiradas da própria publicação.

<sup>119</sup> Defendida em 2002 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

O que cabe ressaltar neste momento, é que estas práticas reguladoras passaram também a incidir sobre a cultura, tomada a partir daquele momento como uma esfera autônoma e, portanto, cortada de todas as relações de forças por ela engendradas. Do mesmo modo que outras áreas econômicas, a cultura tenderá a ser funcionalizada e agenciada produtivamente por um discurso que a verá como um elemento estratégico de apoio à integração.<sup>120</sup>

Sendo assim, percebe-se que a “integração” do estado, pelo menos entre as décadas de 1960 e 1970, parecia ser uma ideia a partir da qual se aglutinavam as redes de sociabilidades intelectuais que conectavam estes personagens — alguns deles reunidos em torno do Conselho Estadual de Cultura<sup>121</sup>, uma das ferramentas a serviço das instâncias políticas em prol dessa integração. A movimentação de ideias em torno da publicação (*Fundamentos da Cultura Catarinense*) é inclusive revisitada — em tom de nostalgia — por Corrêa na entrevista por ele cedida a Gonçalves:

[...] houve sempre uma política cultural de separação entre a capital e o resto do estado. Isso é muito ruim. [...] A primeira vez que eu tive [sic] em Chapecó, fui com o Secretário de Educação, saltamos do avião, aviãozinho, [...] o prefeito perguntou: o senhor é Grêmio ou Internacional? Eu nem sabia que existia Grêmio e Internacional. Jornal, só o de Porto Alegre. [...] Inclusive na época, no Departamento de Cultura, nós fizemos um mapa cultural do estado, que depois foi usado pelo Celestino Sachet, com as influências de cada cidade no estado, as influências mútuas e as influências do estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. Um questionário que a gente mandou... Foi uma época muito boa, aquela do *Fundamentos da Cultura Catarinense* (CORRÊA, 2005).

Ainda em relação a estas concepções e ideais compartilhados por esses intelectuais, pode-se mencionar a questão do “catarinensismo”, desenvolvida sobretudo por Theobaldo Costa Jamundá em livro lançado em 1974. O trabalho de Jamundá apontava também para a promoção de uma reflexão que integrasse a heterogeneidade étnica e cultural do estado, forjando para o homem e para a mulher catarinenses uma identidade própria que os diferenciasses dos demais estados da federação em um esforço que não era novo e remetia a uma perspectiva presente nos debates do IHGSC já no fim do século XIX, momento de criação desta instituição.

<sup>120</sup> Discussão que será melhor pontuada no próximo capítulo, quando algumas das produções de Corrêa que tangenciam tal panorama histórico serão analisadas, com menção especial para *Cultura, Integração e Desenvolvimento*, publicação de autoria de Corrêa na qual a cultura é tratada como um recurso a ser gerido e funcionalizado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento estadual.

<sup>121</sup> Criado através da Lei nº 4.086, de 4/12/67 o Conselho Estadual de Cultura tinha como objetivo planejar, orientar e coordenar as atividades culturais do Estado. Composto por dez membros, todos nomeados pelo Governador para um mandato de quatro anos, o Conselho deveria reunir-se quinzenalmente.

Para além das ideias, isto é, para entender as próprias articulações do campo intelectual e das redes estabelecidas nele, é necessário refletir acerca das condições sociais nas quais estes intelectuais não apenas produziram conceitos, narrativas, pensamentos, memórias, mas também como se organizaram e quais os procedimentos utilizaram com o objetivo de divulgar e legitimar o que por eles foi edificado, pois como coloca o crítico literário Stephen Greenblatt toda “obra (...) é o produto de uma negociação entre um criador ou uma classe de criadores e as instituições e práticas da sociedade” (GREENBLATT apud CHARTIER, 2002, p. 91).

A projeção no cenário catarinense de cada um destes intelectuais parece não advir somente do valor de suas obras “em si”, mas também das suas práticas e escolhas profissionais e dos processos de reorganização e deslocamentos no interior do campo intelectual. Inclusive, pode-se pensar que os valores diferentes atribuídos a cada uma destas publicações em diferentes tempos podem estar conectados aos próprios posicionamentos e redes estabelecidas.

Nesse sentido, volta-se à importância da editoração, ou seja, da possibilidade de divulgação e como se apresentam questões como a apresentação, o epílogo ou as “orelhas” destas publicações, as quais podem sugerir elementos de legitimação da obra ou do próprio “grupo” do qual ela advém. Tomando esses componentes como guias, foram observados alguns elementos que tangenciam as obras localizadas e que corroboraram a perspectiva do estabelecimento e legitimação das ideias subjacentes a estas redes. Em relação ao primeiro livro de autoria de Corrêa aqui apresentado, nota-se que a abertura é protagonizada por dois intelectuais que circulavam pelos espaços político e universitário catarinense bem como do IHGSC e da ACL: Jaldyr Behring Faustino da Silva e Celestino Sachet. No que tange ao primeiro deles, valem ser destacados alguns indícios que levantam a hipótese de uma relação mais aproximada. Dentre eles, está um discurso de autoria de Corrêa publicado na *Revista da ACL*, o qual forneceu algumas evidências para pensar acerca dos laços estabelecidos entre Silva e o historiador. Construído a partir de uma perspectiva autobiográfica, tal texto aponta para a questão das redes de sociabilidade intelectuais e para aquelas que remetem à afetividade e ao mundo político. Além disso, esse discurso apontou também para a hipótese levantada por Sirinelli (2003, p.250) acerca da importância dos anos escolares no estabelecimento destes elos:

Não sou dado a discursos e muito menos discursos de aniversário, quando a comemoração com os amigos é em torno de uma mesa, lugar mais destinado a aproveitar as saborosas iguarias servidas, do que se botar a falar. [...] Apesar de não ser dado a discursos, não tive condições de recusar a honraria de te saudar neste, por vários motivos.

O primeiro é a amizade que nos une desde a década de cinquenta, quando tive a satisfação de ser teu aluno pelos três anos do científico do bom e velho Dias Velho. Nesta época me marcastes profundamente a ponto de hoje poder te acusar e dizer que, se houve alguém que teve culpa na escolha da profissão que escolhi, de professor de História e Historiador, esse alguém é, certamente, Jaldyr Faustino da Silva, um militar formado em direito que dava aulas de História. [...] Amizade que se desenvolveu também, a partir da época, com teu filho Sérgio, meu colega de sala no científico, e depois com o Ronaldo, eu e Evangelia, como seus professores, desde a admissão ao Colégio de Aplicação. Finalmente, amizade que se estreitou cada vez mais quando fui teu aluno no curso de História e, depois, quando tornamos colegas na Universidade, por durante muito tempo [...]. Mais tarde, a amizade na Secretaria de Educação. (CORRÊA, 1993/1994, p. 231-232).

Além das redes de sociabilidade, nesta mesma homenagem a questão da “identidade catarinense” se coloca presente, uma situação de dispersão e falta de identificação que, segundo Corrêa, o seu antigo professor teria conseguido “fazer mudar, ao mostrar Santa Catarina aos seus filhos catarinenses” (CORRÊA, 1993/1994, p. 233). Ainda em relação a Silva, pode-se ponderar que ele próprio vivencia um momento de transição, no qual a história encontrou um ambiente efetivo para se profissionalizar, para ser exercida “cientificamente”. A carreira de Jaldyr passa pelo ensino primário, pelo ensino universitário e chega até mesmo à Secretária de Educação do Estado, na função de secretário entre os anos de 1966 e 1971 — momento em que grande parte da população do país sentia diretamente os efeitos dos novos projetos políticos orquestrados após o golpe civil militar de 1964. Entre as medidas vinculadas a tais projetos estava a introdução, em caráter obrigatório nos contextos curriculares das escolas brasileiras, da disciplina *Educação Moral e Cívica*<sup>122</sup> (no quadro universitário a disciplina assumiu o nome *Estudo dos Problemas Brasileiros*). Silva foi um dos articuladores dessa empreitada na UFSC e o principal encarregado pela organização e inserção da disciplina ao currículo da universidade a partir de 1969<sup>123</sup>. Nesse cenário, o militar foi responsável, em conjunto com Ayrton Capela, pela autoria e publicação de obra<sup>124</sup> sobre a temática que circulou pelas escolas catarinenses durante a década de 1970 (SANTOS, 2015, p. 34).

<sup>122</sup> Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 4 ago. 2020.

<sup>123</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Boletim do Pessoal. Florianópolis, n. 27, 1969, p.23-25.

<sup>124</sup> Denominado simplesmente como *Educação Moral e Cívica* (1971), o livro era destinado à utilização junto aos alunos do 1º grau.

No que tange aos projetos editoriais, algumas empreitadas parecem ser peças-chave para entender as iniciativas de alguns desses homens, entre elas a publicação da terceira fase da *Revista do IHGSC* e a *Coleção Cultura Catarinense*, coleção editada em consonância com o governo do estado de Santa Catarina. Também parece sintomática a atuação de alguns destes homens junto à Editora da UFSC e as diversas publicações impressas por meio da Editora Empreendimentos Educacionais (EDEME). Nesse sentido, aqui se compreende que o circuito das editoras é um elemento essencial a ser considerado na constituição dessas redes (FARIA FILHO, 2016).

Na relação entre as redes e as edições de obras e coleções, ou seja, os meios pelos quais eles divulgaram e legitimaram suas ideias, discursos e narrativas, primeiro se pode observar o projeto de editoração da terceira fase da *Revista do IHGSC*, a qual teve o primeiro número coordenado em 1979 por Jali Meirinho, Walter Fernando Piazza e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Pelo menos até o ano de 1990, esses três intelectuais foram os principais articuladores da revista; o primeiro deles exercendo a função de diretor do periódico e os dois últimos como redatores. Vale ressaltar que durante este período o presidente do IHGSC era Victor Antônio Peluso Jr.

A *Coleção Cultura Catarinense* também é um projeto que aponta para a ligação destes intelectuais e para as aspirações políticas em nível estadual. A *Coleção*, compilação patrocinada pelo governo de Santa Catarina, teve sua primeira obra editada em 1971: *Cultura, Integração e Desenvolvimento*, de autoria de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. A ela se seguiram: *A Poesia de Oscar Rosas* (1972), de Iaponan Soares; *Para efeitos do desenvolvimento* (1972), de Orlando Borges Schroder; *Santos Antônio dos Anjos de Laguna* (1976), organizado por João Alfredo Rohr e Oswaldo Cabral; *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina* (1976), de Carlos da Costa Pereira; *Hercílio Luz — Governador Inconfundível* (1976), de Evaldo Pauli; *O Barco Naufragado*, Holdemar Menezes; *Um passageiro; Outras, Crônicas* (1976); *As raízes do vento* (1976), de Osmar Pisani; *Trajeto* (1976), de Pedro Bertolino; *Curitibanos na História do Contestado* (1976), de Zélia Lemos; e *A colonização* (1976), de Walter Piazza. Tais obras parecem apontar para os vínculos entre esses intelectuais tanto no que diz respeito à presença de alguns dos nomes aqui selecionados quanto em relação às temáticas por eles abordadas que, por sua vez, vão ao encontro dos projetos estaduais em relação à “cultura”, tópico abordado anteriormente.

Um outro espaço que se mostra relevante para pensar as conexões de Corrêa com intelectuais circulantes no campo é a Editora da UFSC<sup>125</sup>. A editora teve como primeiro diretor executivo João Nilo Linhares, que exerceu a função entre março de 1981 e dezembro de 1982.<sup>126</sup> No primeiro Conselho Editorial formado, emergem alguns nomes aqui abordados, entre eles Silvio Coelho dos Santos, como presidente, e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa que, juntamente com José Edú Rosa<sup>127</sup>, Paulo Henrique Blasi<sup>128</sup>, Rosa Weingold Konder<sup>129</sup> e Walter Celso de Lima,<sup>130</sup> formava o restante do conselho. Como mostram os quadros anteriores, a Editora da UFSC foi uma ferramenta importante na divulgação do trabalho destes intelectuais e foi, ainda, um espaço convivência que parece ter possibilitado a Corrêa o estreitamento de laços com Silvio Coelho dos Santos, outro personagem presente em sua trajetória profissional desde o início, quando o historiador era diretor do Departamento de Cultura.

Ao observar estas tramas notou-se, então, que os vínculos intelectuais estabelecidos por Corrêa não se limitavam ao campo intelectual dos historiadores, mas abrangiam outros espaços disciplinares, congregados e inseridos, por seu turno, em um grande grupo que circulava por espaços como a ACL, o IHGSC, a UFSC, a UDESC e o poder político estadual. Como exemplo dessa afinidade com outros intelectuais que não eram historiadores, destacam-se as figuras de Peluso e Lago, geógrafos com atuação tanto junto à UFSC quanto ao IHGSC. Seus nomes são lembrados por Corrêa, por exemplo, em entrevista cedida a Gonçalves. Citados em tom de nostalgia e admiração, Peluso e Lago são tidos por Corrêa como profissionais de relevo que ainda não teriam encontrado representantes à sua altura: “Depois do Peluso e do Paulo Lago, que também era nosso membro aqui, não aparece ninguém do nível deles” (CORRÊA, 2005).

Na mesma entrevista, inclusive, Corrêa fez uma declaração que permite pensar sobre a relativa coesão desse grupo. A fala de Corrêa põe em dúvida a existência de uma suposta

---

<sup>125</sup> Instituída em 30 de outubro de 1980 por meio da Resolução nº 005/GR/80. Nessa mesma resolução ficavam definidas as criações e nomeações do Conselho Editorial (CE), das Comissões Editoriais e da Editora da UFSC.

<sup>126</sup> Bacharel em direito e ex-professor do Departamento de Ciências da Administração da UFSC.

<sup>127</sup> Formado em Odontologia e Direito, José Edu Rosa foi o segundo diretor do Centro de Estudos Básicos da UFSC, permanecendo na função entre os anos de 1970 a 1976, quando o Centro foi desmembrado.

<sup>128</sup> Como visto anteriormente, também membro do Conselho Estadual de Cultura.

<sup>129</sup> Professora do Departamento de Letras, Rosa era esposa de Victor Márcio Konder, político e intelectual de circulação constante nos mais diversos campos. Professor da UDESC, Konder tinha ligações próximas com políticos catarinenses de destaque, como exemplo Jorge Konder Bornhausen, ex-governador do estado e seu primo.

<sup>130</sup> Professor do Departamento de Engenharia Elétrica.

ligação intelectual mais próxima entre historiadores, pois apesar de ele afirmar a existência de uma amizade pessoal com Cabral, era com Peluso que tinha uma melhor relação:

Mas nós éramos muito amigos pessoalmente, porque eu morava perto da casa dele. Conversávamos muito sobre História, foi meu professor [...]. Eu me dava muito mais intelectualmente com o Victor Peluso do que com o Cabral. O Peluso — apesar de não ser historiador, de ser geógrafo” (CORRÊA, 2005).

A afirmação, além disso, remete à importância de não pensar as gerações a partir de uma perspectiva estritamente etária, pois tanto Cabral quanto Peluso, como visto anteriormente, eram intelectuais nascidos quase quatro décadas antes de Corrêa. No entanto, essa diferença não impedia o diálogo e a união em torno de iniciativas coincidentes. Portanto, ao circuito das editoras, coleções e dos projetos em comum pelos quais estas tramas se colocam mais evidentes, pode-se somar, ainda, o reconhecimento e as relações tornadas possíveis por meio de certa adesão a instituições e espaços acima destacados, e até mesmo certa proximidade geográfica entre as suas residências, algo que se intui a partir da indicação de que Corrêa e Cabral residiam em lugares próximos.

Dos nomes que compõem esta trama, merece um maior destaque a figura de Jali Meirinho, pois dentre os intelectuais aqui mapeados tal historiador parece ser aquele que mantém as relações mais firmes e próximas com Corrêa. Os dois historiadores não foram colegas na universidade como discentes, mas trabalharam conjuntamente tanto no Departamento de Cultura, já no início da década de 1960, quanto na UFSC, além de integrarem o IHGSC e a ACL, de forma que não é surpreendente notar a presença de Meirinho em empreendimentos junto a Corrêa. A parceria dos dois, como se verá mais à frente, prolonga-se até a data de falecimento de Corrêa em 2010 e é lembrada pela grande maioria dos entrevistados ao longo da pesquisa.

Além dos espaços acima pontuados, vale ressaltar, no sentido de evidenciar esses laços, algumas minúcias coincidentes na trajetória desses dois intelectuais. Entre esses episódios está o lançamento, em 1970, com o apoio do Departamento de Cultura do Estado (coordenado por Corrêa), do pequeno livro *As instituições da cultura catarinense*, de autoria de Jali Meirinho, quando ele exercia a função de diretor da Unidade de Ciência do Departamento de Cultura. Com prefácio de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, a publicação, *grosso modo*, busca abordar Santa Catarina a partir de uma perspectiva “histórica

e sociocultural”, informando sobre as atividades culturais desenvolvidas no estado e almejando elucidar sobre a “realidade catarinense” (MEIRINHO, 1970). Entre os tópicos tangenciados pelo livro está a alusão ao projeto político desenvolvido pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e aos diversos grupos teatrais, museus, escolas e bibliotecas estabelecidos no estado naquele momento. A política do Departamento envolvia a promoção, por todo o estado, de pesquisas e ações culturais em áreas disciplinares como artes, ciências e letras.

Aparecem conectadas a esse projeto ações que culminaram na instituição do Museu Histórico de Santa Catarina, pois entre um dos tópicos abordados por Meirinho em seu livro estava a necessidade de constituição de um museu onde estivessem abrigados elementos que pudessem representar a cultura catarinense. Como desdobramento destes anseios, forma-se em 1977<sup>131</sup> um grupo de trabalho para a promoção dessa empreitada. A equipe foi composta por homens e mulheres de diversas formações acadêmicas e representando diferentes instituições. Eles teriam 120 dias para fazer um levantamento de peças que integrariam o acervo, bem como deveriam sugerir quais os próximos passos a serem tomados para que a criação do museu se viabilizasse. Como integrantes do referido grupo foram nomeados Jali Meirinho (presidente); Carlos Humberto Pederneiras Corrêa e Sylvia Amélia Carneiro da Cunha (representantes do IHGSC); Sérgio Schmitz (representante da UDESC); Maria Éster Teixeira Cruz (representante da UFSC) e Juarez Mey de Souza (Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Florianópolis).

Um último ponto que parece ser reverberação destas redes, em especial no caso de Corrêa e Meirinho, é a forma como se estruturaram as suas nomeações como acadêmicos da ACL. Corrêa, mesmo tendo a cadeira de seu avô Dr. Carlos Corrêa livre para ser ocupada, acaba por suceder Oswaldo Rodrigues Cabral na cadeira de número 17, enquanto Meirinho sucede Jaldyr Behring Faustino da Silva na cadeira número 30. Seriam essas sucessões também ecos de uma temporalidade fundada em diferentes experiências e afinidades intelectuais, de certas rupturas e permanências, circulando por esses espaços?

Aqui simbolicamente definida como a “juventude” desse historiador, o período até agora analisado leva a crer na inexistência de um único espaço fundamental do qual floresciam estas redes intelectuais vinculadas a Corrêa. Todos os lugares de circulação destes homens faziam parte de uma espécie de circuito, que ia de comissões e departamentos

---

<sup>131</sup> Decreto nº 2138, de 17 de janeiro de 1977. Acervo de Tese Katianne Bruhns.



vinculados ao governo estadual, passando pelo IHGSC, pela ACL e pelos espaços universitários da UFSC e da UDESC. Com maiores ou menores vínculos com o poder estadual, notou-se que esse grupo, uma parcela do campo intelectual catarinense, mobilizou “uma ampla rede de intelectuais e instituições, aproveitando e/ou constituindo redes de sociabilidade que funcionavam a partir de relações de amizade, de aproximação regional, de investimentos políticos e/ou profissionais, dentre outras” (FARIA FILHO, 2016, p. 399).

No caso de Corrêa, a manutenção destas redes permitia a ele circular por diferentes campos. Ele parecia assim, pelo menos em sua “juventude”, se deslocar por um circuito que tangenciava o poder político executivo. No entanto, é importante não perder de vista o papel de sua herança política e da lapidação que ele próprio fez dela, bem como não se pode desprezar a ideia de que o sucesso de cada investida intelectual esteve relacionado às oportunidades existentes e às condições objetivas presentes nos próprios campos, tais como o acesso a funções junto a aparelhos do estado ou a recursos financeiros para a publicação de livros e outros projetos.

### 3.3 A “maturidade”

[...] o gradativo afastamento do grupo de historiadores do Instituto, não integrantes do sistema acadêmico, fez com que a Universidade, durante muito tempo permanecesse indiferente às atividades dos Institutos. Isto, na realidade, redundou em prejuízo para ela própria, pois ignorou a contribuição dos membros do Instituto para a pesquisa documental da História catarinense e, conseqüentemente, para a formação da cultura regional. Ignorou também as suas próprias origens (CORRÊA, 2003, p.202).

Retirado de um dos capítulos da obra *Diálogos com Clio*, no trecho acima Corrêa faz uso de um tom amargurado e deixa entrever indícios que apontam para a forma como suas ações e aquelas efetuadas por suas redes se desenrolaram ao longo da última década do século XX e primeira década do século XXI. Aliás, a própria produção desse texto remete ao período intersticial, entre a aposentadoria de Corrêa como professor da UFSC, no início da década de 1990, e o seu falecimento — em circunstâncias extremamente inesperadas<sup>132</sup> — no ano de

<sup>132</sup> “O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina homenageou com sessão póstuma na última quarta-feira o seu ex-presidente Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, falecido **inesperadamente** em viagem de representação do instituto na cidade de La Paz, Bolívia, no dia 24 de novembro do ano passado”. Carlos Humberto, Historiador. **A Notícia**, Joinville, 31 abril de 2011, p.6, grifo nosso.

2010. No excerto, Corrêa discorre sobre o que ele denomina como “quarta fase” da produção historiográfica catarinense, período correspondente desde à estruturação do curso de História da UFSC durante a década de 1960 e ao estabelecimento de seus cursos de Especialização (1974) e Pós-Graduação em nível de mestrado (1975), até a formação do curso de doutorado, que pareceu culminar em um momento extremo no “gradativo afastamento do grupo de historiadores do Instituto” mencionado por ele.

Por estar situado no interior deste círculo de acadêmicos afastados da UFSC<sup>133</sup>, Corrêa manifesta em sua fala, além de uma amargura, um certo arrependimento, pois, antes de ser afastado da universidade, ele próprio parece ter integrado o grupo que iniciou o processo de desvinculação — relativo e gradual — das propostas intelectuais até então desenvolvidas junto aos Institutos. Essa condição de pesar, ao que parece, estava também relacionada ao papel desempenhado por ele naquele momento, o de presidente do IHGSC. É no Instituto que ele se “abrigará” até o fim de sua vida e atuará produzindo alguns projetos editoriais, nos quais ficam evidentes a forma como se constituíam as suas redes intelectuais, afetivas e políticas. Em tais tramas podem ser visualizadas a permanência de alguns personagens e a chegada de demais — uns já presentes, mesmo que brevemente, no seu cotidiano da “juventude” e outros posicionados para além das fronteiras catarinenses. Vale destacar que este período, relativamente mais “curto” que o anteriormente abordado, é uma fase na qual muitos daqueles que compunham as suas redes na “juventude” já estão falecidos ou não são mais intelectuais atuantes no espaço catarinense.

Para pensar as publicações de Corrêa relacionadas a esta conjuntura, utilizou-se a mesma lógica dos mapeamentos anteriores, culminando no seguinte arranjo:

Quadro 5 – Publicações de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1990-2006)

Ano	Obra	Edição	Autor de apresentação, prólogo, aba, “orelha”
1996	<i>Lições de Política e Cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder</i>	ACL	Jali Meirinho (Apresentação) Paschoal Apóstolo Pítsica (“Orelha”)

<sup>133</sup> Como aborda Gonçalves (2006, p.37), a partir de 1990 diversos orientadores que atuaram junto aos iniciais do PPGH-UFSC se afastaram da instituição dando lugar a outros pesquisadores, interessados também em novas temáticas e, principalmente, abordagens historiográficas.

1997	<i>História da Cultura Catarinense Volume 1 – O Estado e as ideias</i>	Editora da UFSC Coedição Diário Catarinense	Iaponan Soares
2000	<i>Santa Catarina Quatro Séculos de História</i> <sup>134</sup>	Editora Insular	–
2003	<i>Diálogo com Clio: Ensaios de História Política e Cultural</i>	Editora Insular	Arno Wehling
2003	<i>Manuel Paranhos da Silva Velloso: artífice da nacionalidade no Brasil monárquico</i>	IHGSC	Jali Meirinho
2004	<i>História de Florianópolis Ilustrada</i>	Editora Insular	–
2006	<i>Jerônimo Coelho: um liberal na formação do Império</i>	Editora Insular e Associação Catarinense de Imprensa	Moacir Pereira

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no acervo pessoal da autora.

Nesse processo foi possível perceber a permanência de alguns elos, como no caso de Iaponan Soares, assim como a presença de outros nomes: Arno Wehling e Moacir Pereira. Quanto ao jornalista Moacir Pereira (também membro do IHGSC e da ACL), quando investigadas mais a fundo algumas das circunstâncias que promoveram esta ligação, chega-se ao curso “Ciclo Sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento”, que contou com presença de políticos, jornalistas e intelectuais como Péricles Prade, Moacir Pereira, Esperidião Amin, Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Fernando Piazza, Nereu do Valle Pereira, Sílvio Coelho

<sup>134</sup> Nesse caso, Corrêa é organizador do livro, produzido a partir de manuscritos de Aujor Ávila da Luz. No entanto, aqui Corrêa é considerado autor, pois foi responsável por acrescentar trechos e organizar os textos de acordo com seu arbítrio.

dos Santos, Paulo da Costa Ramos e Paulo Fernando Lago. Essa análise também sugere a persistência de certos componentes nas redes de sociabilidade intelectuais de Corrêa que, mesmo na década de 1990 e anos 2000, ainda parecem remeter ao curso idealizado pela Escola Superior de Guerra do qual Corrêa participou no início da década de 1970, juntamente com alguns nomes acima destacados, em especial Pereira e Amin, figuras de projeção no cenário catarinense.

No que concerne a outras obras em que é percebida a presença de Corrêa, o quadro abaixo foi metodologicamente elaborado da mesma forma que os anteriores, isto é, a partir de nomes inicialmente selecionados e tomando como fontes as próprias publicações do historiador. Foi também consultada uma diversa bibliografia conectada a estes personagens.

Quadro 6 – Livros nos quais Corrêa aparece como autor de apresentação, capítulo, “orelha” ou ilustrações (1999 – 2005)

Ano	Obra	Edição	Autor de apresentação, prólogo, “orelha” ou ilustrações	Autores da obra ou de um dos capítulos
1999	<i>Santa Catarina no século XX: Ensaio e Memória Fotográfica</i>	Editora da UFSC, Univali, FCC Edições	Silvio Coelho dos Santos (Org.)	Silvio Coelho dos Santos Paulo Fernando Lago Carlos Humberto Corrêa Alcides Abreu Hoyêdo Nunes Lins
2000	<i>A Realidade Catarinense no século XX</i>	IHGSC	Celestino Roque Secco	Oswaldo Ferreira de Melo Walter Fernando Piazza Augusto César Zeferino Colombo Machado Salles Paulo Fernando Lago Silvio Coelho dos Santos Marly Anna F. Bustamante Mira Nereu do Valle Pereira Nelson Grisard Jali Meirinho Tycho Brahe Fernandes Neto Hoyêdo de Gouvêa Lins Glaucio Olinger Idaulo José Cunha Fernando Marcondes de Mattos Sérgio Schmitz Oswaldo Moritz

				Albano Schmidt Agenor José dos Santos Filho Hoyêdo Nunes Lins Alcides Abreu Lauro Junkes Osmar Pisani Edith Korman Moacir Pereira Carlos Humberto Pederneiras Corrêa
2004	<i>São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville</i>	Editora da UFSC	Silvio Coelho dos Santos, Aneliese Nacke e Maria José Reis (Orgs.)	Silvio Coelho dos Santos Maria José Reis Raquel S. Thiago Carlos Humberto P. Correa Hoyêdo Nunes Lins Dalmo Vieira Filho Aneliese Nacke
2005	<i>Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense</i>	IHGSC (Série Ensaio n.2)	Carlos Humberto Pederneiras Corrêa	Silvio Coelho dos Santos José Curi Norberto Ulysséa Ungaretti Jali Meirinho

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no acervo pessoal da autora.

Analisando os dados acima, notou-se que a parcela majoritária destes homens e mulheres era membro do IHGSC e da ACL, além de professores do ensino superior em Santa Catarina (também em sua maioria aposentados). Além disso, é perceptível a inclusão de alguns elementos novos a esta rede, uma dinâmica que parece ser tributária da presença de Silvio Coelho dos Santos. Presente em todas as publicações, Santos é também responsável pela organização de duas das quatro obras que foram sistematizadas, o que configura uma participação de fato marcante, pensando estatisticamente o número de publicações como um todo. Aliás, o lugar de Silvio Coelho dos Santos junto ao círculo intelectual de Corrêa é reforçado com a documentação presente no dossiê do qual Corrêa é titular e que está salvaguardado no IHGSC. Entre a miscelânea de indícios encontrados neste dossiê, foi identificado um projeto de autoria de Santos, juntamente a um bilhete por ele manuscrito<sup>135</sup> e endereçado a Corrêa. O projeto em questão, enviado ao Ministério da Cultura em 1998,

<sup>135</sup> “Florianópolis, 20/09/1990. Carlos Humberto: eis a cópia do projeto enviado p/ [sic] o MINC. Aproveito p/ [sic] informar que não posso estar presente na reunião de 4a feira. Tenho que participar de uma reunião do Conselho da [não identificado]. Silvio Coelho.” Dossiê Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Acervo do IHGSC.

tratava justamente da proposta de edição do livro *Santa Catarina no Século XX — Ensaio e Memória Fotográfica*, no qual Corrêa é um dos autores convidados.

Dentro deste cenário, em que Silvio Coelho assim como Jali Meirinho — outro elemento que parece ser peça-chave nas inter-relações de Corrêa — estão presentes, desponta mais uma vez a questão dos projetos editoriais. Diferentemente de momento anterior, nos quais as vinculações com instituições como UFSC e UDESC eram mais visíveis, sobretudo quando são levadas em conta as empreitadas em que Corrêa parece ser o principal articulador, agora os projetos aparecem sob o amparo tanto da ACL quanto do IHGSC.

Dentre esses projetos está a *Coleção da Academia Catarinense de Letras*, na qual Corrêa tem um volume publicado. No projeto, o historiador não aparece como idealizador ou fomentador, mas como um participante, cujo trabalho foi selecionado após avaliação por seus pares da ACL. Iniciando com uma *Antologia* publicada em 1991, a Coleção da ACL teve, até 2003, vinte e dois volumes publicados<sup>136</sup>. Foram privilegiados nestes volumes homens e mulheres integrantes da instituição — uma atitude, claro, de valorização de seus membros. A obra de Corrêa, *Lições de Política e Cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder* (1996), é o sexto exemplar da Coleção.

Já a *Coleção Catariniana*, iniciativa vinculada à editora do IHGSC, consolida-se como uma realização da qual Carlos Humberto é um dos principais coordenadores. O primeiro dos volumes da coleção é *Gavião-de-Penacho: Memórias de um serrano*, de Enedino Batista Ribeiro, político catarinense falecido em 1989. Na apresentação do livro, lançado em 1999, numa coedição entre o IHGSC e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Corrêa, como presidente da instituição, escreve:

A **Coleção** está destinada a publicar memórias de personalidades representativas da vida pública, regional ou estadual, preferencialmente associados do IHGSC, e outros documentos inéditos de real significado para a história e geografia de Santa

---

<sup>136</sup> *Antologia* (1991), Lauro Junkes; *Poemas do meu caminho* (1993), Silvia Amélia; *Viagens com Maura: ensaio de esboço biográfico em Maura de Senna Pereira* (1993), Pedro Bertolino; *Palavras e Registros* (1993), Paschoal Apóstolo Pítsica; *Aprendendo a viver* (1995), Edy Leopoldo Tremel; *Personagens e Reflexões* (1996), Hôldemar Menezes; *Lições de Política e Cultura* (1996), Carlos Humberto Pederneiras Corrêa; *As permutas e outros contos* (1996), Júlio de Queiroz; *Fala da cadeira cinco* (1996), Theobaldo Costa Jamundá; *Histórias para o entardecer* (1996), Hoyêdo Gouvêa Lins; *Autoridade e Escritura* (1997), Lauro Junkes; *Poesia Reunida* (1997), Hugo Mund Junior; *Depois do Verão* (1997), Leatrice Moelmann; *Três Discursos* (1999), Polydoro Ernani de São Thiago; *Roteiros para o centro do mundo* (1999), Osvaldo Della Giustina; *Poesia Completa, Sonetos* (2001), Luiz Delfino; *Poesia Completa, Poemas Longos* (2001), Luiz Delfino; *A Estrela da Tempestade* (2002), Almiro Caldeira; *Contas de Vidro* (2002), Silveira de Souza; *Contos Completos – Vol. 1* (2003), Virgílio Várzea; *Contos Completos – Vol. 2* (2003), Virgílio Várzea.

Catarina, bem como outros estudos sobre o Estado, dentro destas duas ciências. Ela completa a necessidade da edição de textos muitas vezes de pouco interesse comercial, mas de inegável necessidade para o conhecimento de Santa Catarina. (CORRÊA, 1999, p. 11, grifo do autor).

É flagrante nesse posicionamento de Corrêa a vontade de reconhecer e promover, por meio dessa iniciativa, a memória de ex-integrantes do Instituto, valorizando um passado e, com essa valorização, fomentando o próprio reconhecimento e engrandecimento dos associados do IHGSC ainda atuantes. A *Coleção Catariniana*, até o momento, teve 10 exemplares publicados, sendo o último deles *Subsídios para a História da Província de Santa Catarina*, de José Gonçalves dos Santos Silva, obra publicada em 2007.

Por saber que a procura pelos “nós” que compõem esta trama de encontros intelectuais, políticos e até mesmo afetivos pode ser uma jornada sem destino final, foi necessário eleger Arno Wehling<sup>137</sup> como o último nome a ser ressaltado, visto que ele passa a cruzar os caminhos de Corrêa com frequência nos últimos anos da trajetória aqui analisada. Desde 1996, Wehling exerceu a função de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e despontou de maneira um pouco isolada em relação a essas redes. No entanto, ele parece ser um elemento relevante agregado por Corrêa à sua rede intelectual. A convivência entre os dois historiadores parece ser uma reverberação dos próprios projetos que Corrêa tinha como presidente do IHGSC e traz elementos para pensar acerca da dedicação que este deu ao Instituto nos últimos anos de sua carreira (FERREIRA, 2013).

A ligação entre esses dois personagens é corroborada pelos diversos registros, no boletim do IHGSC, das visitas que o presidente do IHGB fez à instituição catarinense durante o período em Corrêa era presidente. Além disso, os dois foram vistos juntos em diversas ocasiões, prestigiando outras instituições historiográficas brasileiras, como exemplo o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). Um desses encontros, efetivado em 2003, está documentado e divulgado no próprio site da instituição.<sup>138</sup> No registro feito pelo Instituto paraibano, inclusive são divulgadas fotografias, como a que se segue:

---

<sup>137</sup> Desde 2017 também imortal da Academia Brasileira de Letras.

<sup>138</sup> Quadro Social. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. [S.I.] Disponível em: [https://ihgp.net/tomo2f\\_pb.htm](https://ihgp.net/tomo2f_pb.htm) Acesso em: 5 jul. 2018.

Figura 3 – Corrêa e Wehling em visita ao IHGP em 2003.



Fonte: Quadro Social. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. [S.I.] Disponível em: [https://ihgp.net/tomo2f\\_pb.htm](https://ihgp.net/tomo2f_pb.htm) Acesso em: 5 jul. 2018.

Ao centro da imagem, observando o livro, está Arno Wehling. Corrêa é o primeiro homem à sua esquerda. Em relação a este novo “nó” atado por Corrêa, é curioso notar que ambos os historiadores têm trajetórias profissionais muito similares; claro, sem que se esqueça das diferentes inserções tidas e ainda existentes no panorama historiográfico brasileiro, no qual a balança parecia favorecer Wehling, presidente do IHGB e professor de uma universidade concentrada em um dos principais eixos da produção historiográfica nacional, a UFRJ. Ambos realizaram suas graduações em História durante a década de 1960 e seus cursos de doutorado na USP. Além disso, tiveram sua carreira vinculada à docência junto ao ensino superior, voltando-se para o âmbito dos Institutos Histórico e Geográfico após suas aposentadorias. Suas trajetórias similares levam a crer também em um encontro de afinidades (FERREIRA, 2013).

A partir disso, infere-se que os últimos vinte anos na trajetória profissional de Corrêa pareciam, de fato, descortinar um outro cenário intelectual no qual suas uniões e seus encontros, ou seja, a formação de suas redes e a sua atuação como historiador não podiam se desenrolar a partir das mesmas bases que conduziram no passado as suas ações no espaço intelectual e também público. Nesse horizonte, muitos dos integrantes desta trama já não estavam mais lá ou já não tinham participação efetiva. E, ainda, vindos de outros lugares, posicionaram-se nesse campo novos intelectuais e historiadores de uma geração que, em grande medida, não compartilhava com o grupo de Corrêa as mesmas referências e formas de



pensar. Retomando a expressão de Sartre, seria este um “pequeno mundo estreito” que se amplia (ou ainda, se modifica)? Ao observar a produção historiográfica catarinense, em especial em âmbito universitário, nota-se que até a década de 1990 ela era dominada por historiadores que circulavam entre o IHGSC e a universidade. Após essa década, é verificada uma mudança de posicionamento, um rearranjo nesse campo, quando outros agentes reorganizam o espaço a partir de suas diferentes ideias e põem em xeque as estratégias de conservação de um grupo que durante muito tempo esteve nas posições de destaque dentro desse cenário.

A corrente necessidade de dividir o espaço em que durante muito tempo este grupo de intelectuais teve suposta hegemonia é uma questão que parece saltar aos olhos, por exemplo, na formação, em 2009, da primeira Comissão Julgadora do Prêmio Silvio Coelho dos Santos de monografias<sup>139</sup>. Designada pela Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, a comissão era composta por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa; Rafael José de Menezes Bastos, músico, antropólogo e professor do Departamento de Antropologia da UFSC; e Paulino de Jesus Francisco Cardoso, historiador e professor do Departamento de História da UDESC. Nesse sentido, é significativo ressaltar os diferentes lugares dos quais falavam esses nomes: Corrêa, como presidente do IHGSC, Menezes Bastos, como antropólogo e músico que teve sua formação acadêmica na Universidade de Brasília, vindo se instalar em Florianópolis em 1984<sup>140</sup>, e Cardoso, como historiador formado na UFSC, mas com estudos de pós-graduação fora das fronteiras catarinenses, pela PUC-SP.<sup>141</sup> Esses três homens são exemplos de diferentes “gerações”<sup>142</sup> e estavam todos inseridos e pleiteando posições dentro de um campo intelectual catarinense que vai, paulatinamente, agregando elementos sem a exclusão de peças mais antigas.

Refletir acerca de grupos, com personagens de diferentes idades e trajetórias, também suscita questões quanto à ideia de contemporaneidade, pensando este conceito a partir do cruzamento dos tempos históricos, de sua dimensão diacrônica e sincrônica. Segundo o

---

<sup>139</sup> O concurso, além de homenagear Coelho, nas palavras da própria Fundação, tinha por objetivo “estimular essas novas elaborações historiográficas, sociológicas e antropológicas sobre Florianópolis.” (RASCKE, 2012, p.10).

<sup>140</sup> Informações retiradas do Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8219997657167540> Acesso em 10 jul. 2018.

<sup>141</sup> Informações retiradas do Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9557204220334259> Acesso em 10 jul. 2018.

<sup>142</sup> Sempre levando em conta que, embora o tempo e a idade tenham relevância na demarcação das gerações, estes não podem ser tomados como fatores exclusivos na definição de um grupo geracional, pois a concepção de geração aqui adotada aponta para existência de um tempo interior não “tecnicamente” mensurável (MANHEIN, 1982, p.73).

filósofo Giorgio Agamben (2009, p.59), “ser contemporâneo” não é uma condição natural, mas uma relação que estabelecemos com o nosso o próprio tempo e que nos leva a nos aproximar ou nos distanciar dele. Portanto, a contemporaneidade se dá a partir do “tornar-se” contemporâneo, assim, nessa perspectiva, nem todos o seriam. Henry Rousso acompanha tal pensamento:

“Ser contemporâneo” é também para atores em diversas posições manter uma relação com uma atualidade, um presente sentido como “comum” em um espaço que variou consideravelmente há meio século. É participar da marcha do mundo, apesar das diferenças de idade, de lugar, de situação e de percepção do tempo vivido. [...] a contemporaneidade deve ser pensada como uma relação tanto com o tempo quanto com o espaço, com a questão crucial para um historiador de situar o lugar dos mortos nesse conjunto ou ainda o lugar do encerrado. (ROUSSO, 2016, p.238)

Ao longo do capítulo buscou-se delinear alguns dos traços constituintes do grupo de intelectuais vinculados a Corrêa, atentando para alguns dos “nós” das redes de sociabilidade, sobretudo afetivas e intelectuais. Amparado no trabalho Libânia Nassif Xavier<sup>143</sup>, viu-se nesse percurso que tais redes, em especial na primeira fase aqui analisada (a “juventude), “foram concebidas por meio da intervenção político-administrativa [...], além de envolver intervenções sobre uma ampla esfera da vida pública que ia da educação escolar ao desenvolvimento da pesquisa científica” (XAVIER, 2016, p. 467). Num segundo momento (a “maturidade”), esse “itinerário intelectual” (XAVIER, 2016, p.469) de Corrêa apontou para uma constituição um pouco diferente destas redes, que agregou alguns novos elementos e mergulhou no espaço do IHGSC. Essa situação pareceu remeter para a composição de um novo campo intelectual catarinense, ampliado e detentor de novas forças em disputa.

A teoria dos campos de Bourdieu, portanto, foi nuançada para pensar a trajetória de Corrêa a partir das diferentes formas de participação (ou ainda de não participação) subjacentes aos campos. Sugeridas por Lahire (2002, p.49-50), essas participações se dão “como praticante amador (em oposição a praticante profissional), simples consumidor (em oposição a produtor) ou ainda na qualidade de simples participante na organização material desse universo, sem participar diretamente do jogo que nele se joga”. Por conseguinte, quando pensada a trajetória de Corrêa, pode-se conjecturar sua inserção num campo intelectual catarinense como um participante e agente, a partir de *habitus* próprio por ele incorporado.

---

<sup>143</sup> No capítulo *Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações* presente na obra *Intelectuais Mediadores*, Xavier, por meio da problematização da trajetória de alguns pensadores “escolanovistas”, levanta questões e sugere posicionamentos teórico-metodológicos acerca dos usos do conceito “intelectual”.

Ele se encontrava dessa forma apto a “jogar o jogo [adjacente a este campo intelectual] e de acreditar n[a importância d]sse jogo” (LAHIRE, 2002, p.48).

Quando levado em consideração o campo político catarinense, pode-se depreender que Corrêa era um elemento participante na organização desse universo — como diretor do MAMF, diretor do Departamento de Cultura ou Secretário de Educação —; porém sua atuação dependia também do aval daqueles participantes efetivos do campo, agentes que ditavam as regras, mantinham ou subvertiam as estratégias. Corrêa, desta forma, dependia das redes de sociabilidade herdadas e reinventadas na ascensão a estas funções. À vista disto, além de posicioná-lo no entre-lugar, é possível considerar que durante a sua trajetória profissional ele também se situava entre-campos, pois oscilava e ocupava simultaneamente diferentes papéis entre os campos intelectuais e políticos catarinenses. As ações de Corrêa apontam para um “equilíbrio instável”, pois é manifesto também em suas obras e em seus “deslizamentos”.

**PARTE II:**

*As teias e os caminhos: deslizamentos entre História e legado*

#### 4 CORRÊA HISTORIADOR: ENCONTROS E DESENCONTROS “DESLIZANTES”

O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com os símbolos e **as referências que legitimam a autoridade diante do público** são as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita (CERTEAU, 2008, p.21, grifo nosso).

Por estar ligado a diversos presentes, o posicionamento do historiador comporta sua própria historicidade. Ao longo das décadas nas quais produziu, Corrêa deslizou por lugares diferentes, lidou com estratégias sociais diferentes, jogou com símbolos e referenciais diferentes; sendo assim, presenciou as mudanças sofridas por estes mesmos símbolos e referenciais. Essas transformações modificaram as relações estabelecidas com os seus públicos, em especial com o universitário, que seria testemunha de um processo de transição para uma historiografia supostamente aberta a “todo um novo espectro de possibilidades para o estudo da história” (WOLFF, 1994, p.58). Em múltiplos cenários, são percebidos também deslizamentos em sua escrita, a qual, claro, é sintomática das escolhas temáticas e metodológicas efetuadas.

Dando ênfase, aqui se acrescenta que no presente capítulo as reflexões se referem também à maneira como as redes (de sociabilidade e intelectuais) ressoaram nas produções intelectuais do historiador — em especial naquelas relativas às temáticas da história oral e da história catarinense (no espaço universitário, do IHGSC e da ACL) —, as quais permitem entrever vestígios de seus interesses de pesquisa e seu modo de pensar o fazer historiográfico. Nessa continuidade, investigou-se também se o seu posicionamento no “entre-lugar” ou em “tempos laminados” é visível em suas obras. A partir dessas produções, levantou-se ainda outras questões, tais quais: é Corrêa um historiador “tradicional” a partir do que entendem Wolff (1994) e Dallabrida (1996)? É possível associá-lo a alguma corrente historiográfica dentro do cenário catarinense? Há alguma ruptura ou permanência na maneira como ele produziu seus trabalhos ao longo de sua carreira, em especial após o seu afastamento da UFSC?

##### 4.1 O historiador e o seu lugar (ou os seus lugares?)

No sentido de pensar os lugares de produção historiográfica nos quais Corrêa poderia se inserir, são destacadas duas áreas nas quais ele pode ser entendido como uma referência: a

história oral e a história de Santa Catarina. No fim da sua carreira, essas áreas pareciam estar “desencontradas”, uma questão que perpassa aspectos associados às suas redes, sobretudo intelectuais, e os lugares profissionais que ocupou. Vale destacar que a ideia de Corrêa como referência nas duas áreas acima citadas não é defendida na presente tese ao acaso, mas parte das elucubrações que serão apresentadas neste capítulo. Ao longo dele, as falas de outrem apontam para o entendimento de Corrêa como uma “voz autorizada” dentro destes domínios.

No entanto, antes de analisar mais detidamente estas produções, é relevante trazer à cena a perspectiva presente no sempre revisitado pensamento de Michel de Certeau, a qual auxilia a refletir acerca da “escrita da história” produzida por Corrêa e a importância de observar esta escrita como pertencente a um lugar (ou lugares). Como coloca o historiador francês, a escrita historiográfica não é “apenas um jogo de adequação entre sujeito e objeto” (CERTEAU, 2008, p.22). Num diálogo entre o passado como objeto e o próprio presente do historiador, escrever a história é também articular os interesses de pesquisa do historiador, os anseios de uma audiência e, claro, as próprias mudanças no fazer e pensar a história, movimento que reverbera nas técnicas e metodologias de que lançam mão os historiadores do início ao fim de sua pesquisa.

Por conseguinte, destaca-se que as obras<sup>144</sup> abordadas abrangem o período entre 1971 e 2006, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 7 – Panorama geral das publicações de Corrêa (1971 - 2006)

<b>Ano</b>	<b>Obra</b>	<b>Edição</b>	<b>Autor apresentação/prólogo/aba</b>
1971	<i>Cultura, Integração e Desenvolvimento</i>	Edições Cultura Catarinense – Departamento de Cultura - SEC	Celestino Sachet (Presidente da ACL)
1977	<i>Catálogo de História Oral</i>	Curso de Pós-Graduação em História UFSC	–

<sup>144</sup> Apesar das obras já terem sido abordadas no terceiro capítulo da presente tese, a título de uma melhor visualização julgou-se relevante apresentar um novo quadro em que tais produções estivessem agrupadas em um único panorama.

1978	<i>Arte e artesanato: quatro artistas da cerâmica.</i>	Imprensa Universitária – UFSC	–
1978	<i>História Oral: Teoria e Técnica</i>	Imprensa Universitária – UFSC	Walter Piazza
1983	<i>Os governantes de Santa Catarina (1739 a 1982)</i>	Editora da UFSC	Victor Peluso Junior
1984	<i>Um estado entre duas repúblicas: a revolução de trinta e a política em SC</i>	Editora da UFSC Assembleia Legislativa de SC	–
1988	<i>Nereu Ramos</i>	FCC Patrocínio: Portobello	Pedro Ivo Campos
1990	<i>Militares e Civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil (1893-1894)</i>	Editora Lunardelli e UFSC	–
1996	<i>Lições de política e cultura: A Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder.</i>	Edições ACL	Paschoal Apóstolo Pítsica
1997	<i>História da Cultura Catarinense</i> <i>Volume 1 – O Estado e as ideias</i>	Editora da UFSC Coedição Diário Catarinense	Iaponan Soares

2000	<i>Santa Catarina Quatro Séculos de História</i>	Editora Insular	Carlos Humberto Corrêa é organizador do livro, originalmente produzido por Aujor Ávila da Luz
2003	<i>Diálogo com Clio: Ensaios de História Política e Cultural</i>	Editora Insular	Arno Wehling
2003	<i>Manuel Paranhos da Silva Velloso</i>	IHGSC	–
2004	<i>História de Florianópolis Ilustrada</i>	Insular	Jali Meirinho
2006	<i>Jerônimo Coelho: um liberal na formação do Império</i>	Editora Insular e Associação Catarinense de Imprensa	Moacir Pereira

Fontes: Elaborado pela autora (2018), com base no acervo pessoal da autora.

As obras foram localizadas em sebos na cidade de Florianópolis, em livrarias *online*<sup>145</sup> e em espaços de salvaguarda no estado de Santa Catarina como bibliotecas da UFSC e da UDESC e acervos do IHGSC e da ACL. As temáticas das produções *grosso modo* englobam a metodologia da história oral, a história da arte catarinense, a história política catarinense, biografias de personagens também do meio político do estado e a história de instituições culturais catarinenses como a ACL.

A título de apontar alguns dos procedimentos metodológicos, ressalta-se que antes de iniciar a análise foram estabelecidas algumas lentes através das quais estes documentos foram examinados, tais quais: a temática, o período, as fontes utilizadas e os diálogos teóricos passíveis de serem observados. Sendo assim, entendendo o que aqui será produzido como uma hermenêutica do processo de produção das obras de Corrêa, destacam-se os parâmetros, métodos e aspectos teóricos que embasaram a escolha destas lentes acima descritas em detrimento de outras.

Porém, os aspectos elencados acima não são os únicos a serem levados em conta, pois, mais uma vez, como alerta Michel de Certeau (2008, p.93), “não existe relato histórico no

<sup>145</sup> Adquiridas em sebos e em livrarias *online*, essas obras hoje fazem parte do acervo da autora.



qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber”. Portanto, os períodos e lugares por onde Corrêa circulou, as redes e os contatos que estabeleceu se mostram também como lentes para pensar aquilo que ele próprio concebeu intelectualmente. Logo, os lugares de onde ele falava — seja a partir da UFSC, do IHGSC ou da ACL — e as mudanças nesses cenários são peças importantes para entender o seu posicionamento como um historiador. À vista disso, aqui a observação não tratou somente de Corrêa e a sua obra, mas tentou-se embeber a reflexão também em panoramas mais abrangentes, os quais podem ser pensados a partir de uma perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica. Logo, as análises aqui feitas reuniram as obras a partir de suas características em comum e não de maneira cronológica.

Nesse sentido, vale ressaltar que os diálogos referenciais e teóricos identificados nos trabalhos do historiador foram mais observados para pensar aquilo que possivelmente circulava nas diversas temporalidades ou “climas” intelectuais por ele vivenciados do que propriamente para analisar de que forma eles foram mobilizados — algo que demanda um trabalho maior do que comporta este capítulo e que se desvia da proposta desta tese. Embora a atenção tenha se voltado para o contexto de produção desses trabalhos, a dimensão do conteúdo não foi excluída, visto que foi ela que possibilitou mapear e refletir sobre tal contexto, como se visualiza nas próprias lentes de análise aqui arbitrariamente convencionadas.

Essa hermenêutica, por conseguinte, foi desenvolvida a partir das sugestões de Michel de Certeau, acima descritas, e de Paul Ricoeur, sempre visando uma interpretação que transcendesse a polaridade de conceitos como velho/novo e ultrapassado/atual para pensar a trajetória de Corrêa. Por sua vez, perseguiu-se aqui “a adequação dos parâmetros conceituais dos cientistas sociais à possibilidade de apreender experiências vividas por seres humanos em sociedade” (DIAS, 1998, p.236), ideia embutida no trabalho de autores como Deleuze, Gadamer e o próprio Certeau, como sugere Maria Odila Silva Dias quando trata da “hermenêutica do cotidiano”. Para esta historiadora, a hermenêutica emerge como um exercício crítico distanciado de interpretações reducionistas às quais estariam fadados os trabalhos que se servem dos conceitos abstratos por muito tempo utilizados na historiografia. Nessas propostas, tais conceitos não dão conta da historicidade de alguns dos fenômenos dos quais são ferramenta de exegese. E ainda, de acordo com aqueles autores acionados por Maria Odila Leite da Silva Dias, os próprios conceitos, sempre mediados pela linguagem, também possuem historicidade.

O filósofo francês Paul Ricoeur percorre caminhos semelhantes àqueles traçados por Dias e aponta a hermenêutica como uma ciência da interpretação (RICOEUR, 1977, p. 43). Focando especificamente na mediação entre tempo e narrativa, Ricoeur se volta a pensar acerca da composição das narrativas, não somente as históricas. Para tanto, ele faz uso de três categorias, por ele próprio elaboradas, em movimento que aponta também para o desejo de superar análises maniqueístas. Nomeadas mimese I, mimese II e mimese III (pré-figuração, figuração e interpretação), tais categorias corresponderiam às seguintes fases: aquela que antecede a narrativa propriamente dita (mimese I), a fase em que a narrativa é composta (mimese II) e a fase posterior, na qual a narrativa adentra o mundo do leitor (mimese III) — e todas elas conjugam-se num arco hermenêutico que nunca cessa e que se repete sempre de maneira renovada. Assim, Ricoeur propõe uma hermenêutica própria ao seu objetivo, que seria “reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra se destaca do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda seu agir” (RICOEUR, 2010, p.94-95).

Esse arco hermenêutico que ajuda a compreender a intriga, ou seja, a narrativa, tem também elementos de ordem estrutural, simbólica e temporal associados à “linguagem do fazer” e à tradição cultural da qual procede a tipologia da intriga. Colocados em relação, esses diversos símbolos dão significado às ações nas diferentes culturas (RICOEUR, 2010, p.102), ações que também podem ser julgadas segundo uma escala de preferência moral (RICOEUR, 2010, p.103). Com base nesses parâmetros, a intriga tem sua própria singularidade, mas uma singularidade composta a partir de uma “deformação regrada”, ou seja, dentro do “espaço de variação permitido pelo paradigma tradicional” (RICOEUR, 2010, p.136), que, por sua vez, remete aos elementos estruturais, simbólicos e temporais destacados anteriormente. Nessa operação hermenêutica proposta por Ricoeur, entende-se que o “presente reocupa o passado a partir de um horizonte histórico que dele se destaca e transforma a distância temporal morta em uma transmissão geradora de sentido” (DOSSE, 2017, p. 141).

Pensando acerca do modo como são compostas as narrativas, de sua concepção até a apropriação do leitor, chega-se às narrativas por Corrêa elaboradas. Sem esquecer dos elementos de interpretação dessas obras, a hermenêutica aqui sugerida propôs algumas categorias com o intuito de compreender as relações da produção do historiador e de suas redes no cerne de suas historicidades, nos seus deslizamentos e nas temporalidades imbricadas nas fontes analisadas.

Como foi alertado logo à introdução, uma vida não pode ser separada em seções. Como seres sociais, ocupamos lugares diferenciados, mas concomitantes, ao longo de nossa existência. Podemos ser o pai ou a mãe, o filho ou a filha, somos também o amigo ou a amiga, o colega ou a colega de trabalho, o historiador ou a historiadora. Somos múltiplos e nos identificamos ou somos olhados de maneira diferenciada nos diversos “mundos” pelos quais circulamos. Sendo assim, apesar de dar-se aqui uma atenção especial a Carlos Humberto Pederneiras Corrêa historiador, buscou-se não obliterar os outros diversos papéis que ele desempenhava. Essa noção é importante, pois como se vê principalmente nos capítulos iniciais da tese, as origens familiares, as relações profissionais e as amizades, ou seja, as redes que se estabeleceram a partir destes espaços, são elementos importantes para compreender os interesses de pesquisa eleitos por ele. Trata-se, portanto, de trabalhar em várias escalas e tempos, construindo pontes e perscrutando nesse quebra-cabeça os possíveis caminhos tomados pelo historiador — percursos que ainda podem ter relevância para refletir acerca dos movimentos articulados em alguns dos espaços produtores de história em Santa Catarina.

Fugindo da ideia de classificações estanques, aqui também se propôs a ideia de “deslizamento”, advinda das leituras do indiano Homi Bhabha e do seu “entre-lugar” aqui já discutido. Essa noção encontrou amparo na tese *Territórios Deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea*, defendida no PPGH - UFSC em 2003. Em seu trabalho, o historiador Emerson Campos narra como a epifania quanto ao “deslizante” emergiu da leitura do texto *Fronteiras deslizantes: lugares de cultura, raça, gênero e indivíduo*, de autoria de sua própria orientadora, Maria Bernadete Ramos Flores. Apesar de elemento de inspiração, Campos confessa que o texto de Ramos não tratou especificamente daquilo que era tema de seu trabalho, o que o permitiu “ir além”, materializando a partir do “deslizar” uma nova produção de sentido. Ademais, assim como na presente tese, aquela desenvolvida por Campos também toma as reflexões de Homi K. Bhabha sobre a ambiguidade dos discursos, as quais teriam feito um “estrago” em seus pensamentos (CAMPOS, 2003, p.207). Outro lampejo trazido pelo trabalho de Campos se refere a própria ambiguidade da palavra “deslizante”: “a do vacilo, do titubear” (CAMPOS, 2003, p.206). No dicionário Houaiss (2009, p.657), “deslizante” assim é definida: “1. que desliza; deslizador 2. Onde facilmente se desliza; escorregadio; resvaladiço”. Nessa definição é flagrante a sensação de deslocamento, ou melhor, a impressão de uma ausência de rigidez, de imobilidade.

Partindo dessa perspectiva, os próprios títulos das obras de Corrêa já despertam curiosidade. São títulos amplos que sugerem um desejo de fisgar um público para além

daquele especializado; logo, eles são indiciários da movimentação do historiador que, transpondo conceitos e ideias, foi “deslizando” entre as possibilidades. Pode-se pensar, por exemplo, sobre a ideia de “cultura” — um conceito tão abrangente, polissêmico ou “arriscado”, como sugeriria Chartier (1990, p.66) —, presente já na primeira publicação de Corrêa em 1971 e retomada em outras obras de 1996, 1997 e 2003. Essas obras, indaga-se, tratam de cultura de massa, de cultura popular, de cultura erudita ou de cultura(s)?<sup>146</sup> Uma possível resposta será ensaiada ainda neste capítulo.

Sendo assim, evitando as categorizações estáticas, a percepção do deslizamento inspirada no “entre-lugar” de Bhabha ajudou a pensar as redes e identificações de Corrêa ao longo de sua vida profissional, bem como a reunião de elementos entendidos certas vezes como contraditórios que se articularam na construção da sua obra intelectual. Nesse sentido é possível pensar sobre a difícil tarefa de conceituação, ou seja, é possível reconhecer a impossibilidade de trabalhar sem o apoio heurístico de definições e classificações.

Michel Foucault, apoiado numa perspectiva nietzschiana, afirma na obra *As palavras e as coisas* que todas as classificações são atitudes arbitrárias — algo que poderíamos estender também à construção de conceitos. Ao tentarmos “organizar” nossos pensamentos a partir de definições, separamos, enquadramos; enfim, produzimos voluntariamente definições que muitas vezes ocultam aquilo que podem ser desvios. Nietzsche (1978, p.48) declara que conceituar é aparar arestas. Ao conceituar podemos estar aferindo que são idênticos elementos, indivíduos e ambientes que não poderiam ser considerados “iguais”; sendo assim, os conceitos podem escamotar possíveis dissidências, “farpas” e cisões. A “estaticidade” do referente não dá conta da vivacidade por trás daquilo que o conceito tenta interpretar ou explicar. Por isso, toma-se a ideia do deslizamento, do entre-lugar, que, embora estabeleça certas fronteiras, permite que elas sejam móveis e dêem conta das mudanças e dessemelhanças. Como coloca Michel de Certeau, ao evocar a lembrança de Lucien Febvre,

[...] escrever é encontrar a morte que habita este lugar, manifestá-la por uma

<sup>146</sup> Alguns autores são responsáveis por discutir tais definições e apropriações do termo. Os debates, em especial, envolvem tanto o questionamento da oposição entre as noções de cultura popular e erudita quanto a composição de fronteiras cada vez mais borradas entre estas concepções, a partir da emergência de uma cultura de massas ou do entendimento de uma relação cruzada entre ambas. Dentre esses autores podem ser mencionados: Mikhail Bakhtin (1999); Michel de Certeau (1994) e Roger Chartier (1990). Roger Chartier, inclusive, dialoga com os outros dois autores e em seu *A história cultural: entre práticas e representações* sugere que “Saber se pode chamar-se de popular ao que é criado pelo povo ou aquilo que lhe é destinado é um falso problema. Importa antes de mais identificar a maneira como [...] se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais” (CHARTIER, 1990, p.56).

representação das relações do presente com seu outro, e combatê-la através do trabalho de dominar intelectualmente a articulação de um querer particular com forças atuais. Por todos estes aspectos, a historiografia envolve as condições de possibilidade de uma produção [...] (CERTEAU, 2008, p.22).

Dentro desta perspectiva tentou-se articular as redes político-intelectuais às quais Corrêa estava ligado com as “condições de possibilidade de sua produção”. Deste modo, seria possível também “enquadrá-lo” em um “modo de fazer” história ligado ao campo no qual estava inserido? Ou, como questionado anteriormente, ele não estaria nem “aqui”, nem “lá”, mas deslizando num território intersticial? Cruzando os vestígios relativos ao seu “grupo” com os trabalhos por ele publicados, almejou-se entendê-lo no espaço historiográfico catarinense tanto em relação às suas próprias redes intelectuais quanto em relação aos “outros”, que estariam, hipoteticamente, à parte destas conexões. A noção de Carlos Humberto como um historiador entre-lugares perpassou o entendimento de que sua trajetória demonstrou identificações “deslizantes”.

Essas noções vão ao encontro do que a tese discute e tentam mostrar que, embora houvesse uma investida de alguns historiadores em organizar e classificar momentos da historiografia catarinense, este esforço acabou arbitrariamente igualando o que não é igual. Apesar de Wolff e Dallabrida afirmarem que não desejam produzir uma classificação estanque, mas sim fomentar um debate acerca destas questões, eles ao fim produzem algo que homogeneiza e oblitera certas rupturas e nuances. E, ainda, essas classificações por eles produzidas, mais uma vez, apontam para o campo em que eles se posicionavam e os pressupostos que queriam defender. Aqui não se pretende acusar ou diminuir essas classificações, que exigiram de fato um grande esforço intelectual para serem produzidas, mas quer se dar a ver que todas essas escolhas envolvem consequências, carregam questões a elas subjacentes e trazem consigo as cores de seu próprio tempo manifestadas no uso que delas foi feito. Os discursos que tais classificações produzem “se inscrevem, eles próprios em seguimento a ou ao lado de muitos outros: enquanto falam *da* história, estão sempre situados na história.” (CERTEAU, 2008, p.32).

O que aqui se quer mostrar são as nuances e os diversos lugares, e não o lugar único e estático da trajetória de Corrêa. Não se trata também de enaltecer ou depreciar seus trabalhos, mas de tentar compreender os espaços de enunciação e como esses, numa via de mão dupla, parecem ser relevantes para pensar as narrativas historiográficas. Mais uma vez, evoca-se Certeau, que trata da historiografia como uma operação, como uma construção datada e que

não está fechada a remodelações. Ao considerar que o texto historiográfico está associado aos saberes que direcionam o trabalho do historiador e às relações de poder/afinidade que o induzem a escolher este ou aquele material, o historiador francês sugere que a própria operação historiográfica é portadora de historicidade, o que, por sua vez, leva-nos a pensar as diversas temporalidades sobrepostas nessa operação. É a partir desse dado que são buscadas tais nuances nos saberes e relações de Corrêa, por seu turno ecoadas em sua produção.

Ainda, ao tentar concluir, mesmo que provisoriamente, este debate que permeia a trajetória de Corrêa, levantou-se a questão da permanência de uma certa maneira de pensar e escrever a história. As produções de Corrêa, seja em relação à história de Santa Catarina, seja em relação à história oral, foram e ainda são referenciadas no espaço catarinense (mesmo que certa vezes a título de crítica, vale ressaltar). É preciso se ter em conta que seus trabalhos no campo da história foram “modelos”, guias ou fontes de consulta no que diz respeito principalmente à história do estado e também tiveram certa projeção no cenário nacional, particularmente no que tange aos primeiros passos dados pela metodologia da história oral no Brasil.

## **4.2 A história oral**

O tópico que relaciona a trajetória intelectual de Corrêa e o papel que ele teve na disseminação dessa metodologia no Brasil não ocupará muitas páginas deste trabalho; no entanto, esse ponto traz consigo elementos relevantes para efetuar a análise destes lugares por ele ocupados, das classificações a ele atribuídas e, até mesmo, para pensar os movimentos vividos pela historiografia catarinense a partir da década de 1970, em especial a partir de 1975, momento em que o PPGH - UFSC abre suas portas.

A discussão acerca da história oral que se desenvolveu em Santa Catarina foi tópico abordado em minha dissertação de mestrado defendida em 2015 no PPGH - UDESC<sup>147</sup>. Entretanto, naquele momento, esse debate ficou condicionado ao processo de formação do Laboratório de História Oral da UFSC (LabHoral – UFSC) e ao processo que aproximou o Departamento de História e o Programa de Pós-Graduação da metodologia da história oral,

---

<sup>147</sup> Dissertação de mestrado defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que tinha como problemática central identificar as rupturas e permanências dentro do campo da história oral, principalmente em Santa Catarina, entre 1975 e 2013. O trabalho teve como pontos de partida a fundação do Laboratório de História Oral da UFSC e a constituição do acervo de fontes orais do historiador catarinense Simão Willemann, entre 1977 e 1978.

algo que à época, nas próprias palavras de Walter Piazza, configurava-se como “uma incursão estranha e inadequada no labor histórico” (PIAZZA, 1978, p. 9).

Ao historiar esse processo, notou-se que Corrêa não estava sozinho no papel de promover a disseminação da história oral no âmbito da UFSC. Além dele, eram peças desse quebra-cabeça o próprio coordenador do Programa à época, Walter Piazza, e o historiador estadunidense George P. Browne, que além de estar alocado junto a Pós-Graduação da UFSC foi responsável por coordenar, junto com os também estadunidenses James Wilkie e Edna Wilkie e a mexicana Eugenia Meyer, o I Curso de História Oral sediado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e patrocinado por Fundação Ford e CAPES, realizado entre 7 de julho e 1 de agosto de 1975. Nota-se que apesar de ser o grande responsável pela elaboração do primeiro manual produzido no Brasil acerca da história oral, Corrêa não estava isolado nessas discussões, como se pode entrever na comunicação apresentada por Piazza e Browne no VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História realizado em 1975 na cidade de Aracaju. Denominada “Documentação em História Oral” (ver Anexo 3), a comunicação, já nas primeiras linhas, afirma que o seu objetivo seria o de “servir de rápida introdução à História Oral [...] e sugerir possíveis utilizações desta técnica em apoio ao ensino da História em nível universitário”. Para além de um “preenchimento de lacunas”, a história oral, segundo tal documento, oferecia “múltiplas aplicações” e a oportunidade de observar diferentes visões do passado, trazendo com isso reflexões mais profundas que as “fontes tradicionais” (BROWNE; PIAZZA, 1976). Na comunicação, o Programa de História Oral apresenta-se vinculado a outro projeto de maior alcance: o Programa Departamental de Pesquisa Histórica, que abarcava ainda iniciativas para o estabelecimento de bases para a realização de pesquisas em história demográfica. Além disso, o documento ainda indicava desejos futuros relacionados ao Programa, como os possíveis contatos que seriam estabelecidos com a Universidade de Columbia (EUA), objetivando a concretização de “um convênio de cooperação técnica recíproca” (BROWNE; PIAZZA, 1976, p.930). Com intuito de ser uma introdução ao debate, a comunicação parecia almejar oferecer uma explicação didática acerca das possibilidades subjacentes à utilização da história oral, a qual, para estes pesquisadores, era entendida também como uma opção pela qual o ensino e a pesquisa histórica poderiam se dinamizar, encontrando nesse caminho novos percursos a serem estudados.

Ao pensar acerca destas iniciativas, pode-se supor que a possibilidade de divulgar o programa de história oral da UFSC — uma universidade, de certa forma, periférica no cenário

brasileiro — em evento de caráter nacional era também um meio de promover o programa de mestrado recém-inaugurado. Ainda, tais ações articuladas ao desenvolvimento do Programa Departamental de Pesquisa Histórica demonstram uma preocupação especial com a formação de arquivos que pudessem suprir a demanda das pesquisas de caráter histórico em Santa Catarina, principalmente quando se leva em conta que o PPGH - UFSC acabava de ser instalado e precisava ser fomentado. Salta aos olhos, ainda, a afirmação presente na comunicação apresentada por Browne e Piazza acerca da história oral e da possibilidade de ter acesso a visões do passado diferenciadas, o que, por sua vez, oportunizaria a produção de reflexões mais profundas que aquelas permitidas pelas “fontes tradicionais”. As ideias presentes nesse artigo parecem se afastar da perspectiva de “história tradicional” expressa nos textos produzidos a partir da década de 1990 (DALLABRIDA, 1996; WOLFF, 1994) que delinearão periodizações e classificações acerca da produção historiográfica catarinense e nos quais historiadores como Piazza são denominados “tradicionais”.

Dentro desse panorama, podem ser pensadas diversas questões, dentre elas a própria oportunidade abraçada por Corrêa que, ao lançar-se tanto na produção de sua dissertação na temática da história oral quanto na elaboração do manual e do catálogo de história oral, parece indicar o desejo de se perenizar como o precursor de uma nova forma de pesquisa histórica. No entanto, ele não aparece sozinho no cenário, pois Walter Piazza também se apropria de tais discussões. Seria esse movimento uma espécie de parceria entre estes historiadores? A disputa por um protagonismo dentro deste cenário, o da história oral? Ou apenas a busca por legitimidade em relação a essa nova técnica por meio da “voz autorizada” de Piazza, ao qual naquele momento é legado o protagonismo na formação do PPGH - UFSC? Essas perguntas permanecem sem resposta; no entanto, o que se pode afirmar é a presença de dois historiadores “tradicionais” em um debate tão novo e controverso dentro do cenário historiográfico da época.

Nesse sentido, antes de continuar esta reflexão é preciso balizar aquilo que é considerado “tradicional”, tanto para entender os argumentos daqueles que construíram tais parâmetros quanto para desenvolver a argumentação aqui proposta que trata de “deslizamentos”. Segundo Cristina Scheibe Wolff, a historiografia produzida por Corrêa faria parte de uma “Abordagem estadual tradicional” — guarda-chuva sob o qual estariam



abrigados, além de Corrêa, Walter Piazza, Oswaldo Rodrigues Cabral e Jali Meirinho<sup>148</sup>. A ideia de uma historiografia “tradicional”, por sua vez, foi construída a partir dos parâmetros de Peter Burke, presentes na obra *A escrita da História*, lançada no Brasil em 1992. Para demarcar diferenças com relação a uma “nova história”, Burke estabelece pontos essenciais característicos de uma “história tradicional”: é interessada pela história política em detrimento do que resta da atividade humana; é uma história narrativa que não se interessa por “análises”; é uma história de elites, de “grandes homens”; põe em primeiro plano os registros oficiais produzidos no seio da administração do Estado; não reconhece outra documentação, como as fontes orais, iconográficas etc; privilegia a “ação individual” e, por fim, propõe-se objetiva. Ao utilizar a classificação proposta por Burke, Wolff afirma: “Nosso olhar de historiadores está sempre colocado em uma perspectiva, em uma convenção determinada por nossa cultura, língua, posição social e política” (WOLFF, 1994, p.54). Dallabrida, por sua vez, acompanha tal raciocínio e assim resume a historiografia mais “tradicional”:

Esta forma de escrever História, caracteriza-se pela narrativa de acontecimentos essencialmente políticos, administrativos e militares de indivíduos da elite e pela utilização quase exclusiva de documentos escritos — geralmente oficiais —, visando atingir a objetividade (DALLABRIDA, 1996, p.10-11).

Dito isso, podemos pensar acerca das circunstâncias que levaram Corrêa a ser categorizado com um historiador tradicional. Quando olhamos para o grupo ao qual ele é vinculado, é notada a sua inclinação em tratar dos temas do mundo político, de uma elite intelectual e também se percebe uma certa preferência pelas fontes escritas. Sim, Corrêa pode também ser encaixado dentro de tais requisitos; porém, esbarra-se nesse momento na questão da utilização da história oral. Portanto, a partir da observação desse deslizamento entre um espaço constituído (aquele da história tradicional) e um novo campo que se abria, é lançada novamente a pergunta: é possível manter Corrêa sob o “rótulo” de um historiador tradicional?

Na esteira desse debate, pode-se incluir a dissertação por ele produzida e o manual, desdobramento da dissertação lançado pela editora da UFSC em 1978. Na dissertação estão descritos os primeiros contatos entre o Programa de Pós-Graduação, o Departamento de História da UFSC e as fontes orais — aproximação que teria se iniciado em 1974, ano anterior à efetiva institucionalização do LabHoral – UFSC. Naquele momento, George P. Browne foi

---

<sup>148</sup> Importante ainda pontuar que, para propor tal análise, a historiadora Cristina Scheibe Wolff elenca somente uma obra de Corrêa — *Um Estado entre duas Repúblicas* (1984) —, apesar de não deixar escapar a inserção dele no campo da história oral.

responsável por ministrar, junto à disciplina “Metodologia da Pesquisa Histórica” do Programa de Especialização em História da UFSC, aulas sobre as nomeadas “Técnicas da História Oral”. De acordo com o primeiro catálogo das entrevistas depositadas no Laboratório, feito em 1977 com o auxílio de Corrêa, a participação de Browne junto à disciplina foi uma das portas de entrada para a implantação do Laboratório em 1975.

Junto a este tópico lecionado por Browne durante o período em que trabalhou na UFSC, poder-se-ia ainda acrescentar a participação de Corrêa no Curso Intensivo de História Oral, realizado junto à Fundação Getúlio Vargas, e a importância que tiveram estes primeiros ministrantes estrangeiros nas diretrizes que guiaram a maneira como Corrêa moldou seus trabalhos no campo da história oral. Ao fazer um cruzamento entre aquilo que ele produziu e algumas das produções que ele usou como referência, percebe-se que, embora estas obras tenham sido a base para as reflexões que ele construiu, Corrêa parece ter costurado seu trabalho como uma “colcha de retalhos”, tomando de empréstimo o que lhe servia no objetivo de “adaptar” o método para a realidade brasileira (CORRÊA, 1978).

Portanto, com o objetivo de entender a maneira como foi construído esse pensamento, foram localizadas e consultadas algumas das obras que Corrêa referencia em seus trabalhos, algo que de certa maneira só pode ser satisfatoriamente concretizado a partir do acesso a bibliotecas estadunidenses, pois muitos destes trabalhos não foram encontrados no Brasil<sup>149</sup>. Outro ponto que se mostrou relevante nesse processo foi a entrevista realizada com Lawrence James Nielsen<sup>150</sup>, na qual ele comenta sobre sua relação intelectual com Corrêa e os momentos nos quais ele funcionou como ponte entre a teoria da história oral produzida nos Estados Unidos e o interesse de Corrêa em ter acesso a este material. Curiosamente, Nielsen ainda comenta que seus primeiros contatos com a história oral se deram no Brasil e não durante sua formação em seu país de origem (NIELSEN, 2019).

As publicações de Corrêa relacionadas especificamente à divulgação do método da história oral foram publicadas durante a década de 1970, momento em que era, a um só tempo, professor do Departamento de História e aluno do Programa de Pós-Graduação em

---

<sup>149</sup> Nesse sentido, é importante mencionar o doutorado sanduíche (CAPES-PDSE) realizado na University of New Mexico, sob a orientação de David King Dunaway, durante os meses de outubro de 2018 e março de 2019. Nesse período, foi possível acessar essas bibliografias, aprofundar discussões da história oral e do trabalho com biografias e realizar a entrevista com Lawrence James Nielsen.

<sup>150</sup> Lawrence James Nielsen foi um dos professores estadunidenses que estiveram vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, poucos anos após sua instituição em 1975. Nielsen atuou no programa durante os anos de 1978 e 1980 e foi membro da banca de avaliação da dissertação defendida por Corrêa.

História da UFSC. As publicações ainda pareciam ser um eco de sua atuação junto ao MAMF e à Direção do Departamento de Cultura do Estado, cargo desocupado em 1975.

*Catálogo de História Oral* (1977) e *História Oral: Teoria e Técnica* (1978) são obras que aparentemente buscam dar embasamento teórico à “incursão inusitada” à qual se refere Walter Piazza. Percebe-se nelas um esforço de Corrêa em situar as fontes orais armazenadas no LabHoral – UFSC. O autor ainda parece buscar na sua experiência à frente do Laboratório argumentos que reforçam o seu papel como uma “voz autorizada” da história oral no cenário brasileiro. Já ao refletir sobre a materialidade do *Catálogo de História Oral* (1977), é possível inferir que ainda não havia um investimento na divulgação daquilo que estava sendo produzido no Laboratório, dada a simplicidade com o qual ele foi concebido, num papel simples e com textos datilografados em máquina de escrever (ver Anexo 4). Sendo assim, o *Catálogo* parece ter sido mais uma ferramenta de pesquisa para os próprios usuários do Laboratório do que um veículo de difusão da história oral, cenário que muda a partir da publicação de *História Oral: Teoria e Técnica*. Inclusive vale mencionar que os únicos exemplares do *Catálogo* localizados estavam salvaguardados junto ao acervo do Labhoral – UFSC, nas dependências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH).

Enquanto o *Catálogo* (1977) apresenta uma breve introdução que tangencia de maneira rápida, mas incisiva, a questão das fontes na historiografia, *História Oral: Teoria e Técnica* (1978) — como era de se esperar pelo público que Corrêa desejava alcançar — traz uma discussão um pouco mais longa, visto que oriunda de sua dissertação. No entanto, em ambas, as bases são em grande medida as mesmas e caminham tanto por campos mais abrangentes como a própria caracterização e usos das fontes históricas quanto por debates que circundavam o campo da história oral.

Em relação à discussão direcionada à documentação histórica, desponta a questão do documento que pode no futuro ser alçado ao *status* de fonte. Essa perspectiva é abordada pelo próprio Corrêa (1977, p.11) quando afirma que a fonte só é “transformada” em fonte quanto eleita pelo historiador. Para assinalar este posicionamento, os principais referenciais por ele utilizados são Wilhelm Bauer<sup>151</sup>, José Honório Rodrigues e Edward Carr. Corrêa traz

---

<sup>151</sup> Historiador alemão nascido no século XIX e falecido ainda na década de 1950. Curiosamente, o único exemplar acessível à consulta está salvaguardado no *Acervo Prof. Walter Fernando Piazza*, abrigado no IDCH – UDESC. Piazza, junto com Corrêa, foi um dos encabeçadores da iniciativa de formação do LabHoral - UFSC, bem como foi orientador da dissertação de mestrado defendida por Corrêa. Nesse sentido, vale ressaltar que por ter falecido na década 1950, Bauer vivenciou muito pouco as mudanças tecnológicas que proporcionaram a

primeiramente o argumento de Bauer — o qual também é citado por José Honório Rodrigues —, que classifica as fontes entre três tipologias: plásticas, escritas e orais, esta última transmitida não intencionalmente. Após levantar essa argumentação, Corrêa, logo em seguida, sugere como contraponto o caso da entrevista oral, que seria um documento pautado na oralidade, porém intencionalmente produzido. Para o historiador catarinense, a entrevista oral tem na transcrição, e não na gravação, sua fonte por excelência. Essa discussão em *História Oral: Teoria e Técnica* (1978) aponta inclusive para a relação complementar estabelecida entre a transcrição e o áudio da entrevista:

A entrevista é gravada em fita magnética, posteriormente transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada, obtendo-se daí, dois tipos de documento: o gravado e o escrito. Ambos completando-se, pois, se é possível a transcrição literal do que foi dito [...] a dicção das palavras, muitos erros ou vícios da comunicação oral que deixam o documento gravado com um colorido e uma autenticidade bastante ímpar, além de constituírem valioso material para uma análise psicológica do entrevistado (CORRÊA, 1978, p.13).

Como se vê, segundo ele, as marcas da oralidade são importantes para dar um “colorido” à transcrição, permitindo com isso a análise psicológica dos entrevistados. Esses pontos levam a pensar sobre o cuidado metodológico dado a essas novas fontes que não poderiam ser consideradas diretamente análogas às fontes escritas, comumente associadas aos documentos de arquivo.

Voltando à questão da especificação das fontes, na sua argumentação Corrêa propõe uma revisão desta classificação a partir de José Honório Rodrigues, historiador brasileiro de grande produção e destaque sobretudo durante as décadas de 1950 e 1980 (IGLESIAS, 1988). José Honório Rodrigues aponta para a intencionalidade por trás de toda documentação, argumento do qual Corrêa lança mão com o objetivo de colocar o documento de história oral no arcabouço documental da historiografia. Assim, haveria aqueles documentos produzidos sem uma intenção futura direta e aqueles que “declaradamente” seriam preparados para o futuro e para alguém específico.

Segundo Corrêa, o documento de história oral poderia ser incluído nessas duas categorizações porque, sim, é criado intencionalmente, mas sem um destinatário específico. Essa intencionalidade, ainda, seria um argumento que poderia colocar a fonte oral em

---

disseminação do gravador de voz, questão que faz pensar acerca do seu entendimento do que seria a “fonte oral”, pensado a partir da noção de *tradição oral*.

“descrédito”; porém, tal premissa cairia por terra se o documento de história oral fosse produzido dentro do controle metodológico de historiadores “bem preparados”. Curiosamente, após lançar essa declaração — que pode soar um tanto estranha aos ouvidos de historiadores atuais, pois o que seria um historiador “bem preparado”? —, Corrêa parece “deslizar” e declara que “o aspecto da interpretação do fato histórico pelo historiador não pode ser excluído” (CORRÊA, 1977, p.10), uma afirmação, por sua vez, já lugar comum entre o que circula atualmente no interior dos muros acadêmicos e que está atenta a toda subjetividade que perpassa o ofício historiador, como bem aponta Michel de Certeau. Desse modo, para Corrêa, um dos debates que se desdobram a partir dessa questão é a singularidade de cada entrevista de história oral, que varia conforme o momento em que é realizada e, mais importante, varia de acordo com o entrevistador.

Nesse seguimento, Corrêa ainda discorre ao longo tanto das páginas do *Catálogo* (1977) quanto de *História Oral: Teoria e Técnica* (1978) acerca do papel dos historiadores à época, que deveriam “selecionar fatos e pessoas importantes dentro dos acontecimentos com diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto” (CORRÊA, 1977, p.16). Baseado no historiador inglês Edward Hallett Carr, Corrêa vai desenhando uma justificativa que aponta para o historiador como aquele que, separando o joio do trigo, saberia “corretamente” selecionar aquilo que deveria ser salvaguardado para futuro. Ele então argumenta que o historiador seria o profissional qualificado para tal missão pois,

pertencente ao presente e não ao passado, conseqüentemente lhe é muito mais fácil analisar o presente como consequência de uma série de acontecimentos que se acumularam, se chocaram e se somaram no passado, do que entender este mesmo presente a partir de vivência, preconceito e critérios próprios. (CARR apud CORRÊA, 1977, p.15).

Focando especificamente na utilização por parte de Corrêa da teoria de Carr, ressalta-se que havia no Brasil a circulação da sua obra já a partir de meados da década de 1960, como indica a crítica bibliográfica de autoria de Emília Viotti da Costa, publicada na *Revista de História* em 1963. Nesta resenha crítica, Costa sugere que Carr trouxe à cena uma nova maneira de pensar a história, a qual imputa ao historiador um papel central na construção do discurso histórico, sendo ele o responsável pelos recortes no tempo, pela seleção dos fatos, pela análise crítica e pela construção do conhecimento. Nessa mesma linha de raciocínio, Carr afirmaria que este mesmo historiador, o qual arbitrariamente seleciona e

constrói seu objeto de estudo, estaria ainda inserido em um processo histórico particular, único, que reverbera na sua produção — e a imparcialidade, nesse caso, seria para ele impossível.

Em relação às questões mais específicas de *História oral: Teoria e Técnica* (1978), alguns elementos saltam aos olhos na tentativa de pensar sobre o “lugar social” do historiador Carlos Humberto Corrêa. Um deles aparece já na apresentação do livro, escrita por Walter Piazza. Nessas páginas, é possível observar a relação aluno e professor, comentada anteriormente na tese, na qual Corrêa, mesmo que pertencendo às mesmas redes intelectuais de Piazza, ainda estava em uma posição, de certa forma, hierarquicamente inferior ao seu mestre. Assim afirma Piazza na apresentação do livro:

O Autor, prof. Carlos Humberto P. Corrêa, que tão bem soube assimilar o que há de mais atual na técnica de História Oral, tem a sua vida intelectual acompanhada por nós, desde que o tivemos como aluno no curso ginásial, posteriormente no ciclo universitário, e, agora, quando, sob nossa orientação, elaborou o texto que se transforma nesta obra (PIAZZA, 1978, p.7).

Analisando a obra de Corrêa ao longo do tempo, percebe-se que tal posicionamento nos anos seguintes vai se equalizando, movimento que desloca Corrêa de um lugar de transição na questão das gerações de historiadores, tal qual apresenta Gonçalves (2006). Ao sair do entre-lugar que divide “os velhos” e “os novos, ele acaba posicionado no campo daqueles que estariam “ultrapassados”, ou seja, no mesmo patamar ocupado por aqueles que um dia foram os seus mestres.

Voltando à sua argumentação sobre a relação de complementaridade entre os documentos que ele próprio chama de “tradicionais” e as fontes orais — e sempre defendendo a credibilidade da história oral, que seria “rica” de possibilidades quando cotejada com outras fontes —, Corrêa lança mão, mais uma vez, da proposta de categorização dada por Wilhelm Bauer, da revisão a partir de José Honório Rodrigues e da proposta de Carr e acrescenta a estas discussões o francês Pierre Chaunu. Vale pontuar que aqui não quer se discutir a validade da argumentação de Corrêa, questão que também tem sua historicidade. Os nomes teóricos elencados, no entanto, fazem pensar sobre a articulação de Corrêa com aquilo que circulava no espaço historiográfico nacional e internacional, como é o caso de Edward Carr, resenhado por Viotti da Costa. Nesse sentido, vê-se que os historiadores catarinenses — ou pelo menos Corrêa — não estavam isolados ou alheios àquilo que circulava no resto do

Brasil. Poder-se-ia assim dizer que Corrêa seria um “tradicional”, aos moldes do que sugere Wolff e Dallabrida? O que se percebe nesses trabalhos voltados ao público universitário é um esforço de Corrêa no sentido de articular a teoria que circulava no Brasil com a sua própria experiência como pesquisador, em especial como um pesquisador que se lançava à história oral, campo ainda recente no cenário brasileiro. *História oral: Teoria e Técnica* (1978) apresenta estruturalmente elementos muito similares ao formato acadêmico ainda corrente nos meios universitários, apesar de uma perceptível menor utilização de citações diretas e indiretas de outros autores referenciados — mais um componente para pensar os deslizamentos de Corrêa, que aparentam sempre apontar para o público que ele desejava alcançar. O diálogo de Corrêa com trabalhos estrangeiros que circulavam no Brasil aparece com maior potência nas diversas citações que utiliza. Embora algumas não estejam referenciadas, os trabalhos em que ele se baseava são visualizados na bibliografia apresentada ao fim de *História Oral: Teoria e Técnica* (1978).

O ato de retomar o “estado da arte” de estudos relacionados à história oral que Corrêa executa na obra parece ir ao encontro das práticas ainda correntes no espaço universitário quando se pensa a formatação e execução de trabalhos acadêmicos do campo da história. É nesse “estado da arte” bem detalhado que Corrêa vai elencando diversas iniciativas desenvolvidas no campo da história oral em países como México e, sobretudo, EUA. É em tal momento que aparecem as referências à Eugenia Meyer e ao estadunidense Gary Shumway. É claro que, dentre estas iniciativas, está o próprio laboratório instalado na UFSC — nesse sentido, foi significativo notar o esforço do autor em destacar o pioneirismo do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História na adesão à história oral e na criação de um espaço que fomentasse pesquisas nesse campo. A utilização de tais autores ainda assinala uma das maneiras pelas quais vai sendo apropriada a literatura acerca da história oral disseminada a partir dos primeiros cursos aqui efetivados. É ainda sintomático desse esforço de Corrêa em “colocar no mapa” o LabHoral – UFSC a atividade exigida aos seus alunos da disciplina ministrada no PPGH – UFSC: todos os discentes, ao fim do curso, deveriam entrevistar um personagem de sua escolha. Após a realização e entrega da entrevista, esta seria avaliada e posteriormente poderia integrar o acervo do Laboratório. Essa prática talvez fosse uma forma pela qual Corrêa buscava legitimar sua proposta, dando corpo ao acervo de fontes orais que ali se desenhava.

Ao tentar dar suporte à utilização das fontes orais, Corrêa aprofunda sua análise e lança mão do trabalho do sociólogo Oracy Nogueira, deixando explícitos os encontros e

desencontros na utilização que sociologia e história poderiam fazer das entrevistas orais. Para ele, ambas as disciplinas teriam, por fim, objetivos diferentes. Nesse mesmo caminho, ele cita William Goode e Paul Hatt, também sociólogos. Para além desse “hall” de pesquisadores e teorias, o que a presença destes sociólogos no trabalho de Corrêa pode nos dizer? Mais uma vez, esse diálogo, agora com teóricos de outros campos das ciências humanas, aponta para um interesse pelo que circulava fora do campo historiográfico.

Em relação a aspectos mais técnicos e pragmáticos, que envolviam não somente a utilização, mas a captação e armazenamento das entrevistas orais, é contundente a presença da literatura estadunidense. Corrêa aborda desde as relações de “camaradagem” e confiança estabelecidas no momento da entrevista, ideia tomada de empréstimo de Willa K. Baum, até o processo de transcrição e salvaguarda dessa documentação em um espaço apropriado, que, apesar de não citar, Corrêa aparenta se basear no historiador William Moss. Publicado em 1974, o manual de Moss é muito semelhante ao de Corrêa em estrutura e conteúdo, fato que sugere uma leitura atenta da obra de Moss por parte de Corrêa logo antes da produção de seu próprio manual. Por esse ângulo, é reforçada a possibilidade deste historiador ter visualizado à época um espaço a ser preenchido dentro das práticas metodológicas da pesquisa histórica e, assim, ter considerado investir suas forças em um empreendimento novo no cenário nacional.

A partir dessas discussões, vale ressaltar o quanto o contato da pesquisa atual com a bibliografia internacional no seu formato original/material foi importante no sentido de entender os desdobramentos desse pensamento em solo brasileiro. Essa aproximação permitiu entrever a importância basilar da obra de Moss para o historiador catarinense na abordagem de temas como o arquivamento, a legislação e a ética — em relação a questões éticas ele também dialoga com as ciências sociais, com base, mais uma vez, nos trabalhos de Oracy Nogueira. Argumentando, sem citar diretamente Moss, no caso da transcrição, por exemplo, Corrêa afirma que o ideal seria que os entrevistadores transcrevessem suas próprias entrevistas; no entanto, pelo excesso de trabalho, eles poderiam lançar mão de um transcritor profissional, algo que parece um pouco inviável para um projeto no Brasil naquele momento, mas que aparece com frequência na literatura difundida nos EUA no mesmo período.

Quando a discussão em *História Oral: Teoria e Técnica* (1978) aborda a possível utilização dessas entrevistas, fica aparente o entrecruzamento de diálogos. São nessas discussões que Corrêa costura com maior cuidado as suas próprias experiências e opiniões<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> Ele se posiciona contundentemente em diversas passagens do livro.



com aquelas de outros pesquisadores que também adentraram o campo da história oral. Corrêa cita experiências já realizadas, como as de Eugenia Meyer no México, nas quais as entrevistas seriam utilizadas já nas aulas de história do ensino primário, e as sugestões de George Browne e Walter Piazza, que apontavam também para as possibilidades didáticas da história oral não somente em nível universitário. Curiosamente, a proposta de Browne e Piazza não é compartilhada por Corrêa, elemento que dá indícios para pensar as dissidências dentro do campo e notar os caminhos que Corrêa percorria com suas “próprias pernas” e não somente seguindo àquilo que era sugerido pelo seu orientador, Piazza (também supostamente vinculado ao grupo dos “tradicionalistas”).

No entanto, é no final do livro que a questão dos lugares percorridos por Corrêa e a repercussão daquilo que ele escreve está colocada de maneira bastante evidente. Como sugestão de utilização das entrevistas orais, Corrêa focaliza os museus de arte. Vale relembrar sua atuação como diretor do MAMF e suas posteriores atividades no Departamento de Cultura do Governo do Estado de Santa Catarina. Ambas as atuações abrangeram o período entre 1963 e 1975 e coincidiram com sua formação como historiador e sua atuação como professor do ensino secundário e universitário. O curto subcapítulo intitulado “A História Oral nos Museus de Arte do Brasil” pontua ao longo de suas cinco páginas as diversas vantagens que a história oral traria para o cotidiano e para a escrita da história dos museus de arte brasileiros. Defendendo a utilização das fontes orais, Corrêa comenta o que ele próprio entendia como uma “História tradicional” ao mesmo tempo em que buscava dela se afastar:

A História tradicional até agora tem sido reconstruída através das chamadas fontes primárias, onde se incluem manuscritos, documentos originais, peças as mais variadas, etc., além de uma série de outros instrumentos de trabalho já elaborados ou interpretados por outros. (CORRÊA, 1978, p.84).

Voltando à questão da possibilidade aberta pela história oral junto aos museus de arte, nota-se que, para Corrêa, essa seria uma utilização muito mais relevante na comparação com o uso “didático” da história oral. Na afirmação a seguir, esse cenário é evidenciado, mais uma vez, junto à sua experiência profissional:

Não conhecemos o nível dos alunos dos demais países latino-americanos, mas pela experiência que temos tido após quase 20 anos direta e indiretamente com o estudante secundário, cremos poder afirmar que o mesmo tem poucas qualidades de utilizar criteriosamente as técnicas de História Oral. (CORRÊA, 1978, p.80).

Por fim, retomando a questão da impossibilidade de separar as trajetórias pessoal e profissional de um personagem, colocando em “caixinhas” compartimentadas os diversos papéis por ele representados e os locais por ele perpassados, traz-se à cena a epígrafe de *História Oral: Teoria e Técnica* (1978): “À minha mulher, Evangelia, que sem o seu incentivo este trabalho não teria sido escrito, e ao meu filho Ylmar Neto, companheiro constante nas entrevistas gravadas que me proporcionaram a experiência necessária.” (CORRÊA, 1978, s/n). Nesse pequeno trecho é apresentada a relação imbricada entre o pessoal e o profissional, entre o trabalho e a experiência, impossíveis de serem separados quando pensamos nas dimensões e temporalidades que envolvem uma trajetória. Seguindo essa perspectiva, esta tese tenta perseguir a trajetória profissional de Corrêa, evitando segmentá-la — algo que pode suceder devido à natureza das fontes utilizadas, que priorizam aspectos profissionais em detrimento dos pessoais, uma vez que não foi possível acessar os documentos de seu arquivo pessoal. No entanto, como se vê, nem estas fontes que têm relação direta com o “Corrêa historiador” deixam escapar os laços que unem as dimensões familiar e profissional.

Diversos elementos poderiam ser destacados somente nessas publicações relacionadas à história oral, mas esses foram escolhidos pois conseguem dar uma dimensão dos deslizamentos de Corrêa, bem aos moldes do que aponta a epígrafe deste capítulo: dependência com relação a um poder estabelecido, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais e jogo com os símbolos e referências que legitimam certa voz diante de um público específico. Nesse caso, o da história oral, estas questões estão voltadas para o meio e o público universitário no campo da história, principal alvo de Corrêa. Vale destacar ainda que é por meio da história oral que Corrêa consegue atingir certa notoriedade em âmbito nacional, tendo inclusive prefaciado, nos anos 1980 ainda, a obra *Documentação oral e a temática da seca: estudos*, de Luciara Aragão e Frota, a qual, segundo Santhiago (2015, p.224), era também uma personagem importante nos primeiros tempos de divulgação do método.

### **4.3 A história de Santa Catarina**

Em memória de meus pais, que sempre me incentivaram a conhecer mais o meu estado natal (CORRÊA, 1984, s/n).

Falar sobre a história de Santa Catarina que Carlos Humberto Pederneiras Corrêa produziu é falar sobre uma história construída em defesa de seu estado, é perceber o esforço de um catarinense em colocar Santa Catarina no mapa da história do Brasil. Assim como na citação que abre este subcapítulo, a missão de Corrêa pareceu ser falar e divulgar a história de Santa Catarina ou, ao menos, a história de Santa Catarina familiar a ele: aquela de uma elite política e intelectual que ele próprio integrava. O cumprimento dos seus ofícios sinalizava a reverberação da herança repassada pelos seus antecessores em forma de um capital cultural e social que ele dá continuidade a partir das suas próprias adequações.

Nesse sentido, traz-se à tona, novamente, a noção de lugar social do historiador (CERTEAU, 2008, p.66), entendendo que as representações presentes nas diversas produções historiográficas são fruto de processos históricos e de práticas sociais específicas. Sendo assim, as experiências particulares, junto aos diversos meios de veiculação das ideias, podem apontar, ao longo do tempo, para a elaboração de variadas representações sobre o passado. Toda escrita histórica, segundo Certeau (2008), parte de um lugar social de produção, lança mão de determinados procedimentos de análise e se materializa em uma narrativa. Aqui, entendeu-se que os lugares nos quais Corrêa circulou reverberaram em seus interesses e também conferiram a ele certa legitimidade, característica que também varia entre tempos e espaços. Acompanhando essa lógica, parece haver na própria escrita um entrecruzamento dos universos pessoais e profissionais, que mutuamente se alimentam num círculo hermenêutico como aquele sugerido por Ricoeur (2010). A partir deste olhar, o lugar de onde falava esse historiador (suas origens e trajetória) permitiu a ele ocupar certos espaços e, nesse processo que nunca cessa, a ocupação desses espaços vai constituindo seus locais de fala. Essa tessitura, portanto, é complexa e impede que sua produção seja pensada dentro de fronteiras estanques.

Além disso, pareceu flagrante que seus deslizamentos se deram mais uma vez em função das audiências leitoras que desejava atingir e satisfazer. Como coloca Ricoeur sobre as relações entre os autores, leitores e as suas referências e experiências de leitura, “o ouvinte ou o leitor o recebem [o texto] de acordo com a sua capacidade de acolhimento que, também ela, se define por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta para um horizonte de mundo” (RICOEUR, 2010, p.132). Em relação especificamente ao livro de história, Ricoeur ainda sugere a existência de um pacto (velado) entre autor e leitor (RICOEUR, 2007, p.274-275):

Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e o seu leitor, e promessas diferentes, por parte do autor. Ao abrir um romance, o leitor prepara-se para entrar num universo irreal a respeito do qual a questão de saber onde e quando aquelas coisas aconteceram é incongruente [...]. Ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta do devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente.

No caso de Corrêa é notável a forma como ele próprio explora a expectativa de leitura. Em sua tese de livre docência defendida na UFSC ele reforça essa expectativa ao se dirigir de maneira explícita a um leitor imaginado: “Caberá ao leitor julgar, nas Conclusões do trabalho, se os objetivos propostos de melhor esclarecer o papel do governo revolucionário de Desterro no contexto conturbado da Nação [...] foram alcançados” (CORRÊA, 1990, p.15). De maneira muito similar, em outra obra, *Lições de política e cultura*, ele também constrói uma ponte com o leitor, que desta vez é também um colega de profissão, um possível historiador: “[...] aí vai uma observação aos historiadores da literatura [...] o livro publicado não é necessariamente o único objeto que caracteriza a produção literária.” (CORRÊA, 1996, p.39).

No que concerne aos trabalhos de Corrêa que se lançam à história de Santa Catarina, foram observados três principais temas de seu interesse: a história política, a história intelectual e as biografias. Menos flagrante nas suas produções, mas também significativo para pensar os deslizamentos de Corrêa, foi o tópico das artes plásticas. Vale destacar nesse sentido que, apesar de aqui estes três temas sejam separados, nota-se que o mundo político é a questão que transversaliza ou, talvez, amalgama a maioria dos argumentos e das interpretações de Corrêa, mesmo quando este afirma estar produzindo uma “história cultural”. A afirmação de estar produzindo uma “história cultural” parece oportuna, pois se materializa em período coincidente à própria reorganização do PPGH – UFSC, que abre as portas do seu curso de doutorado em 1998<sup>153</sup> com concentração temática no campo da História Cultural.

Quanto aos livros entendidos como destoantes em relação às principais temáticas desenvolvidas por Corrêa (história política, intelectual e biografia), podem ser citados *Cultura, Integração e Desenvolvimento* (1971), *Arte e artesanato: quatro artistas da cerâmica* (1978) e *Santa Catarina Quatro Séculos de História* (2000) — o primeiro é um ensaio acerca de políticas públicas para a área cultural do estado, o segundo foca no campo das artes plásticas (cerâmica catarinense) e o terceiro não é de autoria de Corrêa, mas sim de

---

<sup>153</sup> Apresentação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. [S.I.]Disponível em: <https://ppghistoria.ufsc.br/apresenta/> Acesso em: 23 out. 2019.

Aujor Ávila da Luz<sup>154</sup>. Apesar de Corrêa afirmar que suas interferências não tiveram influência sobre as ideias do texto original, é notável a sua ingerência direta, pois foi ele quem determinou a ordem dos capítulos e acrescentou notas explicativas e “certas passagens históricas” (CORRÊA, 2000, p.15). O livro de Aujor é uma espécie de síntese da história de Santa Catarina, como se verá mais à frente. Nesse sentido, vale destacar que essas obras não foram postas de lado ao longo da presente tese, pois apontam também para os diálogos e interesses de Corrêa.

Pensando nesses três temas, iniciemos pela história política, sabendo de antemão que a temática atravessa praticamente todos os trabalhos por ele publicados, situação que em grande medida configura-se a partir das próprias fontes eleitas por Corrêa, dentre elas relatórios governamentais, correspondência entre políticos e governantes, documentos advindos da administração pública e “memórias” de viajantes e políticos. Há também a questão da história oral que pode ser colocada à parte, mas que não foge a esta regra pois tem no teor de suas entrevistas — ou seja, nas perguntas que eram direcionadas aos entrevistados, quase todos políticos de carreira — um desejo de entender, por exemplo, as motivações de determinadas ações efetuadas no campo político. Como um exemplo dessa maneira que Corrêa tinha de conduzir as entrevistas está o projeto “Registro da Memória Pública”, executado em meados da década de 1980<sup>155</sup>.

Foram colocadas sob o guarda-chuva deste “mundo político” duas obras de Corrêa: *Um Estado entre Duas Repúblicas*, publicada em 1984, que se constituiu primeiramente na sua tese de doutorado defendida em 1982 na USP, e *Militares e civis num governo sem rumo*, publicada em 1990 após ter sido apresentada como sua tese de livre docência na UFSC, em 1987.

Alguns elementos põem ambas as produções em lugares muito particulares na trajetória intelectual do historiador. A primeira delas se refere ao lugar para o qual estão voltadas: o campo universitário. Elas têm, portanto, uma plateia específica, uma plateia de iniciados que dominam as regras do jogo teórico e intelectual travado dentro dos muros

---

<sup>154</sup> Natural de Florianópolis, Aujor Ávila da Luz foi aluno do Colégio Catarinense. Formou-se em medicina pela Universidade do Brasil, profissão que exerceu em cidades do interior do estado durante a década de 1930. Segundo o próprio Corrêa, durante a década de 1950, Aujor teria sido seu professor de História Natural no Colégio Estadual Dias Velho e posteriormente professor de História da América no Curso de História na recém-criada UFSC.

<sup>155</sup> Tal projeto teve como resultado dois livretos nos quais são elencados aspectos envolvendo as atuações políticas de governantes, bem como a publicação de entrevista realizada com o personagem central da obra. Dois livretos foram lançados em 1986 e tiveram como personagens os ex-governadores Celso Ramos e Ivo Silveira. No Anexo 5 é apresentado excerto da entrevista com o ex-governador Ivo Silveira.

acadêmicos. Além disso, ambas têm um objetivo pontual, são como ritos de passagem dentro deste universo e na trajetória de Corrêa neste campo. Logo, são trabalhos que permitiam a ele acionar certo tipo de capital em relação ao público universitário, transferiam-lhe um poder, legavam a ele um lugar de destaque principalmente dentro, mas também fora, do universo acadêmico. Nesse sentido, notou-se que na última das bancas, aquela que lhe daria o título de livre docente, todos os membros eram também membros da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)<sup>156</sup>, instituição à qual Corrêa pertencia e que no final de sua trajetória era um dos lugares no qual se abrigaria, como ele próprio afirma em entrevista cedida a Gonçalves em 2005: “Nunca tive muita relação com a ANPUH, não. A SBPH... Há 25 anos que eu compareço à SBPH, desde a primeira em São Paulo. E a gente tem um grupo já, lá dentro, que se entende melhor. É uma coisa menor, mais familiar” (CORRÊA, 2005).

A vinculação de Corrêa à SBPH, como ele mesmo afirma, não era algo recente e marcava a existência de redes intelectuais longevas que se estendiam desde o início da década de 1980. Nessa conjuntura, é relevante destacar que a fundação da SBPH em 1981 é tributária da ruptura com a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), operada em 1977 por um grupo de historiadores representado pela professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Cecília Westphalen, que entre 1990 e 1999 presidiu a SBPH (MACHADO, 2016). Como pontuado, Westphalen foi membro da banca de defesa do trabalho de livre-docência de Corrêa; por conseguinte, infere-se nesse contexto que ele a consideraria uma “voz autorizada” e que teria com ela afinidades intelectuais.

Focando na ruptura que esse grupo liderado por Westphalen efetuou em relação à ANPUH, notou-se que a linha argumentativa que justificava esse rompimento era baseada em concepções diferentes sobre o papel de historiadoras e historiadores na sociedade. Para Westphalen, a abertura da ANPUH para membros que não eram professores universitários teria gerado um cenário de “disputas ideológicas” que não condizia com a atitude objetiva e imparcial que se esperaria de um historiador (MACHADO, 2016). Partindo desses argumentos, é importante ressaltar que a própria sigla ANPUH apontava para a marcação de uma hierarquia entre os historiadores profissionais, e a associação que Westphalen ajudou a fundar (MACHADO, 2016) pretendia ser um ambiente exclusivo para professores universitários. Essa exclusividade, com o passar do tempo, na visão dessa historiadora, estaria

---

<sup>156</sup> Participaram da banca realizada em 1987: Walter Piazza (presidente da banca), Cecília Maria Westphalen (UFPR) e Earle Diniz Macarthy Moreira (UFRGS; PUC-RS). Valter Manoel Gomes (UFSC) era suplente.

ameaçada pela congregação de membros supostamente posicionados em um grau hierarquicamente menor.

O trecho ressaltado no depoimento de Corrêa parece ser assim a reverberação de um processo que se desenrolou em nível nacional e que aparece não somente em sua fala, mas também em outros indícios, como a presença desses personagens ligados à SBPH em sua banca de livre-docência e os pressupostos que regiam a “técnica” de história oral registrados em *História Oral: Teoria e Técnica* (1978). Desta forma, aquilo que exprime na entrevista é fruto de um processo longo que fica evidente em questões pontuadas por ele desde o fim da década de 1970, quando, por exemplo, ele afirma que alunos de graduação não estão preparados para lidar com fontes orais pois poderiam “deturpá-las”. Essas afirmações estabelecem hierarquias entre os historiadores profissionais (professores universitários, professores do ensino fundamental, alunos de pós-graduação e graduação) e ainda deixam entrever a idealização de uma história objetiva, “não deturpada”. Corrêa não faz comentários específicos sobre essa questão durante a entrevista, mas seu entendimento em relação à história oral, explorado anteriormente no capítulo, e a sua relação mais próxima com a SBPH aludem a dois pontos relacionados a posicionamentos tomados por ele em sua trajetória: a questão da hierarquia entre os profissionais (na qual Corrêa e os outros associados ocupariam uma posição superior como professores universitários) e as dissidências intelectuais dentro do grupo com o qual ele tinha maior interação. Sobre esse último ponto, ressalta-se o episódio já aqui discutido e que está relacionado ao incentivo promovido por Piazza, seu orientador de dissertação, e Browne na ANPUH, em 1977, em relação ao uso da história oral no ensino de história ainda no ensino primário (opinião que Corrêa não compartilhava).

A distância em relação à Associação Nacional dos Professores Universitários de História ANPUH e a afinidade com a SBPH, apontam para as próprias sociabilidades intelectuais no fim de sua carreira acadêmica e os deslizamentos que gradativamente vão se operando. O entre-lugar no cenário daquele momento parece se manifestar: ele estava ainda vinculado à universidade — que, como já observado anteriormente, vivenciava um momento de transformações de seus quadros docentes e nas maneiras de pensar a história —, mas já começava a inclinar-se com maior ênfase em direção ao mundo de instituições como o IHGSC, a ACL e a própria SBPH.

Ainda neste contexto, pode-se mencionar a intenção de Corrêa de reingressar no ensino superior após sua aposentadoria da UFSC. No ano de 1994 — segundo apresenta a

documentação referente ao Concurso Público da UDESC lançado no Edital nº 003/93<sup>157</sup> —, Corrêa participa de processo seletivo para lecionar a disciplina “Historiografia e Introdução aos Estudos Históricos”. O processo seletivo era composto de três etapas sucessivas: prova de títulos, prova escrita e prova didática. Nesse processo, informam as atas, uma situação curiosa se desenrolou: após obter a nota máxima na prova de títulos (dez) — pontuação que foi muito superior àquelas dos outros candidatos —, Corrêa aparece nos relatos como desistente da prova escrita. Nos registros, ainda consta uma observação relevante: ele não só teria se ausentado após receber as questões como teria saído do local de prova sem assinar a folha de prova e a lista de presença. As motivações para este abandono são, de fato, difíceis de precisar, ainda mais quando constatamos que Corrêa está à frente de seus concorrentes na prova de títulos. Questionar se a prova teria questões que ele não sabia responder ou se essa desistência teria alguma motivação de ordem pessoal são válidas, embora meramente especulativas; no entanto, o que se pode tirar desse episódio é a tentativa de ingressar novamente na docência universitária, atitude que evocaria mais um “deslizamento” por parte dele.

O segundo dos elementos observados nesses livros é aquele das interlocuções que Corrêa estabelece com outras áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia e a Antropologia, que, a exemplo do que ocorre nas publicações voltadas para a história oral, ficam bastante evidentes e mostram, mais uma vez, que ele não estava isolado em relação ao que estava sendo produzido no Brasil. Constam nesses trabalhos nomes de destaque na historiografia nacional à época (alguns até hoje) como: Edgard Carone, Edgar de Decca, Boris Fausto, Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Sandra Pesavento (ver Anexo 6 e Anexo 7).

A terceira questão marcante é o desejo de dar destaque à história de Santa Catarina, trazendo à cena questões “deixadas de lado pela historiografia política brasileira” (CORRÊA, 1990, p.12). Ambas as obras dão relevância para o que ele próprio chama de uma perspectiva regional. Em *Um Estado entre duas Repúblicas* (1984), por exemplo, ele sustenta que a sua produção poderia ser incluída no *hall* da “historiografia regional brasileira” (CORRÊA, 1984, p. 234). No trabalho ele afirma que pretendia elaborar a história da Revolução de 30 na perspectiva catarinense, pois até então esse episódio da história só teria sido observado a partir de grandes esquemas que não dariam conta das diferenças regionais. Ou seja, ele

---

<sup>157</sup> Edital nº 003/93 Concurso Público para Professor de Ensino Superior do Quadro Permanente da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED/UDESC).



almejava olhar essa movimentação “não somente através da ótica centralizadora dos Estados mais poderosos economicamente” mas também queria que ela fosse “enriquecida dos problemas regionais dos Estados de menor influência na política nacional” (CORRÊA, 1984, p.14).

Pensando sobre a História Regional pode-se destacar de antemão, baseada na visão de Cláudia Viscardi (1997, p.84), que esta não é um método nem possui um corpo teórico específico, mas se refere especificamente a um recorte espacial do objeto de estudo. A partir desta afirmação, poder-se-ia estabelecer, inclusive, uma relação com a proposta do “jogo de escalas” sugerida pelo historiador Jacques Revel. Em *Jogos de Escala* (1990), diversos pesquisadores se dispõem a discutir a operacionalização da escala micro-histórica, de herança italiana, na explicação dos fenômenos históricos, em contraposição à “tradição” de uma história social mais “estrutural”, de escala macro-histórica, que tinha como principal porta-voz o historiador francês Fernand Braudel. Ao opor as dimensões macro e micro, os autores mostram que não estamos diante de uma mera diferença de escala; os objetos do historiador não apenas mudam de tamanho, mas se modificam de acordo com “corte” adotado.

Acompanhando o raciocínio de Viscardi, assume-se que o espaço regional “consiste em uma construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamente” (VISCARDI, 1997, p. 95). Ainda, ele é formado por um conjunto de valores aceitos e compartilhados pelos grupos que o elaboram — esse conjunto, por sua vez, pode conferir “à região uma identidade própria” e ser “capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses” (VISCARDI, 1997, p. 96), como aqueles presentes na ideia de “regionalismo”, tal qual como apresentada por Love (1975).

Nesta perspectiva apresentada por Viscardi, uma História Regional não é uma “história regionalista”. O objetivo presente nesta “lente” regional, pelo contrário, deve ser interrogar uma historiografia que mobilize e promova a construção de representações de cunho “regionalista”, discussão que diz muito sobre a própria historiografia catarinense produzida por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa e pelo grupo ao qual ele é comumente vinculado. Olhando as produções de Corrêa, nota-se que a sua perspectiva desliza entre a noção de história regional e a de regionalismo. Esta é perceptível principalmente quando ele enuncia questões como o “catarinensismo”, o papel dos imigrantes europeus no desenvolvimento do estado e, ainda, o lugar da capital do estado no cenário catarinense, dando à questão da região outra dimensão: “Além da terra e do povo, que são admiráveis,

mais alguma coisa de importante Santa Catarina deve ter para atrair tanto a cobiça dos outros, que seus próprios governantes ainda não se deram conta” (CORRÊA, 1997, p.181).

Ainda pensando o tema do “regional”, acrescenta-se o próprio mote dos limites territoriais catarinenses instrumentalizado por Corrêa, que pareciam ser importantes na definição do que seria uma “identidade catarinense” buscada dentro das fronteiras que demarcam Santa Catarina, de norte a sul, da região oeste ao litoral. O estabelecimento de fronteiras — ou ao menos o respeito por marcos limítrofes politicamente convencionados —, portanto, é a ferramenta metodológica de análise de grande parte de seus trabalhos, como evidencia o seguinte trecho extraído do livro *Um Estado entre duas Repúblicas* (1984): “Nosso trabalho [...] pretende [...] contribuir para um melhor equacionamento histórico do problema em seus contornos regionais tomados pelo processo revolucionário de 1930 numa região brasileira bastante específica: Santa Catarina” (CORRÊA, 1984, p.13-14).

Neste momento de análise, podem ser agregadas ao debate as concepções de Pierre Bourdieu (2007). Acompanhando o pensamento apresentado por Viscardi em relação à ideia de “região”, para Bourdieu “região” não é propriamente um conceito que possa ser operacionalizado. Segundo ele, podemos entender a região como um fenômeno da linguagem, como uma categoria que visa à classificação, inserindo-se num panorama em que se desenrolam cotidianamente disputas pela definição de propriedades e sinais ligados a determinados “locais de origem”. Nesse sentido, o que está em jogo é a capacidade de impor determinada “visão do mundo social através dos princípios de divisão” (BOURDIEU, 2007, p. 113) e de produzir no mundo social um “consenso” acerca destas fronteiras instituídas. Para tanto, é importante não perder de vista que a “fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento à ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne” (BOURDIEU, 2007, p. 114) e dos critérios que são utilizados para concebê-la e, que vale ressaltar, “nunca coincidem perfeitamente” (BOURDIEU, 2007, p. 115). Ao visualizar a “história regional”, ou seja, a história de Santa Catarina que Corrêa produz, nota-se a criação de divisões ou a tentativa de reforçar aquelas já existentes.

Sobre o que circunda a ideia de história intelectual — entendida como uma história que busca escrutinar ideias, pensadores, trajetórias intelectuais e, em certos momentos, as relações entre o campo intelectual e o campo político —, duas são as obras observadas: *Lições de política e cultura: A Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder*, de 1996, e *História da Cultura Catarinense: Volume 1 – O Estado e as ideias*, de 1997.

Ambos os livros foram publicados após a aposentadoria de Corrêa e seu afastamento da UFSC, sendo o último deles lançado no ano em que ele se torna presidente do IHGSC. Tais publicações sugerem uma movimentação de Corrêa menos no sentido de “colocar Santa Catarina no mapa” da historiografia nacional do que no de permanecer ele próprio “no mapa”, como um autor e uma referência da história catarinense, mesmo que esse *status* de referência tenha supostamente se concretizado somente dentro das fronteiras de seu próprio estado.

Nessas obras, opera-se um distanciamento da escrita acadêmica produzida na universidade, e Corrêa parece estar interessado em outros públicos, pois em ambas pouco se sabe sobre a metodologia de trabalho que ele aplica ao longo de sua pesquisa — operação essencial, que é lugar-comum dentro do meio universitário, mas que talvez pouco interessaria a um público ampliado, não “especializado”. Essas são, portanto, publicações que conversam entre si e são a reverberação de outros interesses e lugares que ele parece frequentar com mais assiduidade: a ACL, responsável pela edição do livro de 1996 que trata da própria instituição, e o IHGSC, que tem lugar de destaque em um dos capítulos da publicação de 1997:

Como a mais antiga instituição cultural viva no Estado [...] o Instituto Histórico e Geográfico Catarinense continua cumprindo seu propósito inicial de reunir e divulgar em sua revista os **melhores estudos** sobre a História e a Geografia de Santa Catarina (CORRÊA, 1997, p.93, grifo nosso).

Corrêa desliza do campo acadêmico universitário para a mídia de grande circulação, é o que evidencia *História da Cultura Catarinense* (1997), fruto dos diversos artigos publicados por ele no Diário Catarinense<sup>158</sup> entre os anos de 1993 e 1995, no suplemento *Diário de Cultura*. São textos que se dirigem para um público muito mais amplo do que aquele alocado nas universidades. Percebendo esse deslizamento, pode-se pensar acerca do momento que Corrêa vivia em 1997, recém-admitido como presidente do IHGSC. Seguindo esta perspectiva, coloca-se em pauta a seguinte afirmação feita por ele quando comenta sobre a composição da publicação supracitada:

é despretensiosa em sua temática, tanto na escolha dos assuntos, quanto no tratamento dado a eles, sem grandes preocupações teóricas, mas com o pensamento dominante voltado mais à forma didática de apresentação. História não é teoria, mas sim vivência; vivência do homem orientada por seus feitos criativos e inteligentes, em variados níveis. Cabe ao historiador, portanto, fazer entender o passado do homem registrado nos testemunhos deixados por aqueles que o viveram e

<sup>158</sup> Periódico fundado em 1986 e que teve ampla circulação em âmbito estadual.

estabelecidos, em parte, por toda sorte de documentação que se possa ter acesso. A releitura, revisão constante dos documentos, e o encontro de novas relações entre fatos diversos e pensamentos aparentemente isolados, possibilitam sim, novas e interessantes interpretações. Cabe, dentro do possível, a cada um dos que a ela se dedicam, explicações novas, sem o que a história torna-se estagnada e perde sua dinamicidade. (CORRÊA, 1997, p.17).

Diversos elementos podem ser ressaltados nessa citação, desde a percepção de uma história dinâmica, possível de ser feita a partir de “toda sorte de documentação”, até a história que não é “teoria”. Seriam essas afirmações ecos dos debates que circulavam nas universidades, em especial do Departamento de História da UFSC? Nesse sentido, nota-se que Corrêa ainda traz referências de trabalhos produzidos no campo universitário; porém, elas parecem se limitar àquelas que estavam articuladas com suas redes e sua trajetória, como exemplo a dissertação de Eliana Bahia<sup>159</sup>, a qual foi orientada por ele.

A partir do que foi observado em relação à história intelectual, a “história das ideias” por Corrêa elaborada se trata de uma história intelectual de “elites”, como o próprio colega Jali Meirinho afirma na apresentação do volume de 1996: “privilegiando a história regional o autor produz explicações que permitem interpretação clara sobre os integrantes de uma elite, que caracterizou a intelectualidade catarinense no seu tempo” (MEIRINHO, 1996, p.10). Desta forma, o que Corrêa menciona como um estudo dos “mais importantes movimentos culturais” (CORRÊA, 1997, p.11) desenrolados em Santa Catarina seria algo bastante localizado, situado, por sua vez, dentro dos limites de uma elite intelectual, da qual ele também é parte. Corrêa fala, portanto, de um dos seus “lugares” e dos personagens que estão relacionados a esses espaços.

Curiosamente, apesar de não terem sido encontradas referências a Corrêa como um biógrafo, é sobre a questão biográfica que podem ser identificados a maioria dos seus trabalhos aqui selecionados. Essa temática perpassa sua carreira do início ao fim, como apontam as seguintes obras: *Os governantes de Santa Catarina (1739 a 1982)*, de 1983; *Nereu Ramos*, de 1988; *Manoel Paranhos da Silva Velloso*, de 2003, e *Jerônimo Coelho: um liberal na formação do Império*, de 2006. Tais narrativas têm estilos diferentes de abordagem: enquanto a obra *Os governantes* (1983) traz pequenas notas biográficas (ver Anexo 8), o livro *Nereu Ramos* (1988) apresenta sob perspectiva cronológica e laudatória uma breve trajetória biográfica unida a fotografias, discursos e outros documentos relacionados ao político

---

<sup>159</sup> Nomeada *Perfil de Jose Arthur Boiteux: um construtor da cultura catarinense*, a dissertação foi defendida em 1994 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

catarinense abrigados no acervo da família Ramos. A questão do acesso a essa documentação incita à reflexão sobre a facilidade que tinha Corrêa (o biógrafo) em circular por esses meios e a confiança que esses familiares depositaram em seu trabalho. O livro acerca de Nereu Ramos bem como os dois últimos livros mencionados são biografias no sentido “clássico” do termo, ou seja, apresentam a “biografia como um modelo de conduta”, ou, ainda, como “uma narrativa que vislumbra nas mais remotas manifestações infantis o destino da vida adulta” (AVELAR; SCHMIDT, 2018, p.9). Essas características ficam evidenciadas no trecho a seguir, extraído do relato biográfico a respeito de Nereu Ramos em que as duas dimensões estão articuladas: “Nereu vivia livremente pelos campos extensos do planalto serrano como uma preparação para o exercício da liberdade individual, política e social que sempre até sua morte, sonhou, propugnou e defendeu” (CORRÊA, 1988, p.20). No caso do “homem exemplar”, há a figura de Jerônimo Coelho à beira da morte, “um militar que já se encontrava doente, mas não aceitava ficar à margem das atividades profissionais” (CORRÊA, 2006, p. 115).

As biografias de Corrêa parecem, assim, constituir uma galeria de homens ilustres e apontam para a perpetuação de determinada lembrança acerca dessas trajetórias, edificando imagens de homens consagrados, homens da política e da intelectualidade. Nesse processo, Corrêa buscou também, dar a ver e “abrir caminho para o aparecimento de estudos monográficos mais profundos de períodos e personalidades políticas tão desconhecidas pelos catarinenses” (CORRÊA, 1983, p.14), como sugere a citação que abre *Os governantes de Santa Catarina* (1983).

No entanto, é preciso apontar que, mesmo sendo para um público mais amplo, a biografia de Nereu Ramos apresenta indícios de uma tentativa de Corrêa em afirmar “cientificamente” o trabalho historiográfico que ele havia produzido:

Como a chuva que só cai após nuvens carregadas encontrarem condições atmosféricas oriundas da terra, para se liquefazerem, não por acaso mas **cientificamente explicável**, o fato histórico só acontece quando, apesar de sua formação ter sido em época anterior, quando, repito, encontra condições sociais, políticas ou culturais favoráveis a sua eclosão. E estas condições são únicas, sem escolha para o momento. (CORRÊA, 1988, p.43-44, grifo nosso).

Pelo excerto acima, Corrêa parece, mais uma vez, efetuar um deslizamento. Neste caso, a oscilação entre o mundo acadêmico e o grande público junto à evocação da ideia de

cientificidade sugere a tentativa de conferir ao seu discurso certa legitimidade. O fato histórico para ele é único e explicável. Ainda, apesar de únicas, as condições de ocorrência dos acontecimentos são passíveis de serem observadas e, num jogo de causas e consequências, também demonstradas. Essa visão parece apontar para uma herança positivista, na qual a afirmação de uma pretensa neutralidade não deixa espaço para reflexões que põem em relação as dimensões do passado e do presente. Sua maneira de pensar poderia se desdobrar ainda em outras análises que não caberiam nessas páginas; o que aqui importa é notar que essa “neutralidade” buscava selar um pacto, anteriormente pontuado nesta tese, entre ele e seu leitor, tal qual sugere Paul Ricoeur (2007).

No que tange às obras em que esses três temas (a história política, a história intelectual e a biografia) estão entrelaçados, ou unidos sob um mesmo título, nota-se também o encontro de temáticas que a ele interessavam naquele momento e das redes às quais ele estava conectado. São obras produzidas no fim de sua carreira, como *Diálogos com Clio: Ensaio de História Política e Cultural*, de 2003, e *História de Florianópolis Ilustrada*, de 2004, que abordam temas já apresentados, embora com nova roupagem ou apenas sintetizados.

As publicações parecem ter motivações e objetivos diferentes. *Diálogos com Clio* (2003) é apresentado quase como um memorial de sua carreira e de sua produção intelectual. Por seu turno, *História de Florianópolis Ilustrada* (2004) parece se configurar como uma obra sob encomenda, como apontam a abertura do livro, quando é mencionado o apoio da então prefeita de Florianópolis Ângela Amin, e a conclusão, na qual Florianópolis é descrita como “a cidade [que] escolheu seu destino de desenvolvimento histórico, social e econômico, e findou o século XX e iniciou o seguinte como uma das capitais brasileiras de melhor qualidade de vida de seus habitantes” (CORRÊA, 2005, p.359). Neste último trecho, o “desenvolvimento” e a “ótima qualidade de vida” sentidos pela capital catarinense naqueles últimos anos a que ele se refere são afirmações elogiosas que parecem ser eco do processo de produção que tornou possível a publicação do livro patrocinado pelo Poder Executivo da cidade.

Quanto aos indícios que tangenciam as redes de Corrêa, pode ser citado o fato de que a maioria dos capítulos que compõem o livro são frutos de comunicações e discursos proferidos em instituições como a SBPH, o IHGSC e a Academia Catarinense de Filosofia, instituição na qual ele ingressou em 2001. Contudo, não podem ser apagados os diálogos travados com o campo universitário, principalmente em *História de Florianópolis Ilustrada* (2004), no qual,

por exemplo, pode ser percebida a presença de Silvio Coelho dos Santos quando são tratadas questões envolvendo a história das populações indígenas na Ilha de Santa Catarina: “Silvio Coelho dos Santos chama a atenção que os nativos da Ilha de Santa Catarina passaram a oferecer mais resistência aos navegadores portugueses do que aos espanhóis [...]” (CORRÊA, 2004, p.24). O diálogo com Santos e a temática indígena não são visualizados em outros escritos de Corrêa que versam sobre a história de Florianópolis.

Apesar de serem de uma mesma geração de alunos do curso de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que recém tinha se vinculado à UFSC, as trocas entre esses dois pesquisadores são mais perceptíveis somente no fim da carreira de ambos<sup>160</sup>, é o que sugerem as menções feitas por Corrêa ao trabalho de Santos, as publicações em conjunto — já destacadas no capítulo anterior — e a documentação encontrada no dossiê abrigado no IHGSC, cujo titular é Corrêa.

Por fim, em relação a essas publicações, vale destacar a discussão presente no último capítulo de *Diálogos com Clio* (2004), em que são bastante evidentes os deslizamentos entre a produção acadêmica e aquela dos Institutos Históricos e de outras instituições a eles mais afinadas. Enquanto o diálogo com o mundo acadêmico se estabeleceu inclusive a partir de uma perspectiva interdisciplinar — é o que sugere, por exemplo, a menção ao livro *História das Ciências Sociais no Brasil – Volume 1* (1989), organizado pelo sociólogo brasileiro Sérgio Miceli (CORRÊA, 2004, p. 193) —, a interlocução com instituições à parte desta esfera é sugerida pela presença de trabalhos publicados em forma de livro<sup>161</sup> ou de artigos nas revistas do IHGB e do IHGSC. No capítulo, Corrêa divide a historiografia catarinense em quatro momentos, ora se distanciando, ora se aproximando dos grupos e historiadores que são o tema de sua narrativa.

Outros elementos podem ainda ser agregados à discussão: no momento de publicação de ambos os livros, Corrêa parecia estar mais mergulhado no ambiente do IHGSC, circulando e se filiando a outros Institutos Históricos, travando novos contatos; no entanto, sem se desvincular de outros mais antigos. Esses seriam os casos de Arno Wehling e Jali Meirinho, personagens citados no capítulo anterior. A partir dessa lógica, evidencia-se o próprio ingresso de Corrêa na Academia Catarinense de Filosofia, movimento que parece indicar um

---

<sup>160</sup> Silvio Coelho dos Santos faleceu no ano de 2008.

<sup>161</sup> Inclusive, Corrêa usa suas próprias obras como referências: *História da Cultura Catarinense* (CORRÊA, 2004, p. 176); (CORRÊA, 2004, p. 185) e *Os governantes de Santa Catarina (1739 a 1982)*.

desejo de ocupar aqueles espaços que antes eram preenchidos pelas atividades exercidas na UFSC durante sua trajetória acadêmica.

Dentre todas as obras aqui elencadas e observadas, três não são possíveis de serem colocadas sob os “guarda-chuvas” anteriormente pontuados. A primeira delas, *Cultura, Integração e Desenvolvimento* (1971), é talvez uma das mais sintomáticas no sentido de pensar o historiador e o lugar social do qual ele fala. Publicada na década de 1970, momento em que Corrêa atuava como diretor do Departamento de Cultura do Estado, a obra é quase um manifesto em favor de uma maior atenção do poder público às políticas de financiamentos a projetos culturais. Nela, destacam-se como interlocutores dois personagens já aqui mencionados: Jaldyr Behring Faustino da Silva e Celestino Sachet. Silva, à época secretário de educação do estado, ficou responsável por explicar ao leitor os objetivos do projeto editorial encabeçado pela Secretaria de Educação e Cultura. Denominado *Edições Cultura Catarinense*, o projeto, nas palavras de Silva (1971, p.6), “há muito se fazia necessário para a difusão das peculiaridades estaduais quer no próprio território, quer além de nossas fronteiras”. Esta afirmação permite refletir sobre a discussão aqui já abordada acerca da noção de região, pois, pensando a partir dos moldes de Bourdieu (2007), ela institui fronteiras e lega à “cultura catarinense” suas próprias peculiaridades, que devem ser divulgadas e, nesse sentido, reforçadas frente àquelas que seriam “diferentes”.

A partir de uma mirada cronológica, *Cultura, Integração e Desenvolvimento* (1971) é a primeira das publicações de Corrêa, que, apesar de enxuta (tem apenas 35 páginas), traz consigo muitas questões que podem ser levantadas e discutidas. Esses elementos passíveis de reflexão podem ser observados logo nas suas primeiras páginas, na apresentação de autoria de Celestino Sachet — naquele momento presidente da ACL. Sachet sintetiza os objetivos de Corrêa em sua narrativa e salienta a ideia que transversaliza todo o texto: a cultura não é “meramente” diversão; portanto, está em conexão com o “mundo existencial da criatura humana (SACHET, 1971, p.8). Para ele, seria importante que a “democratização de uma cultura de elite” fosse fomentada, pensamento que Corrêa desenvolve posteriormente, trazendo à tona as mais diversas referências e com elas dialogando à sua maneira no sentido de, em suas próprias palavras, efetuar “uma tomada de posição em se criando um novo conceito, ou mesmo um aditamento às teorias que já existem” (CORRÊA, 1971, p.18).



A narrativa de Corrêa começa com a citação de um anteprojeto de lei relacionado à formulação do Plano Nacional de Cultura<sup>162</sup>, cujo primeiro artigo exigia do Estado o comprometimento de amparar a cultura a partir do fomento de atividades que assegurassem “o aprimoramento e difusão das ciências, letras e artes, preservação do patrimônio histórico e artístico e projeção do homem e da natureza”. Ao evocar essa narrativa, Corrêa aponta para o que ele entendia como uma necessária maior participação e incentivo dos governos a ações relacionadas ao campo cultural, uma questão que, como coloca Calabre (2006), estava no horizonte das políticas públicas culturais desenvolvidas durante o regime militar. Nesse cenário, pode-se pensar sobre a participação de Corrêa e do grupo ao qual ele estava mais intimamente envolvido na formação de políticas públicas culturais junto ao governo dos representantes do poder militar em Santa Catarina. Como aponta Garcia Júnior (2002), os discursos pós-64 em Santa Catarina seguiram, em grande medida, aqueles propagados no panorama nacional. Acompanhando o desenvolvimento dessas “ações culturais”, viu-se que elas “não se restringiam apenas à repressão, elas procuravam sistematizar e fomentar uma produção cultural que, por um lado, [...] garantisse o controle nesta área, e por outro, servisse de ‘instrumento de integração’.” (GARCIA JÚNIOR, 2002, p.94).

Assim, é importante não desconsiderar que as questões discutidas por esse grupo estavam em consonância e compactuavam com os ideais valorizados pela classe política dominante no período. Essas ligações entre a ditadura e esses intelectuais muitas vezes não aparecem de maneira explícita nos registros salvaguardados até a atualidade; assim, entende-se que o papel de apoio que deram ao regime não está expresso em declarações diretas vindas desses personagens, mas se materializou nas movimentações no campo político, cultural e intelectual que eles operaram e que iam ao encontro dos desejos daqueles que governavam.

Outra questão relevante de *Cultura, Integração e Desenvolvimento* (1971) que merece ser mencionada novamente é o momento de seu lançamento, quando Corrêa era responsável pelo Departamento de Cultura de Santa Catarina, órgão vinculado à Secretaria de Educação. Nesse sentido, nos diálogos que Corrêa estabeleceu estavam muito presentes as próprias ideias que circulavam nas políticas estaduais em seus mais diversos setores. Como já abordado no capítulo anterior, o mote da administração estadual do período estava voltado

---

<sup>162</sup> Vinculado ao Conselho Federal de Cultura criado em 1966, o Plano Nacional de Cultura nunca foi efetivamente aprovado, uma vez que sua ideia inicial foi substituída por outro documento: *Diretrizes para uma política nacional de cultura*, formulado em 1973 (CALABRE, 2006).

para a modernização e o desenvolvimento do estado, a partir de uma perspectiva tecnicista e de crescimento econômico (GARCIA JÚNIOR, 2002), que, segundo a divulgação governamental daquele momento, levariam ao alcance pleno dos ideais democráticos. Partindo desta mesma lógica, Corrêa levanta a perspectiva da “democracia cultural”, a qual parecia colocar as políticas culturais em vínculo direto com os projetos governamentais. Seguindo esse viés, ele afirmava: “o progresso não é só intelectual, mas também técnico, o próprio desenvolvimento, depende muito da condição do povo, e essa situação, por sua vez, da sua cultura” (CORRÊA, 1971, p. 17). Mas o que ele entendia como “cultura”?

O autor, na sua definição de “cultura”, convoca suas redes intelectuais e lança mão do pensamento de Oswaldo Rodrigues Cabral, “autoridade no assunto” (CORRÊA, 1971, p.18) e intelectual que definia a cultura basicamente como as “características de um povo” (CORRÊA, 1971, p.18). De acordo com Corrêa, esse conceito entraria em conflito com aquele do “senso comum”, que vincula a cultura a uma questão de erudição. A partir deste ponto de vista, ele levanta o debate acerca da existência de uma cultura de elite e de uma cultura de massas, esta em especial relacionada aos novos fenômenos na comunicação de massa (as emissões televisivas, por exemplo) que se desenrolavam no momento de publicação do livro, o início da década de 1970 (CORRÊA, 1971, p.21).

Acompanhando a ideia principal da publicação e aquelas das políticas governamentais, várias são as frases emblemáticas que apontam para tal democratização cultural, pois, de certa forma, a cultura “seria a síntese de toda uma bagagem que passa de geração a geração, tornando-se então o TODO<sup>163</sup> de qualquer povo” (CORRÊA, 1971, p.21). Segundo ele, com vistas a produzir um “conhecimento integral e desenvolvimentista” (CORRÊA, 1971, p.22), o Estado deveria “selecionar didaticamente informações numa sociedade de consumo extremamente capitalista como é a nossa, dando ênfase à divulgação de determinados elementos culturais” (CORRÊA, 1971, p.24). Para Corrêa, até aquele momento, os governos só haviam investido em eventos culturais para uma elite; portanto, seria necessário impedir o crescimento de uma “cultura de massa” (na sua fala associada sobretudo à televisão), “democratizando” a própria “cultura de elite” por meio das ferramentas utilizadas pela “cultura de massa”. Apesar de sua predileção pelo que entendia como “cultura de elite”, ele sugeria também a “continuidade de produção de elementos culturais de caráter mais primitivo como o artesanato, a apresentação folclórica” (CORRÊA, 1971, p.26).

---

<sup>163</sup> De acordo com o original.

Observando tais afirmações, nota-se que as ideias de Corrêa parecem em certos momentos entrar em contradição. Ao mesmo tempo em que ele afirmava ser “cultura” um conceito abrangente, que integraria as mais diversas manifestações artísticas e sociais, ele também reiterava uma divisão dentro desse conceito, separando uma “cultura de elite” daquela mais “primitiva”. Essa dissociação, como se viu, aparece também na introdução do livro, escrita por Celestino Sachet. O posicionamento desses intelectuais alude àquele propagado por outros integrantes da Comissão Catarinense de Folclore, os quais em certos momentos compartilharam com Corrêa um mesmo campo. Desde a década de 1940, apesar das diversas modificações sofridas ao longo do tempo, a Comissão construiu discursos acerca do folclore catarinense, categorizando e dimensionando as peças do “mosaico cultural” do estado. A ideia de folclore perpassava essa categorização e criava uma leitura do mundo oficializada que colocava em oposição uma “cultura de elite” e uma “cultura popular” (folclórica) (SAYÃO, 2004, p.12) — esta, inclusive nas próprias palavras de Corrêa, adquire um caráter “primitivo”. Sendo assim, ao mesmo tempo em que desejava uma democratização, o historiador promoveu uma cisão entre essas diversas práticas culturais.

No que diz respeito à questão do desenvolvimentismo propagado pelo discurso governamental que aparece também no texto de Corrêa, pode ser destacado o que traz Osvaldo Ferreira de Melo, jurista e ex-professor do curso de direito da UFSC, em seu *Reflexões para uma política cultural* (1981). A partir de considerações acerca dos anos em que esteve vinculado a órgãos nos quais estas ideias eram gestadas e divulgadas, como o Departamento Municipal de Educação e Cultura de Florianópolis, Melo demonstrou um trânsito “entre as tradições desenhadas a partir da Comissão de Folclore e as tramas de uma modernização planejada, sem contudo agarrar-se numa tradição a ponto de condenar os projetos de modernização contidos nos planos governamentais.” (SAYÃO, 2004, p.23). Esses discursos que se encontram e conversam entre si apontam também para a maneira como Corrêa fomentava e legitimava a sua produção em relação à temática.

Sobre seus argumentos em relação aos incentivos às políticas culturais e à ideia de desenvolvimento, Corrêa traz ao palco o sociólogo Edgar Morin<sup>164</sup>, o qual afirmava que as formas de lazer também são cultura, ideia que imediatamente se torna alvo de críticas por parte de Corrêa. Entendendo o ócio como algo “estático”, o historiador catarinense afirma que a busca por mais lazer “ocioso” é problemática: “Busca-se mais lazer sem se preocupar de

---

<sup>164</sup> Corrêa usa como referência o livro de Morin *Cultura de Massas no Século XX*, lançado no Brasil em 1967, pela editora Forense.

como utilizá-lo convenientemente. [...] Sem esforço criativo não há produtividade humana e sem atividade produtiva não há desenvolvimento” (CORRÊA, 1971, p.28). Esse vocabulário, como se vê mais uma vez, estava em consonância com aquele que circulava nos ambientes da administração pública do estado de Santa Catarina naquele momento: “O estado deve transformar o lazer ócio em lazer criativo [...] a fim de um maior desenvolvimento da potencialidade produtiva do povo” (CORRÊA, 1971, p.29) e com o objetivo de curar uma “sociedade enferma” (CORRÊA, 1971, p.30).

Apesar da clara relação de concordância entre a narrativa de Corrêa e os projetos do governo estadual, curiosamente ao fim da publicação o historiador também parece fazer uma crítica às políticas estaduais, demonstrando que esses interesses em comum não subordinavam completamente àqueles próprios ao grupo intelectual catarinense que tinha maior intimidade com o poder político. Ao trazer a discussão para o campo em que sua voz é autorizada, Corrêa acena também para uma tentativa de qualificar sua publicação como uma obra de relevância. Ele, portanto, aponta suas ressalvas a uma “profissionalização cada vez mais tecnológica do homem que gradativamente se afasta dos assuntos culturais” (CORRÊA, 1971, p.32), a qual pretensamente também estaria se afastando de um “desenvolvimento pela integração” (CORRÊA, 1971, p.32).

Uma faceta de sua trajetória profissional que parece esmaecer com o passar dos anos se expressa em *Arte e artesanato: quatro artistas da cerâmica*, obra editada a partir de convite que ele teria recebido da UFSC e na qual são vislumbradas imagens e descrições produzidas por um Corrêa “crítico de arte”. A apreciação que ele faz do trabalho e da atuação de Eli Heil, uma das artistas escolhidas para figurar no livro<sup>165</sup>, é sintomática de sua aproximação com o mundo das artes:

Eli Heil não é somente uma artista da cerâmica: ela é essencialmente uma artista. Tendo iniciado seus trabalhos com desenhos, passou para a pintura, técnica que a projetou internacionalmente, fez objetos, escultura e, finalmente cerâmica, sem, entretanto, não ter deixado de lado nenhuma das outras técnicas. Sua cerâmica, entretanto, é pouco conhecida do público. Através de seus ‘bichos’ e ‘personagens’, a artista conseguiu sacar da bidimensionalidade de seus quadros toda a força de expressão que se via presa às condições da superfície plana. (CORRÊA, 1978, p.77).

---

<sup>165</sup> Além das criações de Eli Heil, o livro aborda os trabalhos em cerâmica de Nêzia Melo da Silveira, Ademar Melo e Franklin Cascaes.

No momento de publicação da obra supracitada, o ano de 1978, Corrêa parecia ainda estabelecer vínculos com a função de diretor do MAMF, exercida em anos anteriores<sup>166</sup>. A questão da arte é de fato um ponto que merece ser citado, pois é aparentemente um elemento que Corrêa legou ao seu único filho, atualmente colecionador e curador de arte com certa inserção no espaço catarinense.<sup>167</sup>

Outra obra, *Santa Catarina Quatro Séculos de História* (2000), apesar de não ser uma produção originalmente de Corrêa, teve sua mediação direta como organizador. A partir dos manuscritos originais do historiador Aujor Ávila da Luz, Corrêa atribuiu outros significados a eles, dando-os uma ordenação e também acrescentando informações. Ao final, Corrêa constrói uma síntese da história catarinense entre os séculos XVI e XIX, aos moldes de outras obras de historiadores catarinenses por ele mencionados: *História Catharinense* (1912), de Lucas Alexandre Boiteux, *Santa Catarina, História e Evolução* (1937), de Oswaldo Rodrigues Cabral, e *Santa Catarina: sua História* (1983), de Walter Fernando Piazza. Além disso, na introdução de *Santa Catarina Quatro Séculos de História* (2000), são apontadas algumas das motivações que culminaram na elaboração do livro, dentre elas a que deu o pontapé inicial: o recebimento, em 1997, por meio do chefe do Departamento de História da UFSC<sup>168</sup>, dos rascunhos originais da obra e a solicitação de parecer sobre a importância da mesma, tendo em vista a possibilidade de sua publicação (CORRÊA, 2000, p.7). Pontua-se que, em 1997, Corrêa já estava há cerca de um ano afastado de funções na UFSC, pois em 1996 foi defendida a última dissertação sob sua orientação. No entanto, de acordo com ele, esse afastamento nunca o teria impedido de atender aos chamados desta instituição que foi parte significativa de sua trajetória: “[...] apesar de já estar afastado da UFSC há alguns anos, nunca deixei de me pronunciar cientificamente desde que solicitado por aquela Universidade

---

<sup>166</sup> Nos anos posteriores a esta obra, no que tange à temática da arte catarinense, foi localizado somente um capítulo de autoria de Corrêa — *As artes plásticas em Florianópolis* —, que integrava a publicação *História Sócio-Cultural de Florianópolis*, editada em conjunto pelo Clube Doze de Agosto, Editoria Lunardelli e IHGSC e lançada em 1991. No capítulo, Corrêa estabelece uma cronologia para explicar o desenvolvimento das artes plásticas na cidade de Florianópolis, que, segundo ele, poderia ser dividido em três fases distintas: um período marcado pela atuação dos viajantes estrangeiros, um período caracterizado pela ação do Grupo Sul e Grupos dos Artistas Plásticos de Florianópolis – GAPF e, por fim, um período no qual ele próprio teve lugar de atuação e que foi iniciado após a fundação do Museu de Arte de Florianópolis. Neste, ressalta a promoção de ações educativas propostas pelo museu, como exemplo a Escolinha de Artes, ambiente em que estaria “surgindo uma juventude de concepções artísticas arrojadas” (CORRÊA, 1991, p.181).

<sup>167</sup> Posição evidenciada por notas veiculadas na mídia de grande circulação, como: Obras raras sobre a Ilha de Santa Catarina são expostas pela primeira vez em Florianópolis. ND+. [S.I.], 27 mar. 2017. Disponível em: <https://ndmais.com.br/entretenimento/obras-raras-sobre-a-ilha-de-santa-catarina-sao-expostas-pela-primeira-vez-em-florianopolis/> Acesso em: 3 ago. 2019.

<sup>168</sup> Corrêa não informa quem era o Chefe de Departamento de História a quem se referia na publicação, a partir de pesquisa aventou-se que Paulo Pinheiro Machado exerceu tal função entre os anos 1994 e 1997, conforme informa seu currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5273589105719950> Acesso em: 13 jan. 2020.

à qual dediquei mais de trinta anos da minha vida” (CORRÊA, 2000, p.7). Esse testemunho de Corrêa parece já ser reverberação dos embates travados entre os muros do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História durante a década de 1990 e ainda aponta para seus deslizamentos. Corrêa se imiscuía por outros lugares, mas não se privava de voltar a ocupar espaços outrora frequentados.

Em *A escrita da história*, Certeau lança à historiografia um olhar que a entende como uma operação que envolve “a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (CERTEAU, 2008, p.66). Desse pensamento desponta a compreensão de que a historiografia estaria associada a um *métier* de profissionais: mulheres e homens formados dentro de um espaço acadêmico cuja atuação é regida pelos pressupostos de um saber instituído (uma disciplina). De um modo geral, a ferramenta heurística criada por Certeau cai quase como uma luva para analisar as produções históricas resultantes do trabalho de historiadores de ofício, como é o caso de Corrêa. É possível ao longo da trajetória de Corrêa perceber as oscilações nesses lugares por ele ocupados, nos procedimentos de análise por ele operados e na construção de suas narrativas. Isso não se dá necessariamente de maneira sincrônica e coordenada, mas parece variar principalmente em função das audiências para as quais acenava, bem como dos espaços nos quais tinha inserção como uma voz autorizada e nos quais seu capital cultural, político e social era valorizado.

Por esse ângulo, entende-se aqui que não é possível categorizá-lo como um “tradicional”, apagando todos os deslizamentos de sua trajetória, assim como não é possível afirmar que a chegada de uma “nova geração” de historiadores teria obliterado por completo aqueles que seriam seus antecessores. Corrêa, nesse sentido, seria um “ainda-aí”, como sugere Rousso (2016), e a historiografia por ele produzida ainda tinha — até o momento de seu falecimento, como apontam as publicações do fim de sua carreira — inserção no espaço catarinense, mesmo que esse não tenha sido especificamente o espaço universitário. A escrita da história não é exclusividade daqueles “iniciados” que dominam as metodologias vigentes (sempre em processo de mudança) em determinado espaço universitário. Além do mais, a obra de história não circula somente dentro deste mesmo espaço, mas invade o “espaço público”, como aponta mais uma vez Ricoeur (2007, p.247):

Caindo assim no espaço público, o livro de História, coroamento do ‘fazer História’, reconduz o seu autor ao cerne do ‘fazer a História’. Arrancado do mundo da ação

pelo arquivo, o historiador reinsere-se nele ao inscrever seu texto no mundo de seus leitores, por sua vez, o livro de história faz-se documento, aberto à série de reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisão.

Por fim, questiona-se uma última vez: é Corrêa um historiador “tradicional” a partir do que entendem Wolff (1994) e Dallabrida (1996)? Como apontam as evidências antes elencadas, em alguns momentos, sim, a historiografia de Corrêa encontra aquelas características sugeridas por Wolff e Dallabrida para uma “história tradicional”; no entanto, estas mesmas características convivem com aquelas que apontam para outras maneiras de olhar a história, o que indica a presença de contradições e de deslizamentos, elementos igualmente presentes na construção de uma trajetória intelectual. Essa fluidez com que ele circulou impede uma categorização fixa em relação ao seu fazer historiográfico. Ainda que tenha preservado um lugar entre um grupo específico de intelectuais, ele se permitia destoar, sempre atento para não declarar embates e, assim, correr o risco de perder espaços de circulação.

## 5 AS SOCIABILIDADES NA EDIFICAÇÃO DE UM LEGADO

Tenho de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa uma percepção que poderia chamar, sem exagero, de razoavelmente completa. São as dimensões do amigo, do intelectual, do historiador, do professor, do acadêmico e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que se integram numa personalidade exemplar. (WEHLING, 2011, p.145).

Entendendo “legado” como aquilo que é acumulado e construído em vida — consciente ou inconscientemente — e passado às gerações posteriores, o capítulo que se segue objetivou observar a trajetória de Corrêa analisando em que medida suas redes abriram a ele um campo de possibilidades, ressoaram no que por ele foi edificado social e intelectualmente ao longo de décadas e erigiram uma determinada memória acerca dele no presente. Em linhas gerais, o capítulo tomou como norte — e tentou refletir sobre — as oportunidades que se desdobravam no horizonte de Corrêa a partir das conjunturas político-intelectuais e das relações herdadas e estabelecidas por ele, que se davam não só através de encontros mais próximos e parcerias mais recorrentes, mas também mediante encontros casuais. Esses encontros e as narrativas deles originadas foram observados na busca por indícios de construção das múltiplas e concomitantes imagens de Corrêa: intelectual, historiador, professor, orientador e, até mesmo, amigo, marido e pai. Nessas inúmeras narrativas incluem-se aquelas empreendidas por ele em entrevistas cedidas a pesquisadores e aquelas produzidas por outros após seu falecimento.

Desta forma, foi importante situar a trajetória de Corrêa no “jogo de escalas” (REVEL, 1998), observando seu percurso profissional e suas relações em diferentes panoramas, em especial aquele da capital catarinense. Tentando “passear” pela cidade ao longo das décadas, partindo dos anos 1960, este capítulo procurou entender a configuração dessa cidade, sobretudo em espaços de sociabilidade políticos, universitários e de instituições como IHGSC e ACL, lugares recorrentes do “itinerário” de Corrêa.

As fontes consultadas são de variadas tipologias e incluem diversas reportagens jornalísticas publicadas nos formatos impresso e digital, discursos proferidos em instituições como o IHGSC e a ACL e entrevistas por ele cedidas a pesquisadores e jornalistas. Por fim, foram recolhidas e problematizadas também entrevistas orais com personagens que participaram da vida social e intelectual de Corrêa. No que tange às entrevistas orais, é importante destacar o que se almejou elaborar e o que, de fato, foi concretizado ao longo da



pesquisa. Ao enviar o projeto para apreciação do Comitê de Ética, era aspirada a realização de cerca de quinze entrevistas, não somente com amigos e colegas mais próximos do historiador, mas também com orientandos e outras pessoas que se relacionaram com ele nos diversos ambientes por onde circulou. No entanto, alguns entraves surgiram nesse processo e uma grande dificuldade em conseguir essas entrevistas vieram à tona (dilemas que envolvem o trabalho com trajetórias individuais e que não foram experienciados em pesquisas anteriormente feitas pela autora).

Nesse sentido, outras vozes foram buscadas, e, apesar das relações assimétricas materializadas nas entrevistas, as narrativas que falaram mais alto foram aquelas emanadas de pessoas próximas a Corrêa — as quais, de certa forma, buscaram não macular o legado desse personagem, construindo histórias de um pesquisador exemplar, um historiador obstinado, tal qual aquela da citação que abre o presente capítulo. Mesmo que não advindas de uma entrevista oral, as palavras de Arno Wehling destacadas logo ao início acompanham em grande medida as falas presentes nas entrevistas.<sup>169</sup>

Entendidas como narrativas retrospectivas, as entrevistas estão condicionadas, em grande medida, à posição ocupada pelo entrevistado no momento em que ela se materializa como documento. Diversos elementos devem ser levados em conta para pensar os indícios que ela comporta, e entre eles podem ser destacados: o entendimento dos objetivos da pesquisadora com a confecção da entrevista e a própria relação que o entrevistado mantinha com o tema principal norteador do roteiro. Em certos momentos, esses elementos fazem aflorar os limites daquilo que é “levrável”, ou melhor, aquilo que seria “dizível”. Sobre essa condição de existência desses discursos orais há a noção sugerida por Michael Pollak (1992): a ideia de “memórias em disputa”. Pensando a partir da lógica da constituição das memórias de organizações como partidos políticos e sindicatos, Pollak percebeu os trabalhos de enquadramento e de manutenção de determinada memória, sendo este último o responsável por manter a coerência e a continuidade da memória que foi “enquadrada”. Em linhas gerais, o sociólogo constatou um trabalho que envolvia a preferência por certos acontecimentos, datas e personagens dentro de determinadas visões em detrimento de outras, construindo assim narrativas “possíveis” para tais grupos em diferentes momentos. No caso de Pollak, as

---

<sup>169</sup> Vale nessa perspectiva destacar o lugar que ocupava Wehling no momento em que o excerto aqui destacado é publicado: o de presidente do IHGB (função que ocupa de 1996 até os dias atuais), um papel que lhe legava autoridade e dava às suas palavras certo valor, sobretudo para o grupo com o qual Corrêa se identificava ao fim de sua trajetória (intelectuais vinculados à SBPH e a Institutos Históricos de diversos estados brasileiros, inclusive Institutos internacionais).

memórias que estavam em combate eram aquelas dos grupos comunistas e gaullistas no panorama francês (POLLAK, 1992). As relações estabelecidas nas narrativas acerca de Corrêa pareceram apontar também para esta ideia de “memórias em disputa”, ou seja, a disputa por uma memória que fizesse jus ao que era por cada um dos entrevistados entendido como o legado de Corrêa. Nessa disputa, sobrepujou-se a narrativa que se aproximava da ideia de um historiador exemplar e se afastava da imagem do “historiador tradicional”.

Portanto, as entrevistas foram elementos que permitiram pensar as narrativas de rememoração envolvendo a figura de Corrêa, isto é, as memórias “dizíveis” acerca deste personagem. Em certos momentos elas juntaram-se às outras fontes cotejadas no trabalho, seja trazendo novos elementos de discussão, seja em alguns episódios fornecendo dados factuais não encontrados em outra documentação. Desta forma, para investigar as memórias desses inúmeros entrevistados, a noção de memória coletiva conjuga-se à de memória individual. A partir da análise desses dois elementos proposta por Ricoeur (2007), o trabalho com as entrevistas de história oral procurou compreender o que o filósofo entende como um mal-entendido radical, ou seja, o pressuposto de que as memórias individual e coletiva estariam em posições antagônicas. Buscando a conciliação entre esses dois elementos, Ricoeur (2007) sugere que a constituição de cada uma é distinta, mas se dá de maneira constantemente mútua e cruzada. Neste panorama, ele observa, por exemplo, que a concepção de memória coletiva apresentada pelo sociólogo Maurice Halbwachs e os seus “quadros da memória” — “para se lembrar precisamos dos outros” — está de certa maneira marcada por uma contradição: “o próprio ato de se ‘recolocar’ de grupo em grupo, e [...] de adotar o ‘ponto de vista’ do grupo, não supõe uma espontaneidade capaz de dar sequência a si mesma? Caso contrário, a sociedade não teria atores sociais” (RICOEUR, 2007, p. 132). Isto é, aquele que lembra também tem voz ativa, tem parte nesse processo. Mesmo sendo parcela integrante de um grupo, cada um de nós possui sua própria agência. Seguindo esse viés, Ricoeur aponta a existência de um plano intermediário entre os polos da memória individual e coletiva, o qual ele nomeia “os próximos”: “essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros” (RICOEUR, 2007, p. 141). Nas entrevistas aqui abordadas, os “próximos” são aqueles que circularam entre essas redes de sociabilidade e que tiveram/têm, com todos esses personagens tangenciados ao longo da pesquisa, diferentes formas de convivência.

Alessandro Portelli (2006) também dispõe memória coletiva e individual em planos coexistentes e colaborativos. Segundo o pesquisador italiano, a memória elaborada e o ato de

trazer o passado ao presente, ou seja, lembrar, são sempre atitudes individuais e podem ter sim a mediação dos diferentes grupos pelos quais circulamos. Aproximando-se de Ricoeur, assim ele afirma: “Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo [...] extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática” (PORTELLI, 2006, p. 127). Partindo desse mesmo raciocínio, Alberti (2004, p.16) reitera que “concebemos o mundo sempre de modo descontínuo, agrupando e relacionando conceitos, justapondo contradições e procurando resolvê-las em sínteses”.

Por esse prisma, nota-se que os dois pensamentos, o de Ricoeur (2007) e o adotado por Portelli (2006), entendem que a memória parte de cada indivíduo, o qual, a partir de sua individualidade, incorpora o mundo ao redor e os grupos pelos quais circula. Na tentativa de construir uma hermenêutica (ALBERTI, 2004, p.12), portanto, as entrevistas aqui foram vistas com base nos apontamentos de Ricoeur (2007) e Portelli (2006), mas não se limitaram a eles. Ao problematizar as entrevistas, outros autores foram evocados para auxiliar na compreensão das representações de Corrêa gravadas nessas memórias.

Mesmo que orientadas por um eixo em comum, ou melhor, desenhadas em um mesmo “tema de fundo” (ALBERTI, 2004, p.118) que é a convivência de cada indivíduo com a figura de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, as entrevistas deixam entrever laços de amizade e profissionais em diferentes proporções e espaços. Aqui, esses depoimentos foram mapeados, e neles visualizou-se a existência de temáticas coincidentes, entre elas o início da trajetória profissional ligada à relação com Jaldyr Behring Faustino da Silva, o comprometimento de Corrêa com o IHGSC, os encontros constantes ou fortuitos em diversos espaços de sociabilidade da cidade, a relação profissional e de amizade entre Corrêa e Jali Meirinho e, ainda, as narrativas quase “folclóricas” que permeiam seu falecimento inesperado e os desdobramentos desse episódio. Vale destacar que alguns desses elementos também apareceram em outras fontes analisadas, como se verá a seguir.

### **5.1 O historiador e a “paisagem” como um campo de possibilidades**

No sentido de compreender os lugares pelos quais Corrêa transitou e os grupos nos quais ele se incluía, é preciso voltar novamente ao questionamento levantado logo acima, interrogação ligada diretamente ao panorama das relações estabelecidas nos campos político e

intelectual, espaços nos quais ele encontrou-se com outros personagens e estabeleceu parcerias e alianças em diversos níveis de proximidade. Desta forma, é relevante pensar que cidade era aquela na qual circulou, que não era mais a mesma por onde seu avô e pai deslocaram-se construindo redes. A “paisagem” florianopolitana que Corrêa visualizava era palco de transformações voltadas à modernização urbana e ponto de chegada de novos personagens à cena. Embora esse movimento trouxesse elementos novos, ele não impediu a sobrevivência de práticas sociais e políticas disfarçadas com as roupagens da mudança. Há, portanto, a manifestação de uma espécie de “modernização conservadora”, conceito presente nos diversos artigos da obra *A ditadura que mudou o Brasil* (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2014) e que ajuda a pensar a formação de uma sociedade capitalista que relega a segundo plano os valores democráticos, questão materializada especialmente na sociedade formada durante o regime militar. No entanto, como salienta Renato Ortiz nesta mesma obra, a ideia de modernização conservadora não se aplicaria somente ao período militar, mas se desenvolve no Brasil a partir da “emergência da modernidade como um todo, abarcando diversos períodos de nossa formação histórica, da Primeira República ao Estado Novo” (ORTIZ, 2014, p. 114). Assim, as transformações nos mais diversos setores foram promovidas a partir de negociações entre agentes conservadores e aqueles que queriam alterações mais efetivas (por exemplo, os grupos ligados a uma esquerda política atuantes no período de ditadura militar). Com base nessas acomodações, produziram-se ao longo do tempo projetos políticos, sociais e culturais ambíguos e, certas vezes, paradoxais.

Como a trajetória intelectual de Corrêa desliza por um período relativamente longo, não é possível afirmar a existência de “uma” cidade de Florianópolis, uníssona e homogênea. Ao longo das quase cinco décadas aqui pensadas, a cidade foi testemunha de um intenso processo de urbanização, que provocou mudanças importantes em suas paisagens, sejam elas naturais, sejam elas políticas e culturais. As expectativas de seu crescimento se abriam para novos horizontes; pelo olhar dos espectadores, o futuro se apresentava promissor. Aqueles que buscavam construir esse futuro desejavam assim abandonar um passado ligado às representações de Florianópolis como uma cidade provinciana.

Na arena política da cidade, como pontua Lohn (2016), já na década de 1950, alguns personagens despontaram trazendo consigo vozes de mudança social, enquanto outros, já mais antigos, redefiniram-se de forma a se defender de uma ameaça que se aproximava e que poderia colocar em risco os novos (velhos) projetos que tinham para a cidade. Tomando como

objetos periódicos que circularam na capital catarinense entre as décadas de 1950 e 1980<sup>170</sup>, Lohn almejou entender os diversos processos sociais que se desenrolaram na cidade durante este período. Dentro desse cenário, ele percebeu arranjos e rearranjos, por exemplo na esfera política, que durante as décadas anteriores tinha como principais referências partidárias o PSD e a UDN. Muitas vezes definidas como forças antagônicas, tais grupos políticos durante a década de 1950 foram responsáveis por articular uma união almejando um objetivo comum: evitar a ascensão de outras legendas como o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). Essas legendas eram entendidas como elementos “nocivos e desagregadores”, pois traziam ao debate lutas sociais antes não tangenciadas. Direcionadas às camadas populares, que durante muito tempo foram objeto de preocupação (e dominação) da Igreja e de seu assistencialismo disfarçado com as roupas da caridade, as lutas visavam aproximar essas populações das esferas efetivas de debate social e político (LOHN, 2016).

Nessa discussão, um ponto importante que vai ao encontro da trajetória de Corrêa parece ser a fluidez com a qual Lohn caracteriza os movimentos políticos operados em Florianópolis. Essa fluidez se materializa, por exemplo, nos acordos selados entre os tradicionais PSD e UDN, que, apesar de suas disputas diretas por postos e influência, “representavam um bloco de poder e constituíam um mesmo mecanismo de dominação política” (LOHN, 2016, p.223). A característica da fluidez que marca a política florianopolitana pareceu permitir também certa permeabilidade de Corrêa em diversos cenários políticos, sobretudo aqueles que se referem ao início de sua trajetória profissional.

Quando ainda era estudante de história no curso de graduação da UFSC, Corrêa, possivelmente devido aos vínculos com a família Ramos, foi alçado ao cargo de diretor do MAMF pelo então governador Celso Ramos. Apesar da proximidade com uma fração pessebista da política catarinense, representada sobretudo pela família Ramos, Corrêa não foi impedido, durante ascensão da ARENA<sup>171</sup> — partido que representava os interesses da ditadura militar instaurada em 1964 e que dominava o cenário político do Poder Executivo catarinense com seus governadores biônicos —, de exercer, entre 1969 e 1975, a função de diretor do departamento de Cultura, naquele momento vinculado à Secretaria de Cultura do Estado. Esses elementos fluídos parecem assim importantes para entender os próprios

---

<sup>170</sup> Os principais jornais utilizados por Lohn durante sua pesquisa foram *A Gazeta*, entre os anos de 1950 e 1970, e *O Estado*, entre os anos de 1945 e 1985. Ambos foram periódicos impressos na cidade de Florianópolis.

<sup>171</sup> Acompanhando essa lógica, vale ressaltar que a conjunção dos principais partidos do cenário catarinense (PSD e UDN em torno da ARENA), a partir de uma união “instável” (LOHN, 2016), é emblemática e aponta mais uma vez para esta fluidez tão característica do que seria uma cultura política catarinense.

“deslizamentos” de Corrêa em uma Florianópolis arrebatada por planos e sonhos que geraram uma nova “identidade” para a população, sobretudo para as camadas médias que aderiram aos novos padrões comportamentais e de consumo (LOHN, 2016).

Voltando ao cenário da cidade de Florianópolis durante a década de 1970, ressalta-se como o expressivo crescimento populacional (uma consequência sobretudo da chegada de novos moradores vindos de outras partes do estado ou dos estados vizinhos, como Paraná e Rio Grande do Sul) aos poucos foi transformando e “verticalizando” a paisagem da cidade: “A construção de edifícios de apartamentos [...] modificou em profundidade a fisionomia e a estrutura urbana. Áreas tradicionalmente ocupadas por residências requintadas das camadas mais altas das cidades foram propiciadas à moradia das camadas médias urbanas.” (LOHN, 2014, p. 263). No contexto de chegada de novos atores e de transformação urbana da capital do Estado, destacam-se o asfaltamento do trecho sul da BR-101<sup>172</sup>, que tangenciava a parte continental de Florianópolis, e a transferência da Eletrosul para a cidade, instituição efetivamente instalada no bairro Pantanal, em 1977<sup>173</sup>.

Nesse mesmo cenário, a figura de Esperidião Amin Helou Filho passa a ser alavancada nos meios políticos regionais, aparecendo também atrelada às redes de Corrêa. De acordo com Lohn (2014, p. 266), Amin seria “o grande beneficiário político do processo de mudanças”, enfatizando por meio de suas políticas de planejamento urbano como prefeito de Florianópolis o processo de modificações que se desenrolava. Avistando no horizonte promessas de mobilidade social e consumo, de certa forma realizadas, uma grande parte da população tinha então o desafio “de construir lugares de convivência com o compartilhamento do trabalho entre familiares e suas redes de conhecidos num ambiente voraz e competitivo” (LOHN, 2014, p.272). Esses habitantes, de maneiras diversas, sentiram na pele “os impactos socioculturais decorrentes da alteração de ritmos sociais e temporalidades. O tempo não

---

<sup>172</sup> A partir da década de 1950, muitas capitais brasileiras presenciaram um processo de expansão e crescimento, diferentemente de Florianópolis, que viveria pelo menos até a década de 1970 um período de certo “isolamento” catalizado pelo fim das atividades do porto da cidade, em meados da década de 60, e que perdurou até pelo menos o início dos anos 1970, momento do asfaltamento da rodovia BR-101. Anteriormente a esta obra, no período supracitado, o único elo de ligação terrestre entre Florianópolis e outras cidades era uma rudimentar estrada sem pavimentação, com um trecho que tangenciava o mar e que não podia ser utilizado em épocas de maré cheia (FACCIO, 1997, p.14).

<sup>173</sup> Em meados da década de 70, o Ministério das Minas e Energia determinou que as sedes das subsidiárias da Eletrobrás fossem localizadas nas respectivas áreas de atuação. No sul do Brasil, a partir de uma pesquisa realizada junto aos funcionários que seriam transferidos, Florianópolis foi escolhida como sede. A Eletrosul deu os primeiros passos para a mudança no primeiro semestre de 1975 e, em abril de 1977, já estava efetivamente instalada em Florianópolis. Nesse processo, vieram transferidos para a cidade muitos funcionários que residiam em cidades como o Rio de Janeiro e Porto Alegre, além de novos funcionários contratados que vieram de outros lugares do estado e do Brasil (FACCIO, 1997, p. 89).

apenas ‘passou na janela’ e as mudanças que trouxe implicaram desarticular o que parecia estável [...]’ (LOHN, 2014, p.277). No entanto, como se verá a seguir, a partir dos próprios percursos de Corrêa, as mudanças em Florianópolis (ao menos entre as décadas de 1960 e 1980) pareceram não alterar de maneira expressiva “as relações de poder nas quais se assentava a distribuição de favores e espaços” (LOHN, 2016, P.317).

No início da década de 1960, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa residia na Rua Anita Garibaldi<sup>174</sup>, endereço localizado muito próximo ao “coração” do centro de Florianópolis: a Catedral Metropolitana e a Praça XV de Novembro. O espaço, naquele momento ocupado pela população proveniente da classe média da capital catarinense, era uma área muito próxima a diversos edifícios de órgãos públicos, bem como um local em que até a década de 1960 se desenrolava a vida social e cultural da cidade (CORADINI, 1995, p.87-88). Até mesmo Oswaldo Rodrigues Cabral, no início da década de 1970, afirmava — de certa forma ironicamente — que “o desterrado até nossos dias considera subúrbio tudo o que não for imediatamente vizinho à praça XV.” (CABRAL, 1971, p.66). Situado junto a este espaço central, Corrêa acompanhou e foi atingido pelas mudanças que vieram estremecer a estabilidade de uma cidade e de suas redes de sociabilidade.

É relevante destacar que tais mudanças no cenário físico e social da capital catarinense culminaram também em modificações no processo de produção e formatação do periódico observado como fonte no primeiro capítulo da tese: *O Estado*. Sobretudo a partir da década de 1970, o veículo passou a apresentar características de um jornalismo com maior diversidade informativa, panorama bastante diferente de seu passado intrinsecamente vinculado à política partidária (VALENTE, 2005). A mudança na dinâmica interna do jornal, portanto, também transformou o conteúdo publicado: a política foi deixada um pouco de lado a fim de atingir um público maior, de forma que se tornou mais difícil detectar as difusas redes de sociabilidade nele engendradas. Além do mais, percebeu-se claramente uma maior inclusão dos círculos sociais e políticos de outros municípios catarinenses e de municípios fora do estado, como exemplo Porto Alegre.

Nesse sentido, para pensar as redes que estabeleceu Corrêa no início de sua carreira profissional, lançou-se mão principalmente de documentação encontrada junto ao Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, de arquivos da ACL, do IHGSC, do

---

<sup>174</sup> Requisição de matrícula junto à Faculdade Catarinense de Filosofia. Florianópolis, 6 mar. 1961. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

MASC e de entrevistas pautadas na metodologia da história oral. Observando estes indícios, percebeu-se que o trânsito entre a universidade e a política é algo que remete já aos primeiros anos de trabalho de Corrêa, questão já mencionada quando, em 1963, ele é escolhido por Celso Ramos para exercer a função de diretor do MAMF (LAUS; BORTOLIN, 2002). Essa escolha parece ser, da mesma forma, tributária das alianças políticas familiares, visto que o pai de Corrêa, também em 1963, apesar de aparentemente afastado da política partidária, foi nomeado um dos ministros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.<sup>175</sup> Portanto, o capital simbólico adquirido por seu pai ao longo de sua trajetória pareceu favorecer a inserção de Corrêa junto a estes meios; no entanto, a herança também tem “peso”, sendo necessário que Corrêa utilizasse estratégias, de forma a manter este *status* de alto “prestígio simbólico” de sua família. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa permaneceu diretor do MAMF durante os anos de 1963 a 1969. Neste meio tempo, graduou-se bacharel em história, em 1964<sup>176</sup>, e licenciado, também em história, em 1965<sup>177</sup>.

De acordo com entrevista cedida a Rosilene Machado<sup>178</sup>, em 1961, antes de graduar-se, Corrêa teria sido “chamado” a lecionar a disciplina “Desenho” no Colégio de Aplicação da UFSC, constituindo-se assim o primeiro professor a ministrar a matéria: “E aí me chamaram para dar a disciplina de desenho não porque eu fosse professor de desenho, entende?” (CORRÊA, 2010). O convite teria partido de Edmundo Acácio Moreira, bacharel em Direito e pertencente também ao círculo da Academia Catarinense de Letras:

No início ali todos entraram a convite do diretor, que na época foi o professor Edmundo Acácio Moreira, que era diretor da Faculdade de Filosofia... Porque o Ginásio de Aplicação estava adepto à Faculdade de Filosofia e o diretor de Ginásio de Aplicação era o professor de Didática... Era obrigatoriamente o professor de Didática. Então eu entrei a convite, como todos os outros e fiquei ali uns quatro ou cinco anos [...] (CORREA, 2010).

<sup>175</sup> Posse no Tribunal de Contas. **O Estado**. Florianópolis, 8 jan. 1963. p.2.

<sup>176</sup> Certificado de Bacharel em História, 27 de fevereiro 1964. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

<sup>177</sup> Certificado de Licenciado em História, 22 de setembro de 1965. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Em 1965, Aníbal Nunes Pires estava à frente da diretoria da Faculdade Catarinense de Filosofia. Pires estava ligado a movimentos como o Grupo Sul e a personagens intelectuais catarinenses como Salim Miguel e Eglê Malheiros (esta, ex-professora do Colégio Dias Velho, hoje Instituto Estadual de Educação).

<sup>178</sup> Machado defendeu, em 2012, dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da UFSC, cujo principal objeto de investigação foi a trajetória da disciplina “Desenho” no Colégio de Aplicação da UFSC. Para tanto, ela realizou entrevistas com alguns dos professores que lecionaram a disciplina nessa instituição pedagógica, entre eles Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.



Tempo depois, foi realizado em 1965 um concurso para professor de Desenho do Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Corrêa foi um dos candidatos<sup>179</sup>, e a banca pela qual ele foi aprovado era composta por Dimas Rosa, José Tambosi e Aldo Nunes. A propósito, na documentação referente à sua contratação como professor do Colégio de Aplicação, alguns sujeitos colocam-se à mostra e corroboram a perspectiva da formação e inserção desse historiador em determinadas redes já estabelecidas ou ainda sendo criadas naquele período. O primeiro deles é Aldo Nunes, que dirigiu o MAMF logo após a saída de Corrêa. Foi durante a gestão de Nunes que o museu mudou de denominação e passou a ser o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC). Ele ainda foi o diretor que se manteve mais tempo no cargo, tendo sua gestão durado 12 anos, entre 1969 e 1981.

Tomando estes dados como evidências e observando, mesmo que brevemente, a trajetória de Aldo Nunes, percebe-se entre Corrêa e Nunes alguns encontros que parecem indicar também o pertencimento a uma mesma rede. Nunes, apesar de bacharel em direito, tem seu nome ligado às artes plásticas e à educação catarinense. Antes de se tornar diretor do MASC, ele exerceu junto ao Colégio Dias Velho<sup>180</sup>, entre 1945 a 1968, a função de professor de “Desenho” e “Desenho Pedagógico” (LAUS; BORTOLIN, 2002, p.34). O período de docência de Nunes coincidiu com aquele em que Corrêa frequentou o Colégio como aluno, e por isso pode-se supor que o historiador, que, além de pesquisador, era também um exímio desenhista, tenha assistido às aulas de Nunes. Portanto, é possível que esses personagens tenham tido ali seus primeiros contatos. A manutenção dessa conexão pode ter motivado também a aprovação de Corrêa no referido concurso para a função de professor de “Desenho”, exercida até 1967, quando se junta ao corpo docente do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Como ele próprio afirma:

Dei aula desde o início, desde 1961. Fui o primeiro professor de Desenho e fiquei até 1967 ou 1966 mais ou menos... Eu me formei em 1964 ou 1965 e quando eu me formei [em História], como eu já era funcionário da casa, da Universidade, eu transferi o meu ato de professor do Ginásio de Aplicação para o departamento de História (CORRÊA, 2010).

---

<sup>179</sup> Classificação de candidatos para professor de Desenho do Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 17 mar. 1965. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

<sup>180</sup> Depois, em 1966, nomeado Instituto Estadual de Educação (IEE).

Pensando ainda nessa circulação entre as instituições públicas (em especial o museu) e a universidade, foi localizada também junto à documentação do concurso uma carta de referência escrita por Olga Brasil da Luz<sup>181</sup>, à época diretora do Departamento de Cultura vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado<sup>182</sup>. Luz era também integrante do PSD e foi a primeira mulher a assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores de Florianópolis; fazia, portanto, parte dos círculos políticos partidários do pai de Corrêa e, de certa forma, também das redes deste historiador, dada a concomitância entre a sua função como diretora do Departamento de Cultura e a de Corrêa como diretor do MAMF (indícios de um convívio social e profissional próximo).

Por meio de alguns materiais de divulgação de exposições e eventos conservados no arquivo do MASC, foi possível visualizar e reforçar que, quando Corrêa estava à frente da direção do museu, suas redes sociais e políticas passavam pelos espaços da universidade e de outros círculos institucionais como o IHGSC e ACL, onde diversos personagens atuavam concomitantemente. Entre os indícios encontrados em relação a estas diversas redes, pode-se citar como exemplo os *folders* de exposições da escolinha de artes<sup>183</sup>, anteriormente citada, que funcionava junto ao museu. As muitas crianças participantes eram filhas e filhos de professores universitários e pertenciam a famílias “intelectualizadas” e ligadas ao mundo das artes de Florianópolis que faziam parte das redes de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa — na lista de pais, constam nomes como Jali Meirinho, Celestino Sachet, Almiro Caldeira de Andrada, Hiedy de Assis Corrêa e Pedro Paulo Vecchietti. Por meio deste material de divulgação foi possível entrever também um esforço de Corrêa em promover parcerias entre a UFSC e o Museu, que em diversos momentos aparecem como coorganizadores de exposições e eventos.

Em relação a essas ligações, a entrevista com Celestino Sachet foi importante para entender de que maneira alguns relacionamentos foram estabelecidos. Apesar de Sachet e Corrêa serem coetâneos, ambos professores da UFSC durante período coincidente e terem participado de projetos em comum, como o projeto do *Fundamentos da Cultura Catarinense*, segundo Sachet a sua convivência com Corrêa se deu a partir da ACL:

---

<sup>181</sup> Olga Brasil da Luz foi professora e lecionou no Colégio Estadual Dias Velho (também no período em que este é transformado no Instituto Estadual de Educação) e no Colégio Alferes Tiradentes, do qual era diretora e proprietária. Luz empresta seu nome ao plenário da Câmara Municipal de Florianópolis.

<sup>182</sup> Declaração. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

<sup>183</sup> De acordo com Pinto, teria sido durante a administração de Corrêa junto ao MAMF que a “a ação educativa [...] foi desenvolvida de forma mais sistemática [...]”; foi nesse período que se criou a Escolinha de Arte de Florianópolis” em 1963 (PINTO, 2011, p.48-49).

Na realidade, o contato que eu tive com o Carlos Humberto foi na Academia Catarinense de Letras. Lá pelas tantas eu fui escolhido para ser acadêmico e nesta Academia estava o Carlos Humberto da área de História, eu era mais da área de Letras e aí tivemos um convívio... e ele também deu aula na faculdade de filosofia, na área de História, me parece... [...] mas o foco central de mim com ele foi na Academia... (SACHET, 2018).

Com base nesse depoimento de Sachet, é possível reforçar o entendimento de que os integrantes dessas redes tinham diferentes graus de aproximação, conforme seus interesses e, claro, encontros mais frequentes. Diferentemente da relação estabelecida com Sachet, a travada entre Corrêa e Jali Meirinho é a que, aos olhos dos próprios entrevistados, pareceu mais profícua e duradoura. A parceria entre eles também não teria se dado a partir da universidade, mas em esferas do serviço público estadual, como afirmou Meirinho em entrevista:

O nosso encontro, o nosso início, o início do nosso relacionamento foi um pouco antes da universidade. Ele era professor e eu estava no Departamento de Cultura do estado, e no Departamento de Cultura, ele tornou-se diretor do museu de arte e eu como assessor da diretoria de cultura [...]. E teve início a nossa relação. Depois que ingressei na universidade, ele já professor, mas não chegou a ser meu professor. (MEIRINHO, 2018).

O mesmo indício que é corroborado por Corrêa em entrevista cedida à pesquisadora Janice Gonçalves:

Por que o Jali, nós trabalhamos juntos, todo dia, todo dia, desde 69. Quando eu fui para o Departamento de Cultura, levei o Jali comigo. Fiquei no Departamento de Cultura oito anos. De lá – eu já era da Universidade – o Jali foi pra Universidade, trabalhávamos na mesma sala. Sempre trabalhamos juntos. E aqui, às vezes a gente se entende sem falar um com o outro (CORRÊA, 2005).

Apesar dos possíveis desencontros entre as temporalidades e os fatos que trazem essas narrações, o que aqui se quer pontuar é a inexistência de fronteiras fixas entre esses espaços e o lugar que a universidade pareceu ocupar na trajetória de Corrêa no que tange às suas parcerias intelectuais e até mesmo de amizade, em especial no caso de Jali Meirinho. A UFSC foi, claro, um lugar de partidas e chegadas, mas parece sempre ter concorrido com todos os outros espaços em que Corrêa constituiu-se uma figura atuante.

Nesse sentido, é importante pensar também sobre o lugar que ocupava a UFSC nos seus primeiros momentos. A instalação da universidade em um novo espaço e a partir de novos pressupostos era eco dos anseios transformadores que permeavam as representações sociais existentes nessa Florianópolis em urbanização. A construção da UFSC foi um grande projeto, o qual demandou a mobilização de muito capital financeiro, político e intelectual, visto que essa discussão já se dava há algum tempo nos círculos intelectuais e políticos catarinenses. Como afirma Lohn (2016, p.242), o orçamento da universidade, em alguns momentos iniciais de sua instalação, equiparou-se ou superou os próprios recursos disponíveis para a prefeitura de Florianópolis. Neste cenário, como também afirma o historiador, novas perspectivas de ascensão social se deram a partir dos diversos novos postos de trabalho criados. Soma-se a isso o fato de que os servidores federais naquele momento tinham remuneração relativamente superior à média salarial da população da cidade, inclusive superior à dos funcionários estaduais.

Entre os homens presentes nesse debate estava Oswaldo Rodrigues Cabral, “uma das figuras públicas de destaque que defendiam a instalação do campus da Trindade” (LOHN, 2016, p.243). Cabral, como observado em capítulo anterior, era um dos “fios” que teciam as redes de sociabilidade de Corrêa. Sua voz era autorizada dentro do debate político, e, em entrevista, Jali Meirinho comenta sobre a figura de Cabral e sua afinidade com Carlos Humberto Pederneiras Corrêa:

Ah sim! Dentro do processo de estudo da História de Santa Catarina, o Carlos Humberto teve uma afinidade muito grande, eu não, mas o Carlos Humberto, com o Oswaldo Rodrigues Cabral. A minha ligação **com mestres anteriores** foi com o Walter Piazza, mas todos os dois apesar das divergências que eles tiveram, Piazza e Cabral, isso não nos afetou (MEIRINHO, 2018, grifo nosso).

As afirmações de Meirinho, de certa forma, vão de encontro às palavras de Corrêa na entrevista que cedeu a Gonçalves (2005). Aparentemente, as relações entre Cabral e Corrêa, pela ótica de Meirinho, eram mais harmônicas do que as descritas por Corrêa. Quando interrogado sobre seu relacionamento com Oswaldo Rodrigues Cabral, Corrêa deixou transparecer certos conflitos:

[...] nós éramos muito amigos pessoalmente, porque eu morava perto da casa dele. Conversávamos muito sobre História, foi meu professor. Mas a temática minha era só República, principalmente República. [...] E o Cabral não gostava de República.

Então a gente discutia às vezes sobre isso. [...] Cabral era muito bom pessoalmente, muito alegre, muito contente, mas na hora de escrever ele tinha certos problemas (CORRÊA, 2005).

Ambas as declarações contêm alegações que se desencontram; todavia, elas são importantes para pensar a circulação de Corrêa e seus diálogos com intelectuais atuantes no campo político. Essas falas apontam também, em especial a de Jali Meirinho, para uma temática abordada anteriormente na tese: a sobreposição de gerações desses intelectuais. Apesar das hierarquias anteriormente marcadas, aqueles que um dia foram mestres, com o passar do tempo, tornam-se parceiros daqueles que outrora foram seus alunos. Ao se encontrarem em um mesmo “patamar”, surge a possibilidade inclusive de tessitura de críticas, como aquela manifestada na fala de Corrêa sobre os “certos problemas” de escrita de Cabral, embora este fosse uma “ótima pessoa”.

Além disso, estes breves trechos de entrevista são outros indícios da participação de Corrêa nas discussões intelectuais e políticas. Mesmo que de maneira talvez menos contundente que Cabral ou que o próprio Jaldyr Behring, Corrêa participou dessas movimentações em relação às políticas culturais do estado e da UFSC como aluno, professor e como funcionário indicado do Poder Executivo. Alguns dos depoimentos recolhidos ao longo da pesquisa voltam a ligar a memória de Corrêa a figuras aqui já citadas, como Oswaldo Rodrigues Cabral, Jaldyr Behring e Jali Meirinho, que igualmente estavam implicados nos processos de transformação em âmbito florianopolitano e estadual.

Como já apontado anteriormente, na transição das décadas de 1960 e 1970, Corrêa deixa a direção do MAMF para tornar-se diretor do Departamento de Cultura. Os indícios quanto ao período de atuação no Departamento de Cultura são bastante esparsos. É nessa época que se manifestam os primeiros vestígios dos encontros políticos entre Corrêa e o já citado Esperidião Amin Helou Filho. Acompanhando tal linha de raciocínio, uma evidência importante — que indica o encontro entre esses dois personagens bem como a reunião de outros que são entrevistados ao longo da trajetória de Corrêa — é a relação de participantes diplomados no “Ciclo Sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento”. Dentre os listados da primeira turma do referido Ciclo estão Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Péricles Prade, Moacir Pereira e Esperidião Amin<sup>184</sup>.

---

<sup>184</sup> Muitos outros funcionários vinculados ao mandato do governador Colombo Salles (1971-1975) também realizaram o referido curso.

Segundo Michel Goulart da Silva (2012, p.72), ainda outras personalidades próximas, sobretudo da rede intelectual de Corrêa, também estariam presentes nas primeiras edições do ciclo de palestras realizadas na primeira metade da década de 1970. Tomaram parte nesses eventos homens como Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Fernando Piazza, os cientistas sociais Nereu do Valle Pereira e Sílvio Coelho dos Santos, os jornalistas Moacir Pereira e Paulo da Costa Ramos e o geógrafo e professor da UFSC, Paulo Fernando Lago.

Com um objetivo que se ligava a projetos em escala nacional, tais palestras, a partir do que afirma Monica Velloso, pareciam fazer parte de uma política cultural que lembrava muito aquela desenvolvida durante o Estado Novo, “pelo seu forte tom centralista e pela quantidade de recursos investidos no setor” (VELLOSO, 1997, p.50). A presença de funcionários de todos os setores da administração estadual nas palestras indica que o campo cultural era igualmente muito visado como espaço de atuação política. O papel relevante da problemática cultural para o governo (SILVA, 2012) evidenciava a necessidade da presença de Corrêa entre as primeiras turmas; pois, à frente do Departamento de Cultura, ele se colocava como “porta-voz” do campo. O uso da expressão “área estratégica” por Velloso (1997) aponta para o investimento na moldagem de ferramentas que estivessem em consonância com os objetivos dos envolvidos no governo militar:

[...] apesar das diferenças de contexto histórico que deram origem às políticas culturais do Estado Novo e do pós-64, ainda prevalec[ia] a visão da cultura enquanto área estratégica do Estado. O que parec[ia] ocorrer [era] uma espécie de reciclagem histórica de conceitos - nação, povo e cultura - para reajustá-los aos objetivos dos regimes [...] a nossa produção cultural sempre esteve na mira do Estado. (VELLOSO, 1997, p.50).

No panorama catarinense, despontam os projetos culturais desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970 abordados em capítulo anterior, que mostravam o interesse em comum do governo e de intelectuais em criar determinados discursos acerca da “cultura catarinense”. Corrêa estava incluído no seio desse grupo de intelectuais participantes na elaboração de tais empreendimentos “político-pedagógicos” que pesquisavam e divulgavam, por meio de variadas cartilhas e publicações, aspectos da cultura e do desenvolvimento econômico do estado.<sup>185</sup>

---

<sup>185</sup> Como exemplo dessas publicações, algumas já mencionadas anteriormente, lista-se: *Ensaio sobre a economia catarinense* (1970), de Alcides Abreu, *Ensaio sobre Sociologia e Desenvolvimento em Santa Catarina* (1971), *Povo e tradição em Santa Catarina* (1971) e *Nova história de Santa Catarina* (1974),

No que diz respeito aos “nós” dessas redes e à maneira como elas, certas vezes, deslocavam-se e cresciam para além dos contatos profissionais — seguindo também pelos ambientes sociais da cidade —, pode-se retomar lembranças presentes nas entrevistas de história oral. Segundo Esperidião Amin Helou Filho (AMIN, 2018), apesar da diferença de idade entre ele e Corrêa (cerca de 6 anos), ambos se moviam pelos mesmos círculos sociais de Florianópolis, em especial aqueles que remetem às sociabilidades do centro da cidade. Amin, nesta mesma entrevista, relata que a irmã de Corrêa, Beatriz Pederneiras Corrêa, foi sua colega de graduação na Faculdade de Direito de Santa Catarina. Os contatos mais próximos com Corrêa, no entanto, teriam sido travados quando ambos exerciam funções na Secretaria de Educação e Cultura do Estado — à época, Corrêa era Diretor do Departamento de Cultura e Amin trabalhava junto ao Departamento de Administração (AMIN, 2018). Este mesmo momento coincide com a participação deles no “Ciclo Sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento” acima referido.

Ainda corroborando a perspectiva que se relaciona à força do capital simbólico de Corrêa na época (e portanto de sua inserção no seio de uma elite intelectual da cidade e, de certa forma, também do estado), pode-se citar o livro *Assim os vejo... homens do meu tempo* (1973), do desenhista Domingos Fossari. O livro se dedica a mostrar diversos personagens catarinenses relevantes aos olhos do cartunista gaúcho radicado em Florianópolis<sup>186</sup>. Consideradas na introdução como as “figuras da mais alta expressão no Estado de Santa Catarina” (SEIXAS NETTO, 1973, p. 5), as 107 caricaturas estão reunidas de modo a constituir, nas palavras de Seixas Netto, “um documentário quase vivo de recordação, de saudade e de admiração pelos que conduziram [...] os mais altos destinos do nosso povo e dele gozaram e gozam admiração respeito” (SEIXAS NETTO, 1973, p. 7). Nota-se, nesse trecho, o tom elogioso da introdução, questão que se desdobra até mesmo na maneira como as caricaturas retratam essas figuras (ver Anexo 9). Em vez do tom jocoso e de crítica comumente associado à forma caricatural<sup>187</sup>, as imagens homenageiam os políticos, intelectuais e artistas representados, dando destaque a elementos que pudessem simbolizar o exercício de suas profissões (como exemplo, a caricatura de Celestino Sachet segura algo

---

publicados por Silvio Coelho dos Santos, e *Cultura, Integração e Desenvolvimento* (1971), de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.

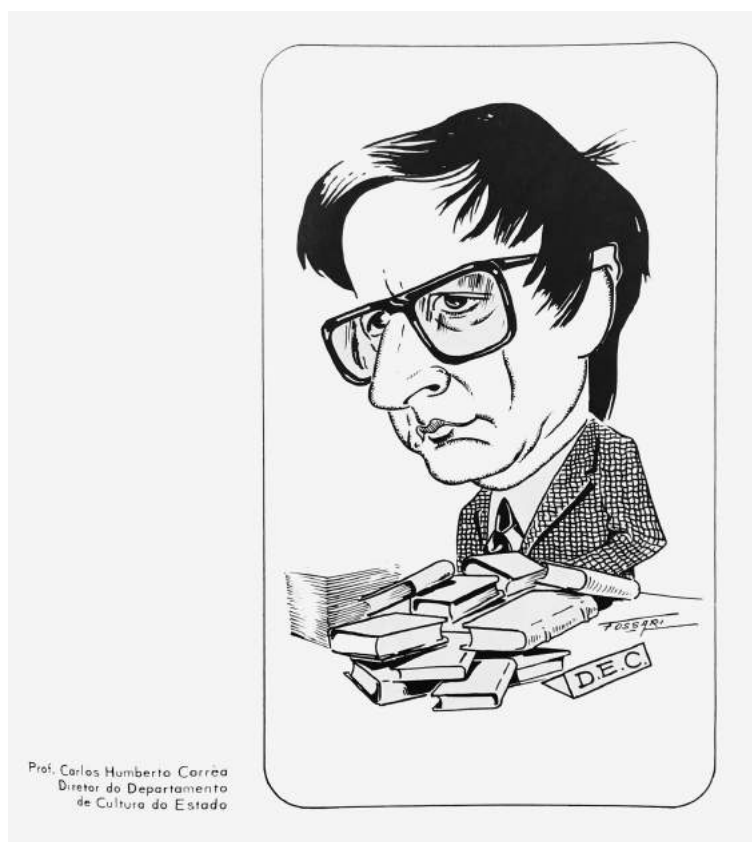
<sup>186</sup> Domingos Fossari chega a Florianópolis em 1943, mesmo local onde em 1987 viria a falecer.

<sup>187</sup> Etimologicamente a expressão caricatura vem do verbo italiano *caricare* e pode corresponder tanto a noção de ridicularizar, satirizar, criticar, quanto de “carga”, “peso”. No século XVII ela passa a ser utilizada também para designar as ilustrações “carregadas” de personagens renomados da época. Na França, a palavra utilizada para nomear esse tipo de desenho é *charge* e, de maneira semelhante, se refere a ideia de “fazer carga”, “pesar” (SILVEIRA, 2009, p.24).

como um pergaminho, fazendo alusão ao seu papel de “regente” como reitor da UDESC). Partindo dessa observação, pode-se inferir sobre qual imagem — produzida a partir da “visão” de Fossari — que os responsáveis pela edição do livro, a editora Lunardelli e a UDESC (instituição à qual se ligavam alguns daqueles “homenageados”), desejaram que fosse registrada e divulgada.

Ao longo das diversas ilustrações, é possível visualizar personagens como ex-governadores do estado, funcionários públicos, ex-reitores da UFSC e da UDESC, artistas plásticos, figuras que circulavam pelo IHGSC e pela ACL, personagens ligados à Igreja Católica, ex-prefeitos de Florianópolis e um personagem em especial, mencionado por Esperidião Amin em sua entrevista como uma figura chave na nomeação de Corrêa ao cargo de Diretor de Cultura do Estado em 1969: Jaldyr Behring Faustino da Silva<sup>188</sup>.

Figura 4 – Caricatura de Corrêa produzida por Domingos Fossari



Fonte: Fossari (1973, p.28).

<sup>188</sup> O pertencimento destes personagens a uma mesma rede é reforçado por indícios como o discurso intitulado *Sessão de saudade do acadêmico Jaldyr Bhering Faustino da Silva: discurso de Carlos Humberto Corrêa* publicado em 1995 na *Revista da Academia Catarinense de Letras*.



No desenho acima é possível notar como a figura do intelectual é construída. Rodeado por livros e com feições austeras, a imagem de Corrêa que Fossari concebe se aproxima daquela que os depoimentos de história oral imprimiram. Apesar de seus suportes diferentes, as expressões orais e artísticas registram uma mesma narrativa memorial sobre Corrêa.

Visualizar as imagens do livro, considerando o cenário no qual Corrêa e os personagens com os quais ele manteve contatos profissionais e políticos estavam inseridos, fortalece a ideia de uma reunião entre “iguais”. A aproximação de sujeitos com seus pares se dava em momento oportuno, dado o contexto da chegada de indivíduos vindos de outras regiões. Assim, a identificação de um “igual” podia estreitar laços em benefício de pautas político-sociais comuns:

[...] a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho, ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas [...] (BOURDIEU, 1998a, p.68).

Mesmo que esta rede de relações constituída por Corrêa não possa ser simplesmente reduzida a dados objetivos como as “relações contingentes” estabelecidas a partir da proximidade espacial e física (como a convivência diária em um mesmo departamento ou vizinhança), estes componentes não podem ser eliminados da análise, pois se constituem elementos que podem ser reconvertidos em “relações sociais diretamente utilizáveis”, ou seja, em capital social.

Sobre a passagem de Corrêa pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social de Florianópolis, vale ressaltar que as fontes que mencionam este acontecimento apontam para lugares divergentes. Enquanto o currículo encontrado ao final do livro de sua autoria, *Lições de Política e Cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e Relações com o Poder*, indica que foi nomeado secretário em 1975, o *Boletim* editado pelo IHGSC<sup>189</sup>, logo após o falecimento do historiador, informa o ano de 1976. Já Esperidião Amin, em entrevista, afirmou que Corrêa nunca exerceu tal função durante o seu governo, que se estendeu entre julho de 1975 a agosto de 1978 (AMIN, 2018). Tais “desencontros”, juntamente com a localização de outras documentações, sugerem que talvez Corrêa não teria efetivamente

---

<sup>189</sup> IHGSC. **Boletim**, Florianópolis, n.150, dez. 2010. p.1

exercido o cargo acima referido e que seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis poderia estar atrelado à sua participação na Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN). Formada em 1974 durante o mandato municipal de Nilton Severo da Costa, a comissão foi presidida inicialmente por Volney da Silva Milis<sup>190</sup>, então Secretário Municipal da Educação, Saúde e Assistência Social, e tinha como membros os professores Nereu do Valle Pereira, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Sara Regina Silveira de Souza, o arquiteto David Ferreira Lima e o procurador Juarez Mey de Souza (RICHTER, 2009, p.50). A direção da Secretaria e a participação na Comissão são posições hierarquicamente distintas na gestão administrativa; porém, ambas ressaltam as ligações e redes políticas de Corrêa e o seu lugar frente às estratégias e políticas culturais governamentais.

No cenário das políticas culturais governamentais, a discussão da derrubada do Miramar, ocorrida em 1974, é emblemática para pensar as interações de Corrêa numa cidade que se modificava. Construído na década de 1920, o Miramar era um trapiche localizado na orla central de Florianópolis, muito próximo à Praça XV de Novembro. Nele, além de realizar-se o embarque e o desembarque de passageiros do serviço de ligação marítima entre a ilha de Santa Catarina e o continente, funcionava o Bar Miramar, que durante décadas foi espaço de sociabilidade da população florianopolitana. Sua edificação foi representativa dos modos de viver da Florianópolis do início do século XX. Hoje, essa representação é lembrada através de monumento inaugurado em 2001, no antigo espaço ocupado pela construção original.

Segundo o historiador Fábio Richter, a COTESPHAN (comissão da qual Corrêa fez parte) silenciou-se perante o debate que decidiria o porvir do Miramar, preferindo se manifestar a favor do tombamento de outro imóvel histórico da cidade, o Forte de Santa Bárbara (proposta à qual Corrêa, curiosamente, teria sido contrário) (RICHTER, 2009, p.53). No que Richter entendeu como uma sucessão de atitudes discrepantes, foi selado o destino do Miramar, demolido em prol de uma cidade que queria apagar aquilo que remetia a um passado entendido como provinciano.

Nessa mesma década (1977), vale lembrar, Corrêa participou também de outra comissão voltada a discussões do patrimônio histórico e cultural catarinense: o Grupo de

---

<sup>190</sup> Foi professor do curso de Direito da UFSC, exercendo na universidade cargos administrativos como o de pró-reitor durante o mandato do reitor Gaspar Erich Stemmer (1976-1980).

Trabalho para implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC). Nessa lógica, é curioso perceber que enquanto o Miramar — espaço “democrático”, de construção de sociabilidade de uma população urbana florianopolitana, pavilhão onde “camadas culturais e experiências sociais se entrelaçaram durante décadas” (NONNENMACHER, 2007, p.11) — pareceu não ser digno de preocupações, o MHSC, idealizado a partir da lógica de uma história política eminentemente excludente e elitista, era merecedor de uma maior atenção. Esse fato parece ser também eco dos interesses pessoais de Corrêa.

A década de 1980 em Florianópolis se colocou como um momento em que as transformações vividas pela cidade em décadas posteriores ainda estavam sendo assimiladas pela população. O crescimento das classes médias com a chegada de moradores vindos de outros espaços geográficos, o alargamento do espaço urbano “e a sensação de que, num curto espaço de tempo, a fisionomia da cidade sofreria alterações irreversíveis, introduziram a população numa [nova] temporalidade” (LOHN, 2016, p. 302). Nesse cenário Corrêa foi responsável por coordenar uma nova empreitada em que pôde aliar seus interesses temáticos e metodológicos, lançando mão da história política e também da história oral. O projeto nomeado *Registros da Memória Pública*, já mencionado, resultou na produção de dois livretos impressos, dedicados a dois ex-governadores catarinenses: Celso Ramos (volume 1) e Ivo Silveira (volume 2). Desenvolvido durante o governo de Esperidião Amin, o projeto tinha como instituições envolvidas a Fundação Catarinense de Cultura, o Arquivo Público (naquele momento coordenado por Iaponan Soares) e a UFSC (representada pela presença de Corrêa e por alunos por ele convidados). Segundo Corrêa, na introdução da publicação, o projeto teria sido idealizado e incentivado por Paulo Gouvea da Costa<sup>191</sup>, quando este estava à frente da Secretaria de Administração do Estado em 1984, e ficou sob seu encargo somente a partir de 1985. Em linhas gerais, ambas as publicações tratam do levantamento de material bibliográfico relacionado a essas figuras políticas e do uso da história oral, na prática concretizada com a publicação das entrevistas conduzidas por Corrêa com cada um destes ex-governadores.

---

<sup>191</sup> Nascido em 13 de maio de 1943 em Cachoeira do Sul (RS), Costa circulou por diversos estados brasileiros. Em Santa Catarina, foi filiado a partidos como a ARENA e o PDS e exerceu diversas funções em instituições públicas e privadas. Foi professor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC); Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e Secretário da Educação durante o governo Jorge Bornhausen (1979-1982); e Secretário de Estado da Administração, entre 1983 e 1985, no governo de Esperidião Amin.

Favorecida talvez pelo momento de reabertura política, a publicação de ambos os livros se dá em 1986. Nesse sentido, é interessante pensar sobre quais registros estas publicações almejavam deixar e como eles vão ao encontro de outras obras de Corrêa. No caso do livro dedicado a Celso Ramos, Corrêa reforça um afastamento do político da herança oligárquica de sua família, atribuindo à própria figura de Ramos o mérito de um período de governo, segundo o historiador, bem sucedido:

Celso Ramos, talvez o último de uma família de maior projeção pública de Santa Catarina expressou não a culminância de um sistema oligárquico, como a primeira vista parece ser, mas, reconhecidamente, uma das mais expressivas administrações estaduais dos últimos tempos [...] (CORRÊA, 1986, p.5).

Já na publicação referente a Ivo Silveira, o apagamento se dá em relação ao regime autoritário instaurado no país e à presumida independência e maestria com que Silveira soube manejar os interesses do estado. A questão do desenvolvimento também fica evidenciada na abertura da obra:

Governou o estado de Santa Catarina, num período conturbado da História recente do Brasil, que compreende os governos Castelo Branco e Médici. Entretanto, por sua formação democrática, soube separar os problemas do regime autoritário da administração estadual, sabendo aproveitar as potencialidades do Estado e do povo catarinense com o objetivo do desenvolvimento global de sua terra. (CORRÊA, 1986, p.5).

A própria perspectiva de homenagem aparece no texto de Corrêa:

Com a publicação de mais este volume desta coleção, esperamos não somente homenagear o homem público que foi e é Ivo Silveira, mas também contribuir para o registro da memória administrativa e política de Santa Catarina. (CORRÊA, 1986, p.6).

Compreendido o caráter de homenagem que ambas as publicações agregam, é importante ressaltar que as figuras políticas (temas principais das obras) ainda estavam vivas no momento em que elas foram lançadas. Dada esta configuração, fica bastante evidente qual tipo de memória o governo estadual estava focado em disseminar e quais os apagamentos desejava que fossem feitos. Além disso, a atuação de Corrêa como a “voz autorizada” a realizar tal empreendimento reforça o quanto a sua presença em determinadas redes abriu o seu campo de possibilidades.

Enquanto na década de 1980 os projetos de Corrêa e as suas redes se encontravam com maior frequência dentro (mas não somente) do espaço da UFSC, como evidenciaram capítulos anteriores, a década de 1990 e os anos 2000 foram marcando o seu mergulho profundo nos interesses do IHGSC. Esse mergulho parece ter ressoado na maneira como a própria lembrança de alguns entrevistados se concretizou. A universidade nessa década parecia um ambiente pouco familiar e a própria migração de novos personagens aparece na fala de Corrêa. Quando perguntado sobre a revista do IHGSC e a gradativa diminuição da participação dos professores da UFSC nela, ele respondeu:

Por que o Departamento de História da Universidade se “descatarinensizou”. Totalmente. Hoje tu não encontras um catarinense dentro da Universidade. É tudo gaúcho. Porque nós fomos saindo, fomos nos aposentando, e fomos sendo substituídos por professores que vinham do Rio Grande do Sul. (CORRÊA, 2005).

Aqui o interesse não é confirmar as informações de Corrêa — se de fato houve um grande número de professores gaúchos integrados no corpo docente do Departamento de História —, o que importa nesse depoimento é a sensação de “despertencimento” presente em sua fala, algo que parece muito sintomático de todo o processo de crescimento da cidade de Florianópolis, da expansão da universidade, com novos alunos e professores vindos das mais diversas partes do país e da própria chegada, ao departamento, de historiadoras e historiadores que não compartilhavam com ele as mesmas perspectivas e interesses em relação à disciplina histórica (cenário que apontava para uma suposta perda de prestígio de Corrêa entre estes novos grupos).

Fazendo um pequeno salto até os anos 2000, de forma a enfatizar o aspecto que diz respeito ao lugar de Corrêa como historiador, professor e principalmente presidente do IHGSC, reforça-se a permanência (ao menos para algumas audiências) de sua representação como um “homem de letras”, como uma “voz autorizada”. Essa ideia pode ser observada tanto na correspondência oficial trocada entre Corrêa e Esperidião Amin, quando este era governador de Santa Catarina e aquele um dos membros do Conselho Estadual de Cultura, quanto na entrevista cedida por Amin. Esses indícios evidenciam outra vez o papel de Corrêa como intelectual capaz de referendar e trazer subsídios às decisões do governo do estado em relação aos “aspectos culturais” catarinenses e corroboram a importância da produção intelectual e da circulação de intelectuais, sobretudo oriundos do IHGSC, nos círculos

governamentais com intuito de auxiliar e endossar a elaboração de políticas culturais e educacionais.

A partir desse panorama, é possível retomar o debate envolvendo a noção de cultura política, desenvolvido no capítulo inicial. Enquanto as redes de sociabilidade, bastante discutidas ao longo do trabalho, pressupõem a existência de mecanismos informais de pertencimento político, as culturas políticas apresentam características mais “formalizadas” em relação a este pertencimento (as organizações políticas poderiam ser inseridas nesse cenário). Por compreenderem um conjunto de atitudes e convicções que dão significado e guiam o comportamento de seus atores, as culturas políticas evidenciam os pressupostos que regem as movimentações de determinados grupos com o objetivo de concretizar suas aspirações políticas.

A relação entre Esperidião Amin e Corrêa pode ser discutida por meio da perspectiva das culturas políticas, pois apresenta traços dessa “formalidade” que está materializada nos projetos compartilhados pela “família política” da qual faziam parte. Como já mencionado, Corrêa não foi diretamente filiado a nenhum partido político, porém pareceu aderir a crenças e sentimentos que caracterizavam determinado grupo político catarinense — ao qual Amin estaria ligado. O programa político ao qual ele estaria vinculado não estava propriamente “escrito”, mas tomou forma a partir dos projetos com os quais contribuiu. A partir de seu ofício, como historiador, Corrêa participou da construção de uma leitura do passado que serviu aos objetivos de sua família política, por sua vez situada dentro de uma “cultura política catarinense”, tal qual abordada anteriormente.

O espaço físico do IHGSC como local de sociabilidade e de produção intelectual para Corrêa e suas redes foi também temática marcante em algumas das entrevistas recolhidas ao longo da pesquisa. O IHGSC era o lugar onde ele poderia ser encontrado, seja para uma conversa, uma consulta ou para uma entrevista. Na fala da bibliotecária Patrícia Régis, que conviveu com o historiador quando este era presidente do IHGSC, essa questão se desenrola:

O contato com ele? Ele tinha muitas entrevistas... De vez em quando a gente entrava [na sala] e ele tava dando entrevista... Era uma pessoa muito solicitada na área acadêmica, e também os jornalistas, televisão, querendo saber sobre a história de Florianópolis, aquela coisa toda que ele dominava o assunto. Inclusive um dia, eu achei tão engraçado, um rapaz foi fazer entrevista com ele, e o rapaz não estava contente com a sala, ele queria trazer o professor para o *hall* do museu. Botou o professor ali, mas ele assim [o entrevistador]: “Mas aqui tá muito escuro né?”. Ele não ficou satisfeito, o professor foi parar no portão do museu lá fora. Ele assim

[Corrêa], “Eu nunca fiz uma entrevista que tive que mudar tanto de lugar”, aí eu [falei] assim: “Professor, haja paciência né?”, ele [disse]: “Então, se eu ganhasse um real por cada entrevista!” [risos] (RÉGIS, 2019).

A importância do IHGSC — e até mesmo da ACL — como um ponto de encontro fica mais evidente no depoimento do jornalista Moacir Pereira, que em diferentes momentos da entrevista discorre sobre esses momentos de convivência:

Então a gente tinha uma convivência muito rica e diria mais que rica, produtiva. Porque quando eu ia lá ou quando a gente se encontrava, na ACL ou IHGSC, com o Jali muitas vezes presente também, a gente trocava ideia, [nesses momentos] surgiu esse livro, surgiu esse livro grosso sobre Florianópolis.

A gente só se encontrava em eventos sociais quando era promovido pelo IHGSC ou ACL. É curioso, que ficava ali na parte central, e sempre que eu ia ali pro Centro... Eu gostava muito de circular pelo centro da cidade, caminhar na rua, pra sentir a cidade e tal. E com frequência eu passava ali. Essa é a imagem que fica também. Pra você ter ideia, toda tarde os dois estavam ali, o Jali e [Carlos Humberto]... É uma cena muito forte na minha cabeça também, não teve dia que eu tive ali, das dezenas, centenas de vezes... (PEREIRA, 2019).

Associada a outros indícios, a entrevista com Moacir Pereira permitiu observar mais um recorte na “paisagem” da cidade por onde Corrêa e seus interlocutores circularam, agiram e, principalmente, como expõe o depoimento, conviveram. Por este ponto de vista, Florianópolis se abriu para Corrêa como um campo de possibilidades. Nesse campo, ao mesmo tempo que transitava entre espaços de sociabilidade diversos, Corrêa teceu as redes que redundaram na construção de seu legado e na composição de memórias possíveis sobre seu trabalho e personalidade.

## 5.2 A edificação de um legado

E ele, eu acho, é esse salto entre as duas gerações [...]. Eu não sei se ele faz isso intencionalmente, mas eu acho que ele é essa passagem, eu acho que ele é essa ponte (LAUS, 2019).

[...] esse é o grande legado que deixou aí, enquanto pôde fazer o que pretendia... (MEIRINHO, 2018).

Ao longo deste capítulo, foi possível perceber, no trânsito de Corrêa por diversos espaços políticos e culturais de Santa Catarina, em especial aqueles localizados na cidade de Florianópolis, a mobilização do capital político, cultural e social herdado de seus familiares e

a incorporação de redes de sociabilidades que ele mesmo foi construindo ao longo de sua trajetória profissional. Partindo do mapeamento dessas redes, objetivou-se perscrutar os caminhos relacionados às narrativas sobre este historiador e com o legado por ele deixado. Questiona-se aqui a possibilidade de afirmar a existência de alguma reverberação destas mesmas redes na construção do legado e das imagens de intelectual, historiador e professor associadas a Carlos Humberto Pederneira Corrêa: quanto de passado (e qual passado) ecoa nas memórias acerca de Corrêa ainda no tempo presente? Esta interrogação parte do entendimento de que coexistem, no presente, diversos estratos temporais carregados de permanências ou modificações que se operam conforme suas próprias velocidades (KOSELLECK, 2014).

Nesta análise, com intuito de inquirir esse passado que se torna presente, em especial nas entrevistas de história oral, foi importante compreender que estas narrativas memoriais têm “o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis — isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato” (ALBERTI, 2004, p. 9). Assim, elas permitiram ver aspectos da trajetória de Corrêa para além das páginas impressas, nos lugares mais subjetivos das conexões que ele estabeleceu. No entanto, esta subjetividade não deve ser pensada como problemática ou vazia de significado para a história, pois quando aquele ou aquela que entrevistamos nos deixa “entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade, elas devem ser tomadas como fatos, e não como ‘construções’ desprovidas de relação com a realidade” (ALBERTI, 2004, p.10). As memórias presentes nestes relatos ajudam a entender o legado por ele construído, bem como são reverberações deste mesmo legado.

A noção de legado é inspirada no trabalho de Luciana Heymann, *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*<sup>192</sup>, no qual ela analisa os processos de salvaguarda que resultaram na criação do arquivo pessoal do intelectual Darcy Ribeiro. Heymann se interessou pela forma de atuação dos diversos agentes (família, colegas profissionais e ele próprio, por exemplo) desse projeto, que objetivavam moldar, a partir das escolhas operadas frente ao arquivo pessoal de Darcy, um discurso projetado para o futuro e para o legado que se desejava perpetuar. A ideia, em linhas gerais, proporia “analisar as condições de produção

---

<sup>192</sup> A obra é um desdobramento de sua tese de doutorado *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro* defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 2009.



de legados históricos por meio da criação de instituições de memória, atentando para o investimento nos acervos pessoais e em seu valor de testemunho” (HEYMANN, 2005, p.2).

Aqui o foco não se volta especificamente para este tipo de operação de arquivamento, ou seja, não se intenta investigar os processos de formação de um arquivo pessoal de Corrêa. Porém, a ideia de *analisar as condições de produção* de seu legado pareceu bastante pertinente, tendo-se em conta a tentativa de pensar o campo de possibilidades que se abriram e se fecharam para Corrêa ao longo de sua trajetória, tomando sempre como base os seus contatos políticos e intelectuais. Portanto, a ideia de legado aqui trazida opera lado a lado com a noção de capital simbólico. Ao pensar estas ideias como grandezas proporcionais, podemos tentar entender o legado construído ao longo de uma trajetória pessoal ou profissional e aquele que fica para a posteridade. O capital simbólico do qual dispunha Corrêa, que remete já para uma herança familiar, aponta para o seu campo de possibilidades e para os discursos e ações operados no sentido de construir uma memória acerca do professor, historiador, presidente do IHGSC e, até mesmo, do “historiador tradicional”.

Ao longo de sua trajetória, ou, nas palavras de Jali Meirinho, “enquanto pôde fazer o que pretendia”, Corrêa participou de iniciativas em conjunto a outros intelectuais, publicou obras e organizou projetos editoriais. Ao executar seus deslizamentos, o historiador foi efetuando escolhas e ocupando o espaço de “voz autorizada” para as mais diversas consultas. Em relato, Corrêa dá indícios da construção dessa reputação:

Outro dia um sujeito me telefonou doido da vida porque queria uma posição do Instituto sobre o problema do Mercado Público. Eu disse: O Instituto não tem nada que se meter com isso! O Instituto vai estudar a briga que está havendo do Mercado Público: agora, não, se metendo na restauração do Mercado Público. Não temos essa função. Pra isso existe Patrimônio Histórico, uma porção de coisas [...] (CORRÊA, 2005).

Enquanto nessa narração Corrêa “foge” do debate, assumindo uma pretensa posição de neutralidade, em 2004, quando chamado para opinar sobre outro tema, ele não se esquivava da discussão. O episódio em questão se referia à tentativa de mudança do hino oficial do estado de Santa Catarina, temática que de tempos em tempos aflora como pauta política.<sup>193</sup>

---

<sup>193</sup> A questão da mudança do hino foi pauta em distintos momentos, como registram os diários da Assembleia: Diário da Assembleia n.6194 (2010), Diário da Assembleia n.6196 (2010) e Diário da Assembleia n.6278 (2011), Diário da Assembleia n.6312 (2011).

O posicionamento de Corrêa em relação à polêmica é requisitado devido à sua função como membro do Conselho Estadual de Cultura. Uma cópia do parecer por ele elaborado, encontrada em meio à documentação abrigada no IHGSC, afirma que a proposta de mudança havia sido feita pelo jornalista Mauro Júlio César Amorim — o qual teria apadrinhado a proposta do padre Ney Brasil Pereira<sup>194</sup> — e teria chegado às mãos do então governador Esperidião Amin, que repassou o processo para a Fundação Catarinense de Cultura. No parecer, Corrêa se posiciona contrariamente à mudança<sup>195</sup>, alegando que

[...] cada um destes símbolos, nacionais ou estaduais são frutos de um determinado momento histórico em que foram elaborados, aceitemos ou não estes momentos; envergonhemo-nos ou não do nosso passado. [...] Devemos analisá-los à luz da ciência histórica e nunca nos culpamos pela história que construiu a nossa Nação ou o nosso estado. [...] Hino Nacional ou Estadual é símbolo da Nação ou do Estado e não pode ser mudado cada vez que alguém não gosta de sua música ou letra. O de Santa Catarina, em particular, não é cantado porque não é ensinado nas escolas, e não por ser difícil ou contes [sic] feitos centenários que sejam motivo para enrubescer aqueles que o executem.

Sem entrar na discussão em relação aos meandros do próprio posicionamento de Corrêa, mas sim pensando sobre o seu ato de se posicionar perante o assunto, diferentemente da opção neutra que toma na entrevista cedida em 2005, é possível refletir acerca da noção do historiador como um juiz<sup>196</sup>, bem como nos sucessivos posicionamentos conflitantes que podemos encontrar em uma mesma trajetória individual. Essa questão, mais uma vez, aponta para os deslizamentos desse historiador e para a historicidade que permeia todo esse processo. Naquele momento, a sua “voz autorizada” era referendada por seu papel como presidente do IHGSC.

---

<sup>194</sup> Estes personagens compartilham as mesmas alegações do Deputado Estadual lageano Sérgio Godinho (filiado ao PTB), que também em 2004 justificava a alteração argumentando que “o texto em questão nada diz do nosso Estado, da nossa vida, da nossa história, dos nossos valores catarinenses” e sugeria o Projeto de Lei nº 113/04, no qual constavam a proposta da organização de uma consulta popular e, posteriormente, um certame licitatório para a elaboração de um novo hino. Não foram encontrados indícios em relação à interlocução entre estes personagens, que parecem ter naquele momento algum tipo de diálogo dada a coincidência entre seus discursos.

<sup>195</sup> Em vídeo produzido pela TV Assembleia, ele se posiciona da mesma maneira seis anos depois, quando a mudança do hino voltou a ser pauta na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. TVAL - Hino de Santa Catarina. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (4m 32s). Publicado pelo canal Deluana Buss. Disponível em: <https://vimeo.com/13830864> Acesso em: 9 jan. 2020

<sup>196</sup> A “judicialização” do papel do historiador na contemporaneidade é discussão abordada por François Hartog em *Crer em História* (2017) e Olivier Dumolin em *O papel social do historiador: Da cátedra ao tribunal* (2017), já a comparação entre as tarefas de historiadores e juizes é objeto de reflexão do filósofo Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento* (2007).

Ao ocupar o lugar de presidente do IHGSC, Corrêa, fortuitamente ou não, pareceu deixar uma mensagem sobre as suas escolhas pela história política, pela história de Santa Catarina e por uma história das elites, que ele próprio afirma ser uma escolha por afinidade e por toda vida: “A minha história é com a elite, e eu vou trabalhar com a elite a vida toda.” (CORRÊA, 2005). Tais predileções ressoam na imagem dele vista pelos olhos alheios; assim aponta, por exemplo, correspondência datada de 24 de março de 2009 remetida pela direção do Hospital de Caridade à Corrêa para agradecer sua participação no lançamento do livro “Imperial Hospital de Caridade”, no qual ele colaborou escrevendo a apresentação. Mesmo entendendo que o caráter da carta seja elogioso, dadas as circunstâncias nas quais ela foi produzida, é relevante perceber que o autor do documento caracteriza Corrêa como “o maior conhecedor da História de nossa Capital”. Tal caracterização, em seu turno, parece, portanto, remeter tanto para as escolhas quanto para o importante trânsito que Corrêa efetuou, nunca se limitando a falar exclusivamente com uma instituição, mas sempre deslizando entre diversas audiências.

Durante treze anos ininterruptos (1997- 2010), Corrêa ocupou o cargo de presidente do IHGSC, lugar onde se recolhe logo após a sua aposentadoria da UFSC, esta um espaço onde aquilo que ele representava já não era mais tão benquisto (GONÇALVES, 2006). É difícil precisar se teria sido essa a conjuntura que o levou, como sugerem diversos indícios, a atuar de maneira tão ativa no Instituto. No entanto, é flagrante em seu legado que chega ao nosso presente a imagem de uma “obstinada” luta cotidiana pela difusão e crescimento do IHGSC. Eliana Bahia, ex-orientanda de mestrado de Corrêa, associa a imagem dele a José Boiteux, entendido como principal idealizador o Instituto no final do século XIX:

Pra nós foi um presidente que fez, incorporou um pouco daquilo do José Boiteux. Disseminar o Instituto, que o Instituto era pra todos... Divulgar o que a gente fazia, que não é uma elite pensante... É uma elite pensante, mas que também dá acesso. Construir mais Institutos Históricos, uma forma de fomento desse conhecimento, dessas pessoas. Isso ele tava fazendo. Eu acho muito importante essa trajetória, ele fez várias no interior do estado, eu acho que foi assim um marco [...] (BAHIA, 2019).

A entrevista de Jali Meirinho coloca profunda ênfase nas contribuições de Corrêa para a historiografia catarinense, e suas afirmações parecem remeter à discussão, abordada anteriormente, sobre aquilo que seria “dizível” acerca de Corrêa. No seu relato, Meirinho imprime a memória que deseja perpetuar sobre seu colega e amigo. Sob essa perspectiva, é

notório o movimento narrativo pelo qual “[...] as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes sociais” (ALBERTI, 2004, p.14):

[...] o Carlos Humberto foi um historiador em tempo integral. Ele mergulhou na história e envolveu-se de modo tal e não saiu mais, só fez aquilo. Dentro do processo do estudo da história catarinense e abarcou a outra instituição, que foi a grande paixão dele que foi o Instituto Histórico. Ele tornou-se presidente e assumiu a sua vocação de historiador querendo transformar esta instituição naquela que fosse realmente a entidade que representasse fora do campo universitário, que representasse o campo da história catarinense. Isso ele conseguiu, projetar essa instituição nacionalmente e colocá-la dentro do estado numa projeção muito importante, basta ver as realizações que ele empreendeu nesse período em que ele presidiu. Projetando não só no estado, mas internacionalmente, visto que a morte dele na Bolívia foi em função da atividade que ele queria reunir as instituições de história do Cone Sul, na América do Sul, envolvendo Santa Catarina nesse processo, nessa viagem que ele fez à Bolívia pra entrar em contato com o Instituto Histórico da Bolívia e lá teve o acidente, a morte (MEIRINHO, 2018).

Meirinho versa sobre um Corrêa “historiador em tempo integral”, mergulhado na história e numa luta incansável em prol da divulgação do IHGSC. Porém, sua importante atuação em outras instituições não é ignorada pela fala do amigo:

Carlos Humberto foi muito importante enquanto esteve à frente dessas instituições, [...] por que ele tinha um dinamismo todo especial e a dedicação mesmo quase que como sendo um mentor das coisas que pudessem acontecer em termos da vida cultural e dentro do processo da história de Santa Catarina (MEIRINHO, 2018).

Algumas das pequenas notas e artigos publicados após o inesperado falecimento de Corrêa acompanham as lembranças trazidas nas entrevistas e enfocam sua atuação e seus esforços em trazer a estrutura do IHGSC para uma nova sede. Em *Um obstinado*<sup>197</sup>, artigo publicado no *Diário Catarinense* e escrito pelo também sócio do IHGSC e da ACL Carlos Alberto Silveira Lenzi, Carlos Humberto é um “solitário soldado” em busca de um novo espaço para o Instituto:

[...] Carlos Humberto foi o presidente que mais projetou nosso Instituto Histórico e Geográfico, nacional e internacionalmente. Mas a grande herança deixada por Carlos Humberto foi o resultado de sua luta solitária e obstinada para conseguir o cumprimento da promessa do governo do Estado (desde Adolfo Konder) de fixar a sede definitiva para a Academia de Letras (1920) e o Instituto Histórico (1986), ambos fundados pela clarividência de José Arthur Boiteux. Depois de percorrer, trabalhar e insistir, estoicamente, pelos intrincados corredores técnicos e

<sup>197</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. Um obstinado. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 30 nov. 2010.

burocráticos da administração pública estadual, conseguiu a destinação do antigo prédio Instituto Politécnico de Santa Catarina (depois Academia do Comércio), na Avenida Hercílio Luz, no Centro da Capital.

No mesmo artigo, Lenzi constrói a figura de Corrêa como um herói, tal qual um Ulisses, que, ao contrário da obra de Homero, tragicamente não retorna à Ítaca. Na representação que elabora, Corrêa é um homem bem-humorado e espirituoso, que, por teimosia e ímpeto de seguir exercendo suas funções como presidente do IHGSC, falece longe do abrigo de amigos e familiares:

Amigo de juventude, Carlos Humberto já era estimado pela sua cultura, bom humor (um causeur brincalhão) e também pela teimosia que, apesar de problemas de saúde, levou-o às altitudes de La Paz, para morrer longe dos amigos, dos confrades, de sua Evangelia, do filho, nora e neta, e sem inaugurar sua tão sonhada obra.

Por sua vez, *A perda do professor Carlos Humberto*<sup>198</sup>, de autoria de Maura Soares (assim como Lenzi, escritora vinculada ao IHGSC e à ACL), também prestou homenagem a Corrêa, destacando novamente a “cruzada” empreendida por ele para que fosse concretizada a transferência do Instituto para uma nova sede, a qual naquele ano chegava como um presente natalino (a inauguração do espaço se deu em meados de dezembro de 2010):

[...] E prestes a receber como um presente de Natal a sede tão sonhada, quis o destino mais uma vez provar o quanto a vida é efêmera, tirando do nosso convívio os dois presidentes, Lauro Junckes e Carlos Humberto Corrêa, como se estivesse dizendo: “vocês já cumpriram a missão; chegou o momento de sair de cena”.

Visto que repentinos, o falecimento de Corrêa e a cerimônia destinada a velar seu corpo foram temas que despontaram em algumas das entrevistas, trazendo um tom quase “folclórico” para o episódio. Nas palavras de Elizabeth Luz Souza, esse foi um momento que conturbou a rotina do Instituto:

Inclusive a vinda do corpo dele pra cá foi muito tumultuada, a gente marcou o velório no dia tal, aí vinha o corpo, aí vinha a mensagem, não, não foi liberado ainda... Ah chegou em São Paulo, vamos ter que abrir o corpo por causa de drogas.

<sup>198</sup> SOARES, Maura. A perda do professor Carlos Humberto. **Diário Catarinense**. [S. l.: s. n.], 2010. Dossiê Carlos Humberto Pedrneiras Corrêa. Arquivo do IHGSC.

E a imprensa toda em cima querendo saber ao certo a data, então trocava de dia, trocava de data. E na mesma hora, no dia que chegou, tinha um outro evento da prefeitura ou do governo também no Palácio, então era música de um lado e o velório dele do outro [...] (SOUZA, 2019).

Na entrevista realizada com Espiridião Amim, o episódio também entra em pauta — não a partir da fala de Amim, mas sim do cineasta Zeca Pires<sup>199</sup>, que coincidentemente estava na sala onde era realizada a entrevista com o político. Contado como se fosse quase uma anedota, Zeca traz outros elementos para além do episódio inusitado ocorrido no velório de Corrêa e reforça, em sua narrativa, o papel do IHGSC como um ponto de encontro, como um local de sociabilidade intelectual:

Zeca Pires: O Carlos Humberto foi da minha banca de mestrado [em história]... Eu sempre que passava ali, ele tava ali no IHGSC e eu passava ali pra conversar com ele. Certamente tem o lado folclórico quando veio o corpo dele da Bolívia... Porque tinha um evento da RBS ali no dia que chegou o corpo dele, e daí se conflitavam, né? Na hora deu aquele temporal assim, voou todo o negócio da RBS [grupo empresarial multimídia]... Teve um rolo assim, voou todo o negócio da RBS e ele chegou. Mas antes, o Sirotsky [presidente da RBS] disse que ele cancelou, mas na hora teve... E voou tudo. Já tava tudo arrumado, deu um temporal na hora que chegou o avião com o...

Espiridião Amim: Mas era uma exposição do quê?

Zeca Pires: Não, era uma festa da RBS, daí ia ficar ali o corpo presente dele, o caixão...

Espiridião Amim: Aonde?

Zeca Pires: No museu, no Cruz e Souza... Tinha uma festa da RBS no dia. Alguém me falou: “Zeca, isso dá um curta metragem” [...] (AMIN, PIRES, 2018).

Já o depoimento de Patrícia Régis, bibliotecária do IHGSC, além de trazer o episódio do velório, deixa entrever o legado de Corrêa marcado por uma imagem específica: a do “homem da cultura” que não era um “político de carreira”.

E no decorrer disso, tinha evento no Museu no dia que ele chegou pra ser velado, um evento da RBS com diretores da região toda, evento de gala, no Museu Cruz e Souza. E o IHGSC ia velar o professor lá, porque o professor era do IHGSC e ia ser velado ali. Aí foi uma comissão na sala da diretora, secretário da cultura, a Isa Grisard foi e o Lenzi foi também, que era do IHGSC. Daqui a pouco só se ouvia os gritos lá em cima, gritos, gritos... O Lenzi, “Não, não pode ser”. Eles queriam colocar ele na Assembleia Legislativa... **Ele não era político, nunca foi...** Queriam colocar na Câmara dos Vereadores, a mesma coisa queriam velar ele na Catedral... Ele nunca mostrou ser religioso... **Era na cultura, era no Museu!** Ele viveu ali quanto tempo, que se dedicava aquilo ali. E eles bateram o pé. Aí na sala que tu

<sup>199</sup> José Henrique Nunes Pires nasceu em Florianópolis em 1961. Filho de Anibal Nunes Pires (poeta e educador catarinense), Zeca Pires é bastante conhecido no estado por conta da sua produção como cineasta. Pires tem graduação em Administração e Jornalismo, bem como mestrado em História, todos realizados na UFSC.

entras no Museu à direita, eles velaram ele ali, fecharam a porta de entrada e tem um portãozinho ali na rua, quem chegava entrava por ali... Daí ele chegou e foi velado, eles organizando a festa, passagem de som, as mesas todas chiques... Chegou 17h da tarde ou 16h, deu um temporal que fez voar tudo, parecia um redemoinho que passou no museu e que botou tudo abaixo... "Só podia ser mesmo o professor", o pessoal dizia... Porque ele era contrário a festas dentro do Museu, pela segurança e preservação do museu, ele era contra festa com comidas e bebidas (RÉGIS, 2019, grifo nosso).

A partir da observação desse excerto, poder-se-ia refletir como o testemunho reforça o entendimento da “cultura” como alheia ao mundo político, quando na prática, como já observado ao longo da tese, esses dois campos não podem ser separados. Quando a entrevistada, na representação que constrói de Corrêa, efetua uma distinção entre estas duas dimensões, ela parece corroborar a percepção de que ele “deslizava” entre campos e espaços, e a sua não vinculação direta com esse mundo político, que poderia ter sido dada por exemplo a partir do exercício de cargos eletivos, permitia uma maior fluidez nos percursos que o historiador trilhou. Esse panorama aparenta assim posicioná-lo, mais uma vez, num entre-lugar, entre o mundo da cultura e o mundo político.

O episódio envolvendo a morte do “professor” também apareceu nas páginas dos jornais, em artigo no qual a realização concomitante de um evento festivo foi motivo de espanto e indignação:

Insólito:

Cena no mínimo insólita – e desrespeitosa – ontem à noite, no Palácio Cruz e Souza: ao mesmo tempo em que familiares e amigos velavam o corpo do professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, era realizado um evento festivo no mesmo prédio. O velório era para ter sido realizado durante o dia mas a burocracia do Estado brasileiro impediu a liberação do corpo em tempo<sup>200</sup>.

Outro indício encontrado nas páginas do jornal que foi relevante para pensar a memória perpetuada acerca desse personagem é a nota publicada na *Folha de S. Paulo*, na seção “Obituários”.

Estudioso da história catarinense

Inicialmente, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa ensinou história antiga e medieval, até que decidiu se especializar na história de seu estado natal: Santa Catarina.

<sup>200</sup> Insólito. **Notícias do Dia**. Florianópolis, 2 dez. 2010.

Nascido em Florianópolis, Carlos era filho e neto de médicos. O avô, também poeta, pertenceu à ACL (Academia Catarinense de Letras), e o pai foi deputado estadual. Fugindo da tradição, ele optou por estudar história, formando-se em 1964 pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Fez mestrado na instituição e doutorado na USP, em 1982.

Na UFSC, onde se aposentou chegou a ser professor titular de história.

Lançou livros sobre Santa Catarina. Sua última obra de maior impacto foi “História de Florianópolis Ilustrada” (2004), que teve três edições.

Um de seus trabalhos mais importantes, segundo a família, foi sua tese de doutorado sobre Santa Catarina durante a Revolução de 1930.

Dirigiu o Museu de Arte Moderna de Florianópolis e o Departamento de Cultura do Estado. Nos últimos tempos, além de ser da ACL, como o avô, presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de SC.

Brigava há uns cinco anos pela construção da nova sede do instituto e da academia. O prédio, que estava em reforma, deve ser inaugurado nas próximas semanas, sem a presença de Carlos.

Ele havia viajado para a Bolívia, onde assinara acordo de cooperação com a Academia Boliviana de História.

Na quarta (24), morreu em La Paz, aos 69, após um infarto. Seu corpo chegou anteontem a Florianópolis e foi cremado. Deixa viúva, o filho Ylmar, médico, e neta.<sup>201</sup>

Funcionando como uma “brevíssima” biografia, o texto do jornalista Estevão Bertoni destaca alguns dos elementos que ao longo deste trabalho foram colocados em relevo, em especial a escolha pelo estudo da história de Santa Catarina e a “briga” pela conclusão do processo de mudança de endereço do IHGSC e da ACL. Ao olhar esse perfil publicado em um periódico de circulação nacional, é preciso entender o funcionamento interno dessa seção do jornal com o objetivo de compreender quais as possíveis motivações que levaram à seleção do perfil de Corrêa para o que pode ser entendido como uma espécie de homenagem à sua trajetória. Segundo Mônica Martinez (2014, p.88), a seleção dos perfis a serem publicados no periódico acima referido é feita pelo próprio jornalista responsável por elaborar os textos do obituário, o que parece despontar como uma evidência da força da memória de Corrêa, ao menos em seu estado natal, o que, por sua vez, levou sua história para além das fronteiras estaduais. Na passagem dedicada a ele, a expressão “segundo a família” indica que seus familiares foram consultados para a elaboração do obituário. Assim, entende-se que eles selecionaram aquilo que consideravam merecer destaque e que poderia ser falado sobre ele, perpetuando, mais uma vez, determinada memória de sua trajetória.

Por fim, corroborando a proposta de um legado transmitido por Corrêa, desponta a criação, por meio do Decreto nº 9262, de 30 de agosto de 2011<sup>202</sup>, de uma creche no bairro

---

<sup>201</sup> BERTONI, E. Estudioso da História catarinense. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 dez. 2010. Caderno Cotidiano, p. C4.



Agrônômica, em Florianópolis, com o seu nome. A nomeação dessa unidade educacional se apresenta como um elemento sintomático da projeção de Corrêa nesses espaços políticos e da conversão da força política familiar em prol não de uma trajetória na política, mas sim para a construção de uma rede de relações com sujeitos portadores de certo prestígio social e intelectual, bem como para a força de sua memória. Esse cenário parece ecoar, por exemplo, na fala da bibliotecária Patrícia Régis, acima destacada, quando ela afasta Corrêa desse mundo político.

Por se tratar de um decreto municipal assinado diretamente pelo prefeito, não foi possível observar os trâmites do processo que emprestou o nome de Corrêa a tal espaço. Na busca por outros indícios das motivações desta escolha, não foram encontradas evidências que ligam o fato aos nomes presentes nas redes de sociabilidade de Corrêa aqui analisados. Os vestígios encontrados ao longo da pesquisa mostraram a presença de outros nomes que possivelmente também participavam destes mesmos círculos de Corrêa, como Rodolfo Joaquim Pinto da Luz<sup>203</sup>. Vinculado à UFSC, naquele momento ele ocupava o cargo de Secretário de Educação do município de Florianópolis. Na ocasião da inauguração da creche, Pinto da Luz foi responsável por proferir discurso homenageando a figura de Corrêa, segundo nota divulgada no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis:

Na ocasião, o Secretário de Educação Rodolfo Pinto da Luz homenageou a família de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e membro da Academia Catarinense de Letras. “Nada mais justo do que homenagear uma figura que foi tão importante para a nossa região e que infelizmente faleceu em 2010”. A viúva de Carlos, Evangelia Correa, foi presenteada com um buquê de flores.<sup>204</sup>

Alguns pontos podem ser destacados em relação a essa pequena nota: a ênfase na atuação de Corrêa junto ao IHGSC e à ACL e, conseqüentemente, o apagamento de sua carreira como professor universitário, algo visível também na imagem dele construída na maioria das notas relativas ao seu falecimento. Além disso, percebe-se que a evocação da

---

<sup>202</sup> Decreto n.º 9262, de 30 de agosto de 2011. Diário Oficial do Município de Florianópolis, Edição nº552, 31 de agosto de 2011.

<sup>203</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz nasceu em São Francisco do Sul no ano de 1948. Foi reitor da UFSC durante três mandatos, além de Secretário de Educação também em três oportunidades diferentes. Em 2016, foi candidato à vice-prefeito da capital na chapa de Angela Amin e, em 2018, concorreu a uma vaga como deputado estadual pelo PSD, não se elegendo em nenhuma das ocasiões.

<sup>204</sup> Vila Santa Rosa ganha nova creche. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 4 out. 2011. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notapagina&noti=5306> Acesso em: 30 jul. 2020

memória da trajetória de Corrêa no momento da inauguração parece se referir a uma trajetória (sobretudo intelectual) que não se encerrou com a sua morte — sua presença é um “ainda-aí” (ROUSSO, 2016). Essa presença “reatualizada” que ainda paira é visível no nome dado à creche, nos ecos de seus trabalhos ainda em 2016 publicados em revista de circulação estadual (CORRÊA, 2016)<sup>205</sup> e em homenagens póstumas (como discurso proferido na Câmara Federal de Deputados<sup>206</sup> e obtenção de medalha de honra<sup>207</sup>).

Nas entrevistas de história oral, o legado de Corrêa se manifestou através dos relatos sobre sua personalidade e seus encontros pessoais e profissionais. Os entrevistados descreveram imagens de Corrêa que, mesmo construídas sob óticas particulares, entrelaçaram-se e formaram uma representação comum. A narrativa de Sônia Laus permite observar essa dinâmica: para ela, como citado anteriormente, Corrêa é a ponte entre duas gerações; assim, como ponte, juntamente às outras narrativas pessoais, aqui se inferiu a imagem do historiador no entre-lugar. Na mesma entrevista, Laus trouxe à cena outra ideia repetida com frequência: a do historiador “especialista” em Santa Catarina, que devido a essa especificidade teria aberto “as portas da curiosidade [de Laus] sobre Santa Catarina”.

Outra questão que se mostra nas entrevistas são as relações assimétricas, muito marcadas no uso dos vocativos. Foi instigante notar que, enquanto alguns entrevistados se referiram a Corrêa pelo nome próprio, outros o chamavam de “professor”. Essa diferença de tratamento parece indicar o grau de intimidade e o “lugar hierárquico” de cada um dos entrevistados na relação com o historiador (até mesmo uma relação com tom paternalista foi notada nas falas das funcionárias do IHGSC). A partir de uma situação relacional específica,

---

<sup>205</sup> Vale lembrar que tal revista é publicada com o apoio do IHGSC, e no volume onde está publicado o artigo de Corrêa um dos membros do conselho consultivo era Jali Meirinho. A partir dessa observação, entende-se que a presença de Meirinho junto ao conselho parece apontar, mais uma vez, para o desejo por parte de um integrante das redes a que pertencia Corrêa, de resguardar, mesmo após o seu falecimento, os trabalhos desse historiador e de alguma forma também promover o seu legado.

<sup>206</sup> Pronunciamento do deputado Paulo Bornhausen: “[...] Ele era um intelectual que honrava Santa Catarina — ainda honra com sua memória —, e gostaria de deixar registrado aqui nos Anais da Câmara a importância desse grande cidadão catarinense, professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.” Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2010/12/EV071210.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020

<sup>207</sup> Em 2012, Corrêa recebeu a Medalha de Mérito Cruz e Souza, que tem como objetivo homenagear autores de obras literárias, artísticas, educacionais ou científicas relativas a Santa Catarina. Criada por meio do Decreto nº 4.892, de 17 de outubro de 1994, a comenda é concedida todos os anos e os nomes são indicados pelos membros do Conselho Estadual de Cultura. Os homenageados de 2012, além de Corrêa, eram: Anderson Gonçalves (Dança); Camerata Florianópolis (Música); Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (Patrimônio Histórico); Francisco Xavier Caprário (Cinema); Gelci José Coelho (Peninha) (Patrimônio Imaterial); Luiz Henrique Rosa (Música); Valmor (Nini) Beltrame (Teatro); Sára Beatriz Dutra e Silva Fermiano (Patrimônio); Trip Teatro (Teatro); Valdir Dutra (Teatro) Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/14161-14161-medalha-de-merito-cultural-cruz-e-souza> Acesso em: 11 jan. 2020.

eles compuseram um panorama geral, em comum. Essas narrativas atravessaram temporalidades e inscreveram estas experiências nos espaços habitados (RICOEUR, 2007), ou melhor, coabitados.

É seguindo, portanto, pelos caminhos da memória ou, mais apropriadamente, pelos caminhos abertos pela relação dialética entre memória e história, que o presente trabalho encontra as reflexões concernentes à História do Tempo Presente. Na sua maneira de pensar, a História do Tempo Presente leva em consideração a dinâmica inter-relacional de temporalidades subjacente aos seus diversos objetos de estudo, sejam eles políticos, sociais ou culturais. O que interessa a ela é operar e interrogar estas temporalidades a fim de constituir uma escrita da história atenta às (des)continuidades ou, como afirma Koselleck, atenta às “Muitas coisas [que] acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos.” (KOSELLECK, 2014, p.9).

Voltando a atenção para as questões elaboradas ao longo do trabalho e pensando, por sua vez, as temporalidades a elas relacionadas e a articulação entre as dimensões do passado, presente e futuro, com base na discussão de Koselleck (2014), que refletiu sobre a definição do que seria a História Contemporânea ou história do presente<sup>208</sup>, entende-se que estas dimensões podem estar articuladas de três maneiras distintas: a partir de um *passado presente* e um *futuro presente* (com um *presente presente* a elas correspondente); de um *presente passado* com seus *passados passados* e seus *futuros passados*; ou de um *presente futuro* com seu *passado futuro* e seu *futuro futuro* (KOSELLECK, 2014, p.232). Segundo o historiador alemão, é somente por meio destes arranjos que poder-se-ia iniciar uma discussão capaz de dar conta do “caleidoscópio das possibilidades históricas” (KOSELLECK, 2014, p.232), das possibilidades de experiências temporais e históricas e das narrativas a elas atreladas.

Em relação à trajetória de Corrêa, ao legado relacionado a esta trajetória e até mesmo ao desenrolar da escrita da presente tese, podem ser visualizados movimentos que se orientam tanto em direção ao passado quanto ao futuro, que encontram em cada presente o seu

---

<sup>208</sup> Para o autor, a ideia da História Contemporânea como uma história do presente seria insuficiente, pois em última instância essa concepção traria no seu interior a perspectiva de um presente que “engole” a cada instante as dimensões temporais de passado e futuro; portanto, tudo sempre se resumiria a um presente, ou ainda, por outro lado, poderia haver um presente que só é definido pela articulação de passado e futuro, e que, por sua vez, estaria “apagado”, dissolvido entre estas duas temporalidades: “A redefinição aparentemente precisa da história contemporânea como história do presente não nos livra do dilema de todas as histórias serem histórias do tempo e de, se analisadas sob o aspecto de suas dimensões temporais, estarem vinculadas ao seu respectivo presente, que ou abarca todas as dimensões ou pode ser interpretado apenas em vista do passado e do futuro, os quais absorvem todo o presente. Em termos teóricos, então, o uso linguístico convencional é insuficiente, para não dizer enganoso.” (KOSELLECK, 2014, p.231).

“acontecimento”, a sua singularidade — singularidade que, “por fim, resulta da sucessão de todo presente concebível com passados mutáveis e futuros que também se alteram” (KOSELLECK, 2014, p.232). Em especial, na perspectiva do legado aqui apresentada, as três dimensões temporais parecem estar articuladas entre um *passado presente* e um *futuro presente*. Elas ainda aparecem materializadas nas falas que retomam os *passados presentes* da trajetória de Corrêa, coordenando-os com uma expectativa de futuro (*futuros presentes*) expressa na reiteração de uma imagem acerca desse historiador que se deseja projetar no amanhã.

O legado, portanto, se construiu nos deslizamentos e permanece no “além-vida”. A ideia de legado ultrapassa o fim de uma trajetória e traz as impressões que ficaram até o presente (e que se projetam para o futuro). As memórias acerca de Corrêa que chegam até o presente fazem pensar como a construção de uma memória sobre determinado lugar, grupo social ou até mesmo um personagem pode ser um mecanismo de produção de poder simbólico. Ao olhar para estes discursos escritos ou orais (indícios do legado construído por ele e sustentado por suas redes), foi importante não perder de vista que, principalmente em relação às entrevistas, “conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações.” (ALBERTI, 2004, p.33).

Escrever a história é operar em diversos ritmos temporais. Ao longo desse capítulo, o interesse foi pensar o papel das redes de sociabilidade na formação do legado, e, nesse percurso, tentou-se dar especial atenção aos esforços, por parte de alguns personagens e em diferentes momentos, na tentativa de ancorar, no presente, lembranças do passado e da trajetória de Corrêa. Sendo assim, entende-se que, nesse contexto, estão em jogo não apenas o legado de uma trajetória de professor e historiador, mas também o modo pelo qual esse legado em forma de memória foi evocado no tempo presente. É nesse horizonte que se pode pensar acerca das memórias possíveis em torno de um mesmo personagem; aqui, as memórias possíveis acerca de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM HOMEM EM RELAÇÃO

[...] cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais (CERTEAU, 2002, p.38).

Eleger a trajetória de um personagem como um problema de pesquisa envolve, antes de tudo, entender que as individualidades se constroem a partir de suas relações com outros homens e mulheres, atuantes em campos, lugares e tempos distintos. Nessas dimensões, uma “pluralidade incoerente” encontra ambiente para florescer. Aqui, em especial, atentou-se para as relações profissionais, políticas, intelectuais de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Nascido em Florianópolis em abril de 1941 e falecido em novembro de 2010, Corrêa deslizou por diversos espaços durante sua vida profissional e atuou em diferentes funções em locais como o MAMF, o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, a UFSC e o IHGSC — só para mencionar alguns.

Tal percurso profissional multifacetado foi passível de ser observado a partir das mais diversas fontes; porém, vale lembrar, não foram perdidos de vista os pequenos detalhes de um mundo mais privado, que certas vezes saltou aos olhos e se colocou como uma reverberação da impossibilidade de demarcar fronteiras claras entre a sua vivência em um suposto mundo público e um mundo da intimidade. Aliás, é preciso pontuar que se compreende que o encontro com as próprias fontes condicionou a forma como Corrêa (em suas relações) foi apresentado ao longo da tese. A ausência dos documentos de seu arquivo pessoal fez com que tivéssemos que avistar sua trajetória principalmente pelos olhares de outros e pela narrativa pública deixada por ele ao longo da vida. Visto que essas memórias circulam no espaço público (e não no privado, íntimo, como quer um arquivo pessoal), elas podem ter direcionado as “boas” lembranças preservadas sobre ele e seu legado.

As relações que Corrêa estabeleceu foram pensadas a partir de lentes distintas: as das redes de sociabilidade, das redes políticas, das redes intelectuais e, certas vezes, também das familiares e de amizade. Nesse sentido, é preciso reconhecer que aqui se recortou algo que por ele foi experienciado como uma continuidade (não só uma continuidade vivida em sua existência concreta, mas também percebida nas narrativas construídas por ele e sobre ele). Os recortes foram necessários; caso contrário, a pesquisa provavelmente nunca encontraria seu fim. Cada indagação levava a novas entradas em um mesmo arquivo, cada análise levava a

outras leituras, sugerindo diversos caminhos alternativos — aqui se destaca o caso das publicações produzidas por Corrêa, que pareciam se multiplicar, emergindo sem que houvesse o tempo necessário para observá-las com o devido cuidado. Por essa razão é que muito se fala em “abandonar” um tema de pesquisa, pois é remota a possibilidade de esgotá-lo.

A trajetória profissional de Corrêa, ainda, mostrou encontros e deslizamentos que remetiam a uma herança familiar (redes de relações já estabelecidas por seus antepassados, as quais ressoaram em seus trabalhos). Essa herança foi por ele “lapidada” de acordo com as possibilidades que se abriam e se fechavam nos diversos tempos vividos e espaços percorridos; logo, Corrêa deslizou e “ajustou” suas condutas para atingir determinados fins (SCHMIDT, 2017). Observando as fontes a partir de diferentes escalas, buscou-se perceber as condições, adaptações e possíveis tensões envolvidas entre os planos individual e social (planos que não estão dados e acabados, mas que interagem).

A partir da operacionalização destes diferentes planos, a tese foi organizada em quatro capítulos, que, relacionados entre si, descreveram as interações de um personagem com diferentes agentes e a dimensão textual atrelada a esses diálogos. Assim, os deslocamentos de Corrêa no espaço e na escrita foram investigados a partir de indícios dessas interlocuções: os encontros relatados em jornais e revistas, as redes desenhadas em projetos editoriais, as entrevistas de história oral e as próprias obras e trabalhos de Corrêa. Qualquer suporte que registrou esses encontros foi importante para situá-los no tempo e no espaço. Mesmo não colocando a própria posição de Corrêa sobre essas interações — que se supõe possam estar presentes em seu arquivo pessoal —, a documentação consultada permitiu vislumbrar os circuitos por ele percorridos e a ligação entre esses circuitos que sua escrita explicitava. Através dessa documentação, percebeu-se que esses encontros individuais estão inscritos também em planos ampliados e não só no encontro íntimo e restrito; assim sendo, na medida em que foram perdidos alguns detalhes pessoais, ganhou-se a dimensão geral. Cada “nó” dessas redes, cada obra de Corrêa, cada entrevista se abria a projetos e processos políticos e intelectuais maiores desenvolvidos em Santa Catarina (e até no mundo, como o caso da emergência da história oral no estado).

Para compreender esses diversos caminhos, foi importante recuar a análise a período anterior ao seu nascimento, investigando os locais e grupos pelos quais circularam alguns de seus familiares. Evidenciou-se a partir desse olhar que a escrita de Corrêa se confundia com a sua herança, com as redes de sociabilidade herdadas e posteriormente construídas e também

com o legado por ele erigido — que atualmente é cultivado por aqueles que estiveram de alguma forma em contato com esse historiador. A sua “linhagem” e seus locais de pertencimento eram também os objetos de suas pesquisas e reflexões. Jogando com as escalas e colocando as fontes em perspectiva, sua trajetória (construída “em relação”) se materializou a partir das trocas e negociações entre o indivíduo e o mundo, entre Corrêa e o seu “lugar social”. No plano estadual, a valorização de Corrêa foi detectável na frequência com que participou de comissões e das vezes em que foi convidado a falar ou até mesmo a expressar sua opinião sobre determinados assuntos. Nesse sentido, podem ser lembrados alguns episódios destacados ao longo da tese como a sua presença junto à comissão responsável pela formação do MHSC, o convite para emitir uma opinião em relação à mudança do hino do estado de Santa Catarina e até mesmo a participação na comissão do prêmio Silvío Coelho dos Santos.

Apesar de serem detectáveis esses locais privilegiados onde ele exerceu papéis que exigiam opinião e decisão, e nos quais ele pôde se relacionar com personagens atrelados a uma elite política e intelectual catarinense, os vestígios encontrados representaram Corrêa como um homem que mostrou somente sua “superfície”. Os posicionamentos tomados ao longo de sua trajetória foram difíceis de definir, pois se exibiram quase sempre de forma difusa e pouco marcada, o que reforçou a ideia de que ele se posicionava em um entre-lugar. Essa resistência em se mostrar de forma mais profunda parece, inclusive, se materializar em episódios como o empecilho criado ao acesso do arquivo pessoal pela família ou ainda na sua própria recusa em assinar a lista de presença no dia do concurso que prestou para ingressar como professor da UDESC no início dos anos 1990. Tais questões apontam para um desejo de controlar os rastros que deveriam ficar para a posteridade. Nesses pequenos detalhes, Corrêa resistiu em aparecer. E foi esse suposto silêncio que pareceu autorizá-lo a “deslizar” com maior facilidade entre grupos e audiências, cargos e comissões, numa quase “onipresença”; assim, apesar de pouco “intensa”, sua presença pode ser percebida em muitos lugares.

À vista disso, reitera-se como suas movimentações traziam as marcas do capital social e cultural transferido por seus ancestrais — o qual ele ajustou, adaptou e reinventou de acordo com os seus próprios ideais e anseios. A partir desta ótica, notou-se que as suas reinvenções e o controle sobre o que trazia a público proporcionaram ainda a ideia de uma trajetória sem falhas, quase ausente de conflitos. Em relação às suas publicações, vislumbrou-se que Corrêa, a partir de seus deslizamentos e manobras no campo de possibilidades que oferecia a “paisagem” na qual viveu, produziu uma história “sob-controle”, a fim de atingir

determinados públicos e também financiadores. Como um exemplo dessa postura, quase sempre oportuna, pode ser lembrada a biografia de Nereu Ramos, que Corrêa lançou com o apoio do próprio governo do estado e na qual são flagrantes a homenagem ao político e a concepção de uma imagem dele que se almejava promover.

O “legado” aqui observado, sobretudo por meio das entrevistas, apontou para a reiteração de uma representação laudatória de Corrêa — a propósito, discursos construídos de maneira muito próxima àquelas narrativas biográficas que esse mesmo historiador produziu. Em diversas fontes aqui cotejadas, Corrêa é representado como um historiador do político, da intelectualidade, um defensor da história de Santa Catarina, a qual até o fim da sua vida teria pretendido homenagear e difundir. Esse desejo de honrar o seu estado natal apareceu com frequência nas falas que se referiam aos últimos anos de sua trajetória, em especial nos relatos que narraram os seus esforços na divulgação do IHGSC e na conquista de uma nova sede para essa instituição. As narrativas analisadas se direcionaram, assim, para a comemoração deste “legado”, o que, de certa forma, também deu sustento a determinado capital simbólico por Corrêa herdado, reconstruído e mantido, e que permitiu, até então, a interdição do seu esquecimento. Nesse sentido, pode-se pensar sobre o próprio espaço geográfico de atuação desse historiador, Santa Catarina, que sobretudo na década de 1970 poderia ser caracterizado como um local de autoridade de um grupo restrito de intelectuais, em grande medida subordinados a uma cultura política ligada a oligarquias dominantes no cenário político desde fins do século XIX. Para Corrêa, esse era um cenário de oportunidades, facilitado pela inserção de seus antecessores familiares nesta mesma lógica (e a memória cultivada em seu legado mostrou ser eco também dessa condição).

A pesquisa colocou a existência desse legado em suspensão, investigando e pondo em evidência alguns dos alicerces dessa memória. Como coloca Beatriz Sarlo, “O passado é sempre conflituoso” (SARLO, 2007, p. 9), pois nele concorrem pelo protagonismo a memória e a história, que nem sempre conseguem se conciliar pois estão em uma mútua relação de desconfiança. A história nem sempre acredita na memória, e em contrapartida a memória não deixa de requerer seu “direito de lembrança” nas narrativas que a história produz. No caso do legado de Corrêa, há a reivindicação de uma lembrança subjetiva específica, que apaga desse legado a existência de conflitos. É nesse palco que se manifestam os dilemas de uma História do Tempo Presente, na qual “Pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo ou um lugar-comum.” (SARLO, 2007, p.9). Em um primeiro olhar, a história e a memória de Corrêa estão supostamente conciliadas, pois parece



ter havido nesse percurso um desejo, dos promotores e guardiões (família, amigos e até o próprio Corrêa) dessa lembrança apaziguada, de que os rastros de atritos fossem apagados.

Ainda, Santa Catarina, principalmente Florianópolis, foi não somente o lugar de atuação de Corrêa, como também é o lugar de onde falo. Florianópolis é a cidade onde nasci e cresci; portanto, percorrer os locais por onde Corrêa andou foi também caminhar por lugares a mim familiares — são instituições, ruas e nomes que fazem parte do meu cotidiano. Trazendo questões para investigar a trajetória desse historiador, não me deparei somente com o conhecido, mas também aprendi coisas sobre a cidade. Ademais, para mim, como historiadora, a possibilidade de investigar a vida de outro historiador permitiu repensar os procedimentos do meu próprio ofício a partir de perspectivas sincrônicas e diacrônicas, nas suas problemáticas e historicidade. Tive também a chance de conhecer outros espaços acadêmicos fora do país por meio da oportunidade fomentada pelo programa de doutorado sanduíche oferecido pela CAPES. O intercâmbio nos Estados Unidos, país de origem de teorias que embasaram o projeto de história oral de Corrêa, proporcionou o acesso a outros acervos bibliográficos e a proximidade com outras lógicas no que se refere ao estudo de trajetórias individuais. Essas maneiras de pensar, que certas vezes se aproximaram e, claro, certas vezes se afastaram daquelas com as quais já havia tido contato, deram fôlego e perspectiva à pesquisa.

Desempacotando minhas ferramentas metodológicas, aproximei-me e afastei-me de meu objeto, sempre lembrando o que alerta Rousso (2016, p.245): “Não adianta o historiador deslocar-se para escapar da sua própria contemporaneidade, esta o pega sem que ele saiba exatamente onde e quando”. Em momentos inesperados, Carlos Humberto Corrêa também insistia em “me encontrar” de surpresa, seja na fala de um personagem que mesmo fora do planejamento acaba como entrevistado do projeto (como foi o caso do cineasta Zeca Pires), seja em eventos recentes como o “Outubro Místico”, realizado no Museu da Escola Catarinense em Florianópolis no dia 4 de outubro de 2019, quando, ao participar como expectadora do debate “Por que Desterro perdeu para Florianópolis? 125 anos da Revolução Federalista”<sup>209</sup>, ouvi reiteradamente a menção tanto ao nome de Corrêa quanto ao de outros

---

<sup>209</sup> O debate contava com a participação de Elaine Veras da Veiga, Vera Collaço, Rodrigo Rosa e Zeca Pires e fazia parte da programação do “Outubro Místico”, evento realizado por meio de uma parceria entre o Museu da Escola Catarinense, a Fundação Franklin Cascaes, a UDESC, a Fundação Catarinense de Cultura e a agência de publicidade Propague. Evento promove valorização a [sic] da Ilha de Santa Catarina com atividades durante o mês de outubro. Fundação Catarinense de Cultura. [S.I.], 30 set. 2019. Disponível em: <http://cultura.sc.gov.br/noticias/22141-evento-promove-valorizacao-a-mitologia-da-ilha-de-santa-catarina-com-atividades-durante-o-mes-de-outubro> Acesso em 13 jan. 2020.

participantes de suas redes (como Walter Piazza e Jali Meirinho). Esses elementos dão lastro à perspectiva que coloca Corrêa (e o grupo de intelectuais com quais se envolveu) como um “ainda-aí” (ROUSSO, 2016, p.18), como uma História do Tempo Presente.

Isto posto, vale trazer ao cenário as sugestões de Jean-François Sirinelli (2003, p. 239), quando discorre sobre “o problema da simpatia”, a qual, em seu sentido primordial, apontaria para as próprias escolhas subjacentes à prática historiográfica; porém, “resta contudo o sentido comum e, nesse registro, sem dúvida alguma, simpatias nascem, antipatias crescem, o todo acompanhando as curvas da evolução eventual do pesquisador” (SIRINELLI, 2003, p. 239). Ao levantar a questão dos historiadores e historiadoras, eles e elas também em posição de intelectuais, Sirinelli propõe que, ao invés de tentar ocultar essa condição, “sem dúvida é preciso tomar plena consciência del[a], assumi-l[a] de algum modo, a fim de avaliá-l[a]” (2003, p.239). Desde o início deste trabalho, evidenciaram-se as motivações que levaram ao desenvolvimento da presente pesquisa de tese e as escolhas teórico-metodológicas efetuadas. Não se buscou, nesse movimento, operar uma pretensa neutralidade, nem colocar Corrêa em posição de “réu” diante do “júri da história”. Para além das possíveis antipatias e simpatias frente às conclusões da pesquisa, o objetivo que se desenhava no horizonte sempre foi o de compreender Corrêa como um historiador e intelectual situado entre tempo(s) e espaço(s).

A forma como a História do Tempo Presente se configura está inevitavelmente ligada à extensão temporal, e o meu trabalho adquiriu seus contornos em vista dessa relação de proximidade temporal com o período investigado. O desenho tomado pela tese assim se deu pelos diferentes processos de seleção das fontes e das ferramentas metodológicas utilizadas e pelos caminhos distintos seguidos com a intenção atingir alguns dos objetivos traçados ainda no projeto de pesquisa. Essas questões mostram o quanto a “história do tempo presente talvez nos ajude a pensar os termos de nossa mensagem e argumento” (FAGUNDES, 2014, p.23), pois foi o “desencontro” com o arquivo de Corrêa o grande desencadeador das práticas historiográficas que aqui se concretizaram. O fio condutor da tese foi a trajetória profissional de Corrêa, porém ela também encontrou ao longo do processo o olhar e a presença de outros e o cruzamento de diferentes encontros e trajetos. Assim, a biografia intelectual de Ricoeur produzida por François Dosse foi importante para situar as minhas próprias práticas de pesquisa e escrita. Da mesma maneira que Ricoeur na obra de Dosse, Corrêa está “emaranhado em histórias” (DOSSE, 2009, p.375) e, muitas vezes, “descentrado” da narrativa. Desta forma, o trabalho acabou por dar espaço também para “os múltiplos

itinerários daqueles que cruzaram [com Corrêa] em momentos e redes diferentes.” (DOSSE, 2009, p.375).

Nessa contemporaneidade, como afirmou acima Rousso (2016), que às vezes nos pega de surpresa, a possibilidade de perscrutar alguns dos caminhos de Corrêa (um historiador, professor, divulgador de narrativas históricas em diversos formatos e para diferentes públicos) também nos provoca a questionar sobre qual é a nossa função como historiadoras e historiadores, sobre as diferentes formas pelas quais o conhecimento histórico é divulgado, sobre os outros autores que também são produtores de história, sobre a disputa para ser “voz autorizada”, sobre revisionismos, negacionismos, *fake news*; enfim, o estudo dessa trajetória nos incita a discutir acerca do papel que a história adquire nos mais diversos cenários.

Para refletir sobre essa questão, evoco o texto “O historiador e o falsário”, de Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi (2016), no qual é trazida à tona uma discussão que tangencia os usos públicos do passado, a função social do historiador junto a este panorama e as reverberações políticas do seu ofício. Primeiramente, os autores distinguem o que seria a *função da história* (que não é produzida apenas por personagens reconhecidos social, institucional e epistemologicamente como historiadores) e a *função do historiador* (profissional que é legitimado como tal a partir de elementos sociais, institucionais e epistemológicos), ambas portadoras de suas próprias historicidades. Acompanhando esse fio reflexivo, eles sugerem que “mais adequado do que se falar de funções para a história, seja pensá-la a partir de seus mais variados usos públicos e políticos. Trata-se de um deslocamento da questão: do *para que serve a história?* passamos para *de que forma a história é usada?*” (BAUER, NICOLAZZI, 2016, p.819, grifo do autor). Nesse deslocamento, Bauer e Nicolazzi permitem que pensemos também sobre “quem” escreve a história e “quem” faz o uso dela, e não apenas procuremos uma utilidade para o discurso histórico. Sendo assim, “não há como pensar a prática da história ou uma função social para ela sem levar em consideração o sujeito que a pratica e a própria função social por ele desempenhada.” (BAUER, NICOLAZZI, 2016, p.831). Como visto ao longo do trabalho, o *lugar social* de Corrêa não pode ser apartado da análise daquilo que ele produziu como autor; portanto, sua prática da história e a função que ele deu ao seu trabalho estiveram sempre associadas às suas relações e funções sociais (principalmente como historiador) e a outras formas de atuação, desde a direção do museu à presidência do IHGSC.

Como esta, muitas outras reflexões poderiam vir à baila; afinal; embora novos olhares, novas documentações encontradas e novas maneiras de pensar a história tragam novidades, elas também portam suas “incompletudes”. À luz de Ricoeur, quando este se remete à tarefa de “escrever a vida” (RICOEUR, 2007, p.523), atesto o “inacabamento” deste trabalho, entendendo-o não como uma imperfeição, mas como uma possibilidade que se abre ao futuro e às novas leituras que esta tese pode propiciar ou ainda fazer florir.

Para finalizar, retorno à epígrafe que abre essa tese. Uma epígrafe tem a função de dar o tom das páginas que a seguem; assim, o trecho retirado de *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, de certa maneira dá o tom de minha jornada de um pouco mais que quatro anos. Ao longo desse período, debruçei-me nas *jornadas de outrém* e desafiei colocá-las no papel. Na obra de Guimarães Rosa, um clássico da literatura brasileira, o personagem Riobaldo se lança à infundável e incerta travessia que é a vida, ela mesma cruzada por tantas outras “veredas”. Nas suas andanças pelo sertão, Riobaldo faz pensar como as trajetórias estão em função de ações e reações sobre as quais temos, ou não, controle. Ele, subestimando sua sabedoria de jagunço, buscou sentido nos acontecimentos desenrolados em seus trajetos e, quando se lançou a contá-los, serviu-se das reminiscências significantes no momento em que sua narrativa era enunciada. Nesse processo, ele sabia da impossibilidade de narrá-los em sua completude. Toda narrativa imprescinde de certos esquecimentos, e Riobaldo construiu a inteligibilidade da travessia pelo sertão, uma metáfora para a sua vida, a partir de “deslizamentos” pelo tempo, indo e voltando a datas e episódios recentes ou mais antigos. Analogamente, nas travessias aqui elegidas para pensar a trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, deram-se a ver “tantas horas de pessoas” e tempos entrecruzados. A “astúcia que têm certas coisas passadas” demandou da pesquisadora a iniciativa de fazer escolhas nem sempre fáceis, pois contar, como diria Riobaldo, “é muito, muito dificultoso”.

As “veredas” pelas quais caminhei e que culminaram nessa tese, nas suas contingências, trouxeram circunstâncias que não impediram a realização do trabalho; porém, desafiaram-me e impulsionaram-me a dar a ele novos contornos. Assim como as “veredas” são infinitas, e o “infinito” é o desfecho de *Grande Sertão: Veredas*, o ponto final que aqui colocarei pode ser a introdução de um novo “contar”.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- AGULHON, Maurice. **La Cercle dans la France Bougeouise 1810-1848: étude d'une mutation de sociabilité.** Paris: Librairie Armand Colin, 1977.
- AGULHON, Maurice. Visão dos Bastidores. *In:* AGULHON, Maurice; CHAUNU, Pierre (org.). **Ensaio de ego-história.** Lisboa: Editora 70, 1987. p.13-62.
- AGULHON, Maurice. La sociabilidad como categoria historica. *In:* PEREIRA, Teresa (org.) **Formas de sociabilidad en chile 1840-1940.** Santiago: Fundação Mario Góngora, 1992. p.1-10.
- AGULHON, Maurice; BODIGUEL, Maryvonne. **Les Associations au village.** Arles: Actes Sud, 1981.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture.** Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais.** Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- ARAÚJO, Hermes Reis de. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. *In:* BRANCHER, Ana Alice (org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. pp.102-113.
- AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. Apresentação: O que pode a biografia hoje? *In:* AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.) **O que pode a biografia.** São Paulo: Letra e voz, 2018. pp. 7-13.
- BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **Perfil de José Arthur Boiteux : um construtor da cultura catarinense.** 1994. 198 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento** – o contexto de François Rabelais. São Paulo : Hucitec; UnB, 1999.
- BARATA, Alexandre Mansur. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **Locus,** Juiz de Fora, v.1, n.1, p. 125-141, 1995.
- BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loiola.** Lisboa: Editora 70, 1971.
- BENDA, Julien. **A Traição dos Intelectuais.** São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BERNSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. *In:* AZEVEDO, Cecília *et al.* (org.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.29-46.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder:** dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p.203-234.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 169-180.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p.65-69.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUHNS, Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina** : discurso, patrimônio e poder (1970-1990). 2010. 169 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2010

BUDDE, Leani. **Jornadas impressas** : o Estado e Florianópolis - 1985 a 2009. 2013. 294 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 81-98, jan./jun. 2006.

CAMPOS, Emerson César de. **Territórios deslizantes**: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002). 2003. 235 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2003.

CAMPOS, Emerson César de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempos Saturados. *In*: CAMPOS, Emerson César de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.) **Florianópolis no Tempo Presente**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2010, p.263-271.

CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. **Ler História**, n. 68, p. 1-10, dez. 2015.

CANAL, Jordi. Maurice Agulhon: historia y compromiso republicano, **Historia Social**, Valência, n. 29, p. 47-72, 1997.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, 2005.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, UFSC, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. a arte de fazer. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. *In:* HEINZ, Flávio. (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.19-40.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa : Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- CORADINI, Lisabete. **Praça XV: espaço e sociabilidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.
- COSTA, Emília Viotti da. O que é a História: considerações a propósito de uma obra de E.H. Carr. **Revista de História**, São Paulo, v.27, n.53, p.433-445, 1963.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. **A contribuição historiográfica de Lucas Alexandre Boiteux no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro :1911-1957.** 1982. Dissertação (Mestrado em História) . Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1982.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa de guardar... Homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação**, Pelotas, v.12, n.25, p.109-130, mai./ago. 2008.
- CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA, Cristiani Bereta da. Historiografia catarinense e a escrita da História escolar de Lucas Alexandre Boiteux no início do século XX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 551-568, mai./ago. 2015.
- DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. **História da Educação**, Pelotas, UFPel, v.12, n.26, p.141-163, set./dez. 2008.
- DALLABRIDA, Norberto. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. **Revista brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2012.
- DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p. 223-258, nov. 1998.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida.** São Paulo: EDUSP, 2009.
- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador, entre Esfinge e Fênix.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2013.
- DOSSE, François. **Paul Ricoeur: Um filósofo em seu século.** Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: Da cátedra ao tribunal.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado** : ensaios de teoria da história. Baurú: EDUSC, 2007.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. 1997. 186 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1997.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. É possível fazer tábula rasa do passado... e do presente dos historiadores? *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. pp. 15-34.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Editoração, sociabilidades intelectuais e mediação cultura: a ação dos prefaciadores na publicação das obras completas de Rui Barbosa – (1939/1949). *In*: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.) **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.366-402.

FERREIRA, Cristina. **Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira**: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí. Florianópolis. 1998. 165 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

FERREIRA, Marieta de M. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n.47, p.45-59, jun. 2012.

FREITAS, Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número**: o negro na historiografia de Santa Catarina. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. Verbetes Biográfico Aristiliano Laureano Ramos. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ramos-aristiliano-laureano-de> Acesso em: 10 mar. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. Verbetes Biográfico Fúlvio Coriolano Aducci. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ADUCCI,%20F%C3%BAlvio%20Coriolano.pdf> Acesso em: 11 mar. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. Verbetes Biográfico José Artur Boiteux. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOITEUX,%20Jos%C3%A9%20Artur.pdf> Acesso em: 11 mar. 2018.

GARCIA JÚNIOR, Edgar. **Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense**. 2002. 130 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2002.

GARRATY, John. The Nature of Biography. *In*: EINSENSTADT, Abraham (org.). **The Craft of American History**: Volume II. New York: Harper & Row, 1966. p. 56-70.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.



GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOODE, William Josiah; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1968.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GOMES, Valter Manoel. **Formas do pensamento histórico catarinense**. 1985. 198 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1985.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. 2006. 444 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.13-53.

GRILL, Igor. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.10, n.2, p. 159-197, ago. 2004.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas ciências sociais: trabalhando com as diferenças de escala. **Campos**, Curitiba, v.12, n.1, p.9-29, jun. 2011.

GUIDI, Eduardo Zons. **Victor Antônio Peluso Júnior: pioneiro da geografia catarinense**. 2010. 287 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2010.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. **Horizontes da escrita: historiografia, uma idéia de região e a monumentalização do passado - Alto vale do Itajaí - SC (1985-2007)**. 2009. 143 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2009.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. Histórias locais, produtores de história e os usos do passado: reflexões sobre o contexto catarinense. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, 2009, p.57-76.

HAMILTON, Nigel. **Biography: a brief History**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HEINRICH, Nathalie. Pour Finir avec l'illusion biographique. **L'Homme**, Paris, v.195/196, p. 421-430, 2010.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEYMANN, Luciana. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de

Janeiro: FAPERJ, Contra Capa, 2012.

HEYMANN, Luciana. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. *In: SEMINÁRIOS PRONEX DIREITOS E CIDADANIA*, 1, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. p. 1-10 Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1612.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf) Acesso em: 10 dez. 2019.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva; Instituto Antônio Houaiss, 2009.

IGLESIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, v.1, n.1, p.55-78, jan./jun. 1988.

JUDT, Tony. **Passado imperfeito**: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KUSHNIR, Karina. **Antropologia da política: uma perspectiva brasileira**. Centre for Brazilian Studies University of Oxford, 2005. Disponível em: <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/Karina%2520Kuschnir%252064.pdf> Acesso em: 01 mar. 2018.

LAUS, Harry; BORTOLIN, Nancy Therezinha. **Museu de Arte de Santa Catarina**: biografia de um museu. Florianópolis: FCC, 2002.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “O tempo passou na janela”: imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura – um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968-1985) *In: DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Marieta de M (org.). História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p.258-278.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Artífices do futuro**: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2016.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**: a evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: Lech, 1979.

MACHADO, Daiane Vaiz. **Por uma "ciência histórica"**: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016. 337 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2016.

MACHADO, Rosilene Beatriz. **Entre vida e morte: cenas de um ensino de desenho**. 2012. 254 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2012.

MANNHEIM, Karl. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINEZ, Mônica. A vida em 20 Linhas: a representação da morte nas páginas da Folha de S.Paulo. **Intercom**, São Paulo, v.37, n.2, p. 71-90, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v37n2/1809-5844-interc-37-02-0071.pdf> Acesso em: 23 jan. 2020.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. 1998. 182 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

MEIRINHO, Jali. **As instituições da cultura catarinense**. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura, 1970.

MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina: (1889-1900)**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Lunardelli, 1982.

MEIRINHO, Jali. Apresentação. *In*: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Lições de política e cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder**. Florianópolis: Edições A.C.L., 1996. p. 9-11.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias: subsídios para a história catarinense (1889-1930)**. Florianópolis: Insular, 1997.

MEIRINHO, Jali. **Datas históricas de Santa Catarina, 1500-2000**. Florianópolis: Insular/Ed. da UFSC, 2000.

MELO, Osvaldo Ferreira de. (org.) **A realidade catarinense no Século XX**. Florianópolis: IHGSC, 2000.

MOSS, William. **Oral History Program Manual**. New York: Praeger Publishers, 1974.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História Política e o conceito de cultura política. *In*: X ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH – MG, 1996, Mariana. **Anais ...** Uberlândia: ANPUH, 1996. p. 83-91.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1973.

NONNENMACHER, Marilange. **Vida e Morte Miramar – Memórias urbanas nos espaços soterrados da cidade**. 2007. 255 p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2007.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (org). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 112-127.

PATRIAT, Claude. Perspectiva Cavalière. Ou il est question de personnes éligibles naturellement et légitimement par voie d'héritage *In*: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc. (org.) **L'Hérité en Politique**. Paris: Economica, 1992. p. 1-22 Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3325332d/f15.image.texteImage> Acesso em: 19 ago. 2018.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Edições/ Lunardelli, 1992.

PIAZZA, Walter Fernando. Elementos básicos da história catarinense. *In*: SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da *et al.* (org.). **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

PIAZZA, Walter Fernando. Apresentação. *In*: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Lunardelli, 1983.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PINTO, Suely Lima de Assis. **Arquivo. Museu. Contemporâneo: a fabricação do conceito de arte contemporânea no Museu de Arte de Santa Catarina – MASC**. 2011. 275 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos & abusos da historia oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 103-130.

RASCHE, Karla Leandro. **Prêmio Silvio Coelho dos Santos de Monografia**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2012.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. **Da interpretação: Ensaio sobre Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. V.1. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? *In*: CHAUVEAU, Agnès;

TETART, Philippe (org). **Questões para a história do presente**. Baurú: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROUSSO, Henry. **A Última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

RICHTER, Fábio. **Corpo e alma de Florianópolis: o patrimônio cultural na ação do governo do município - 1974 a 2008**. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2009.

SACHET, Celestino. **As transformações estético-literárias dos anos 20 em Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC/DAPE: EDEME, 1974.

SACHET, Celestino. **A Literatura Catarinense**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

SACHET, Celestino. **Henrique da Silva Fontes. História e Memória**. Florianópolis: Insular, 2013.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTANGELO, Beatriz Koneski. **Sobre Itajaí: uma discussão historiográfica**. 1998. 122 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

SANTHIAGO, Ricardo. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 221-239, jan./jun. 2015.

SANTOS, Márcia Regina dos. **Signos de um ideal: livros escolares de educação moral e cívica em Florianópolis na década de 1970**. 2015. 227 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. (org.) **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. (org.) **São Francisco do Sul, muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. (org.) **Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense**. Florianópolis: IHGSC, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAYÃO, Thiago Juliano. **Nas veredas do folclore : leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)**. 2004. 106 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Novos domínios da História**. São Paulo: Elsevier, 2012, p. 187-206.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário, de 1943 a 1984**. Porto Alegre: Libretos, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Contar vidas em uma época presentista: A polêmica sobre a autorização prévia. *In*: Avelar, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e voz, 2018, p. 17-32.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. **Lembranças revisitadas: o laboratório de história oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann - memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013)**. 2015. 267 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2015.

SERPA, Élio Cantalício. **A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.14, n.20, p.63-79, 1996.

SHUMWAY, Gary. **Oral History in the United States**. New York: The Oral History Association, 1971.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75). *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 1, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-10.

SILVA, Michel Goulart da. **‘Crescer com o Brasil’: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975)**. 2012. 104 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2012.

SILVA, Sabrina Aparecida da. A gênese da assistência social em Santa Catarina. *In*: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Conselho Regional de Assistência Social (SC), 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/A-Genese-da-Assistencia-Social-em-Santa-Catarinense.pdf> Acesso em: 15 mar. 2018.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p.231-269.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.131-137.

SOARES, Luiz Eduardo. Hermenêutica e Ciências Humanas. **Estudos Históricos**, v.1, n.1, p.100-142, jan./jun. 1988.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TOLLES, Frederick. The Biographer's Task. *In*: EINSENSTADT, Abraham (org.). **The Craft of American History**: Volume II. New York: Harper & Row, 1966. p.71-83.

TUCHMAN, Bárbara. **A Distant Mirror**: The Calamitous 14th Century. New York: Alfred A. Knopf, 1978

TUCHMAN, Bárbara. **Practicing History**. New York: Alfred A. Knopf, 1981.

VALENTE, César. A imprensa na grande Florianópolis. *In*: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 71-84.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, Rio de Janeiro, n.9, p. 57-74, 1997.

VIEIRA, Amazile de Hollanda. **Instituto Polytechnico** (no contexto socio-cultural de Florianópolis). Florianópolis: A&P, 1986.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus-Revista de História**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p.84-97, 1997.

WEHLING, Arno. Apresentação. *In*: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Diálogos com Clio**. Florianópolis: Insular, 2003. p.11-15.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n.2, p.5-15, 1994.

XAVIER, Libânia Nassif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. *In*: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.) **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464-486.

YOW, Valerie Raleigh. Biography and Oral History. *In*: CHARLTON, Thomas; MYERS, Lois; SHARPLESS, Rebecca (org.). **Thinking about Oral History**: theories and applications. Plymouth: AltaMira Press, 2008. p.183-222.

## FONTES

### Arquivos

Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Arquivo da Academia Catarinense de Letras

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED/UEDESC

## Bibliográficas

*Publicações de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa*

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Cultura, integração e desenvolvimento**. Florianópolis: Departamento de Cultura, 1971.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Catálogo de História Oral**. Florianópolis: UFSC, 1977.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Arte e artesanato: Quatro artistas da cerâmica**. Florianópolis: Imprensa Universitária - UFSC, 1978.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis: Imprensa Universitária - UFSC, 1978.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Os governantes de Santa Catarina 1739-1982: notas biográficas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina ate 35** . Florianópolis: Editora da UFSC/ Assémbleia Legislativa, 1984.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Registro da Memória Pública 1: Governo Celso Ramos**. Florianópolis, Arquivo Público do Estado, 1986.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Registro da Memória Pública 2: Governo Ivo Silveira**. Florianópolis, Arquivo Público do Estado, 1986.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. (Org.) **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC Edições, 1988.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Militares e civis num governo sem rumo: o governo provisório revolucionário de Desterro 1893-1894**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1990.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. As artes plásticas em Florianópolis. *In*: MELO, Osvaldo Ferreira de CATARINA (Org.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube Doze de Agosto: IHGSC: Lunardelli, 1991.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. Homenagem ao Acadêmico Jaldyr Behring Faustino da Silva pelo transcurso dos seus 80 anos. **Revista da Academia Catarinense de Letras**, Florianópolis, p.231-237, n.12, 1993/1994. Discurso proferido em sessão da Academia Catarinense de Letras, 20 mai. 1994, [Florianópolis, SC].

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Lições de política e cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder**. Florianópolis: Edições A.C.L., 1996.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Manuel Paranhos da Silva Velloso: artífice da nacionalidade no Brasil monárquico**. Florianópolis: Instituto Historico e Geografico de Santa Catarina, 2003.



CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Diálogo com Clio: Ensaio de História Política e Cultural**. Florianópolis: Insular, 2003.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2004.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Jerônimo Coelho: um liberal na formação do II Império**. Florianópolis: Insular, 2006.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. Notáveis historiadores: Licurco Ramos da Costa. **Revista História Catarina**, Lages, v.2, n.79, 2016, p. 10-17.

#### *Outras publicações*

BAUM, Willa K. **Oral History for the local historical society**. Nashville: American Association for State and Local History, 1972.

BROWNE, George; PIAZZA, Walter Fernando. Documentação em História Oral. *In: Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, VIII, 1975, Aracaju. Anais...* São Paulo: ANPUH, 1976. p. 925-934.

BUSS, Alcides. Papel Pioneiro. *In: PEREIRA, Francisco Jose (org.). Nosso homem do livro: Odilon Lunardelli*. Florianópolis: União Brasileira de Escritores - SC, 1999. pp.7-8

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia I**. Florianópolis: [s.n.], 1971

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. (org.) **Povo e tradição em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1971.

DALLABRIDA, Norberto. A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.4, p. 9-19, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Arno Wehling. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes. A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. p. 419-438

FOSSARI, Domingos. **Assim os vejo... homens do meu tempo**. Florianópolis: UDESC, 1973.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa; MEIRINHO, Jali. **Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1972.

JUNKES, Lauro. **Antologia**. Florianópolis: ACL, 1991.

SACHET, Celestino. Apresentação. *In: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. Cultura, integração e desenvolvimento*. Florianópolis: Departamento de Cultura, 1971. pp.7-10.

SEIXAS NETTO, Amaro. Prefácio. *In: FOSSARI, Domingos. Assim os vejo... homens do meu tempo*. Florianópolis: UDESC/DAPE, 1973. p.5-7.

SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da *et al.* (org.) **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da. Abertura. In: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Cultura, integração e desenvolvimento**. Florianópolis: Departamento de Cultura, 1971. pp.5-6

WEHLING, Arno. Carlos Humberto Corrêa. **Revista do IHGSC**, Florianópolis, n.30, 2011, p.145-159.

### **Currículo Lattes**

Currículo Lattes de Paulino de Jesus Francisco Cardoso Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9557204220334259> Acesso em 10 jul. 2018.

Currículo Lattes de Paulo Pinheiro Machado. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5273589105719950> Acesso em: 13 jan. 2020.

Currículo Lattes de Rafael José de Menezes Bastos Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8219997657167540> Acesso em 10 jul. 2018.

### **Documentos de jornais eletrônicos**

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia, Florianópolis, n.5197, 18 nov. 2003. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/5197dia.pdf> Acesso em: 5 ago. 2020.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia, Florianópolis, n.5652, 16 nov. 2006. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/5652dia.pdf> Acesso em: 5 ago. 2020.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia, Florianópolis, n.6194, 22 jul. 2010. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/6194dia.pdf> Acesso em: 5 ago. 2020.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia, Florianópolis, n.6196, 28 jul. 2010. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/6196dia.pdf> Acesso em: 6 ago. 2020.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia, Florianópolis, n.6278, 29 abr. 2011. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/6278dia.pdf> Acesso em: 6 ago. 2020.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia, Florianópolis, n.6312, 28 jul. 2011. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/6312dia.pdf> Acesso em: 6 ago. 2020.

NOTÍCIAS do dia. Obras raras sobre a Ilha de Santa Catarina são expostas pela primeira vez em Florianópolis. ND+. Florianópolis, 27 mar. 2017. Disponível em: <https://ndmais.com.br/entretenimento/obras-raras-sobre-a-ilha-de-santa-catarina-sao-expostas-pela-primeira-vez-em-florianopolis/> Acesso em: 3 ago. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE SANTA CATARINA. Revista CREMESC, Florianópolis, n. 92, dez. 2003. Disponível em:

[http://www.portalmedico.org.br/regional/crm-sc/sede\\_unica/revista11.htm](http://www.portalmedico.org.br/regional/crm-sc/sede_unica/revista11.htm) Acesso em: 14 fev. 2018.

## **Estatísticas**

IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21431.pdf> Acesso em: 7 mar. 2018.

## **Jornais, Revistas, Diários, Boletins**

*A Notícia*

*Boletim do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*

*Diário Oficial do Município de Florianópolis*

*Diário Oficial Santa Catarina*

*Diário Oficial da União*

*Folha de São Paulo*

*História Catarina*

*Notícias do Dia*

*O Colegial: órgão dos alunos do Colégio Catarinense*

*O Estado*

*Revista da Academia Catarinense de Letras*

## **Legislação**

*Nacional*

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.245, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1942. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm) Acesso em: 5 ago. 2020

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942.** Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência, e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-15-outubro-1942-414830-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 5 ago. 2020

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e

modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 4 ago. 2020.

#### *Estadual*

SANTA CATARINA. **Lei nº 669, de 30 de agosto de 1905.** Cria o cria o Gymnasio Santa Catarina. Florianópolis, SC: Governo de Santa Catarina, 1905.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 433, de 18 de março de 1949. Cria o Museu de Arte Moderna de Florianópolis.** Florianópolis, SC: Governo de Santa Catarina, 1949. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1949/000433-005-0-1949-001.htm> Acesso em: 5 ago. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 9.150, de 4 de junho de 1970.** Regulamenta o decreto n. SE- 31-12-69/8.840 “A” que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências. Florianópolis, SC: Governo de Santa Catarina, 1970. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/legislacao-estadual> Acesso em: 5 ago. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 2138, de 17 de janeiro de 1977.** Cria Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Governo de Santa Catarina, 1977. Acervo de Tese Katianne Bruhns

SANTA CATARINA. **Decreto nº 4.892, de 17 de outubro de 1994.** Cria a Medalha do Mérito Cultural “Cruz e Sousa” e dá outras providências. Florianópolis, SC: Governo de Santa Catarina, 1994. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1994/004892-005-0-1994-001.htm> Acesso em: 5 ago. 2020.

#### *Municipal*

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 9262, de 30 de agosto de 2011.** Cria unidade educativa na comunidade Vila Santa Rosa. Florianópolis, SC: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/31\\_08\\_2011\\_17.03.03.b097b5a9d08a492c46d07a8fb61aca22.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/31_08_2011_17.03.03.b097b5a9d08a492c46d07a8fb61aca22.pdf) Acesso em: 5 ago. 2020.

### **Outros documentos eletrônicos**

Rotary Club de Florianópolis. **Missão.** [s.l.] Disponível em: <http://www.rotaryclubdeflorianopolis.org.br/clube-missao> Acesso em: 2 abr. 2018.

Loja Maçônica Regeneração Catharinense. **História:** Pequena História da Regeneração Catarinense. [s.l.], c2006. Disponível em: [http://www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int\\_seq\\_secao=17&int\\_seq\\_subsecao=7&int\\_seq\\_conteudo=7](http://www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=17&int_seq_subsecao=7&int_seq_conteudo=7) Acesso em: 17 mar. 2018.

Grande Oriente de Santa Catarina. **Sobre o GOSC:** Galeria de Grão-mestres. [s.l.], c2018. Disponível em: <https://www.gosc.org.br/sobre-o-gosc/galeria-de-grao-mestres/> Acesso em: 17 mar.2018.

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. **Quadro Social**. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. [s.l.], c2004. Disponível em: [https://ihgp.net/tomo2f\\_pb.htm](https://ihgp.net/tomo2f_pb.htm) Acesso em: 5 jul. 2018.

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. **Apresentação**. [s.l.], 7 ago. 2020. Disponível em: <https://ppghistoria.ufsc.br/apresenta/> Acesso em: 7 ago. 2020.

TV AL - Hino de Santa Catarina. [s.l.], 2010. 1 vídeo (4m 32s). Publicado pelo canal Deluana Buss. Disponível em: <https://vimeo.com/13830864> Acesso em: 9 jan. 2020

Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Vila Santa Rosa ganha nova creche**. Florianópolis, 4 out. 2011. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notpagina&noti=5306> Acesso em: 30 jul. 2020

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ata da 214ª sessão. Brasília, 7 dez. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2010/12/EV071210.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Notícias: Medalha de Mérito Cultural Cruz e Sousa. Florianópolis, 25 Novembro 2012. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/14161-14161-medalha-de-merito-cultural-cruz-e-sousa> Acesso em: 11 jan. 2020.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Notícias: Evento promove valorização a [sic] da Ilha de Santa Catarina com atividades durante o mês de outubro. Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis, 30 set. 2019. Disponível em: <http://cultura.sc.gov.br/noticias/22141-evento-promove-valorizacao-a-mitologia-da-ilha-de-santa-catarina-com-atividades-durante-o-mes-de-outubro> Acesso em 13 jan. 2020.

## Entrevistas

AMIN, Esperidião. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz**. Florianópolis, 9 de abr. 2018. Entrevista.

BAHIA, Eliana. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz**. Florianópolis, 22 de abr. 2019. Entrevista.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Entrevista concedida a Janice Gonçalves**. Florianópolis, 4 de nov. 2005. Entrevista.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **Entrevista concedida a Rosilene Beatriz Machado**. Florianópolis, s/d nov. 2010. Entrevista.

LAUS, Sônia Pereira. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz**. Florianópolis, 10 de jun. 2019. Entrevista.

MEIRINHO, Jali. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz**. Florianópolis, 10 de ago. 2018. Entrevista.

NIELSEN, Lawrence James. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Loma Rica (Califórnia – EUA), 31 de jan. 2019. Entrevista.

PEREIRA, Moacir. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Florianópolis, 24 de abr. 2019. Entrevista.

RÉGIS, Patrícia. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Florianópolis, 2 de jul. 2019. Entrevista.

SACHET, Celestino. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Florianópolis, 11 de set. 2018. Entrevista.

SOUZA, Elizabeth Luz. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Florianópolis, 2 de jul. 2019. Entrevista.

## ANEXOS

## Anexo 1 – Dados das entrevistas

<i>Entrevistado/a</i>	<i>Relação com Corrêa</i>	<i>Data</i>	<i>Local</i>
Celestino Sachet	Ex-professor UFSC e UDESC Membro ACL	14/09/2018	Florianópolis/SC
Eliana Bahia	Ex-orientanda	22/04/2019	Florianópolis/SC
Elizabeth Luz Souza	Secretária do IHGSC	02/07/2019	Florianópolis/SC
Esperidião Amin	Ex- colega de trabalho	09/04/2018	Florianópolis/SC
Jali Meirinho	Ex-professor UFSC; Membro IHGSC; Membro ACL	10/08/2018	Florianópolis/SC
Lawrence James Nielsen	Ex-professor UFSC	31/01/2019	Loma Rica (Califórnia – USA)
Moacir Pereira	Ex-professor UFSC; Membro IHGSC; Membro ACL	24/04/2019	Florianópolis/SC
Patrícia Régis	Bibliotecária do IHGSC	02/07/2019	Florianópolis/SC
Sônia Pereira Laus	Ex-orientanda	10/06/2019	Florianópolis/SC

Anexo 2 – Roteiros enviados ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Projeto de pesquisa *Um historiador entre-lugares: a historiografia catarinense e a trajetória do professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1963-2016)*

### **Funcionários/ Professores que se envolveram com as instituições e espaços nos quais Carlos Humberto Pederneiras Corrêa circulou:**

- 1) Primeiramente eu gostaria de saber se você poderia comentar sobre a sua trajetória profissional.
- 2) E a sua trajetória profissional junto a instituição onde manteve seu primeiro contato com Carlos Humberto?
- 3) Você poderia delinear um perfil deste historiador?
- 4) Agora dentro dessa trajetória, eu gostaria de saber qual foi seu vínculo com Carlos Humberto?
- 5) Há quanto tempo você trabalhou/conviveu com este personagem?
- 6) Vocês exerceram algum tipo de parceria?
- 7) Lembra-se quais foram as principais discussões e temas pensados no período em que você esteve envolvido em projetos conjuntos à Carlos Humberto?
- 8) Lembra se existia alguma divisão de grupos dentro do espaço de trabalho? Discordâncias teóricas, por exemplo.
- 9) Supondo que houvesse esse divisão, onde você se incluiria? Poderia nomear outros personagens dentro deste cenário e qual tipo de relação eles estabeleciam com Carlos Humberto?
- 10) Qual foi seu último contato com Carlos Humberto?



**Alunos que estiveram vinculados à Carlos Humberto Pederneiras Corrêa:**

- 1) De que maneira você entrou em contato com o Carlos Humberto? E que atividades você desenvolveu?
- 2) Você poderia delinear um perfil deste historiador?
- 3) Como você percebia a relação aluno/professor naquele momento?
- 4) Quais as suas impressões sobre a figura de Carlos Humberto?
- 5) Lembra-se quais foram as principais discussões e temas pensados no período em que você esteve envolvido em projetos conjuntos à Carlos Humberto?
- 6) E as suas percepções acerca da relação de Carlos Humberto com outros professores e funcionários?
- 7) Quais foram seus últimos contatos com Carlos Humberto?

## DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA ORAL (\*).

---

**GEORGE P. BROWNE**  
da Seton Hall University (USA)  
**WALTER F. PIAZZA**  
da Universidade Federal de Santa Catarina.

I. — *INTRODUÇÃO. GENERALIDADES.*

História oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo, e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária de pesquisa a historiadores e cientistas sociais. Desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos durante os últimos vinte e cinco anos, estas técnicas estão sendo hoje aplicadas em todo o mundo, inclusive no Brasil. O propósito desta comunicação é de servir de rápida introdução à História Oral, demonstrar como vem sendo utilizada na Universidade Federal de Santa Catarina, e sugerir possíveis utilizações desta técnica em apóio ao ensino da História em nível universitário.

O trabalho inicial da História Oral consiste na gravação em fita magnética de entrevistas conduzidas por um historiador, devidamente preparado, com uma pessoa ou pessoas capacitadas para informarem em primeira mão sobre acontecimentos que tenham interesse para historiadores e cientistas sociais. A entrevista geralmente segue uma forma aberta, cabendo ao entrevistador dirigi-la partindo de um plano pré-estabelecido, mas atento para as possibilidades de aproveitamento e exploração de assuntos correlatos, dos quais o entrevistado demonstre conhecimento pessoal. A entrevista busca, não somente a versão do entrevistado sobre os acontecimentos que presenciou ou participou, mas, também, sua motivação, sua visão de colaboradores e oponentes, e suas reflexões sobre o desfecho e efeitos desses acontecimentos. A

---

(\*) — Comunicação apresentada na 3ª Sessão de Estudos, Equipe D, no dia 6 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

utilidade desta informação se estende a muitos ramos da disciplina, desde a biografia e a História Política, História Social, Econômica, a Intelectual, e aos desdobramentos destes, como a História Rural, étnica, regional, religiosa, ou de relações internacionais. É óbvio a utilidade destas técnicas para coleta de informações junto a grupos mal instruídos ou analfabetos. Limitações técnicas cercam seu alcance da História Contemporânea, ao mundo dos ainda vivos, pelo menos quanto à fase da coleta de informações. Do ponto de vista do pesquisador, já existem acervos de documentação assim recolhida que refletem acontecimentos ainda do século passado, e na medida que se alastrar a sua utilização deverá crescer o alcance e valor da História Oral para o historiador. Para os cientistas sociais, o material e as técnicas de história oral também abrem novas perspectivas. Como todos eles, do cientista político e sociólogo ao linguista e psicólogo, trabalham com dados de natureza histórica, a História Oral oferece-lhes outra fonte de informações e, pelo seu caráter individualista e reflexivo, dá nova dimensão a assuntos de seu interesse. É justamente este caráter individualista que tem proporcionado aos trabalhos baseados, em parte, em fontes de História Oral um toque de calor humano, uma vida ou vivacidade, ausente em muitos estudos acadêmicos.

Uma vez gravada uma entrevista de História Oral, deverá ser a mesma transcrita fielmente em forma datilografada. Uma vez verificada a correção de quaisquer erros de fato ou equívocos pelo entrevistado, a transcrição se torna documento-base para o pesquisador, que poderá, no entanto, recorrer à gravação para verificar a interpretação de informações que se poderia modificar pela entonação ou compasso da voz. Por meio de contrato firmado entre o entrevistado e a agência depositária da entrevista, ajustam-se as condições de utilização da fita e sua transcrição. Neste processo de controle pelo entrevistado da utilização do material doado em sua entrevista reside valiosa contribuição das técnicas de História Oral. Este controle pode chegar ao sigilo aplicado a toda ou parte da entrevista por tempo determinado. Ciente da possibilidade de manter selada informações que poderiam ser injuriosas ou embaraçantes a outrem, o entrevistado poderá dar informações de natureza pessoal ou confidencial na certeza de que não serão reveladas ou utilizadas até que a passagem do tempo lhes tire a capacidade de causar danos. Sendo a História Oral um método de coleta de informações históricas em que intervem diretamente o historiador, o fato suscita uma série de considerações éticas que não se pode neste espaço de tempo senão indicar. Há o conflito entre o dever da divulgação da verdade e a fidelidade à confidencialidade prometida ao entrevistado. Podem surgir problemas devidos ao próprio relacionamento entre entrevistador e entrevistado — até que ponto aquele pode forçar perguntas sobre assuntos desagradáveis ao

— 929 —

memorialista; pode o entrevistador lançar mão de artifícios para arrancar informações do entrevistado? Finalmente há perigo de que o abuso das técnicas acarrete na destruição de sua credibilidade a indivíduos ou grupos que teriam memórias de valor a legar resultando em danos não só ao trabalho do historiador individualmente, mas do colega de profissão. Limitamo-nos a indicar os tipos de problemas mais comuns e a sugerir que a ciência de sua existência, geralmente permite soluções antes que se tornem insolúveis.

Tanto para o historiador que recolhe a entrevista de História Oral, para as suas pesquisas, como para aquele que aproveita de material colhido por outros, estas memórias têm que ser analisadas com o mesmo cuidado que qualquer outra fonte histórica. Embora seja raríssimo um memorialista deliberadamente mentir ao entrevistador bem preparado, a memória humana é falha, faz-se o engano por maior que seja a sua boa vontade. Tem-se, então que confrontar as informações da entrevista da História Oral com aquelas de outras fontes; tem-se que julgá-las com um cuidado natural de quem procura aproximar-se ao máximo da realidade dos acontecimentos. Pode a História Oral esclarecer os fatos, dados que nos faltavam, mas seu maior valor não se resume a isto. Pode o memorialista esclarecer sua motivação — muitas vezes personagens teriam agido por razões diversas daquelas que lhes atribuiríamos, que talvez não lhe se figurasse importante esta decisão, embora nós agora a percebêssemos como crucial.

Pode o memorialista nos fornecer perspectivas novas dos seus contemporâneos, uma visão expressiva do gênio de pessoa com quem conviveu e trabalhou, uma avaliação, menos torcida pelo tempo, da apreciação do oponente político, uma piada irreverente que ilumina uma faceta básica de um caráter. Finalmente, pode a memória de História Oral produzir reflexões e definições acerca do passado que de outra maneira talvez nem chegassem a ser formuladas pelo memorialista — segundo James Wilkie da Universidade de Califórnia, em Los Angeles, o memorialista político vê a entrevista de História Oral como meio de se justificar expressando completamente sua motivação, de modo que ninguém possa deixar de se convencer. Tem, então, de se organizar, de se expressar logicamente com um rigor dificilmente alcançável por outro meio. Embora a História Oral seja um método lento e dispendioso de criação de fonte histórica oferece então múltiplas aplicações, visões diferentes do passado, reflexões mais profundas do que as fontes tradicionais. Voltemos então a atenção para os resultados da História Oral na Universidade Federal de Santa Catarina.

\*

— 930 —

## II. — *A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, A HISTÓRIA ORAL E O MEIO BRASILEIRO.*

Partindo da experiência desenvolvida durante o 1.º Curso de Especialização em História, em nível de pós-graduação, quando se ministrava dentro da disciplina “Metodologia da pesquisa histórica”, “Técnicas de História Oral”, a cargo do Prof. Dr. George P. Browne, o Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, em reunião de 21 de novembro de 1974, aprovou a implantação de Programa de Documentação em História Oral, dentro do Programa Departamental de Pesquisa Histórica.

Durante o referido Curso de Especialização foram efetuadas 35 (trinta e cinco) entrevistas, perfazendo cerca de 1.000 (hum mil) páginas de transcrições de contribuições da mais variada espécie ao conhecimento da História Regional. Posteriormente, outras entrevistas foram realizadas e estão sendo transcritas.

A implantação do aludido programa de Documentação em História Oral está sendo objeto de estudos pelos órgãos superiores da Universidade (processo n.º 022052/74).

Por outro lado entrou a Universidade Federal de Santa Catarina em contato com a Columbia University, de New York [USA.], para um convênio de cooperação técnica e científica recíprocas.

Visando dinamizar mais este programa, que está sendo sustentado por vários professores do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, foi selecionado e participou do Curso Intensivo, recém realizado em julho de 1975, no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação Getúlio Vargas, o Prof. Carlos Humberto Federneiras Corrêa.

\*

## III. — *O USO DA HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO.*

O fim básico de História Oral é a criação de fontes primárias para a pesquisa histórica. Mas pode ela ser utilizada como elemento inovador no ensino da História do nível primário à pós-graduação, como vem demonstrando diversas experiências nos Estados Unidos. Trabalhos feitos em Nova York com elementos de imigração de diferentes grupos étnicos, têm demonstrado grande capacidade para despertar entre alunos — mesmo de origem étnica diversa — um interesse pelo

seu passado, e por conseguinte em fatores mais remotos que influíram em suas situações atuais. No nível secundário, os trabalhos realizados pelos alunos para a produção da revista *Foxfire*, em Tennessee, não só tem preservado importante informação de interesse folclórico e histórico, como tem despertado interesse semelhante em muitos e diversos pontos do país. Tendo estes sucessos como base, visa esta parte do trabalho indicar possíveis utilizações da História Oral além daquela já apresentada com base na experiência do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Um dos problemas do ensino tradicional de história é seu amplo alcance cronológico e espacial e sua conseqüente falta de relevância imediata à experiência do aluno. Embora os programas de história nas Universidades brasileiras esteiam tão circunscritos a uma programação oficial como os dos Estados Unidos, existe sempre a possibilidade de trabalho extra ou paralelo que permitiria ao professor e alunos examinar, por meio de pesquisa, elementos locais ou regionais que ilustram e vivificam a História geral que se estuda. Ao mesmo tempo, tais trabalhos têm a capacidade de servir de introdução à pesquisa histórica da parte dos alunos. Exemplifiquemos o trabalho de História Oral que poderia servir de complemento a um curso, de nível universitário de História do Brasil. No vale do Itajaí, Santa Catarina, poder-se-ia entrevistar um ou mais colonos, filhos de imigrantes alemães e italianos que ainda conservam tradições acerca da migração paterna e viva memória dos problemas de integração ao meio brasileiro proporcionado pelo isolamento das colônias estrangeiras no século XIX e pela crise de nacionalização precipitada pela ascendência nazista na Europa e pela participação brasileira na segunda Guerra Mundial. Tais assuntos serviriam não somente para ilustrar ao aluno as variáveis do desenvolvimento brasileiro nos séculos XIX e XX, como a interdependência existente entre a História brasileira e a européia — tudo de um modo direto, íntimo por serem as pessoas entrevistadas do seu próprio círculo de conhecidos.

Permitam-me (Browne), como filho e neto de brasileiros, o exemplo de como experiência pessoal levou-me à condição de brasilianista especializado em história da migração. Como criança fui frequentemente entretido pelas estórias da minha avó, criada em Americana, São Paulo, neta de americanos que se recusaram a ser “reconstruídos” após a Guerra Civil. De suas estórias parti para um estudo de mestrado sobre a tal migração de americanos confederados para o Brasil. Terminada a tese, restou-me uma pergunta premente: como estaria o governo imperial com uma maquinária tão bem preparada para tentar atrair os confederados americanos em 1865-1867? Desta pergunta surgiu meu estudo da política migratória do governo imperial, e meus

— 932 —

contínuos estudos sobre a história da imigração brasileira, já num âmbito francamente maior que aquele da migração confederada. Não teriam nossos conterrâneos semelhantes histórias para espicaçar o interesse e a compreensão de novas gerações brasileiras?

A História Oral oferece-nos novas oportunidades para explorar essas possibilidades. Em Marechal Rondon, Estado do Paraná, temos amplo campo para estudo do desenvolvimento da “fronteira” brasileira nos anos recém passados. Em Brasília existe todo o processo de desenvolvimento duma nova cidade em pleno século XX, com repercussões que se estendem centenas de quilômetros ao redor. Outras possibilidades restam ao poder de imaginação do professor e de seus alunos em situações locais. Como tem mudado nosso município, Estado, região, nos últimos cinquenta anos, e quais as implicações desta mudança no cenário nacional e mundial.

Dependendo das circunstâncias pode-se dar maior ou menor desenvolvimento a projetos de História Oral dentro de cursos de História. Nos parece, porém, essencial a participação dos alunos nos projetos. Tal participação iria desde a escolha da pessoa (pessoas) a ser entrevistada, ao preparo das perguntas a serem feitas — implicando isto em pesquisa prévia à condução da entrevista, ao preparo e correção de transcrição, e à análise final dos resultados. Embora tal participação dos alunos implique em maiores trabalhos de preparo e direção da parte do professor, os resultados serão de muito mais interesse e valor para os alunos do que um trabalho feito e simplesmente apresentado pelo professor.

De semelhante feita, um trabalho de História Oral, como centro de uma introdução à metodologia da pesquisa histórica, oferece grandes possibilidades de entusiasmar o aluno. Nesta circunstância se lhe oferece um assunto semi-conhecido e a oportunidade/necessidade de uma pesquisa preliminar para bem aproveitar a entrevista, e esta oferece-lhe grande variedade de problemas de interpretação e análise historiográfica de que pode aproveitar o professor-orientador para efeitos didáticos. Numa turma grande poder-se-ia propor um tema comum, por exemplo: uma História da Universidade, que levaria os alunos a trabalharem em vários aspectos de interesse individual, alguns com História Oral, outros com fontes estatísticas, fiscais, etc.

Finalmente apontaríamos a História Oral como um instrumento valioso na direção de alunos fazendo pesquisa em nível de pós-graduação. Toda a História Contemporânea tem aspectos suscetíveis à utilização de material de História Oral, e como apoiamos a tese que a

— 933 —

pesquisa é a base essencial do trabalho de pós-graduação, urge a utilização destas técnicas neste quadro. Naturalmente, não queremos com isto sugerir que a História Oral seja uma panacéia a resolver os problemas do historiador, aprendiz ou mestre. É ela uma técnica de coleta e utilização de dados primários que toma seu lugar junto à quantificação, à análise psicológica de fontes, e outras técnicas como arma de versatilidade ainda não completamente analisada do historiador moderno.

\* \*

\*

*Sugestões Bibliográficas.*

- MOSS (William M.), *Oral History Program Manual*. New York, 1974.  
 BAUM (Willa K.), *Oral History for the local Historical Society*. Nashville, 1971.  
 WILKIE (James W.), *Elitelore*. Los Angeles, 1973.  
 WILKIE (James W.) & WILKIE (Edna Monzon de), *Mexico visto en el siglo XX; Entrevistas de Historia Oral*. Mexico, 1969.  
 MASON (Elizabeth B.) & STARR (Louis M.S.), *Oral History Collection*, Columbia University. New York, 1972.

\* \*

\*

**INTERVENÇÃO.**

Do Prof. *Jaelson B. Trindade* (IPHAN/SP).

Disse:

“O Prof. Walter F. Piazza coloca a História Social como sendo a História Anônima, a do povo. Bem, mas a História do Homem que escreve, que administra, que governa, não é também *História Social*, não é a do povo? Ou é a do intelectual?”

Bem, então se todos eles são sociais, o que diferenciaria a História seria a das teorias explicativas, as categorias econômicas e o método usado pelo historiador, que segue uma visão do mundo de tal ou qual modo de ver a realidade por classes, grupos, frações. Então, qual a relação entre a objetividade e subjetividade do historiador e do entrevistado? Entre os métodos correspondentes e a técnica? Ou técnicas orientadas pelo método?



— 934 —

\* \* \*

\*

**RESPOSTA DO PROFESSOR WALTER F. PIAZZA.**

Ao Prof. *Joelson B. Trindade*.

Respondeu:

“A experiência da Universidade Federal de Santa Catarina foi iniciada com alunos do Curso de Especialização em História, em nível de Pós-graduação, inicialmente atingindo 35 entrevistados, hoje, acrescentadas mais 21 entrevistas. O que interessa é o material recolhido das “memórias vivas” e evitar-se, assim, que o historiador do futuro lute com as dificuldades que se tem encontrado, hoje, na formulação da História recente do Brasil.

Anexo 4 – Capa e Introdução do *Catálogo de História Oral* (1977)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL

CATÁLOGO DE ENTREVISTAS - 1977

Organizado por  
CARLOS HUMBERTO P. CORRÊA.

Ficha Catalográfica

organizada pela Biblioteca Central da UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina.  
Curso de Pós-Graduação em História,  
Laboratório de História Oral.  
Catálogo de história oral. Florianópolis,  
1977.

160p.

Trabalho compilado por Carlos Humberto  
Correia.

1. 981(816.4)(093) I. Correia, Carlos  
Humberto. II. Título.

O DOCUMENTO DE HISTÓRIA  
ORAL COMO FONTE HISTÓRI  
CA

A história oral é uma técnica de obtenção de informações históricas na qual o historiador guia entrevistada gravada com pessoas que tenham tido experiência e vivência importantes em determinados eventos históricos. Com a posterior transcrição e assinatura do memorialista concordando com as informações prestadas, é obtido um documento que, juntamente com a fita magnética da gravação, deverá ser preservada para o futuro a fim de aumentar as fontes para a reconstituição do passado.

A partir destas breves explicações acerca do conceito, metodologia e ob-

6  
jetivos da história oral, devemos analisar alguns pontos que chamamos importantes.

Primeiro, a história oral é uma técnica que deve ter sempre presente o historiador no ato da extração das informações e não outra pessoa não categorizada. Sómente o historiador, pela sua vivência e formação, tem noção de uma perspectiva do presente com a consequência do desenvolvimento de um país e, portanto, cabe à ele mais do que a outro, uma análise prévia e científica dos acontecimentos para poder situar o entrevistado em sua verdadeira posição de participante do fato histórico e, então, abordar aspectos importantes que muitas vezes ao próprio entrevistado passam despercebidos.

Aliás, poucas vezes ou nenhuma um participante tem noção da visão global dos acontecimentos que lhes estavam mais próximos sem a noção, também, de suas causas, consequências e interrelações.

Segundo, considerando que as informações são obtidas de vivências de pessoas vivas, os acontecimentos, se não fazem parte do presente, são de um passado muito recente em que o historiador possa ter vi-

vido. Por outro lado, a proximidade do evento histórico proporciona a possibilidade da existência de um maior número de pessoas vivas que possam ser entrevistadas, o que exclui a possibilidade de um conjunto de entrevistas sobre um mesmo assunto se constituir na globalização de uma única visão do fato, unilateral. A história oral fornece a oportunidade da documentação de memórias que representam pontos de vista diferentes e opostos de um mesmo fato, permitindo ao pesquisador do futuro uma análise multilateral dos acontecimentos, o que não acontece quando se utiliza outros tipos de documentos que representam quase sempre a opinião de certo grupo dominante do movimento.

Partindo daí, podemos concluir, por conseguinte, que a técnica em sí consiste na obtenção de memórias, preparadas como documento, no presente, e consequentemente documento lúcido, para ser preservado para o futuro, intencionalmente.

Este aspecto, que consideramos primordial dentre os positivos oferecidos pela história oral, é que nos deteremos para uma análise mais profunda.

As fontes históricas tradicionais podem ser analisadas segundo vários aspectos e a partir de cada um, divididas segundo suas características. Segundo Bauer, as fontes históricas em sentido restrito, estão divididas em plásticas, escritas e orais. As últimas constam da transmissão de fatos de geração em geração que, por suas características, não são transmitidas intencionalmente para a sua própria preservação por que se deturpam diante de cada nova versão e objetivam tão somente seu conhecimento imediato. As estas não podemos incluir a fonte de história oral, que se caracteriza por uma intencionalidade precípua e pela preservação do caráter literal da informação. As fontes escritas ou impressas, pode-se incluir o documento extraído do exercício da técnica de história oral, a sua transcrição, mas não a gravação original, que é o documento primário. Finalmente, parece-nos tão mais impositivo incluir também o nesso documento gravado dentre as fontes plásticas, por razões óbvias.

Caberia, portanto, uma nova re-

são das características tradicionais das fontes em sentido estrito, para ser incluído o documento de história oral.

Outro aspecto que deve ser analisado para formar critério para a divisão das fontes históricas é quanto a intencionalidade da produção dos mesmos.

É interessante anotar as observações de José Honório Rodrigues (2) quanto a este aspecto do documento, quando os divide segundo aqueles que representam declaração ou manifestação de vontade, em vontade manifesta e vontade declarada. O primeiro, o autor classifica quando a produção do documento objetiva um registro para o futuro, mas não é dirigido para alguém em particular. É o teste munho. O segundo, no qual a vontade é declarada, consequentemente é dirigida à alguém, o autor chama-o de "documento" propriamente dito. Quanto à análise da credibilidade sobre ditos documentos, José Honório oferece mais fé ao primeiro tipo, por que o considera destinado e obrigatório. São os documentos jurídicos que são sempre autênticos, mas nem sempre dignos de fé.

Numa nova tentativa de classificar o documento de história oral dentro destes objetivos, somos forçados a admitir que em tese ele pode ser identificado nos dois casos. No primeiro, como testemunho de uma vivência do entrevistado, intencionalmente gravado, transcrito, preservado, enfim, para o futuro, mas para ninguém em particular; no segundo, pelo fato de, apesar de não se dirigir a um alguém determinado, dirige-se exclusivamente aos pesquisadores e historiadores do futuro. Entretanto, o descrito que poderia cair sobre o documento de história oral desaparece, pois devemos nos lembrar que tal documento é, antes de tudo, dirigido e controlado - apesar de não serem limitados os desejos e pronunciamentos do entrevistado - pelo historiador que, éticamente, deve ter os mesmos princípios daquele que vai usá-lo. Se duvidarmos de um, necessariamente duvidaremos do outro e, em consequência, de toda História.

O aspecto da interpretação do fato histórico pelo historiador não pode ser excluído de qualquer possibilidade, tanto por aquele que lê e pesquisa o material já

preparado, quanto pelo que prepara e dirige a entrevista. Aliás, um mesmo entrevistado fornecerá informações diferentes mas não opostas a dois entrevistadores, sobre o mesmo assunto, pois cada um deles dirige as perguntas diferentemente do outro, da mesma maneira como acontece em relação às interpretações sobre um mesmo documento escrito.

Ainda quanto à intencionalidade da produção do documento, outras observações teremos que fazer.

Podemos concordar, em princípio, que a quase totalidade das fontes históricas tradicionais somente são assim consideradas após sua eleição pelo pesquisador, como fonte propriamente dita. Queremos dizer que, em geral, nenhuma fonte é fonte enquanto está sendo produzida, mas sim após sua escolha e seleção como tal num futuro indefinido. O objeto material ou não material (oral) em si - que poderá ou não ser transformado em fonte - não é frequentemente produzido visando sua utilização futura pelos historiadores mas, e principalmente, sua utilização imediatista. As condições físicas do material com que são feitas - pa-

pel, pergaminho, tipos de rocha, madeira, é que, por suas qualidades de maior ou menor perecibilidade, permitem que aquele objeto tenha uma existência mais longa do que para o qual foi feito e, num futuro mais ou menos distante, seja utilizado pelo pesquisador e o classifique na categoria de fonte histórica. Portanto, todo material é sómente em potencial uma fonte histórica.

Excessão talvez tenhamos que fazer aos monumentos que são dirigidos objetivamente para a posteridade, quer através do seu material de grande imperecibilidade, quer mesmo pela própria intenção de que não sejam apagados da História nomes e fatos. Entretanto, pelas características do monumento - material, localização, etc., são de alto custo e de fácil e importante localização, só podendo, portanto, serem erigidos pela classe dominante de então. O monumento é, pois, do ponto de vista de fonte histórica, unilateral quanto às informações que pretende imortalizar.

Por outro lado, as chamadas fontes orais, em posição completamente oposta

a do monumento, onde a perecibilidade do material oral (e, portanto, temporal) é afetada pela transmissão do conteúdo de geração em geração, as possibilidades de preservação do original são nulas ou quase nulas, pois cada indivíduo, cada geração, modifica um pouco e no final, totalmente, transforma o original e, porque não, o próprio conteúdo.

A existência de qualquer material sonoro perde-se no espaço e no tempo se não for preservado através de processo de gravação magnética. As anotações gráficas do sonoro não são seu registro, mas sim, símbolos que os representam.

Como conclusão da análise dos documentos ou fontes tradicionais, chegamos, então, à conclusão que em geral eles não são produzidos com a intenção de, intactamente, servirem ao futuro e, quando o são, suas feitura mostram pontos de vista unilateral dos fatos que pretendem demonstrar. Isto significa que o material que o historiador tem em mãos para reconstituir o passado é um material que sobrou daquele passado e por sorte sobreviveu até o presente; é um material



que pode representar uma sociedade sómente até certo ponto, por que além de ser escassa, torna-se fonte de uma sociedade desprevinida em preparar ou preservar seus exemplares para o futuro.

Caberia, então, neste ponto, a formulação de duas perguntas. Deve cada sociedade preparar para o futuro fontes históricas dignas de fé e que realmente a representem na sua totalidade?; isto é, as informações históricas sobre cada sociedade deverão ser aquelas que a própria sociedade | melhor julgar?; ou cabe sómente ao historiador procurar no passado aquilo que lhe dê condições para entender o presente, sem a certeza de que as fontes que restaram sejam completas? Naturalmente que a resposta que conviria aos dois lados seria a de que qual quer coisa que o historiador desejasse em relação ao passado poderia encontrar facilmente em fontes intencionalmente ou não preparadas para a tal. Entretanto, é impossível. Por outro lado, se a função do historiador é a de justificar o presente através dos fatos do passado, cabe à ele a seleção dos

assuntos que irá procurar, contando com os documentos que poderá encontrar. Se, por outro lado, couber ao historiador sómente a reconstituição do passado, sem outro objetivo imediato, caberiam às sociedades prepararem documentos para o futuro. Mas, preparar documentos para o futuro não significa sómente guardar os documentos como fazem normalmente os arquivos públicos.

Mas, bem sabemos que nenhuma sociedade, olhada como um agrupamento de indivíduos os comuns de interesses e formações diferentes, tem condições de realmente saber o que, nela, é verdadeiramente importante, o que a identifique e, por conseguinte, o que deverá ficar para o futuro. Caberia, portanto, ao historiador, que tem o conhecimento do presente não por ele próprio, mas através de seus antecedentes, do desenvolvimento e das transformações dos acontecimentos, caberia ao historiador a preparação de documentos deste presente para serem usados no futuro. "O historiador pertence ao presente e não ao passado", segundo Carr (3), conseqüentemente lhe é muito mais fácil analisar o presente como

consequência de uma série de acontecimentos que se acumularam, se chocaram e se somaram no passado, do que entender este mesmo presente a partir de vivência, preconceitos e critérios próprios.

Caberia, então, também uma nova categoria de historiadores: a de preparar documentos do presente para sua utilização no futuro através do conhecimento das causas no passado. Assim, o trabalho dos historiadores seria contínuo.

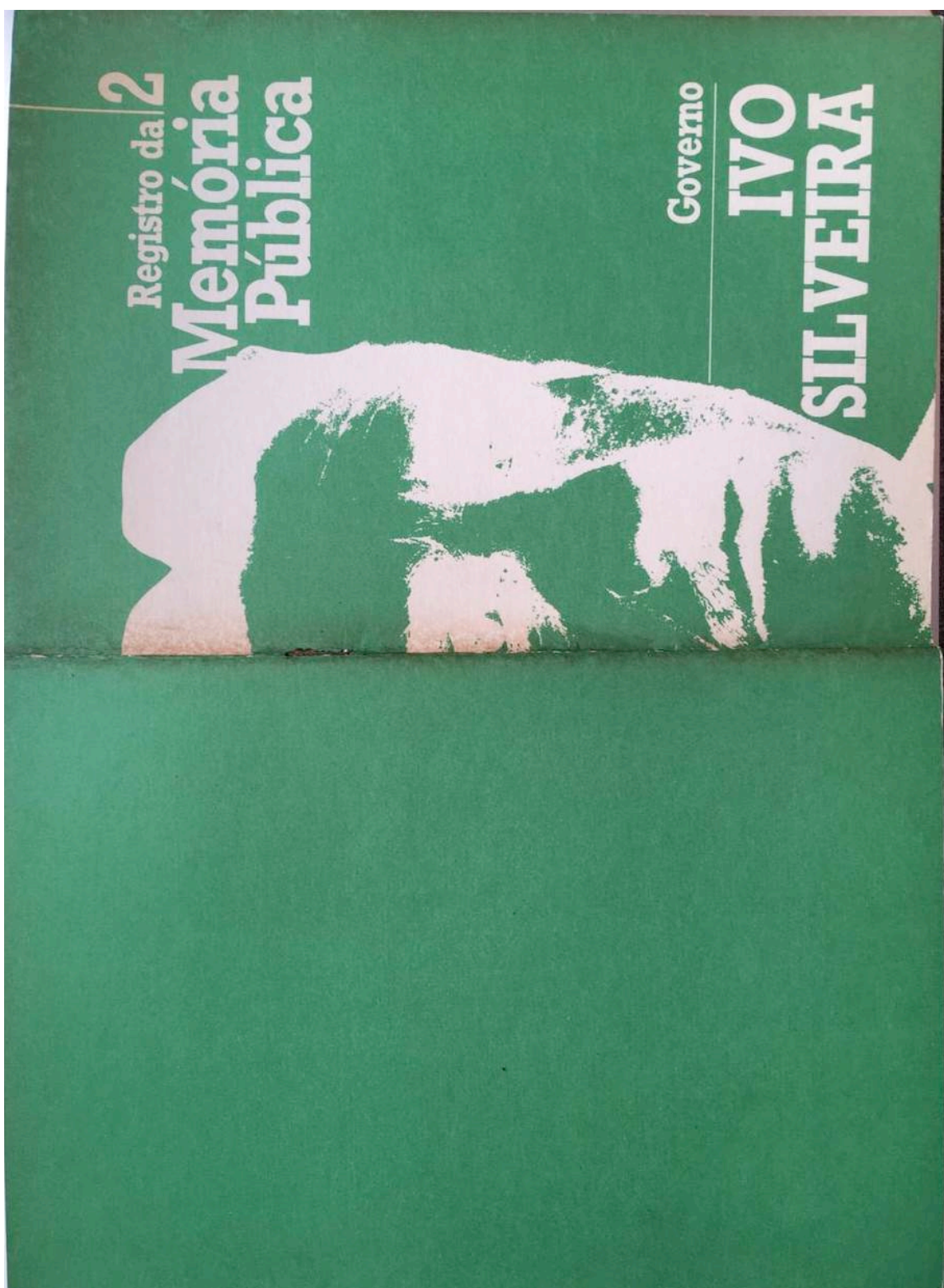
4. história oral parece que se encaixa para este objetivo, pois exige do historiador um conhecimento do passado para capacitá-lo a selecionar fatos e pessoas realmente importantes dentro dos acontecimentos com diferentes pontos de vista de um mesmo assunto, e proporcionar a estas pessoas um depoimento sincero sem interferir nos mesmos, para agrupá-los e formar um acervo suficientemente ponderado para as pesquisas do futuro. Daí a necessidade da interferência de um historiador criterioso e com princípios éticos para dirigir as entrevistas. A preparação de um acervo de história oral

paralelo aos acervos dos arquivos tradicionais de toda ordem - constitua-se em material de excepcional validade para a reconstrução, no futuro, da verdadeira imagem da nossa sociedade; o documento de história oral se não substitua os documentos tradicionais, completa-se por que é intencionalmente preparado para um futuro, através da direção do historiador do presente.

#### Cit. Bibliográfica

1. BAUER, Wilhelm, INTRODUCCIÓN AL ESTUDIO DE LA HISTORIA. Barcelona, Bosch, 1957.
2. RODRIGUES, José Honório, A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL. São Paulo, Nacional, 1969.
3. CARR, E.H., QUE É HISTÓRIA. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Anexo 5 – *Registro da Memória Pública 2*: trecho da entrevista com Ivo Silveira



## ENTREVISTA

9

**C.H.** — O Senhor estudou na Palhoça inicialmente?

**I.S.** — Estudei e fiz o primário.

Isso é o meu diploma de curso complementar, que existia naquela época. Era além do primário.

**C.H.** — Quando o Senhor era moço vinha muito a Florianópolis ou Palhoça, naquela época, era muito longe?

**I.S.** — Era longe... Eu passei a vir a Florianópolis quando comecei a fazer o ginásio e, depois, a universidade. Primeiro, tive o período de um ano na Escola Normal. Depois, sai e fiz o curso de maturidade e o quinto ano do Ginásio Catarinense. Então, eu passei a vir a Florianópolis. Fiz o Pré-Jurídico, pois naquela época havia três anos de Pré-Jurídico. Depois, fiz o exame para a Faculdade.

**C.H.** — Mas continuava morando em Palhoça?

**I.S.** — Sim, continuava morando em Palhoça, sempre morei lá, durante quarenta e sete anos. Só vim residir em Florianópolis quando fui eleito governador. Ai, era obrigado a morar em Florianópolis. Durante todo o período em que fui deputado, morei em Palhoça.

**C.H.** — O que o levou a entrar na política municipal?

**I.S.** — Eu me formei, comecei a advogar, aí veio aquele negócio de política e eu fui tomando parte.

**C.H.** — Havia alguma influência da família nesta atividade?

**I.S.** — Não. Meu pai, inclusive, não gostava de política. Ele até me influenciou para que eu não entrasse nesta atividade. Mas meu avô foi um chefe político, tendo sido presidente da Câmara e, nessa condição, Superintendente daquela época.

Eu entrei na política em mil novecentos e quarenta e cinco, época da redemocratização, após a era de Getúlio Vargas. Entrei como fundador e fui Secretário, naquela época, do Diretório Regional do PSD. Depois, em quarenta e seis, nós pegamos a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a Presidência da República. Ai, tomei parte na campanha. Depois, veio a eleição do Dr. Aderbal Ramos da Silva, a dezolito de janeiro de quarenta e sete, para o Governo do Estado. Ele tomou posse a vinte e seis de março do mesmo ano. Foi este, exatamente, o dia do meu aniversário. E eu fui nomeado Delegado-Adjunto da Ordem Política e Social.

**C.H.** — O Senhor, então, já tinha se formado?

**I.S.** — Sim, eu já tinha me formado, em mil novecentos e quarenta e cinco. Casei em quarenta e quatro e me formei um ano depois. (Procura algo para mostrar e encontra uma foto de sua turma). Estes eram os meus colegas: Agenor Tavares, Antônio José Moreira, Gervásio Luiz Pires, Hélio Fontes, João Gualberto, José D'Ávila, Neru Ramos Filho, Pedro Mira Fontes e eu. Eramos nove. Foi uma grande turma para a época. O paranimfo foi Neru Ramos e o orador o Tavares.



Dr. Ivó Silveira  
Ex-Governador do Estado  
e Ministro do Tribunal  
de Contas do Estado

8

**C.H.** — Mas vamos voltar para Palhoça, lembrando sua campanha para Prefeito.

**I.S.** — Já vou chegar lá. Primeiro, fui nomeado Delegado da Ordem Política e Social. Fui, então, ao Palácio para agradecer ao Dr. Aderbal a nomeação. Ai, ele me disse: — "Você tome cuidado, examine porque Delegado, parece-me, não pode ser candidato na zona de influência. Se isto se confirmar, você deve pedir demissão. Sei que estão pedindo para você ser candidato a Prefeito de Palhoça". Ai, veio a campanha, isto em quarenta e sete, e eu fui escolhido como um dos candidatos na eleição.

**C.H.** — Quem era o outro candidato?

**I.S.** — O outro candidato era um cidadão da Palhoça também, Carlos Matias Hoeller. Naquela época, eram três mil e tantos eleitores. A Palhoça era muito maior. Compreendia Paulo Lopes, Garopaba, Santo Amaro, Aguas Mornas, Anitápolis, São Bonifácio. Era um dos maiores municípios do Estado.

Eu tomei posse em trinta e um de janeiro de quarenta e oito. Depois, disputei a eleição para deputado, em mil novecentos e cinquenta. Fui eleito. Eu não disputava voto em Florianópolis, mas só em Palhoça. Fui eleito, pela primeira vez, em cinquenta. Ai, renunciei à Prefeitura. O Prefeito que deveria assumir, não assumiu. Ocorreu que o presidente da Câmara, que deveria assumir, nesse período, foi candidato e se elegeu. Então assumiu o cargo o vereador mais antigo, mais votado, que acabou ficando contra mim. Dai abriram uma sindicância, aquele negócio da Câmara e tal. Na época em que eu era prefeito, nós tínhamos, do PSD, nove vereadores contra dois. Quando eu disputei a eleição, nós fizemos nove dos onze vereadores.

**C.H.** — A campanha para deputado foi logo depois da campanha de prefeito, apenas um ano depois, não?

**I.S.** — Sim. A minha época era essa, tinha que fazer de tudo, fazer mesmo. Fiquei na Prefeitura de Palhoça de trinta e um de janeiro de mil novecentos e quarenta e oito até dezembro de mil novecentos e cinquenta. Ai, tive de renunciar à Prefeitura para ser diplomado Deputado Estadual. Assumi na Assembléia e já entrei na oposição. Dai, o governador Udo Decke perdeu a eleição para o senador Irineu Bornhausen. Foi quando entrei na oposição. Assim me mantive durante dez anos, disputando sucessivamente eleições. E minha área eleitoral continuava sendo Palhoça. Eram pouquíssimos os votos em São José, por exemplo, porque eu me dedicava muito em uma área específica.

**C.H.** — O Senhor teve a mesma votação como deputado e como prefeito em Palhoça?

**I.S.** — Para deputado foi maior. A cada eleição minha votação

subia, aumentando o meu eleitorado. Mas era difícil, porque o número de candidatos que disputavam em Palhoça era muito grande. De Florianópolis, tinham influência em Palhoça os Senhores Bulcão Vianna, Paulo Fontes, João José Cabral, Osvaldo Cabral, Fernando Viegas. Então, era muita disputada a eleição e sempre tinham alguns do PSD. Eram quatro ou cinco e sempre me tiravam votos. Mas eu me dedicava a manter a região. Estive lá, dezoito anos disputando eleições.

**C.H.** — Como se fazia campanha àquela época? Comprava-se muito?

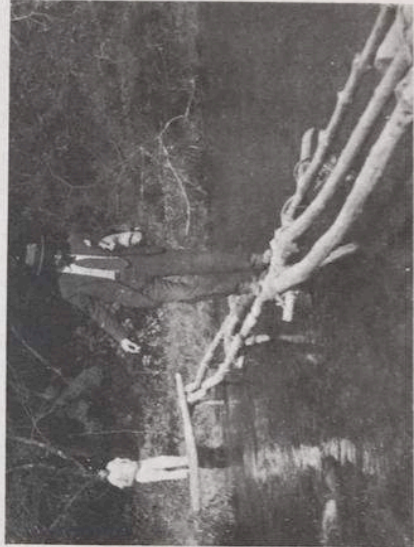
**I.S.** — Não. Na campanha daquela época, assistia-se permanentemente o eleitorado. Havia, evidentemente, os problemas de remédio, de família, de hospital, de maternidade, dificuldades em geral. Então, eu cuidava de tudo isso. Eu comecei, por exemplo, desde quarenta e sete, a frequentar o Hospital de Caridade, levando os doentes, arranjando enfermaria e daí a minha amizade devotada até hoje.

**C.H.** — E tinha que correr o município todo...

**I.S.** — Todo, todo, permanentemente. Na época, eram sete distritos.

**C.H.** — Nesses dez anos que o Senhor ficou na Assembléia Legislativa, havia muita diferença de nível de deputados? Mudou muito o tipo de deputado?

**I.S.** — Mudou, mudou. Quando o cidadão saía candidato, você sabia se ele se elegeria ou não, pelo suporte eleitoral que



Ivo Silveira qualificando eleitor no interior do Município de Palhoça

Anexo 6 – Bibliografia *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina*

**BIBLIOGRAFIA**

**FONTES**

**CONSULTAS**

**ARQUIVOS:**

- Arquivos Públicos
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
- Arquivo Público de Santa Catarina, Florianópolis
- Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil - CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Arquivo Getúlio Vargas
- Arquivo Oswaldo Aranha
- Arquivo Antunes Maciel
- Arquivo Lindolpho Collor
- Arquivos Particulares
- Arquivo Aristiliano Ramos, Lages, SC
- Arquivo Henrique Rupp Junior, Florianópolis
- Arquivo Ruy Zobarán, Rio de Janeiro
- Arquivo Joaquim Fiúza Ramos, Rio de Janeiro

**JORNAIS**

: Biblioteca Pública de Santa Catarina, Florianópolis

- **A Cidade** (Blumenau) - 1930, 1933.
- **A Época** (Lages) - 1929, 1935.
- **A Gazeta** (Florianópolis) - 1934, 1935.
- **O Lageano** (Lages), 1921, 1922
- **A Noite** (Florianópolis), 1918
- **A Notícia** (Joinville), 1930, 1931, 1932, 1933, 1934.
- **Diário da Tarde** (Florianópolis), 1935.
- **Folha Nova** (Florianópolis), 1927, 1928, 1929, 1930.
- **O Comércio** (Porto União), 1934.
- **O Libertador** (Itajaí), 1932, 1933.
- **Gazeta Catarinense** (Florianópolis), 1901
- **O Dia** (Florianópolis), 1901, 1902, 1914, 1918.
- **O Estado** (Florianópolis), 1919, 1920, 1921, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935.
- **O Pharol** (Itajaí), 1932.
- **O Liberal** (Tubarão), 1931.
- **A Pátria** (Florianópolis), 1931, 1932, 1933, 1934, 1935.
- **República** (Florianópolis), 1901, 1920, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935.

ENTREVISTAS: Gravadas e transcritas, depositadas do Laboratório da História Oral do Curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Aristiliano Laureano Ramos
- Celso Ramos
- Haroldo Pederneiros
- Sylvio Pinto da Luz
- Carlos Gomes de Oliveira
- Pompílio Pereira Bento
- Edmundo Accácio Moreira
- Arão Rebelo
- Jaime Ramos
- Não gravadas
- Aderbal Ramos da Silva
- Manoel Pedro da Silveira
- Joaquim Fiúza Ramos

FONTES IMPRESSAS:

- BRASIL. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, vol. IV (4ª Parte) População. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria Geral da Agricultura. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1929.
- SANTA CATARINA. Constituição Política do Estado de Santa Catharina, promulgada em 27 de julho de 1928. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1928.

LIVROS E ARTIGOS:

- ALMEIDA, Gil de. **Homens e fatos de uma revolução.** Rio de Janeiro, Calvino, 1943.
- BARATA, Hamilton. **O Assalto de 1930.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.
- BARROS, João Alberto Lima e. **Memórias de uma Revolução.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953.
- BASBAUM, Leônio. **História Sincera da República.** Rio de Janeiro, São José, 1958.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina.** Rio de Janeiro, Laudes, 1970.
- CARNEIRO, Glauco. **História das Revoluções Brasileiras.** Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República.** São Paulo, Difel 1976.
- Idem, **A República Nova.** São Paulo, Difel, 1976.

- CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo.** São Paulo, Difel, 1977.
- Idem, **A República Velha.** São Paulo, Difel, 1978.
- CONNIFF, Michael L. **Os Tenentes no Poder: uma Nova Perspectiva da Revolução de 30,** in OS MILITARES E A REVOLUÇÃO DE 30. Org. de FIGUEIREDO, Eurico de L. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe.** Rio de Janeiro, Coelho, 1956.
- DECCA, Edgar De. 1930. **O Silêncio dos Vencidos,** São Paulo, Brasiliense, 1981.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30.** São Paulo, Brasiliense, 1978.
- Idem, **A Crise dos anos 20 e a Revolução de 30 in O BRASIL REPUBLICANO.** 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). dir de FAUSTO, Boris, São Paulo, Difel, 1978.
- Idem. **A Revolução de 30,** in BRASIL EM PERSPECTIVA. VAS. org. de MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo, Difel, 1981.
- FLYNN, Peter. **A Legião Revolucionária e a Revolução de 30,** in OS MILITARES E A REVOLUÇÃO DE 30. org. de FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FONTOURA, João Neves da. **Memórias.** Porto Alegre, Globo, 1963.
- FORJAZ, Maria Cecília S. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930).** São Paulo, Polis, 1978.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil.** São Paulo, Alfa Omega, 1978.
- KUHENE, João. **O Integralismo Nazi-Fascista em Santa Catarina,** in o PUNHAL NAZISTA NO CORAÇÃO DO BRASIL. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1943.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto.** São Paulo, Alfa Omega, 1978.
- LEMOS, Hígino de Barros. **Depoimento,** in CINQUENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 30 NO PARANÁ. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.
- LIMA Sobrinho, Barbosa. **A Verdade sobre a Revolução de Outubro,** São Paulo, Unitas, 1933.

- MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina (1889-1900)**. Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.
- PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz, Governador Inconfundível**. Florianópolis, Ed. do Gov. do Estado de S.C., 1976.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Coronelismo numa Interpretção Sociológica**, in O BRASIL REPUBLICANO, I. Estrutura do Poder e Economia (1889-1930), dir. de FAUSTO, Boris. São Paulo, Difel, 1977.
- Idem, **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira**. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- RIBAS, Antônio de Lara. **O Nazismo em Santa Catarina**, in O PUNHAL NAZISTA NO CORAÇÃO DO BRASIL. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1943.
- RUIZ, Mimoso. **Morte ou Glória - A Derrocada dos Atlantes**. Florianópolis, s.edit., 1968.
- SILVA, Hélio. **1930 - A Revolução Traída**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1966.
- Idem, **1932 - A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1967.
- Idem, **1933 - A Crise do Tenentismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- Idem, **1934 - A Constituinte**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- SOUZA, Maria do Carmo C. **Estados e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964**. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- Idem, **O Processo Político Partidário na Primeira República**, in BRASIL EM PERSPECTIVA. org. de MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo, Difel, 1981.
- TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. **A Revolução de 1930 no Paraná**, in CINQUENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 30 NO PARANA. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.
- TRINDADE, Helgjo. **Integralismo, o Fascismo Brasileiro na Década de 30**. São Paulo, Difel, 1979.
- Idem, **Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio Grandense (1882-1937)**, in RS, ECONOMIA E POLÍTICA. Org. de DACANAL, José e GONZAGA, Sergius. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

VÁRIOS. **A Revolução Através da Imprensa do Paraná**, in CINQUENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 30 NO PARANA. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

TRABALHOS INÉDITOS:

- RAMOS, Aristilano Laureano. **Memórias**. Manuscrito.
- RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Memórias**. Manuscrito.



Anexo 7 – Bibliografia *Militares e Civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil (1893-1894)*

**Bibliografia**

**FONTES MANUSCRITAS**

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

- Ordens do Dia da Guarda Nacional do Desterro

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

- Manuscritos de Duarte Paranhos Schuttel
- Manuscritos de Cristóvão Nunes Pires

**PERIÓDICOS**

- A República, Desterro
- O Estado, Desterro/Florianópolis
- Jornal do Commercio, Desterro
- Gazeta do Sul, Laguna
- Folha Nova, Porto Alegre
- Jornal do Commercio, Porto Alegre
- A Federação, Porto Alegre
- A República, Curitiba
- Jornal do Commercio, Rio de Janeiro

**LIVROS**

ABRANTES, Dunschee de. **A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense (Correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins)**. Rio de Janeiro, s/e., 1955.

**ANAIS do 1º Congresso de História da Revolução de 1894.** Curitiba, edição do Governo do Estado do Paraná, 1944.

BASBAUM, Leônico. **História Sincera da República**. São Paulo, Alfa Ômega, 1975,76.

BELLO, José Maria. **História da República**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

BLUM, Emilio, Traços Biográficos do Cel. Emilio Blum, in **ANAIS DO 1º CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894**. Curitiba, Ed. do Governo do Estado do Paraná, 1944.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a História Catarinense**. Florianópolis, Livraria Moderna, 1912.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, editora Laudes, 1970.

-----, **Breve História sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina; suas Legislaturas e Legisladores, 1835-1974**. Florianópolis, Editora Lunardelli, s/d.

CAMÊU, Francolino e PEIXOTO, Artur Vieira. **Florianio Peixoto: Vida e Governo**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte, Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930) Texto e Contexto**. São Paulo, Difel, 1976.

-----, **A República Velha. II Evolução Política (1889-1930)**. São Paulo, Difel, 1983.

CORREÁ, Carlos Humberto. **Guia dos Governantes de Santa Catarina**. Florianópolis, Secretaria da Educação e Cultura, 1979.

-----, **Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.

- . **O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Desterro**, in *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, vol. X, nº 2, Porto Alegre, PUCRS, 1984.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República, Momento Decisivos**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. São Paulo, Difel, 1977.
- FERNANDES Neto, Tycho Brahe. **Um Julgamento Histórico**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1980.
- FREIRE, Feliselo. **História da Revolta de 6 de Setembro de 1893**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os Subversivos da República**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- KONDER, Marcos. **Lauro Müller**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- LIVRAMENTO, Cap. Arthur do. **Ligeiro Estudo Político Contemporâneo do Estado de Santa Catarina**. Desterro, Typ. da República, 1892.
- LUZ, Fabio. **Florianópolis: Memórias e Documentos. A Invasão Federalista em Santa Catarina e Paraná**. Rio de Janeiro, Nacional, 1941.
- MARTINS, José Julio Silveira. **Silveira Martins**. Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1929.
- MARTINS, Lafayette Rodrigues (sel. e introd.). **Silveira Martins, Discursos Parlamentares**. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979.

- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. São Paulo, Editora Rumo, Ltda., 1939.
- MEIRINHO, Jeli. **A República em Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC co-edição Editora Lunardelli, 1982.
- . **Algumas Fontes para a História da Revolução de 1893 em Santa Catarina**. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase, nº 5, Florianópolis, IHGSC, 1984.
- MELLO, Alm. Custódio José de. **O Governo Provisório e a Revolução de 1893**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo, Difel, 1981.
- MURICY, Gal. José Cândido da Silva. **A Revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Memórias**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, s/d.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1930-45.
- ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935.
- PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz, Governador Inconfundível**. Florianópolis, Secretaria do Governo 1982.
- PEREIRA, Carlos da Costa. **A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis, Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis, Editora da UFSC co-edição Editora Lunardelli, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Poder Legislativo Catarinense. Das suas Raízes aos Nossos Dias. 1834-1984.** - Florianópolis, Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Dicionário Político Catarinense.** Florianópolis, Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PICCOLO, Helga. Fontes para o Estudo da Revolução Federalista de 1893, in **ANAIIS DO SEMINÁRIO "FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1893"**. Bagé, FAT-Urcamp, 1990.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os Radicais da República.** São Paulo, Brasiliense, 1986.

REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-Paus. Guerra Civil e Degradação no Rio Grande.** Porto Alegre, L&PM, 1985.

RODRIGUES, José Honório. A Intervenção Estrangeira e a Revolta da Armada, in **ANAIIS DO SEMINÁRIO "FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1893"**, Bagé, FAT-Urcamp, 1990.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. A Imprensa: Fonte e Agente da Revolução de 93, in **ANAIIS DO SEMINÁRIO "FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 93"**, Bagé, FAT-Urcamp, 1990.

SILVA, Vice Almirte. Souza e. **O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada (reminiscências de um revoltoso).** Rio e Janeiro, José Olympio, 1936.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism and Federalism (1889-1902). Um Estudo da Implantação da República no Brasil.** Brasília, Senado Federal/Universidade Federal da Paraíba, 1978.

SPALDING, Walter. Idéias Imperialistas de Gumerindo Saraiva, in **ANAIIS DO 1º CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894.** Curitiba, Ed. do Governo do Estado do Paraná, 1944.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolta da Armada de 6 de Setembro de 1893.** Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1895.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Documentos e Comentários.** Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1897.

WACHOWICZ, Ruy Chistovan. **História do Paraná.** Curitiba, Editor, 1972.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Pequena História do Paraná.** São Paulo, Editora Melhoramentos, s/d.

Anexo 8 – *Os governantes de Santa Catarina (1739 a 1982):* Notas biográficas de José da Silva Paes e Nereu de Oliveira Ramos

JOSÉ DA SILVA PAES  
1.º Governador da Capitania



A handwritten signature in black ink, reading 'José da Silva Paes'. The signature is written in a cursive, flowing style with a large initial 'J'.

Nascido em Portugal, José da Silva Paes chegou ao Brasil em 1735, sendo logo destacado para missões militares no Rio da Prata.

Na qualidade de Brigadeiro, aportou em Santa Catarina onde reconheceu a necessidade de uma melhor proteção da Ilha como ponto estratégico do domínio do sul. Para tanto, providenciou o estabelecimento de um contingente militar para proteger o local, bem como a instalação de uma Provedoria, em 1749. Continuando a viagem, esteve no Rio Grande, retornando a Santa Catarina para assumir o primeiro Governo civil da Capitania, o que o fez em 7 de março de 1739.

Administrando proficuamente, organizou a defesa militar da Ilha, iniciando a construção de fortes e fortalezas, a abertura de um caminho entre Desterro e Laguna, sendo esta última, em 4 de janeiro de 1742, desligada de São Paulo e incorporada ao Governo de Santa Catarina.

Em 1742 sugeriu a vinda de colonos açorianos para o povoamento do sul, recebendo, em 1748, a primeira leva de casais. Criou, na Ilha, um batalhão, depois transformado em Regimento de Linha, e deu início também à construção do Forte de Araçatuba.

Deixou o Governo de Santa Catarina em 2 de fevereiro de 1749, quando passou-o a seu substituto, o Coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Souza. Anteriormente, de 1743 a 1746, tendo-se afastado provisoriamente do Governo, foi substituído temporariamente por Patrício Manoel de Figueiredo e Pedro de Azambuja Ribeiro.

Voltando a Lisboa, continuou prestando valorosos serviços à pátria portuguesa, colaborando com Alexandre de Gusmão na organização dos Mapas da Corte, que serviram para discussão final entre Espanha e Portugal sobre o Tratado de Madri, para a fixação dos limites das terras na América do Sul.

José da Silva Paes faleceu em Lisboa em data posterior a 1756.

NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

13º Governador do Estado e  
Interventor Federal no Estado



Nascido a 3 de setembro de 1888, em Lages, Nereu Ramos era filho do Governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior e Tereza Fiuza de Carvalho Ramos. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (1909), ingressou na política em Santa Catarina, elegendo-se Deputado Estadual em 1910. Dois anos mais tarde participou como Secretário na Comissão Brasileira à Conferência de Direito Marítimo e Cambial de Haia e Bruxelas.

Em 1914 foi Procurador Fiscal interino da Delegacia do Tesouro Nacional, tendo, em 1920, iniciado um movimento de oposição ao Governador Hercílio Luz, quando fundou a Reação Republicana. Reeleito Deputado Estadual em 1919, ali permaneceu até 1921. Em 1930 liderou a campanha aliancista em Santa Catarina, elegendo-se Deputado Federal e preparando a Revolução ao lado de seu pai, de Henrique Rupp Junior e de Aristiliano Ramos. Deputado Federal novamente em 1934, foi eleito Governador do Estado no ano seguinte e reconduzido, como Interventor Federal, em 1937, assim permanecendo até 1945, quando foi eleito para a Câmara e Senado, optando pela primeira, onde presidiu a Comissão da nova Constituição.

Com as eleições à Presidência da República, foi eleito Vice-Presidente do General Eurico Gaspar Dutra em 1946, substituindo-o na presidência durante alguns dias. Em 1950 foi novamente reeleito para a Câmara, presidindo-a até 1955, quando, como Senador, alcançou a 1ª Vice-Presidência da Casa. Nesta qualidade, de 21 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956 assumiu a Presidência da República, entregando o cargo ao Presidente eleito, Juscelino Kubitschek, de cujo Governo foi Ministro da Justiça, cargo que ocupou até 1957, quando retornou ao Senado.

Como Governador e Interventor em Santa Catarina, realizou grande reforma do ensino no Estado, além de instalar, no setor de saúde pública, diversos centros de saúde nos municípios, construir e montar o Departamento de Saúde Pública e inúmeros hospitais. Professor da Faculdade de Direito de Santa Catarina, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras.

Com numerosos trabalhos publicados, foi casado com Beatriz Pederneiras Ramos, deixando os seguintes filhos: Nereu Filho, Olga, Rubens e Murilo. Faleceu a 16 de julho de 1958, no Paraná, vítima de desastre aéreo, quando também faleceu o Governador Jorge Lacerda.

Anexo 9 – *Assim os vejo... homens do meu tempo*: Caricaturas de Theobaldo Costa Jamundá, Osvaldo Rodrigues Cabral, Jaldyr Behring Faustino da Silva e Celestino Sachet

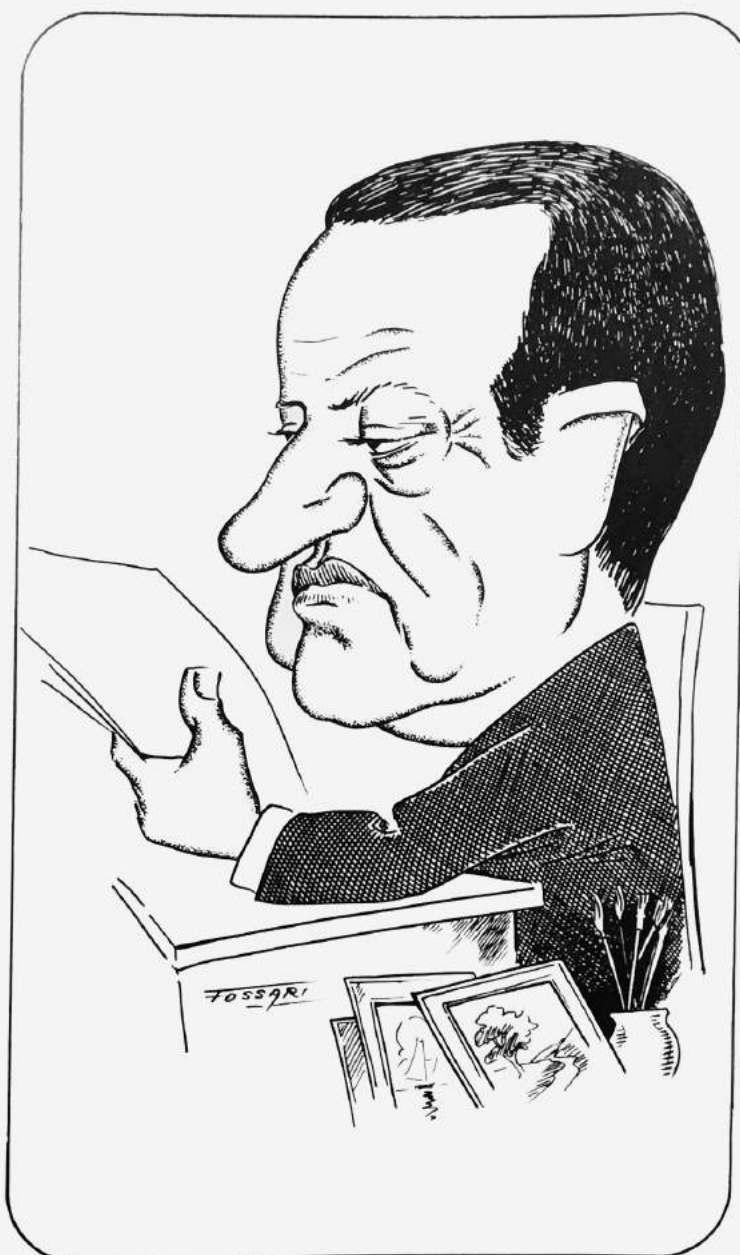


Prof. Theobaldo da Costa  
Jamundá - Presidente  
do Conselho Estadual de  
Cultura e da Academia  
Catarinense de Letras

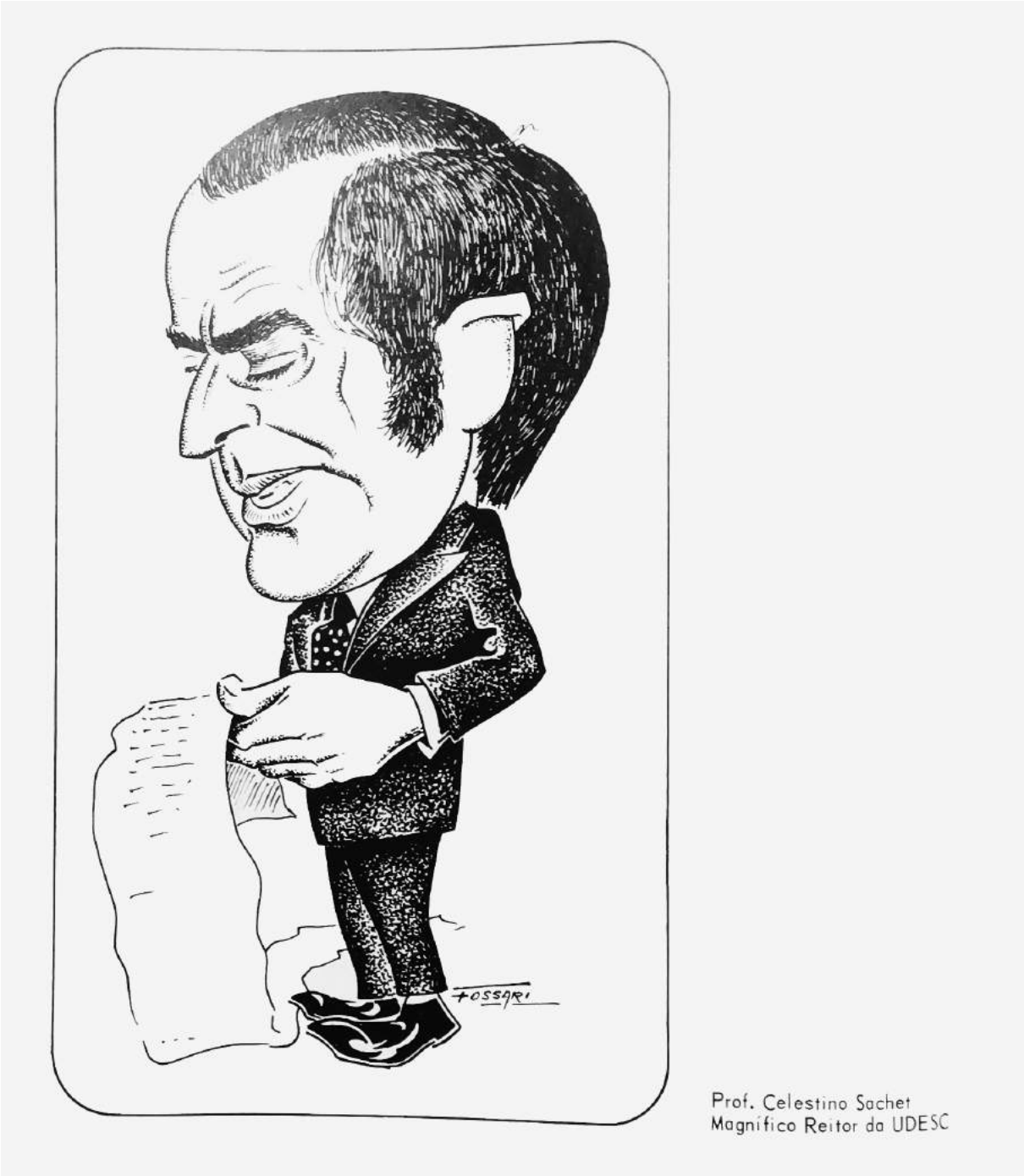




Dr. Osvaldo Rodrigues Cabral  
Historiador, médico,  
da Academia Catarinense  
de Letras



Gal. Jaldyr Bhering Faustino  
da Silva - Prof. da UFSC  
e da Academia Catarinense  
de Letras



Prof. Celestino Sachet  
Magnifico Reitor da UDESC